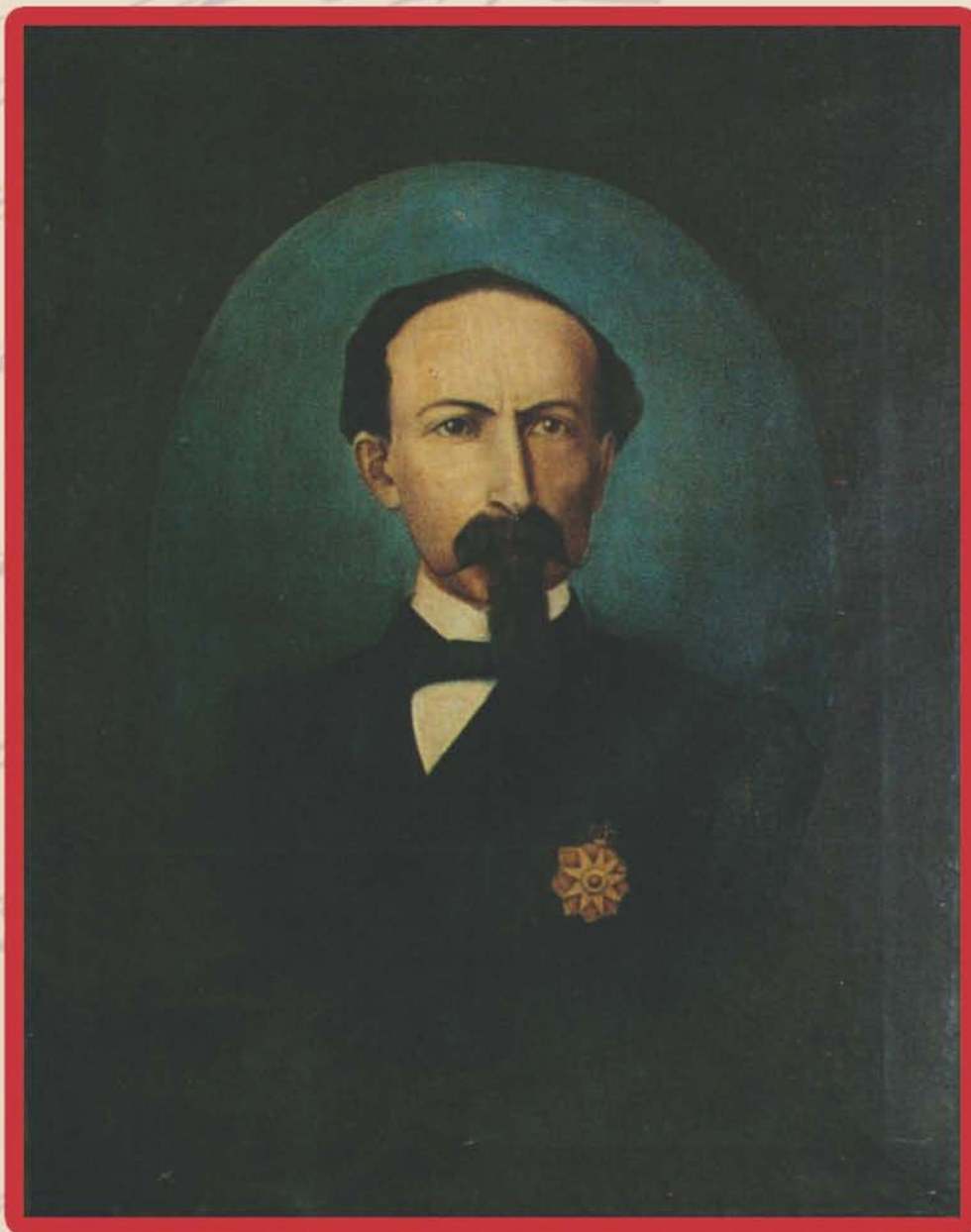


João Luís Cardoso

**O General Conde de S. Januário
(1827 - 1901)**

Um português de excepção



Conde de S. Januário

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2018



JOÃO LUÍS CARDOSO

É desde Novembro de 2005 Professor Catedrático da área da História na Universidade Aberta, a Universidade Pública de Ensino a Distância e e-learning. Ali desempenhou o cargo de Presidente do Conselho Científico, para o qual foi eleito e sucessivamente reeleito, entre 2006 e 2015, perfazendo nove anos à frente daquele órgão de Coordenação Científica da Universidade.

Foi Coordenador do Curso de 1.º Ciclo em História entre 2007 e 2013 e é o Coordenador do Mestrado em Estudos do Património e do Doutoramento em História desde a criação destes dois cursos em 2006. Realizou as primeiras prospecções arqueológicas em 1970 no povoado pré-histórico de Leceia (concelho de Oeiras), então ainda quase totalmente por explorar. Os vinte anos de escavações ali anualmente dirigidas, de 1983 a 2002, justificaram a criação, em 1988, do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, serviço da Câmara Municipal de Oeiras, um dos primeiros a ter sido criado no seu género no país, cuja coordenação tem sido por si assegurada desde então.

Alargou, progressivamente, o campo dos seus interesses no domínio da Arqueologia, incluindo o seu currículo a direcção de escavações de estações do Paleolítico Médio, Paleolítico Superior, Neolítico, Calcolítico, Idade do Bronze, Idade do Ferro, Período Romano, Alta Idade Média e Épocas Moderna e Contemporânea, tanto na região de Oeiras, como na Beira Interior (região do Tejo Internacional) e no Alto Algarve Oriental, abrangendo grutas, povoados pré-históricos, e mais de uma dezena de monumentos megalíticos, de índole funerária ou ritual, além de necrópoles de épocas mais recentes. Interessou-se, igualmente, pela Arqueologia africana, tendo realizado escavações na ilha de São Vicente (República de Cabo Verde) em 1998 e em 2005.

Ao longo dos últimos trinta e seis anos, ascendem a mais de cento e trinta as campanhas arqueológicas que dirigiu no terreno. Dando prioridade à abordagem pluridisciplinar, dedicou-se a áreas científicas afins, então quase desconhecidas em Portugal, orientando as primeiras dissertações de mestrado e teses de doutoramento que em Portugal se realizaram no âmbito da Arqueozoologia.

É autor de mais de uma dezena e meia de livros científicos de Arqueologia e de mais de 650 artigos científicos publicados em algumas das principais revistas de Arqueologia de Portugal, Espanha, França, Itália, Inglaterra e Alemanha, capítulos de livros e actas de reuniões científicas da especialidade.

Foi e é orientador de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento nas áreas da Arqueologia e da História.

Tem participado em numerosos júris de provas académicas, em Portugal e em Espanha. Realizou trabalhos de terreno em Espanha e em França e, no âmbito da preparação do seu doutoramento, efectuou estágios em instituições científicas internacionais de renome. Em algumas delas proferiu conferências, que se juntam às efectuadas em outras universidades estrangeiras e portuguesas.

Integrou ou integra, como responsável, investigador ou consultor, diversos projectos de investigação, tanto nacionais como internacionais, com financiamento competitivo.

Académico Correspondente da Academia Portuguesa da História de 1996 a 2000 e Académico de Número, desde aquele ano, pertenceu, de 2005 a 2016, ao seu Conselho Académico, exercendo em dois mandatos as funções de Vice-Presidente. É sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa (onde exerceu entre 2003 e 2012 as funções de Presidente da Secção de Arqueologia), da Associação dos Arqueólogos Portugueses, da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, da Associação Profissional de Arqueólogos, do Centro de Arqueologia de Almada e dos Amigos do Parque e do Museu do Coa, sendo Membro do seu Conselho Científico e Cultural.

Foi sócio da Société Préhistorique Française e da Associação para o Desenvolvimento da Arqueologia Peninsular.

Membro Correspondente da Real Academia de la Historia (Madrid) desde 2010, do Instituto Arqueológico Alemão (Berlim) desde 2011 e da Academia das Ciências de Lisboa desde 2015.

Foi Vogal do Conselho Nacional da Educação, onde integrou a comissão de Ciência e Ensino Superior e membro de painéis de avaliação institucionais, no Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, coordenado pelo Prof. Doutor Adriano Moreira (1999/2000), bem como na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, e de avaliação dos resultados de Projectos de Investigação financiados. Integrou ainda diversos painéis da Agência de Avaliação e Acreditação de Cursos do Ensino Superior português.

Foi distinguido com o Prémio Professor Carlos Teixeira, da Academia das Ciências de Lisboa (1993) atribuído à sua Tese de Doutoramento e, na Academia Portuguesa da História, com os Prémios Possidónio Laranjo Coelho (1998), Aboim Sande Lemos (2000 e 2002), Pedro da Cunha Serra (2005) e Joaquim Veríssimo Serrão (2007), atribuídos a livros publicados de sua autoria. Possui a Medalha de Mérito Municipal – grau ouro – do Concelho de Oeiras.

O GENERAL CONDE DE S. JANUÁRIO (1827-1901)

UM PORTUGUÊS DE EXCEÇÃO

JOÃO LUÍS CARDOSO

Professor Catedrático da Universidade Aberta (Lisboa)
Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
(Câmara Municipal de Oeiras)
Da Academia das Ciências de Lisboa, da Academia Portuguesa da História,
da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Associação dos Arqueólogos Portugueses

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

NÚMERO ESPECIAL



APRESENTAÇÃO

**Presidente da Câmara Municipal de Oeiras
Isaltino Afonso Morais**

PREFÁCIO

Embaixador João de Deus Ramos

Câmara Municipal de Oeiras

2018

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Número especial • 2018

ISSN: 0872-6086

AUTOR	João Luís Cardoso
ILUSTRAÇÕES	Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO	Gabinete de Comunicação /CMO
CAPA E CONTRACAPA	João Luís Cardoso e Bernardo Ferreira. Retrato de S. Januário pintado a óleo existente na Sala dos Vice-Reis e Governadores, no Palácio do Governo em Goa e reprodução de texto autógrafa de S. Januário, acompanhado do seu monograma.
CORRESPONDÊNCIA	Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras Fábrica da Pólvora de Barcarena Estrada das Fontainhas 2745-615 Barcarena
ORIENTAÇÃO GRÁFICA E REVISÃO DE PROVAS	João Luís Cardoso
PAGINAÇÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO	SIG – Sociedade Gráfica Industrial

Depósito Legal: 97312/96

ÍNDICE GERAL

APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	11
1 – RAZÕES DE UMA HOMENAGEM	13
2 – JANUÁRIO CORREIA DE ALMEIDA E OEIRAS	17
3 – UM MILITAR EXEMPLAR	27
4 – O DESPERTAR PARA A CAUSA PÚBLICA: A MISSÃO NO ARQUIPÉLAGO DE CABO VERDE (1857-1861)	35
5 – UMA AFIRMAÇÃO DE AUTORIDADE COMO GOVERNADOR-GERAL DA ÍNDIA PORTUGUESA	53
6 – PRUDÊNCIA E FIRMEZA COMO GOVERNADOR-GERAL DE MACAU E TIMOR	63
7 – UMA MISSÃO DE ALTO RISCO COMO MINISTRO PLENIPOTENCIÁRIO NO REINO DE SIÃO	75
8 – NO IMPÉRIO DO SOL NASCENTE	87
9 – O 1.º PRESIDENTE DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA	91
10 – VIAJANTE, DIPLOMATA, ARQUEÓLOGO E NATURALISTA: A MISSÃO COMO MINISTRO PLENIPOTENCIÁRIO ÀS REPÚBLICAS SUL-AMERICANAS EM 1878/1879	107
11 – COLABORAÇÃO COM A ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA	139
12 – ACTUAÇÃO NA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES	147
13 – INTERVENÇÃO POLÍTICA	167
14 – SERVIDOR DA CULTURA E DEFENSOR DA CIDADANIA	175
15 – O FIM DE UMA VIDA DEDICADA AO SERVIÇO DO PAÍS	189
AGRADECIMENTOS	205
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	207

APRESENTAÇÃO

O presente volume dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* constitui um número especial inteiramente dedicado à vida e obras do Conde de São Januário, de seu nome Januário Correia de Almeida, nascido em Paço de Arcos em 1827 e falecido na sua Quinta dos Castelos, ou da Portela, sita na mesma freguesia, em 1901, com 74 anos, depois de uma vida inteira dedicada à Causa Pública.

O facto de ser pouco conhecido dos Portugueses em geral, bem como dos actuais habitantes do concelho de Oeiras, que o viu nascer e morrer, apesar de ser uma das personalidades mais notáveis do século XIX português e existir em Paço de Arcos uma importante artéria com o seu nome inaugurada ainda em vida do homenageado, justifica largamente esta obra. Tendo conhecimento do manancial de informação que o Prof. Doutor João Luís Cardoso detinha desta notável personalidade oitocentista, incluindo documentação inédita que lhe pertencera, desde logo reconheci o interesse na sua publicação, projecto acalentado desde há muitos anos pelo Autor, mas só agora concretizado.

O leitor, ao longo da verdadeira peregrinação que constituem as páginas do livro, vai poder acompanhar de perto Januário Correia de Almeida pelas sete partidas do Mundo, ao serviço do seu País: primeiro, já como Capitão do Corpo de Estado-Maior do Exército e diplomado em Matemática pela Universidade de Coimbra, em Cabo Verde, onde providenciou a construção de importantes infra-estruturas: para além da rede viária, então incipiente, devem-se-lhe as alfândegas de Santiago e do Mindelo, ainda hoje existentes, a construção do primeiro Liceu na Cidade da Praia e do edifício da Câmara Municipal entre

muitos outros melhoramentos, de que se destacam as obras no porto daquela cidade, essenciais para a comunicação com o exterior.

De muito interesse é também o relatório da sua missão na Guiné portuguesa, então administrativamente dependente do Governo-Geral de Cabo Verde, que assumiu interinamente na fase final da sua missão, por constituir retrato original das condições de vida que encontrou naquela possessão, de grande interesse informativo, mas que, estranhamente, caiu no esquecimento.

O bom desempenho daquela missão augurava-lhe futuro à medida das suas capacidades e talento: assim, depois de uma curta estada no Reino, onde assumiu diversas funções, destacando-se a de Governador Civil do Porto, por duas vezes, de que resultou, como passou a ser seu hábito, a publicação de detalhado relatório dando conta da realidade existente e das melhorias que procurou introduzir, foi designado em 1870 como 49.º Governador-Geral da Índia. Ali teve de debelar revolta militar, o que conseguiu com tal eficácia, rejeitando a ajuda inglesa que lhe foi oferecida, a ponto de as forças enviadas da metrópole, comandadas pelo Infante D. Augusto já não serem necessárias, quando ali aportaram. No curto período de dois anos incompletos do seu governo disciplinou as forças armadas, mandou cunhar moeda nova e introduziu o selo postal.

O desempenho enérgico e inovador protagonizado na Índia justificou a sua designação como Governador-Geral de Macau e Timor, que assumiu em 1872 e se prolongou até finais de 1874. De novo emergiram tais qualidades, a par da capacidade de negociação, a ponto de os chineses terem acordado na cedência dos direitos dos portugueses na península de Hai-Nan em 1874, a par do acordo verbal que conseguiu para a delimitação da fronteira marítima. Combateu a pirataria, no que recolheu o reconhecimento chinês, conferindo maior segurança ao território, cuja defesa militar reforçou, incluindo a construção de um novo quartel, ao mesmo tempo que providenciava melhorias para a população, com a construção do primeiro hospital, o qual, hoje alojado em edifício moderno, significativamente conserva ainda o seu nome, tal a boa recordação que este ali deixou. Afigura-se muito instrutivo ler os seus relatórios, publicados pela Imprensa Nacional, onde se compreende, uma vez mais, a rara capacidade de liderança do Governador, como, por exemplo, aquando de devastador tufão que provocou milhares de mortos e o caos, com o surgimento de fundados sentimentos de insegurança entre os portugueses.

Acumulando as funções de Governador de Macau e Timor com as de Ministro Plenipotenciário de Portugal nas cortes da China, Japão e Sião, interveio decisivamente na disputa dinástica em curso neste último reino a favor do pretendente que acabou por ganhar o pleito, o qual, reconhecido, lhe endereçou carta pessoal de agradecimento. Neste reino milenar foi um dos primeiros europeus a visitar as ruínas de Angkor, no actual Cambodja, tendo elaborado cuidadoso estudo no qual, fazendo apelo à sua formação como Engenheiro militar, se caracterizam pela primeira vez as técnicas construtivas que permitiram edificações tão magníficas.

No Japão, onde também apresentou credenciais emocionou-se, em Nagasáqui com a chamada “Ponte dos Portugueses”, construção granítica quinhentista de dois arcos, que lhe recordou as paisagens minhotas, que tão bem conhecia.

De novo em Lisboa, a partir de 1875, envolve-se em iniciativas de carácter cívico, sendo fundador e o primeiro Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1876 e de diversas agremiações científicas ou humanitárias, sempre com funções directivas, com destaque para a Associação dos Arqueólogos Portugueses, da qual viria a ser Presidente, sucedendo em 1896 a Possidónio da Silva, sendo também então eleito Sício da Academia das Ciências de Lisboa.

Em 1878 e 1879 percorreu, de novo como Ministro Plenipotenciário, as repúblicas sul-americanas do Uruguay, Paraguay, Argentina, Chile, Bolívia, Peru e México, num périplo extenuante, tanto do ponto de vista físico como psíquico, tendo em consideração a instabilidade reinante naquela região em virtude dos conflitos que opunham alguns daqueles países, a somar à morosidade dos transportes. O objectivo principal desta missão consistiu na identificação das condições para o estabelecimento de relações comerciais com aqueles países e, ao mesmo tempo, apoiar as colónias de Portugueses espalhados por tão vasto território, o que foi plenamente conseguido. O respectivo Relatório, logo publicado em 1880, dá conta dos resultados alcançados.

Trouxe dessa missão um notável conjunto de espólios, especialmente ornitológicos, mineralógicos e arqueológicos, que ofereceu a diversas instituições, providenciando exposições de objectos até então desconhecidos em Portugal, tal como já o havia feito com as peças que trouxera do Oriente, com isso promovendo a instrução de todos, num exercício de cidadania raro no seu tempo.

Foi esse sentimento de partilha e disponibilidade pela causa pública que o terá incentivado a envolver-se na política do seu tempo, assumindo por duas vezes pastas ministeriais em Governos do Partido Progressista, primeiro a da Marinha e Ultramar, num ministério presidido por Anselmo José Braamcamp, entre 1880 e 1881, e depois, entre 1886 e 1888, a pasta da Guerra, em ministério chefiado por José Luciano de Castro.

Com o *ultimatum* inglês de 1890, integrou um conjunto de portugueses que, interpretando o sentimento largamente maioritário, organizaram uma subscrição nacional para a aquisição de meios de defesa destinados a assegurar a soberania dos territórios ultramarinos. Foi assim que, desde 1891 até 1897, presidiu à Comissão Executiva daquela iniciativa cívica. As actas das mais de 150 sessões realizadas foram prontamente publicadas pela Imprensa Nacional, contendo os nomes de todos os subscritores, as decisões tomadas, as quantias apuradas e os destinos que lhes foi dado, destacando-se a compra do cruzador *Adamastor*, encomendado nos estaleiros de Livorno e depois entregue ao Governo português, numa rara afirmação de sucesso de uma iniciativa fora da esfera governamental de grandes proporções, que mobilizou e uniu os Portugueses.

Facilmente se adivinha o sentimento de missão cumprida experimentado pelo ilustre paçoarcuense que, naquele mesmo ano de 1897 teve a honra de ladear Mouzinho de Albuquerque aquando do seu apoteótico desembarque em Lisboa, na qualidade de General Comandante da 1.^a Divisão Militar, cargo que culminou a sua carreira militar, depois de ter sido Comandante da Escola do Exército nos anos anteriores.

Em Januário Correia de Almeida vislumbra-se a figura de um grande português, a quem, ao longo da sua operosa vida foram confiadas difíceis missões, envolvendo nalguns casos perigos evidentes, mas que soube sempre conduzir a bom porto mercê das suas qualidades pessoais, aliando a capacidade rara de interpretar situações, à sensibilidade para encontrar a melhor solução para cada uma delas, usando sempre que necessário a firmeza, característica do seu carácter.

Homens como Januário Correia de Almeida, Par do Reino, Conselheiro de Estado e Ministro Honorário, Barão, Visconde e Conde de São Januário por mercê de El-Rei D. Luís, Comendador da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, e de muitas outras altas condecorações, podem ter conhecido, em vida, o merecido reconhecimento pelo mérito das acções que assumiram; mas a sua memória quase sempre se desvanece, na voragem do tempo, deles ficando apenas um nome, eco distante do muito que fizeram em prol dos seus concidadãos.

Para que a memória dos trabalhos e obras que nos legou este esforçado português se conserve, contamos, a partir de hoje, com esta monografia, da autoria do Prof. Doutor João Luís Cardoso, que numa oportunidade feliz, meteu ombros a mais este desafio, que levou a bom porto, enriquecendo assim o historial dos ilustres Oeirenses que fazem parte do nosso património colectivo.

Por isso, em meu nome pessoal e no de Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, lhe testemunho o meu muito apreço, admiração e agradecimento.

Oeiras, 25 de Junho de 2018
O PRESIDENTE



Isaltino Afonso Morais

Prefácio

É bem interessante reflectir sobre a correlação entre saberes e sabedoria, em diferentes culturas e diferentes épocas. Mas sendo o tema assim definido demasiado vasto nos seus contornos, atendo-me ao período em que o trabalho do Prof. João Luís Cardoso se reporta. A mítica figura de alguém cujos conhecimentos eram vastos em muitas e diversas áreas era relativamente comum nos séculos 18 e 19. Mas foi paulatinamente desaparecendo devido à frenética especialização que floresceu com o século 20. Estou em crer que este ciclo terá já atingido o seu zénite, e que para bem de todos estará de volta algum bom-senso que sempre tanta falta faz. Não está em causa questionar-se a indispensabilidade da especialização, nem o volume sempre crescente dos saberes adquiridos. Mas felizmente encontra-se hoje com alguma frequência docentes ou investigadores com graus académicos obtidos em diversas áreas do conhecimento, mutuamente enriquecedoras para o seu desempenho profissional. Parece-me este estado de coisas saudável, pois há áreas das humanidades, por exemplo, que caminham para a irrelevância se os seus cultores desconhecem os progressos essenciais na matemática, na física, na cosmologia. No século 19, fruto do determinismo científico e do positivismo filosófico, vastos conhecimentos a nível individual naturalmente conduziam à perspectiva confiante de uma capacidade sem limites, e à visão de uma humanidade por todos partilhada e que dispensava o transcendente. O percurso académico do Professor João Luís Cardoso proporcionou-lhe conhecimentos diversificados que foram exponenciados graças à sua curiosidade perante a vida e as coisas, e constante disponibilidade para se debruçar sobre matérias para além do seu domínio profissional estrito, como arqueólogo e pré-historiador. Parece-me isto de louvar, pois são

sempre enriquecedores os olhares de perspectivas diferentes sobre qualquer matéria: essencialmente uma atitude mental de abertura, curiosidade e empatia.

Há várias décadas atrás, numa das infelizmente pouquíssimas conversas que tive com o Prof. Charles Boxer, expôs-me ele com veemência o seu espanto perante o nosso desinteresse e aparente esquecimento em relação a figuras e acontecimentos do nosso percurso histórico. Boxer tinha infelizmente razão; mas parece-me intuir ultimamente uma evolução positiva neste estado de coisas. É de louvar que o Professor João Luís Cardoso tenha escolhido uma figura pouco conhecida como o Conde de S. Januário, precisamente porque, como se lê no título da obra, se trata de “Um Português de Excepção” lembrado hoje em Macau apenas por o seu nome estar ligado ao hospital. Este trabalho tem também o mérito de chamar a atenção para épocas da história de Macau menos trabalhadas. É verdade que o Território Macau andou com frequência esquecido, entre nós, ao longo dos quase cinco séculos como parcela de Portugal. No século 19 deixou porventura resíduos na memória colectiva o triste episódio Ferreira do Amaral e, uns tempos antes, as louváveis exortações do Visconde de Santarém para que se conhecesse melhor e mais profundamente Macau, a sua génese, e a justificação dos nossos títulos sobre o Território. No período contemporâneo, a revolução de '49 na China, dando nova face ao Império do Meio, e a nossa de Abril de '74, levaram a que inevitavelmente fosse equacionado primeiro e negociado depois o seu estatuto jurídico internacional. Este processo suscitou naturalmente um interesse acrescido sobre Macau, quer pela parte do público em geral, quer pela parte das instituições, nomeadamente as do ensino superior.

O período em que o Conde de São Januário viveu em Macau pouco teve de épico ou glorioso. Longe iam já os tempos em que Portugal era o interlocutor principal e privilegiado do Ocidente junto da Côrte do Filho do Céu. Em meados do século 19 Portugal e a China eram potências em decadência com voz fraca no plano internacional, a terem que aceitar desígnios de outras potências sobre as suas próprias posições e objectivos. Mas este quadro não impedia o valor, empenho e voz a nível de alguns vultos marcantes, e é um caso destes que o livro do Professor João Luís Cardoso aborda. É um contributo importante para a História de Macau e das relações luso-chinesas no seu conjunto, e por isso todos lhe devemos ficar gratos.

João de Deus Ramos
Embaixador

1 – Razões de uma homenagem

O General de Divisão Januário Correia de Almeida, Conde de S. Januário (Paço de Arcos, 31 de Março de 1827; Paço de Arcos, 27 de Maio de 1901) foi ilustre militar, administrador, engenheiro e diplomata, pertencente a um escol de notáveis portugueses do seu tempo que tanto prestigiaram e engrandeceram o País, boa parte deles hoje quase completamente esquecidos: tal a razão deste preito de homenagem à sua memória que agora se publica, depois de, em 2013, se ter valorizado o seu perfil científico (CARDOSO, 2013).

As qualidades do seu carácter explicam o sucesso de todas as empresas – algumas de alto risco – que protagonizou, como os seus biógrafos justamente realçam. Foram os seus méritos pessoais, postos ao serviço do País, que justificam a outorga, por El-Rei D. Luís, do título de Barão de São Januário, em 1866, depois Visconde em 1867 e finalmente Conde de São Januário, em 1889, bem como o reconhecimento de muitas nações que lhe outorgaram as mais altas condecorações: Grã-Cruz da Ordem da Coroa (Itália); Grã-Cruz da Ordem de São Maurício e São Lázaro (Itália); Grã-Cruz da Ordem Real do Cambodja; Grã-Cruz da Ordem da Coroa de Sião; Grã-Cruz da Ordem do Sol Nascente (Japão); Grã-Cruz da Ordem de Isabel a Católica (Espanha); Grã-Cruz do Mérito Militar (Espanha); Grande Oficial da Ordem Nacional da Legião de Honra e Oficial da Ordem da Instrução Pública (França); Grande Cordão da Ordem de Leopoldo (Bélgica); Grã-Cruz da Ordem da Espada (Suécia); e Grande Dignitário da Imperial Ordem da Rosa (Brasil). Em Portugal, possuía o grau de Comendador da Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito; a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo; a Grã-Cruz da Ordem Militar de São Bento de Aviz; e a Grã-Cruz da Ordem Militar de Nossa Senhora de Conceição de Vila Viçosa. Esta última era uma das condecorações mais queridas da Dinastia de Bragança,



- 1 - Banda da Grã-Cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa;
- 2 - Colar da Ordem Militar da Torre e Espada;
- 3 - Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição;
- 4 - Medalha de ouro de Bons Serviços;
- 5 - Medalha de Comportamento Exemplar;
- 6 - Medalha da Legião de Honra, de França;
- 7 - Ordem Militar da Torre e Espada (Comendador);
- 8 - Ordem da Rosa, do Brasil;
- 9 - Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição (placa da Grã-Cruz);
- 10 - Ordem de Isabel a Católica, de Espanha (placa da Grã-Cruz) (mal pintada).

Fig. 1 – Retrato do Conde de S. Januário, com indicação da medalha e da placa da Grã-Cruz de Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa; exemplares que pertenceram a S. Januário (arquivo do Autor). Óleo sobre tela de António Félix da Costa. Associação dos Arqueólogos Portugueses/Foto Henrique Ruas.

que ele significativamente destaca nos diversos retratos conhecidos, com destaque para o conservado na Associação dos Arqueólogos Portugueses, executado pelo exímio retratista António Félix da Costa depois de ter ascendido à Presidência daquela agremiação científica, com a farda de General de Divisão, ostentando a faixa daquela Grã-Cruz, a placa correspondente e a medalha da mesma Ordem (Fig. 1).

Como militar, possuía ainda as Medalhas de Ouro de Comportamento Exemplar, a de Bons Serviços e a de Serviços no Ultramar (Fig. 2).

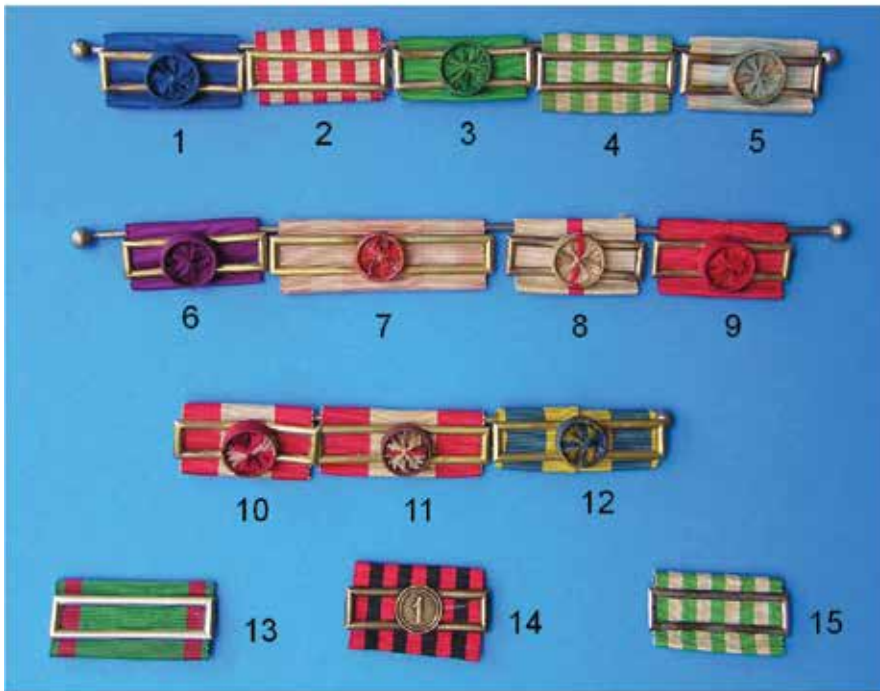


Fig. 2 – Fitas das condecorações de S. Januário, com a respectiva identificação.

Fitas nas Passadeiras:

- 1- Comendador da Ordem Militar da Torre e Espada;
- 2- Medalha de Ouro de Bons Serviços;
- 3- Grã-Cruz da Ordem militar de Avis;
- 4- Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar;
- 5- Grã-Cruz da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição;
- 6- Grã-Cruz da Ordem de Leopoldo, da Bélgica;
- 7- Dignitário da Ordem da Rosa, do Brasil;
- 8- Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar, de Espanha;
- 9- Grande Oficial da Ordem da Legião de Honra, de França;
- 10- Grã-Cruz da Ordem da Coroa, da Itália;
- 11- Grã-Cruz da Ordem do Sol Nascente, do Japão;
- 12- Grã-Cruz da Ordem da Espada, da Suécia.

Medalhas Militares:

- 13- Medalha das Campanhas do Exército Português;
- 14- Medalha de Assiduidade de Serviço no Ultramar;
- 15- Medalha de Comportamento Exemplar.

2 – Januário Correia de Almeida e Oeiras

Januário Correia de Almeida, nascido em Paço de Arcos a 31 de Março de 1827 (Fig. 3) era filho do Fidalgo da Casa Real do mesmo nome, Tesoureiro-Geral da Armada, e de sua mulher, D. Bárbara Luísa dos Santos Pinto e tinha profundas raízes nas terras oeirenses. Respiga-se de duas obras de Rogério de Oliveira Gonçalves as informações a seguir apresentadas (GONÇALVES, 1992, Tábua XXI; GONÇALVES, 1995, p. 176, 177), que cita recorrentemente obra de Joaquim Corrêa da Silva (SILVA, 1925). Eram seus trisavôs José de Almeida e D. Joaquina Tomásia, tendo ido buscar àquele o seu último apelido representado no tempo do Marquês de Pombal por José de Almeida, que em vão o Marquês procurou fazer titular, na estratégia de criação de uma nova aristocracia. Com efeito, os Almeidas era lavradores e comerciantes de Paço de Arcos e regiões vizinhas. Eram também proprietários de muitas das terras de pão que se estendiam por aquelas encostas bem como os grandes prédios da beira-mar da vila de Paço de Arcos, a par de casais dos arredores, o que constituía uma assinalável fortuna. D. Margarida do Carmo Almeida foi bisavó paterna do Conde de S. Januário, tendo casado com outro lavrador da região, de nome Manuel Correia (o Memorial Histórico de Oeiras refere personagem com aquele nome, talvez o mesmo, que foi juiz da Câmara Municipal de Oeiras em 24 de maio de 1793), grande proprietário e produtor de azeite, que tinha sempre à carga por sua conta navios na baía de Paço de Arcos, época em que se verificou o apogeu da fortuna da família. É tradição (SILVA, 1925, XXIII) que, aquando da entrada de Junot em Lisboa, Manuel Correia, assistido da Mãe e da Mulher, enterrou a sua fortuna numa cova de um armazém onde, tempos volvidos, voltou para verificar que alguém o antecederia, o que lançou a família em dificuldades. Do referido casamento houve dois filhos, Januário Correia de

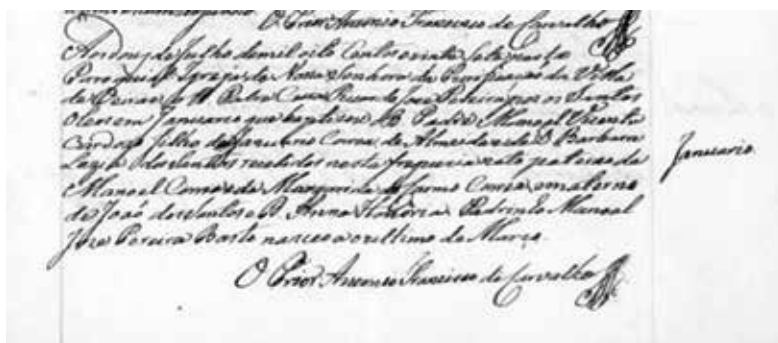


Fig. 3 – Certidão do baptismo de Januário Correia de Almeida realizado na igreja matriz de Oeiras a 2 de Julho de 1827 registado pelo então prior de Oeiras António Franciso de Carvalho. Por deferência de Lourenço Correia de Matos.

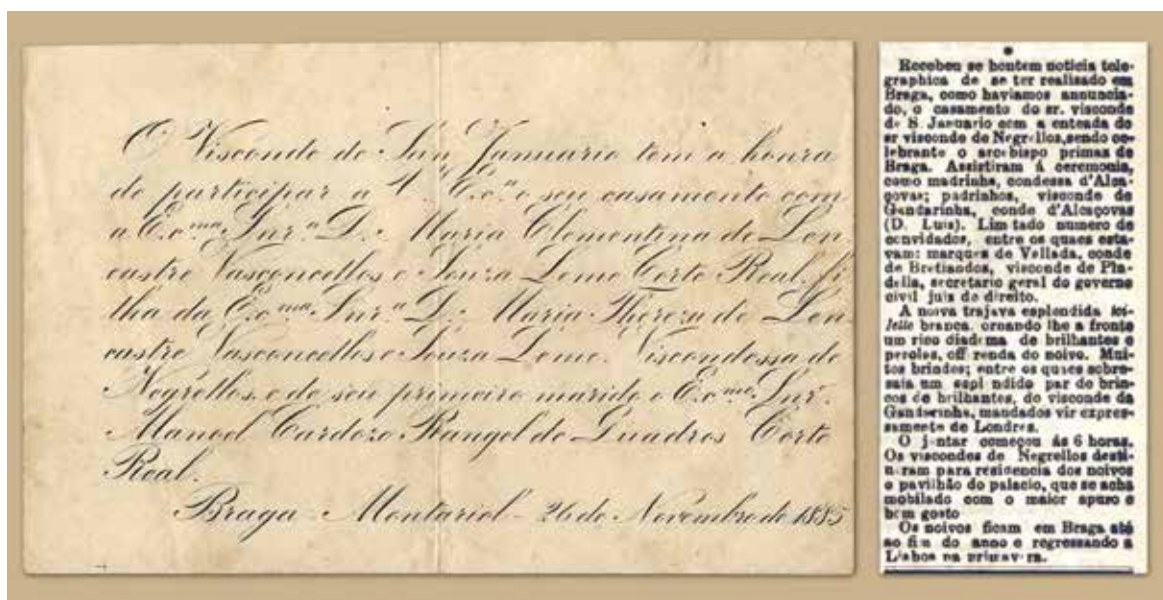


Fig. 4 – Convite para o casamento de S. Januário com D. Maria Clementina de Lencastre Vasconcelos e Sousa Leme Corte Real, realizado em Braga-Montariol a 26 de Novembro de 1885 (à esquerda) e recorte do jornal “Diario Ilustrado”, de 27 de Novembro de 1885 dando conta do mesmo. Arquivo do Autor e por deferência de Lourenço Correia de Matos.

Almeida e D. Jesuína Amália Correia, mãe do 1.º Conde de Paço de Arcos, Carlos Eugénio Correia da Silva. O primeiro daqueles seus filhos, proprietário e herdeiro da casa de seus pais, casou com D. Margarida Correia, foi pai de outro Januário Correia de Almeida, (falecido em 1835), Tesoureiro-Geral da Armada, Fidalgo da Casa Real, casado com D. Bárbara Luísa dos Santos Pinto (falecida em 1860).

Foi deste matrimónio que nasceu Januário Correia de Almeida, o futuro Conde de S. Januário, que veio a casar a 26 de Novembro de 1885 com D. Maria Clementina de Lencastre



Fig. 5 – D. Maria Clementina, 1.^a Condessa de S. Januário, fotografada em 1888. Arquivo do Autor.

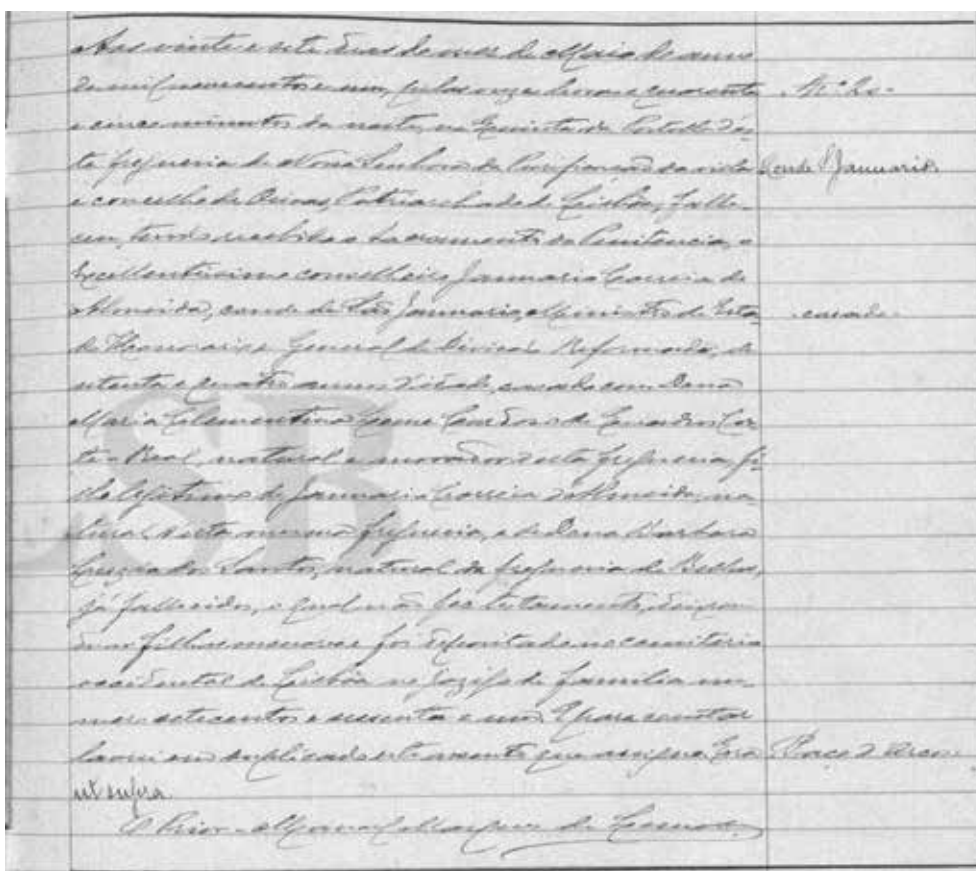


Fig. 6 – Certidão de óbito de S. Januário passada pelo prior de Oeiras Manuel Marques de Lemos. Por deferência de Lourenço Correia de Matos.

Vasconcelos e Sousa Leme Corte Real, em Braga-Montariol (Fig. 4) nascida a 21 de Setembro de 1865, bisneta de D. Teresa Francisca de Paula Henriques Pereira de Faria Saldanha e Lencastre, 12.^a Senhora das Alcáçovas (Fig. 5). Note-se que, na certidão de óbito de S. Januário, ocorrido a 27 de Maio de 1901 (Fig. 6), o nome de sua Mulher aparece registado como Maria Clementina Leme Cardoso de Quadros Corte-Real, que deve corresponder ao seu nome oficial, enquanto que, no convite de casamento, aparece como D. Maria Clementina de Lencastre Vasconcelos e Sousa Leme Corte Real.

Pouco tempo depois nasciam as suas duas filhas, D. Maria Teresa Correia de Almeida, a 30 de Setembro de 1888, representante do título de Condessa de S. Januário e D. Maria do Patrocínio Correia de Almeida nascida a 20 de Dezembro de 1889, que teve uma filha natural, com geração.

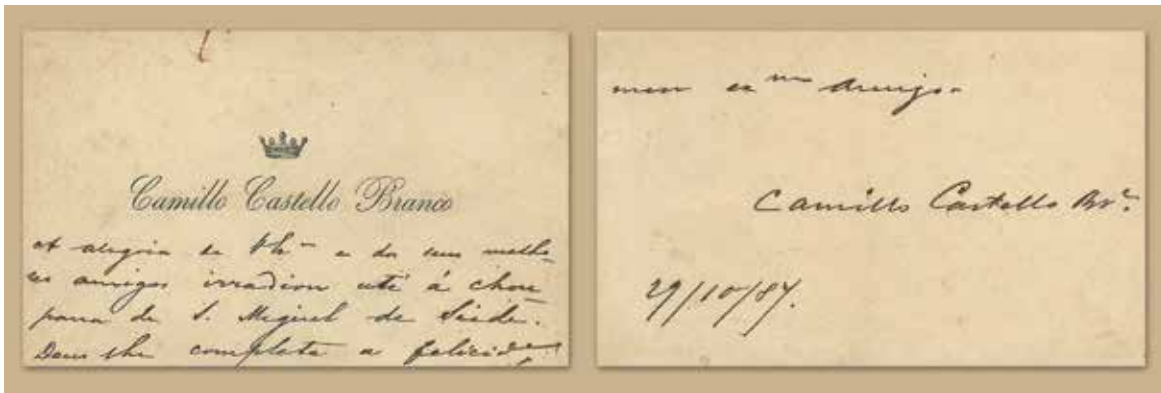


Fig. 7 – Cartão autógrafa de Camilo Castelo Branco, felicitando São Januário datado de 29/10/1887, relacionado com uma alegria, provavelmente de carácter familiar. Foto e colecção do Autor.

Um cartão de felicitações de Camilo Castelo Branco, seu velho Amigo dos tempos em que São Januário exerceu os altos cargos político-administrativos no Norte do País adiante referidos documenta um episódio de felicidade, provavelmente de carácter familiar, na vida de S. Januário (Fig. 7).

Pelo casamento de Januário Correia de Almeida com D. Maria Clementina, uniu-se a casa do já então Conde de S. Januário à Casa das Alcáçovas/Arrochela/Castelo de Paiva, senhores do Palácio dos Arcos, encontrando-se por outro lado relacionada por parentesco próximo, com a Casa dos Condes de Paço de Arcos (GONÇALVES, 1992, 1995) (Fig. 8). A última Condessa de São Januário, D. Fernanda Dores de Almeida, viúva de D. Tomás Maria Chatillon de Almeida, prima do Autor, morreu sem geração.

A quinta dos Castelos, da segunda metade do século XIX, assim chamada pela arquitectura da respectiva casa, vasta residência campestre com ameias nas cimalhas, também chamada da Portela, por se situar numa área de cumeada, constituindo portela da quinta da Terrugem, mais antiga, foi a residência em Paço de Arcos de Januário Correia de Almeida, que a mandou edificar (Fig. 9).

Ali residiu longas temporadas quando se ausentava da sua casa de Lisboa, onde vivia habitualmente, pois morava rua de S. Francisco de Paula, actual Rua Presidente Arriaga, às Janelas Verdes, depois de ter residido na Rua Oriental do Passeio Público, n.º 84 e na Rua do Alecrim, n.º 62.

Fig. 8 (pág. seguinte) – Árvore genealógica de S. Januário e da de sua Mulher (GONÇALVES, 1995, modificado).

FLOR DA MURTA/ALCÁÇOVAS/ARROCHELA E CASTELO DE PAIVA/SÃO JANUÁRIO/PAÇO DE ARCOS
 — Parentesco dos proprietários do palácio dos Arcos com os dos da Terrugem e dos Castelos e com os con-
 des de Paço de Arcos

	FLOR DA MURTA (Terrugem)	ALCÁÇOVAS/ARROCHELA E CASTELO DE PAIVA (Arcos)	SÃO JANUÁRIO (Castelos)	PAÇO DE ARCOS	
6.ª avós	V.2 (a) D. JORGE FRANCISCO DE MENESES (1690/1735) senhor do Paúl da Borda + D. LUÍSA CLARA DE PORTUGAL Flor da Murta	V.10 (10) D. ANTÓNIO HENRIQUES PEREIRA DE FARIA (1693/1744) 9.º senhor das Alcáçovas + D. JOSEFA FRANCISCA ELEONORA (1695/1749) condessa de Scherffenberg			
5.ª avós	V.2 (b) D. ANTÓNIO DE MENESES PORTUGAL (n. 1723) + 2.ª D. ANA POLICENA DE MENESES, f.ª Manuel Caetano Lavre, senhor de Carvoeiro	V.11 (11) D. LEONOR MARIA ANA HENRIQUES PEREIRA DE FARIA (1733/1807) 10.ª senhora das Alcáçovas + D. JOSÉ DE LENCASTRE E SALDANHA (1717/1793) veador das rainhas D. Maria Ana de Áustria, D. Maria Ana Vitória e D. Maria I			
Tetravós	(c) D. ANTÓNIA DE PORTUGAL E MENESES + LUÍS BRANDÃO DE MELO PEREIRA DE LACERDA, Senhor da Casa da Torre da Marca	V.12 (12) D. CAETANO ALBERTO HENRIQUES PEREIRA DE FARIA SALDANHA E LENCASTRE (n. 1755) 11.º senhor das Alcáçovas + D. MARIA DOMINGAS DE CASTRO (1759/1811), dama da rainha, f.ª D. António José de Castro, 1.º conde de Resende e D. Teresa da Cunha de Távora	(n) JOSÉ DE ALMEIDA + D. JOAQUINA TOMÁSIA	(x) FRANCISCO PIRES Lavrador + D. ANTÓNIA LUÍSA DOS REIS	
Trisavós	(d) D. ANA JOSÉ DE PORTUGAL M. BRANDÃO (1788/1860) + FRANCISCO GUEDES DE CARVALHO E MENESES DA COSTA, 1.º visconde da Costa	V.13 (13) D. TERESA FRANCISCA DE PAULA HENRIQUES PEREIRA DE FARIA SALDANHA E LENCASTRE (n. 1788), 12.ª senhora das Alcáçovas + LUÍS DE VASCONCELOS E SOUSA (1791/1843), par do reino, f.ª António José Vasconcelos e Sousa, 2.º marquês de Castelo Melhor e D. Mariana de Assis Mascarenhas	(o) D. MARGARIDA DO CARMO ALMEIDA (1769/1852) + MANUEL CORREIA (n. 1807) Comerciante e proprietário	(z) MARIA DA ASSUNÇÃO PIRES + JOSÉ JOAQUIM DA SILVA Comerciante	
Bisavós	(e) D. MARIA DO CARMO GUEDES DE PORTUGAL E MENESES + JERÓNIMO DE MAGALHÃES B.S.L. MEXIA SALEMA (1811/1875) 1.º visconde do Torrão	V.15 (15) D. CAETANO H.P.F.S. VASCONCELOS DE LENCASTRE (1819/1894), 2.º conde das Alcáçovas + D. TERESA MARIA C. SOUSA HOLSTEIN (1823/1865), f.ª D. Pedro de Sousa Holstein, 1.º duque de Palmela e D. Eugénia Teles da Gama	V.13.2-b (j) D. MARIANA DE LENCASTRE (n. 1814) + CARLOS LEME GUEDES VIEIRA DE MACEDO, senhor da casa de Solavenga	(p) JANUÁRIO CORREIA DE ALMEIDA Proprietário + D. MARGARIDA CORREIA	(s) D. JESUÍNA AMÁLIA CORREIA (1804/1844) (A) + (aa) JOÃO JOSÉ ASSUNÇÃO E SILVA (1799/1864) Pagador-geral do Ministério da Marinha
Avós	(f) V.15.2.b) D. TOMÁSIA DE MAGALHÃES MEXIA SANDE SALEMA GUEDES E MENESES (1850/1938)	(B) + (f) V.15.2-b) D. LUÍS H.P. FARIA SALDANHA LENCASTRE (1846/1892), 3.º conde das Alcáçovas	(j) V.13.2-b) D. MARIA TERESA V.L. M.L. SOUSA E VASCONCELOS + MANUEL CARDOSO RANGEL DE QUADROS CORTE REAL	(q) JANUÁRIO CORREIA DE ALMEIDA (m. 1835) Tesoureiro-Geral da Armada + D. BÁRBARA LUÍSA DOS SANTOS PINTO (m. 1860) f.ª João dos Santos Pinto	(f) V.15 CARLOS EUGÉNIO CORREIA DA SILVA (1834/1905) + D. EMÍLIA ANGÉLICA DE CASTRO MONTEIRO (1848/1921) f.ª Henrique José Gomes Monteiro, (1816/1862), fidalgo cavaleiro da casa real
Pais	(g) V.15.2.b) D. CAETANO HENRIQUES PEREIRA DE FARIA SALDANHA VASCONCELOS DE LENCASTRE (1877/1960) 4.º conde das Alcáçovas + D. MARIA TERESA DE SALDANHA OLIVEIRA E SOUSA (1879/1973) representante da casa dos condes e marqueses de Rio Maior	(17) V.17 MANUEL MARIA L. FERRÃO CASTELO BRANCO (1884/1961), 2.º conde de Arrochela + D. BRITES JOSÉ A.V.A. S.P.M. MONTENEGRO (1880/1964) 2.º cond.ª Arrochela e Castelo de Paiva	(m) V.13.2-b) D. MARIA CLEMENTINA DE LENCASTRE LEME DE MACEDO E VASCONCELOS CORTE REAL (n. 1865)	(r) V.16 JANUÁRIO CORREIA DE ALMEIDA (1829/1901) conde de São Januário	(u) V.15 HENRIQUE MONTEIRO CORREIA DA SILVA (1879/1935) Capitão-de-mar-e-guerra + D. MARIA DO CARMO DE SOUSA BELFORD (1882/1923) f.ª Joaquim Gomes de Sousa Belford
	(h) V.15.2.b) D. LUÍS MARIA HENRIQUES PEREIRA DE FARIA DE SALDANHA E LENCASTRE (1904/1983) 5.º conde das Alcáçovas V.T. XV-I XX-c XXI-I	(18) V.18 JOSÉ MARTINHO DE ARROCHELA PINTO DE MIRANDA MONTENEGRO DE LENCASTRE MARTENS FERRÃO DE CASTELO BRANCO (n. 1908), 3.º conde de Arrochela e Castelo de Paiva	(C) +	(v) V.15 HENRIQUE BELFORD CORREIA DA SILVA (n. 1906) 2.º conde de Paço de Arcos	



Quinta da Fortella, em Paço d'Arcos, propriedade do Colégio Francês. Colonias de Fétias. Palacete e Capella

Fig. 9 – Quinta dos Castelos ou da Portela, mandada edificar por S. Januário para sua residência campestre, provavelmente cerca de 1877/1880. Reprodução de postal antigo do Arquivo Municipal de Oeiras.



Fig. 10 – Pedra de armas de S. Januário, com coroa de conde. Câmara Municipal de Oeiras. Foto de M. C. André.



Fig. 11 – Início da Avenida Conde de S. Januário, em Paço de Arcos, inaugurada a 19 de Julho de 1900, ainda em vida do homenageado. Foto M. C. André.

A sua pedra de armas, que encimava o portão que dava acesso a área murada adjacente à casa da quinta da Portela encontra-se hoje resguardada numa dependência da quinta da Terrugem, pertença da Câmara Municipal de Oeiras, onde foi fotografada, embora com mutilações recentes. O brasão, esquartelado, apresenta no primeiro quartel as armas dos Correias, no segundo as dos Almeidas, no terceiro as dos Pintos e no quarto em campo de sangue, uma espada de ouro (vontade de justiça), ladeada à direita por uma e à esquerda por duas estrelas de prata (fulgor de nobreza). Admite-se que esta pedra de armas tenha sido outorgada aquando da sua elevação a Conde, uma vez que se desconhece qualquer outra anterior possuindo esta a coroa de nove pontas, característica daquele título de nobreza (Fig. 10).

Oeiras, concelho que o viu nascer e morrer, não o esqueceu, conferindo a uma artéria em Paço de Arcos o seu nome: Avenida Conde de São Januário, ainda em vida do homenageado a 19 de Julho de 1900 (Fig. 11), quando o mesmo estanciava na sua quinta da mesma localidade. A casa da quinta onde residiu e veio a falecer foi, na década de 1980, completamente demolida, dando lugar a uma grande urbanização, correspondendo ao



Fig. 12 – Condomínio de luxo Conde de S. Januário, em Paço de Arcos: aproveitamento de um nome prestigiante, sem cuidar de conhecer o significado do mesmo. Foto de M. C. André.

Largo 7 de Dezembro, data da criação da Freguesia de Paço de Arcos, em 1926 e à Rua José Ferrão Castelo Branco, n.º 75. Um condomínio moderno de luxo possui o seu nome, dando-lhe a necessária continuidade, aproveitando o prestígio que aquele ainda confere, embora ignorando completamente o seu significado (Fig. 12).

3 – Um militar exemplar

Conforme consta do seu Processo Individual, consultado em Lisboa no Arquivo Histórico Militar, de onde se retiraram os elementos a seguir apresentados, Januário Correia de Almeida alistou-se aos 17 anos como Voluntário no Batalhão de Caçadores, N.º 2, a 4 de Novembro de 1842. Obteve licença para estudar na Escola Politécnica, onde se encontrava matriculado antes da incorporação, depois de ter frequentado o Real Colégio Militar. Na *Informação semestral referida ao 1 de Janeiro de 1843*, é-lhe atribuído o seguinte juízo: “Este Aspirante veio a pouco tempo sentar praça e está frequentando os estudos da Escola Politecnica, hé bem educado, e bastante vivo o que dá esperança que p^a. o futuro será bom Off.^{al}.” No entanto, em todas as informações anuais analisadas do Batalhão de Caçadores N.º 2 é referido como uma pessoa de disposição violenta. A crer em tais informações, é de admitir que aquela característica do seu carácter dos seus verdes anos, tenha evoluído para o seu modo de ser enérgico e afirmativo, que fez dele uma personalidade com autoridade e carisma, características que lhe foram tão necessárias ao desempenho das difíceis missões que assumiu ao longo da sua vida operosa e útil.

Foi declarado Aspirante a Oficial (por Ordem do Exército N.º 56 de 15 de Dezembro de 1842) e obteve Licença para frequentar Escola do Exército em 6 de Outubro de 1843.

Completo a 23 de Junho de 1845 o curso de estudos militares estabelecido pelo Art. 5.º do Decreto de 12 de Janeiro de 1837 para a Cavalaria e Infantaria.

Foi promovido a Cabo a 15 de Agosto de 1845 a 2.º Sargento a 30 de Outubro e a 1.º Sargento a 1 de Dezembro.

Obteve nova licença a 11 de Outubro de 1845 para frequentar a Escola Politécnica.

Passou ao Regimento de Cavalaria N.º 1 em 14 de Fevereiro de 1846.



Fig. 13 – Retrato de S. Januário, pintado a óleo sobre tela, conservado no Salão Nobre da Academia Militar, em Lisboa. Foto do Prof. Doutor José Fontes/AM.



Fig. 14 – Discurso da abertura do ano lectivo de 1896/1897 da Escola do Exército, oferecido pelo Autor a S. Januário, então Comandante daquela Escola. Arquivo do Autor.

Participou na subjugação da revolta popular conhecida pelo nome de *Maria da Fonte*, em 1846 integrado no Regimento de Lanceiros N.º 2 (Lisboa).

Promovido a Alferes de Cavalaria por Decreto de 22 de Dezembro de 1846, foi colocado no Regimento de Cavalaria N.º 1 (Ordem do Exército, N.º 14 de 27 de Fevereiro de 1847). Em 9 de Outubro de 1849 obteve de novo licença para estudar, desta vez na Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, onde obteve o grau de Bacharel em Matemática a 20 de Junho de 1853.

Em 1852, durante as férias grandes, serviu no Regimento de Cavalaria N.º 2, Lanceiros da Rainha.

Em 1853 obteve nova licença para estudar na Escola do Exército, certamente depois de obtido em Coimbra o grau de bacharel em Matemática, para ali realizar o Curso de Estado-Maior, ali concluído a 25 de Julho de 1854.

Em 1854, durante as férias grandes foi efectivo no serviço do Regimento de Cavalaria N.º 2, na instrução prática dos reconhecimentos militares a cargo da Escola do Exército, cujo desempenho foi objecto de louvor.

Como Tenente de Cavalaria, já com o curso de Estado-Maior, foi chamado a exercer funções de Engenheiro Civil e Militar na Província de Cabo Verde pelo Ministério da Marinha e do Ultramar (por Decreto de 13 de Novembro de 1857), sendo posteriormente promovido a Capitão do Estado-Maior do Exército (por Decreto de 2 de Dezembro de 1857). Por Decreto de 22 de Dezembro de 1857 foi designado Director dos Serviços de Obras Públicas da Província de Cabo Verde, tendo sido louvado pela forma como ali dirigiu e executou várias obras públicas, na qualidade de Engenheiro Militar e Civil (Portaria do Ministério da Marinha e Ultramar de 12 de Novembro de 1858). Durante a sua permanência na Província de Cabo Verde, exerceu por algum tempo, em 1858, o Governo da Praça de Cacheu, na Guiné Portuguesa e provisoriamente o de Governador-Geral da referida Província entre 8 de Agosto de 1860 e 1 de Abril de 1861. Em 25 de Julho de 1861, regressado à Metrópole, passou a servir no Ministério das Obras Públicas, exercendo as funções de Director das Obras Públicas nos Distritos de Braga e de Viana do Castelo, reunidos numa só direcção (30 de Setembro de 1861).



Fig. 15 – S. Januário fotografado em Abril de 1900 na sua quinta da Portela, em Paço de Arcos, com uniforme de General de Divisão e todas as insígnias das suas muitas condecorações. Na janela do lado esquerdo da foto, pode divisar-se, em movimento, uma das suas duas filhas. Arquivo do Autor.



Fig. 16 – Recepção a Mouzinho de Albuquerque, em Lisboa, aquando do seu regresso de África, a 14 de Dezembro de 1897. S. Januário, então Comandante da 1.ª Divisão Militar, dá a direita ao herói africano. Arquivo do Autor.

Transitou para o Ministério do Reino a 17 de Janeiro de 1862, a fim de exercer o cargo de Governador Civil do Distrito do Funchal e, mais tarde, o de Comissário Régio no Distrito de Vila Real (1864).

Sendo Major, foi nomeado Governador-Geral do Estado da Índia por Carta Régia de 9 de Fevereiro de 1870. Tal nomeação era perfeitamente justificada em virtude de ter adquirido assinalável prática na Administração Pública nos cargos político-administrativos anteriormente desempenhados, a que se juntou o de Vogal da Comissão nomeada para propor ao Governo o regulamento geral de contabilidade pública central do Ministro das Obras Públicas e os regulamentos respectivos.

Foram-lhe, pouco depois, concedidas as honras de Ajudante-de-Campo de Sua Majestade El-Rei (por Decreto de 12 de Maio de 1871); os seus retratos com farda posteriores a esta data registam tal distinção, através das agulhetas neles representadas.

Em 1872 assumiu o cargo de Governador-Geral de Macau e Timor, cargo que exerceu até 7 de Dezembro de 1874, tendo entretanto sido nomeado Ministro Plenipotenciário na China, Japão e Sião, onde exerceu notáveis actividades adiante descritas.

Findas aquelas Comissões, apresentou-se no Ministério da Guerra, por Ordem do Exército N.º 26. Foi colocado no quadro do Corpo de Estado-Maior do Exército, por Decreto de 21 de Janeiro de 1876, e posteriormente nomeado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros para ser Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto dos Governos das repúblicas sul-americanas (Ofício do Ministério da Guerra de 29 de Maio de 1878), missão que merecerá desenvolvida análise na presente obra.

Foi promovido a Tenente-Coronel do Corpo do Estado-Maior do Exército por Decreto de 3 de Setembro de 1879, quando ainda se encontrava na América do Sul.

Apresentou-se no Ministério da Guerra em 17 de Março de 1880 por ter cessado a Comissão em que se achava no Ministério dos Negócios Estrangeiros (Ordem do Exército, N.º 7 de 3 de Abril).

Foi nomeado Coronel do Corpo do Estado-Maior, por Decreto de 11 de Junho de 1884.

Em 1885 foi nomeado Chefe do Estado-Maior da 4.ª Divisão Militar, por Decreto de 9 de Setembro.

Em 1893 assumiu a direcção interina da Escola do Exército, por Decreto de 2 de Março de 1893, e a de Comandante interino do Corpo do Estado-Maior do Exército, por Decreto de 12 de Maio.

Foi promovido a General de Brigada por Decreto de 30 de Junho de 1893 e a General de Divisão por Decreto de 13 de Maio de 1896.

Naquele mesmo ano de 1893, foi nomeado Comandante da Escola do Exército (Ordem do Exército, N.º 25). Esta nomeação, depois de ter assegurado por pouco tempo a direcção interina daquele estabelecimento de ensino militar era justificada pelo profundo conhecimento que S. Januário tinha já daquele estabelecimento de ensino, em virtude de ter sido Vogal da Comissão encarregada de estudar e propor plano de reorganização da Escola do Exército, conforme a Ordem do Exército, N.º 11 de 16 de Abril de 1877. Em virtude dos resultados alcançados, foi “Louvado pelo zelo e inteligência com que se desempenhou do serviço que lhe foi concedido” (Ordem do Exército N.º 11, de 8 de Junho de 1879), o que acrescia a favor da sua autoridade aquando da tomada de posse do comando daquela Escola, anos volvidos.

No salão nobre daquele estabelecimento de ensino militar encontra-se exposto o seu retrato a óleo (Fig. 13). Prova do prestígio que granjeou entre alunos e professores daquele estabelecimento de ensino militar é o discurso proferido por um dos lentes (COSTA, 1896) aquando da abertura do ano lectivo de 1896/1897, em bonita encadernação feita propositalmente para lhe ser oferecida (Fig. 14).

Ao ser nomeado Comandante da 1.ª Divisão Militar (pela Ordem do Exército N.º 6 de 1897), foi exonerado de Comandante da Escola do Exército, a actual Academia Militar.

Por fim, já com mais de 70 anos, foi exonerado do cargo de Presidente da Comissão encarregada de estudar e propor as providências mais adequadas à reorganização das forças ultramarinas (Decreto de 7 de Junho de 1898), tendo sido louvado pela forma como dirigiu

os trabalhos daquela comissão, passando à reserva (ou, como então se dizia, ao exército auxiliar). O garbo militar, apesar de contar já então mais de 70 anos e se encontrar doente mantinha-se inalterado, como se evidencia em foto tirada na sua quinta da Portela, em Abril de 1900, com uniforme de General de Divisão e todas as insígnias das suas muitas condecorações (Fig. 15).

A participação do Conde de São Januário, em Lisboa na recepção a Mousinho de Albuquerque, a 14 de Dezembro de 1897, ladeando o herói africano (Fig. 16), dando a direita ao homenageado, aquando do seu desembarque no Cais do Sodré, na qualidade de Comandante da 1.^a Divisão Militar foi o corolário da sua vida pública, que desde sempre se confundiu com a vida militar, em prol do serviço do País e da defesa dos interesses nacionais.

Por esta breve síntese se pode aquilatar a notável carreira de Januário Correia de Almeida e os extraordinários serviços por ele prestados ao país, como militar, engenheiro, diplomata e administrador. Estes e outros atributos serão evidenciados nos capítulos seguintes.

4 – O despertar para a causa pública: a missão no arquipélago de Cabo Verde (1857-1861)

A preparação técnico-científica de S. Januário como engenheiro militar cedo foi posta ao serviço do País, fazendo parte dessa plêiade de militares que no século XIX abriram a Portugal os caminhos da modernidade.

Devem-se-lhe inúmeras infra-estruturas em diversas ilhas do arquipélago de Cabo Verde, para onde foi despachado a 22 de Dezembro de 1857 Director dos Serviços de Obras Públicas do Distrito de Cabo Verde, tanto a nível das estradas de macadame que mandou construir, em substituição das picadas quase intransitáveis, como em equipamentos portuários. É o caso do belo edifício da Alfândega do porto do Mindelo, construído entre 1858 e 1860, de excelente qualidade arquitectónica, com alvenarias de calcários cuidadosamente aparelhados provenientes da Metrópole, construção que ainda hoje mantém toda a sua beleza (Fig. 17).

Com sua nomeação interina como Governador de Cabo Verde, cargo que exerceu entre 8 de Agosto de 1860 e 1 de Abril de 1861 em acumulação com o de Director das Obras Públicas do arquipélago teve o ensejo de pôr em prática um ambicioso plano de melhoramentos, que envolveu a construção, na Cidade da Praia, de importantes estruturas portuárias recorrendo a um imposto de 3% sobre o valor de todas as mercadorias entradas e saídas. Teve ensejo de publicar folheto (ALMEIDA, 1860) (Fig. 18), onde descreveu o projecto por si elaborado e cuja concretização lhe coube também assegurar.



Fig. 17 – Inscrição existente na fachada da Alfândega da cidade do Mindelo (ilha de São Vicente, República de Cabo Verde), cujo projecto e direcção de obra se deveu ao futuro Conde de S. Januário. Foto do Autor.

O autor apresentou um plano das obras, que compreendiam a construção de um novo cais marítimo no porto da Cidade da Praia na Ilha de Santiago e de duas estradas de acesso. O autor estruturou a sua publicação em três partes, que se complementam, intituladas: I. Circunstâncias locais; II. Plano da obra; III. Orçamento.

Apresentou os motivos da construção do referido cais (justificação da obra principal), a receita angariada e os meios para a sua realização, a escolha da localização mais apropriada para existência de um cais seguro, o plano da obra (projecto do cais e de duas estradas de acesso ao mesmo), e a descrição minuciosa dos valores a serem gastos (apresentação do plano rigoroso da despesa com a obra pública).

A justificação da obra dada por Januário Correia de Almeida, refere a necessidade e urgência da sua construção, considerando-a como prioritária para o comércio marítimo e progresso económico da Província de Cabo Verde. Havia a necessidade da criação de um cais, sólido e duradouro, capaz de resistir ao choque de violentas vagas.

Para as obras desse cais, o autor informou que se tinha criado em 1855 um imposto especial de 3% *ad valorem* sobre toda mercadoria importada com destino à Ilha de Santiago ou dali exportada, cobrado na Alfândega, determinado por Portaria do Governo-Geral da Província (receita especial destinada às construções municipais).

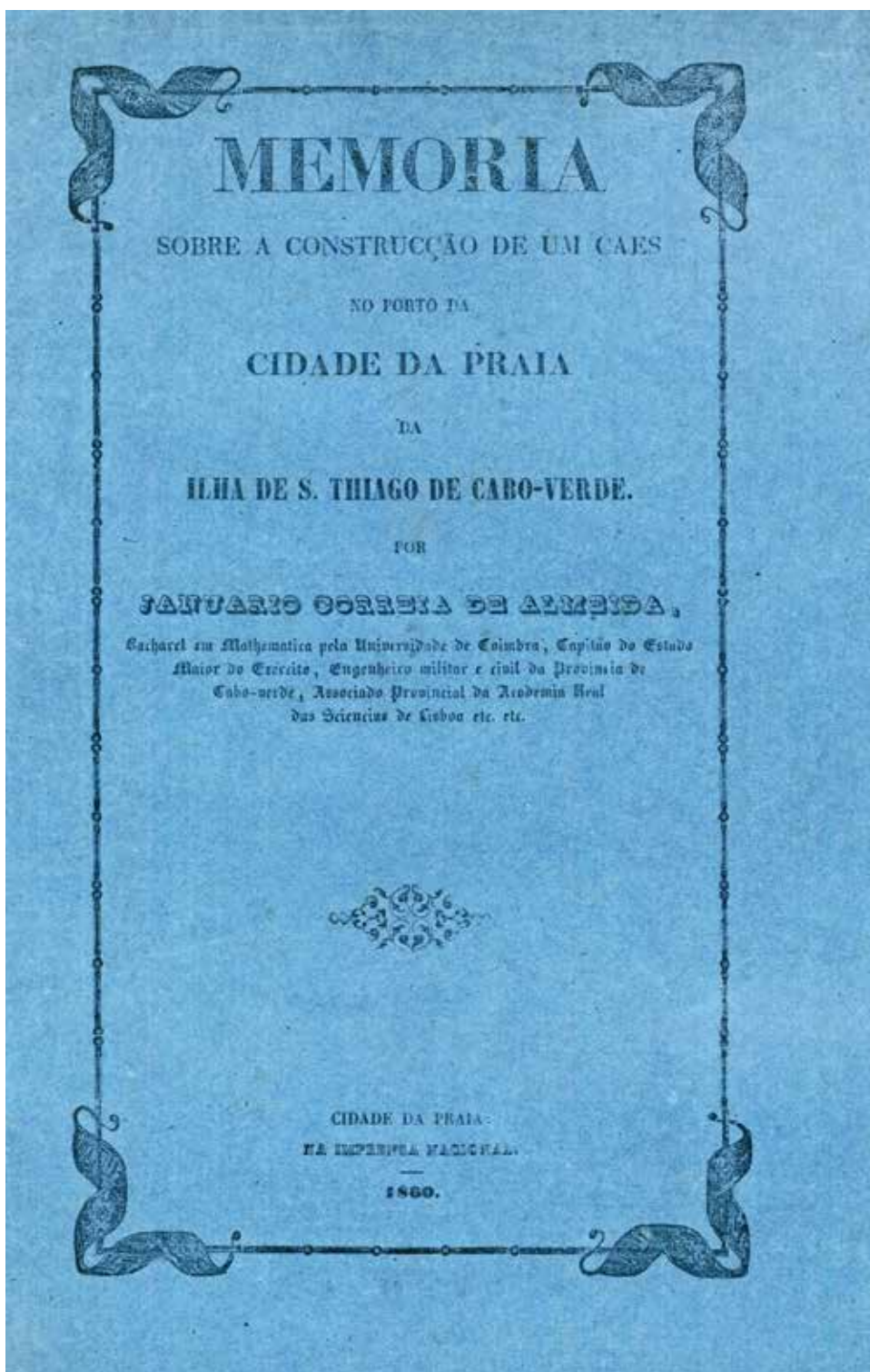


Fig. 18 – Capa do folheto publicado em 1860 sobre as obras que projectou e dirigiu no porto da Cidade da Praia, na qualidade de engenheiro militar (ALMEIDA, 1860). Arquivo da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Ao canalizar a receita angariada pelo referido imposto, reuniram-se os meios financeiros para a construção, não só do desejado cais, como também para a construção das duas referidas estradas, com que projectava ligar o cais com a Alfândega, e com a Praça da Cidade, “as quaes tem de ser sustentadas por grossos muros de suporte revestidos em parte de cantaria”. (p. 2)

Na sua opinião, como engenheiro, o porto da Praia de Santiago era “um dos melhores e dos mais frequentados da Provincia. (...) Formam-lhe a entrada as pontas das *Bicudas*, e da *Temerosa*, e no fundo da bahia se levanta sobre a planura de um monte bazáltico a Cidade da Praia.” (p. 2)

O autor, depois de algumas considerações geológicas, marítimas e climáticas do local referiu que “em todo o anno há grande resaca na praia, pelo pouco fundo da bahia próximo á margem; porèm, é principalmente no tempo das aguas, e na baixa-mar, que ella prejudica e torna menos seguro o embarque e desembarque de pessoas e mercadorias, que como é sabido, se faz ás costas de homens, com grave incommodo, e muitas vezes com grossa avaria.” (p. 2)

A escolha exacta do local para a construção do cais teve em conta o reconhecimento do terreno por si directamente realizado.

A escolha recaiu “quasi em frente da Alfandega, e distante d’ella 100 metros, tem origem junto á margem, e para o lado do nascente, uma restinga de rocha, que, segundo a direcção de N. W. para S. E., se estende na bahia em mais de 100 m de comprimento, e quatro a cinco de largura, aflorando na baixa-mar, e elevando-se mesmo em alguns pontos até 0,5 m sobre este nível.” (p. 3)

Ainda a propósito da escolha do local da construção do cais, referiu que “é sobre o extremo d’esta restinga para o lado do mar, que projectei a parte mais importante do Caes – o embarcadouro e o talhamar, que lhe serve de defeza; – e de seus extremos tirei os dois lados do Caes, paralelamente a seu eixo perpendicular á costa, e na extensão media de 50 m. Pelo lado exterior da restinga, que tem a solidez necessária para não ser preciso augmentar-se-lhe o talude, dão as sondas junto ao embarcadouro, e em toda a sua extensão de 0,8 m a 1,2 m, referidas á baixa-mar dos equinoxios, nível a que referi toda a sondagem; subindo a altura d’agua no preamar nos mesmos pontos de 2,7m a 3,1 m. Há portanto em qualquer maré altura sufficiente para as lanchas atracarem. Todo o fundo do espaço, que ha-de ser occupado pelo Caes, ou é de rocha, ou está coberto por grandes pedras destacadas da rocha, que lhe fica eminente (...).” (p. 3)

No segundo capítulo o autor desenvolve o projecto da construção do cais e das duas estradas de acesso à Cidade e à Alfândega e respectivos prazos de execução.

De acordo com o plano da obra projectada por Januário Correia de Almeida esta seria realizada em duas fases de seis meses cada. Na primeira fase, “que será de Fevereiro a Julho, ou principio de Agosto de 1859, far-se-hão as estradas, que da Praça do Quartel e da Alfandega, conduzem ao Caes, e lançar-se-hão os fundamentos do mesmo Caes. No 2.º

periodo entre os mesmos limites no anno de 1860, levantar-se-hão as muralhas do Caes, e trabalhar-se-hão até á sua conclusão.” (p. 3)

A justificação da divisão indicada, bem como as vantagens na pausa dos trabalhos foram dados pelo engenheiro que afirmou que “a divisão do trabalho n’estes períodos é indispensável, não só porque o clima da Praia então é mais saudavel para os Europeos recém-chegados, e ha mais bonança no porto para a construcção não perigar, mas tambem porque esta obra pelo systema que hade empregar-se, não póde ser levada a effeito em uma só campanha. A baze do Caes até ao nivel da baixa-mar, será feita pelo systema (...) d’enrocamento. (...). N’este systema torna-se necessário para a segurança da construcção posterior, deixar passar pelo menos um inverno sòbre o enrocamento, para assim deixar operar completamente o assentamento estável das pedras.” (p. 3)

As indicações pormenorizadas do autor revelam-nos que este não só não deixou nada ao acaso mas tinha um conhecimento prático preciso do cumprimento das exigências construtivas da obra a realizar. Planeou todas as fases de construcção, indicando vários aspectos a ter em conta durante a construcção, auxiliado por planta e perfis.

Assim, num primeiro período seriam construídas as duas estradas, da Cidade e da Alfândega para o cais, prioritárias “para serviço do pessoal e conducção do material que deve empregar-se na 2.^a campanha, a maior parte do qual deverá ser depositado na praia da Alfandega” (p. 4), ao mesmo tempo que se procederia ao enrocamento do Cais.

Relativamente ao cais, o autor definiu que “traçado todo o perímetro do Caes por meio de balizas levantadas sòbre a restinga, e por alinhamentos na margem, proceder-se-há ao enrocamento, avançando da margem para a restinga, e dispondo cuidadosamente por camadas, as maiores pedras, que se poderem obter da rocha eminente, do monte do *Palmarejo*, e do Ilheo fronteiro. (...) A baze do talhamar, que é a parte mais importante da obra por formar o abrigo do embarcadouro, e ao mesmo tempo a de construcção mais arriscada por ter de avançar além da restinga até um fundo de 2m em baixa-mar, deverá ser construida com todo o esmero, empregando alli as maiores pedras de que poder dispòr, e enchendo os seus intervalos, desde a 1.^a camada, com *beton*, que para a maior profundidade se fará descer sòbre o enrocamento, em caixas de fundo falso, que os operários abrem facilmente, quando estas teem chegado ao lugar que se pretende, depositando alli o *beton*. (...) A superfície quadrada do Caes (...) é de 1724,0 metros quadrados.” (p. 6 e 7)

Num segundo período construtivo seria então formado o cais sobre o enrocamento. No seu planeamento prevê “renovar o enrocamento, nos pontos aonde o mar o tenha destruído, lançando novamente uma camada de *beton*, para encher os intervallos, que então existirem na superfície do enrocamento; sobre este se começarão a elevar as muralhas em todo o contorno, e a cada fiada de cantaria hirá correspondendo uma camada de enchimento na solidez do Caes, sempre com a irregularidade precisa na disposição das pedras, que principalmente farão o enchimento do massiço, para que as diferentes camadas fiquem bem endentadas. Assim se elevará o Caes até ao seu coroamento, correspondendo sempre a

elevação do enchimento do massiço, á elevação das muralhas, e dos contrafortes.” (p. 7) O autor continuou dizendo que “o embarcadouro será formado solidamente (...) e compor-se-ha de dois lanços de escada de 15 degráos apoiados sòbre um massiço de alvenaria revestido de cantaria, e reforçado por um muro interior tambem edificado sòbre a restinga. (...) O revestimento de cantaria, em todo o contorno do Caes, será formado de parallelipedos com as mesmas dimensões.

No terceiro capítulo o autor revelou o custo total da obra (cais e estradas) que foi orçamentado em 32:066\$880 réis. Este valor foi o resultado do somatório de todas as importâncias previstas para a realização da obra, que se encontram individualizadas na publicação, sumariadas da seguinte forma:

 Materiais = 16:437\$710 réis;
 Gastos com o pessoal na 1.^a campanha = 3:900\$000 réis;
 Gastos com o pessoal na 2.^a campanha = 5:364\$000 réis;
 Transporte do material = 3:450\$000 réis;
 Expediente, despesas diversas, etc. = 2:915\$170 réis;
 TOTAL do orçamento = 32:066\$880 réis.

Mostrou preocupação no processo inicial da obra, para que esta não sofresse de atrasos: “Todas as encomendas do material e engajamento do pessoal, devem ser feitas com a devida antecipação, prevenindo os transportes para que cheguem ao lugar da obra em tempo competente.” (p. 11)

O projecto e o orçamento da obra tiveram aprovação e ordem de execução pela Portaria n.º 216 do Governo-Geral da Província de Cabo Verde. Tratou-se, pois, de uma iniciativa que a ele totalmente se ficou a dever, desde a fase de concepção à de execução e financiamento, revelando-se assim, desde essa altura o pouco tempo de que tinha necessidade para a concretização de todos os seus projectos, tal a energia e determinação por si mobilizada para a sua realização.

Sendo as obras portuárias na Cidade da Praia essenciais para a abertura ao comércio internacional do arquipélago, importa também dar conta da construção de diversos edifícios públicos que providenciou naquela cidade, com destaque para o da Câmara Municipal e o do Liceu, criando assim as condições objectivas para o surgimento de uma elite local ilustrada, que cedo se afirmou e que persistiu ao longo de toda a presença portuguesa no arquipélago.

Na ilha de Santiago mandou abrir estradas e edificar quartéis, e na do Fogo deve-se-lhe também a construção do edifício da alfândega.

Antes do seu regresso à metrópole, em finais de 1861, foi homenageado pela população local com a entrega de uma espada de honra e a cunhagem de uma medalha de ouro comemorativa.

A sua passagem benéfica por Cabo Verde, para além dos melhoramentos e edifícios que legou à população, ficou registada com o nome de uma rua, a Rua Visconde de São Januário, na Cidade da Praia (ilha de Santiago).

A invulgar energia e competência técnica e administrativa demonstradas, auguravam-lhe mais altos cargos, e abriam-lhe as portas da Política que viria a abraçar fugazmente, através do exercício de diversos cargos políticos, adiante caracterizados.

Tendo percorrido todas as ilhas do arquipélago, realizou também o reconhecimento do litoral da Guiné, realizando reparações, entre 1858 e 1860 na fortaleza de São José de Amura. Data dessa época o livro “Um mez na Guiné” (ALMEIDA, 1859), interessantíssimo relato de viagens recheado de observações recolhidas em primeira mão, o qual foi publicado em Lisboa, para cuja redacção deve ter aproveitado os curtos tempos livres no arquipélago (Fig. 19). Pelo seu inegável interesse documental, geográfico e sociológico, considerou-se importante apresentar um resumo desenvolvido das 68 páginas que integram a versão original que, por estranho que pareça, nunca conheceu reimpressão.

O Prólogo, a cargo do poeta Raimundo de Bulhão Pato (1828-1912), quase da mesma idade, refere o pedido de apreciação que lhe foi solicitado pelo Autor, seu amigo, pois declara “os receios que me sobressaltavam o animo por saber que ias habitar em paragens bem pouco saudáveis, alegrava-me a idéa de que a tua viagem podia ser útil ao paiz, e útil ao teu futuro.” Com efeito, Bulhão Pato sublinha que o Autor escapou das febres da Guiné, evidenciando as suas qualidades de observação, graça e naturalidade, através das suas descrições dos costumes das gentes, num estilo leve, variado, sempre animado e pitoresco. Destaca a descrição do “famoso rei do Picaú quando aparece diante do governador arrastando as suas pompas monarchicas (...) O chapeo cochicho, os enormes sapatos que pretendem subjugar o democrático joanete, o manto orlado com franja de caixão de defunto, o cachimbo ao canto da bocca e os esforços que o bom do homem faz para soltar a cataractas da sua eloquência, que promete subverter ao senso comum (...)” Refere-se enfim, à deposição de uma coroa de flores na campa do seu camarada e amigo António Mousinho de Albuquerque, falecido no rescaldo desta missão, fazendo ainda votos para que regresse em breve a Africa, aproveitando as horas livres dos encargos oficiais em trabalhos como o presente.

Viagem da Praia a Bissau: Às 7 da manhã de 15 de Abril de 1858, do porto da Praia da ilha de S. Tiago de Cabo Verde, levantou ferro a barca portuguesa *Villa da Praia*, passando pelas pontas da Temerosa e das Bicudas que fecham a baía e depressa perdeu de vista os altos montes de S. Thiago dirigindo-se ao porto de Bissau. Esta barca, da praça de Lisboa e pertencente à casa Burnay, para além de outros passageiros transportava o Governador-Geral da Província de Cabo Verde, Calheiros e Menezes (que viria anos depois a ser Ministro das Obras Públicas) e seus ajudantes de ordens, o Governador da Guiné, Mousinho de Albuquerque (que viria a falecer no rescaldo desta missão) e o Autor. Seguindo com bom vento nos dias 15 e 16, encontravam-se no dia 17 a 70 milhas de Cabo-Roxo onde se começou a notar uma grande diferença na cor das águas, que passaram de

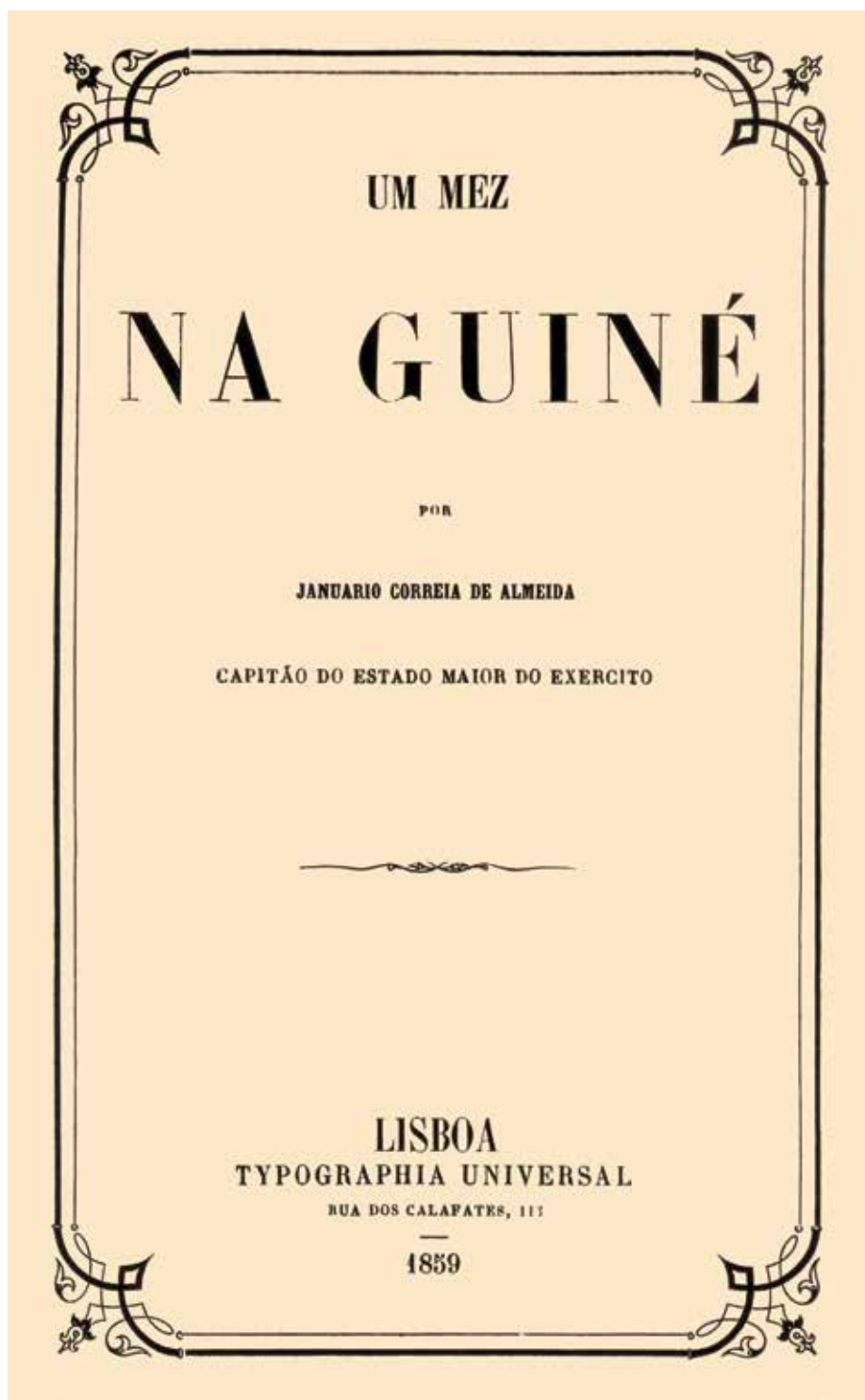


Fig. 19 – Capa da monografia sobre a sua missão de reconhecimento, realizada em 1858, ao longo da costa da Guiné (ALMEIDA, 1859). Biblioteca Nacional de Portugal.

um azul vivo a um verde debotado ou amarelo turvo e que “segundo Arago, naturalmente é devido a que a luz reflectida por um fundo amarello carregado, e a luz natural da agoa se confundem e chegam ao mesmo tempo ao olho do observador”.

É observado que o veleiro fundeara no meio do Oceano em “7 braças de fundo” sem se ver terra, o que poderá deixar surpreendido o viajante que pela primeira vez navega naquelas águas. Refere-se um encontro com um brigue francês, que vinha do rio Caramansa e ia para o rio Grande e ainda, na madrugada do dia seguinte, da passagem do brigue Mariana, procedente de Bissau com destino a Lisboa. No dia 18 a viagem seguiu para Bissau. Os mares junto à costa são de difícil navegação pelas muitas e velozes correntes, pelas marés nas entradas dos canais e pela irregularidade dos ventos. O capitão Júlio Ferreira, é considerado um dos poucos pilotos da costa da Guiné. Refere a importância do uso da sonda que indica a embocadura do canal e a cor do solo, sendo o verde característico do canal de Bissau e o azul do canal de Cacheu.

“Ao meio dia começamos a dar vista pelo N. das ilhas de Cayó que se levantam do Oceano como viçosos ramalhetes, e pelo S. da ilha de Carache, uma das principaes do archipelago de Bijagós. Que contraste tão notável entre as ilhas de Cabo-Verde, e a Costa de Guiné no seu aspecto!”. Salienta os montes enegrecidos pelas terras vulcânicas com pouca vegetação em Cabo Verde, e na Guiné as terras baixas e extensas, cobertas com vegetação mais variada e perene, salientando a riqueza dos seus produtos. O veleiro fundeou na embocadura do canal próximo às ilhas de Jetta e Pissis do gentio Papel que entre si possuem o canal de Caterina. Ao fim da tarde passaram as pontas de Arlett e de Ancora na ilha de Pissis e a de Biombo ou Picle na ilha de Bissau, vislumbrando ao longe a ponta da ilha Formosa e ilhotas do arquipélago Bijagós. Verifica-se em toda a costa a mesma paisagem de terras baixas sem qualquer monte ou outeiro, com vegetação cerrada de coqueiros, palmeiras e frondosas arvores. Transpondo a ponta de S. Martinho denominada pelos ingleses de “Bernafel”, avistou-se o ilhéu de Bandim, de que os franceses se pretendiam apropriar, não fossem as enérgicas reclamações do governador da Guiné na época. Avistando de seguida o ilhéu do Rei e a povoação de Bissau, passaram junto ao ilhéu de Bandim. “Às 10 horas da manhã do dia 19 de abril, lançavamos ferro em frente da praça de S. José de Bissau”. *Bissau e ilhéu do Rei:* A povoação é insignificante e a praça pouco se impõe pela má situação, sendo contudo agradável a perspectiva de Bissau pelo arvoredado que a “enfeita”. Sublinha o cuidado em sair do veleiro para o escaler, devido à dificuldade de atracagem “pela impetuosidade da corrente, porém descei cuidadosamente porque se vos escapa um pé ou não tendes a mão segura, caíndo no rio ireis saciar a voracidade da jamanta ou do tubarão”. Refere as dificuldades no percurso de dezenas de metros do cais sob um sol abrasador e a chegada a uma extensa praia de lodo até à povoação, declarando: “É porém esta prova uma das mais espinhosas que em vossa peregrinação se vos apresenta, pois que enterrando-vos no lôdo, em cada passo que diligenciaes tornar de gigante, ganhaes apenas algumas pollegadas, e correis o risco de ficar nas praias de Bissau condemnado a um suplicio semelhante

ao de Sisypho, sem ao menos ter a gloria de ser cantado por Homero. Finalmente quando chegardes á povoação exausto de forças, coberto de suor e impregnado de miasmas que vão produzir-vos a febre, mal direis ainda da vossa temeraria resolução. Póde desembarcar-se por prazer no porto de Bissau!”

O que mais o atraiu em Bissau foi a praça, o mercado diário e os “poilões”, árvores que podem atingir grandes dimensões. A praça de S. José é um simples reduto, tendo exigido um grande esforço para a sua construção sob a protecção dos canhões, e de forte esquadilha, na guerra difícil de sustentar o gentio Papel e Balanta, tendo perecido mais de 2.000 portugueses.

No dia 20 tomou posse do governo da Guiné A. P. Mousinho de Albuquerque, que viria pouco depois a falecer, substituindo o antigo governador Honório Pereira Barreto, que se notabilizou no governo do território. O autor é um dos signatários do auto de posse. A praça é formada por quatro partes abaluartadas, traçadas sobre um quadrado de cerca de 100 metros com muralhas de 10 a 12 metros sobre fosso que a circunda. Foi edificada no reinado de D. José, no ano de 1766, tendo sido no princípio quartel do governador, com dependências para 200 soldados e oficiais, igreja, alfândega, grandes armazéns e poço. Na época encontrava-se bastante degradada.

Na opinião do Autor, teria sido preferível fundar este estabelecimento num terreno a 2 km para oeste de Bissau, junto à aldeia de Bandim, onde dominaria os campos adjacentes e teria melhor defesa do porto na época em que se receavam as incursões dos piratas. Foi assim mal escolhida a situação do estabelecimento, pela oposição do gentio ou pela incompetência dos agentes da companhia Grão-Pará e Maranhão que o pagaram.

O clima de Bissau é insalubre como todos os estabelecimentos na costa da Guiné, sendo consequência de várias causas: necessidades do seu comércio estar situado nas margens de rios ou no litoral em terrenos muito baixos e pouco “ventilados pelo vento N.O. que é o dominante”; existência de lodo junto a rios e mar, que “postos em fermentação debaixo da zona torrida, exalam miasmas putridos que infeccionando a atmosphera, vão atacar poderosamente a economia animal”, pântanos no interior, elevadas temperaturas, de em média 30.º graus à sombra de dia e 50º ao sol do meio-dia, gerando doenças. A tudo isto junta-se a incúria da polícia dos nossos estabelecimentos e dos próprios habitantes, pelas imundices amontoadas nas casas, ruas e praias. Os gigantescos poilões “(*Erio exdendron anfractuorum*) (sic) constituem a maior árvore da Guiné e que ali é muito vulgar. Tem uma madeira esponjosa e leve, imprópria para construções, sendo usada para canoas que atingem os 20 m de comprimento e levam 12 a 20 homens e carga.

O maior movimento que se nota na povoação de Bissau resulta do mercado diário, na rua principal, onde acorrem 400 a 600 gentios; Papeis, Balantas e Bijagós. Os objectos à venda são: frutas, leite, arroz, óleo, vinho de palma, galinhas, ovos, porcos, legumes, estando os compradores munidos de tabaco em folha, barras de ferro, folhas de espada, bandas de tecido grosseiro de algodão, pólvora, aguardente etc.

A moeda chamada patação é aceite para o fabrico dos seus artefactos. “Os botões vermelhos das fardas ainda alli teem occasião de representar um importante papel, trocando-se a periquitos ou a outras espécies. Nas circunstancias ordinarias do mercado, é sabido que por um botão se obtém um periquito. Os indivíduos de ambos os sexos, sendo solteiros, andam inteiramente nus, usando apenas as donzelas um avental e os mancebos um bocado de couro ou um buzio suspenso por um cordel. As mulheres casadas e os homens usam curtos panos que envolvem parte do corpo da cintura ao joelho. Observa-se também o modo engenhoso como as mulheres levam as crianças às costas, enlaçadas com o pano. No dia 27 a missão visitou o ilhéu do Rei que fica fronteiro a Bissau e que foi “alcançado” para a corôa portuguesa pelo comendador Honório Pereira Barreto em 1838 tendo, em 1847, sido “aforado” à casa Nozolyne, na condição da referida casa ceder ao governo a porção de terreno que se julgasse necessária para a edificação de uma povoação e estabelecimento de uma fortificação.

Piorando o clima de Bissau, com assoladoras epidemias, muitos negociantes edificaram os seus armazéns e moradas no ilhéu do Rei, tendo-se assim estabelecido ali uma feitoria, considerada a melhor da Guiné portuguesa.

São ali conservados 300 escravos, empregues na cultura de quase todo o ilhéu, a mancarra (amendoim) que é o principal artigo de comércio daquela casa. No ilhéu existe uma via férrea que conduz aos depósitos da feitoria, existindo uma casa de habitação com alpendres, armazéns e pátios para depósitos, oficinas de tanoeiro, carpinteiro e serralheiro. Mais afastado do estabelecimento, à semelhança de uma aldeia, existem numerosas cabanas para os escravos e ainda um estaleiro para conserto de navios. A senhora da feitoria mostrou o jardim e a horta entre o estaleiro e casa de habitação e deu a provar o vinho de palma, que foi obtido por um escravo subindo a uma palmeira. Foi vista a arvore sagrada situada na ponta do ilhéu oposta à feitoria e “é esta a *xina maior* (logares que teem por sagrados e aonde exercem as cerimonias do seu barbaro Theismo) de toda a região dos papeis, e eles alli concorrem aos milhares em certas épocas, para celebrar as festas de seus ritos, immolando victimas de que os *baloubeiros* (feiticeiros) tiram agouros em objectos de seu interesse. Aqui celebram os gentios papeis as cerimonias funebres da morte de seus reis, e eleição de outros”.

De retorno a Bissau, apareceu o rei de Antula, rei dos gentios, informando que naquele dia vinha incógnito, depois de ter sido repreendido por se apresentar ao Governador Geral em figura tão impropria. “Quando sua majestade de Antula se retirou, não obstante o incógnito, entregou com toda a gravidade real o bastão ao seu primeiro ministro (...) por indicação régia embrulhava cuidadosamente a polida maça do bastão em um fragmento de papel, que por acaso se achou pertencer a um dos mais democraticos jornaes portuguezes (...). E lá foi para o interior da Guiné um artigo de fundo, em que talvez o nosso eximio escriptor, exaltasse os direitos do povo e imaginasse republicas, embrulhando o bastão do comando despótico e absoluto de um rei de selvagens!!”

Constou ao Governador da província que no estabelecimento de Farim a alguns dias de viagem de Cacheu pelo rio, havia desentendimentos com o gentio Mandinga, que lhe é limítrofe. O conflito foi resolvido com a deslocação de escuna que transportou o próprio Governador e um destacamento de Bissau com duas peças de artilharia de campanha. *Cacheu e aldeias circumvisinhas*: no dia 25 de Abril a bordo da escuna *Saudade*, rumou-se para Cacheu. O Comendador Honorio Pereira Barreto, grande conhecedor da Guiné, com grande influência sobre os gentios da Guiné, conhecendo os seus usos e costumes e a própria linguagem, acompanhou a deslocação. A ele se devia, como declara o Autor, a conservação de alguns dos nossos estabelecimentos da Guiné fazendo preservar a dignidade da bandeira nacional. Fez várias representações junto do Governo reclamando quando os franceses se apossaram do Caramanza (Casamansa), fortificando na sua embocadura o Ilhéu dos Mosquitos e Carabane, ocupando Cejó próximo a Zinguechor e outros pontos. Governou a Guiné por longos períodos, despendendo muito da sua “fazenda”. No dia 30 foi avistado *Cabo Varella* e toda a embocadura do rio de Cacheu, tendo-se fundeado perto da costa de Bolor. O rio de Cacheu “é mui pittoresco por se avistarem de perto suas margens cobertas de frondoso arvoredos. Grandes garças e pelicanos brancos se encontram frequentemente enfileirados nas margens deste rio, e com tal regularidade que ao longe me pareceram alinhamentos de marcos de pedra”. A povoação de Cacheu é agradável e pitoresca com bons edifícios sobressaindo o palacete do Comendador Honorio “com suas arcadas em ogiva e elevados torreões”.

Após a visita da Alfândega, o Autor tomou posse do governo da praça. Esta cerimónia encontra-se registada no seu Processo Individual conservado no Arquivo Histórico Militar, onde se declara que, em 1858 foi elevado a governador daquela praça. Neste âmbito, visitou a aldeia de Cacande, onde observou densa vegetação nos arrabaldes da praça, com numerosas espécies de crucíferas, malváceas, leguminosas, eufórbias, gramíneas... a par de vastas florestas virgens com poilões, palmeiras, goaveiros, cíbes, calabaceiras, tarafes, nespereiros, mantapás e outras árvores. “Porém é a elegante palmeira e outras monocotyledonias arborescentes, taes como o coqueiro, cíbe e bananeira, que contribuem principalmente a imprimir a esta vegetação tropical uma phisionomia particular perante a atenção do viajante europeu.”

O grupo chegou depois à aldeia de Cacande, onde poucos europeus tinham até então penetrado, com receio do gentio que alguns “chamam fero e traçoeiro”. A aldeia é muito pitoresca pela disposição irregular das suas cabanas “assombradas por corpolentos poilões”. Pelos campos da Guiné elevam-se fortes maços de barro pouco inferiores às referidas cabanas e que são construídos por uma espécie de formigas que denominam *baga-baga*. “Se um observador attencioso destruir o curuchéo deste macisso, com o emprego de picareta e analisar o interior do edificio aonde a *baga-baga* habita aos milhares, encontrará de certo alli muita mais arte exercida por aquelles industriosos operarios do que nota no miserável gentio destas paragens”.

Algumas mulheres percorriam os campos, colhendo frutos, vinho e azeite de palma, mandioca e outros géneros para consumo e vender na praça, enquanto outros cultivavam o sal. Foi vista a mulher do rei de Cacande, há pouco falecido.

Foram sentados em esteiras a sombra da cabaceira (*Adansonia digitata*) enquanto as mulheres faziam círculo admirando Honorio Pereira Barreto a quem tratavam por Nho Nó. Ao fim da tarde voltou-se para Cacheu. Foi visitada a praça onde existem edifícios pertencentes a negociantes ali estabelecidos. Esta carece de ser fechada por um muro em vez da paliçada que tem. O interior do forte necessita de ser melhorado e a igreja “é uma mesquinha choupana terrea sem o decoro próprio de um templo, mesmo em Cacheu sendo os fieis convidados a entrar na casa do Senhor, pelo toque de um sino pendente dos ramos de uma laranjeira que serve de ornamento ao adro da igreja”.

O Autor apela à necessidade de melhoramentos: “A casa para a alfandega é de muita necessidade, não só para maior comodidade dos empregados, mas também para isenção da renda que se paga a particulares, e um caes ainda que grosseiro seria uma das obras mais importantes para este estabelecimento.”

A aldeia de Cacheu era o centro económico e comercial regional onde se negociava com o gentio, “para alli são importados os diferentes objectos, pela permutação dos quaes se obteem para exportação bastante arroz, alguma mancarra, couros, cêra, etc.”

No dia 3 de Abril o Autor visitou a aldeia de “Piccau”, onde se encontrou com o “Rei de Piccau”, “ (...) que passeava quasi nu na praça da aldeia”, sendo recebidos com alegria. “Este rei era um velho de pequena figura, tendo encaixilhado em pêllos grisalhos um rosto mui comico e alegre, aonde brilhavam olhinhos vivíssimos.”

“Logo que soube que se achava presente o Governador Geral a que chamam *Nhó Governo Grande*, tratou-nos com a maior afabilidade, offerecendo ao governador para descansar uma cadeira com assento de palhinha, bastante estropiada, mas a única de certo que o poderoso monarcha possuía em seu reino; aos outros visitantes foi distribuindo uma espécie de tripeças, alguns toros de madeira, e a final uma sugíssima esteira, filha da industria destes povos, e que muito pouco abona a sua habilidade.”

De regresso a Cacheu, encontrou-se com o “Rei de Churo” e com o “Rei de Piccau”, descrevendo o seu aspecto, a seu ver anedótico, em resultado de como se apresentavam vestidos. Fez vários reparos à degradação / miséria da casa forte de Cacheu: “Esta espécie de fortificação é inclassicável, e anonyma na historia militar (...) junto à qual se veem as ruinas do antigo quartel do governo, das quaes é necessario fazer surgir nova edificação aonde o Governador de Cacheu e officiaes da guarnição possam decente e commodamente estar alojados (...). É urgente que pelo menos se reparem as muralhas que estão ameaçando iminente ruina, se cubra com segurança o paiol e se forneçam os utensílios da artelharia, pólvora e projectis indispensáveis para sustentar a guerra com o gentio, a qual póde ter logar quando menos se espere.”

Referiu que “seria bem vergonhoso que o gentio atacando aos milhares como costuma, uns muros indefezos fosse substituir no baluarte da bandeira, as gloriosas quinas de Portugal por suas imundas *xinas* e *baloubas*.” No entanto elogiou a capacidade militar “no meio de tanta ruína e miséria (...) o aceio e ordem que o official comandante do destacamento, o tenente Carvalho, conservava na força do seu commando, nos quartéis, no material de artilheria, tal qual era, e bem assim em todo o recinto do forte, não obstante os poucos meios de que dispunha.”

Aldeia de Bolor e acampamento do gentio: o Autor viajou de regresso a Bissau, de novo a bordo da escuna “Saudade”, entre os dias 4 de Maio e 8 de Maio. A demora da viagem e o seu descontentamento são relatados pelo Autor, que apontou os perigos da navegação naquelas águas e a falta de perícia de quem comandava o barco.

Fundeou em frente de Bolor e dirigiu-se á aldeia do gentio “Felupo”: “É tão pequena a altura d’água junto ás margens que mesmo a grande distancia da praia encalhou o nosso escaler, e tivemos de continuar a derrota para a aldeia de Bolor ás costas dos marinheiros, os quaes caminhando em um fundo lodoso nos mostravam proximo um desagradável banho quando difficultosamente procuravam equilibrar-se. Saltando na praia, tivemos ainda de caminhar grande extensão para chegar á aldeia, enterrando os pés na praia lodosa e sujeitos a um sol abrazador.”

Referiu-se depois aos seus habitantes, habitações, comércio e costumes: “A aldeia de Bolor assenta em terrenos alagadiços e mui pouco arborizados, e em seus pântanos se cultiva muito arroz que exportam, e bem assim os couros e cêra que alli concorrem de toda a região dos Felupos. Esta aldeia é muito populosa, e o gentio Felupo seu habitante é mui tratavel e amigo dos portuguezes. As suas barracas mais regulares e espaçosas do que aquellas que observei nas aldeias de Cacheu e Bissau, mostram o exercicio de alguma industria.”

Durante a sua curta presença em Bolor foi-lhe concedido observar a cerimónia / festa da circuncisão: “O acampamento para a cerimonia havia-se estabelecido a uma milha proximamente da aldeia em uma grande planície cercada de algumas arvores de cibe que vegetavam junto a pântanos de agua tão infecta que apresentava a côr verde carregada.” (...) “A circuncisão faz-se em certas épocas entre quasi todos os povos gentios da Guiné: e tal operação sem a qual os mancebos não são julgados aptos para cazar, faz-se, segundo o próprio gentio de Bolor nos refferio, do modo mais grosseiro possível, morrendo alguns das hemorragias, inflamações, e gangrenas que se seguem á operação.”

Efectuou a compra de alguns búzios, vistos como objectos curiosos, e uma cadeira / trono do rei gentio de Bolor: “Por esta circumstancia e por ser o throno de um rei gentio era esta uma peça muito curiosa para ornamento de um museu, e para este fim foi comprada com muito empenho pelo governador, e remetida para Lisboa.”

Regressou ao barco, debilitado, “debaixo de um sol ardentíssimo” e passando “quasi um dia sem comer”.

“Às 3 horas da tarde tendo-nos despedido dos nossos fieis aliados de Bolor que prometeram visitar-nos, fomos para bordo, e só então quebrámos o jejum em que nos tínhamos conservado, por havermos julgado que voltaríamos a bordo muito mais cedo.”

Ultimos dias de um mez na Guiné: o Autor relata a longa viagem de regresso a Bissau, devido à falta de perícia e erros de navegação do comandante do barco: “São estes mares como em outro lugar já observei de mui difícil navegação, por isso só n’elles póde aventurar-se afoutamente quem tenha a bordo pratico experimentado; infelizmente para nós estava ainda muito longe de ter direito ao seu diploma, aquelle que nos tinhamo dado em Bissáu (...); Já durante a nossa longa viagem de Bissau para Cacheu, nós tínhamos reconhecido a pouca perícia de mestre Antonio, o que nos foi sobejamente confirmado na volta de Cacheu para Bissau.”

“Quando largamos de Bolor fizemos prôa a Oeste como convinha, para sahir fora dos baixos e parcéis que precedem a embocadura do rio de Cacheu: porem antes do tempo o pratico governou para Sudoeste, e foi meter-se em um falso canal, e bem depressa se conheceo o perigo de encalhar pela indicação da sonda que rapidamente foi passando de 7 braças a 2 escassas, demandando a escuna pouco menos. (...) Logo que o pratico reconheceo que tinha errado a navegação com risco do navio que lhe havia sido entregue, ficou desorientado a ponto tal que nada delle se podia esperar.”

Vendo a enorme desordem na tripulação, tomou provisoriamente conta do comando, um passageiro do barco, Hypacio de Brion, que era um experiente náutico.

Durante a viagem o autor confirmou que já se encontrava muito doente.

Chegou a Bissau no dia 8 de Maio ainda mais debilitado, e com notícia de surto epidémico na povoação: “A minha doença assim como a do tenente Felix de Souza, ajudante d’ordens do governador, e a de outros passageiros, tinha-se aggravado com os incommodos da viagem (...); e foi com muita difficuldade que pelo nosso estado de fraqueza podemos caminhar até aos aposentos que nos haviam destinado, entrando logo em um tratamento regular. Reinava então em Bissau uma epidemia que já a muitos tinha sido fatal.”

O seu estado de saúde agravou-se. “Não era por certo nas melhores condições de clima que nós chegávamos a Bissau para sermos tratados de uma grave doença que a não pertencer já á epidemia reinante, se dispunha para ella.”

Sete dias depois da sua chegada a Bissau seguiu viagem para a ilha de Santiago (Cabo Verde), chegando ao porto da Praia no dia 24 de Maio. Durante a viagem presenciou forte trovoadas típicas dos trópicos.

Triste epilogo: Passado uns dias, em Cabo Verde, recebeu a notícia da morte dos seus companheiros que ficaram em serviço em Bissau, vítimas da febre / epidemia: o Governador António Pereira Mousinho de Albuquerque; o Tenente Félix de Sousa; o Sargento e 30 soldados destacados na Praça. “Por esta época declinava a epidemia que grassára em Bissau, porém mui fatal tinha ella sido para aquelle estabelecimento. A morte de alguns negociantes ou de seus caixeiros, a retirada de outros para vários pontos mais saudáveis,

e o receio de ali aportar, tinham paralisado o commercio de Bissau. Eis as belezas de Bissau! O quadro é triste e assustador para os que a sua má fortuna ali chama em serviço ou para negocio, porém é verdadeiro.”

Em síntese, podem-se apontar as principais datas do roteiro de Januário Correia de Almeida na Guiné, em 1858, do seguinte modo:

De 15 a 19 de Abril – viajou de Cabo Verde para *Bissau*;

De 19 a 22 de Abril – visitou *Bissau* e *Ilhéu do Rei*;

De 25 de Abril a 1 de Maio – viajou para *Cacheu*;

De 1 a 4 de Maio – visitou *Cacheu* e as aldeias de *Cacande* e *Piccau*;

De 4 a 8 de Maio – viajou de regresso para *Bissau* (com breve paragem em *Bolor*);

De 15 a 24 de Maio – viajou de regresso a Cabo Verde.

O Autor enumera, no final da sua obra, alguns aspectos, conselhos e acções a tomar pelo Governo de Portugal para melhorar “ o progresso e importância d’aquella quasi abandonada, porém importantíssima parte dos dominios portuguezes na Africa.” São eles:

- esclarecimento de forma definitiva dos limites da colonia portuguesa, tomando posse por direito de descoberta e por via de tratados, para uma melhor defesa dos domínios, constantemente cobiçados por outras potências europeias (concorrência por parte de comerciantes ingleses e franceses); note-se o conflito com os franceses, a propósito do território de Casamansa, o qual foi definitivamente subtraído à soberania portuguesa, conforme o Autor refere;
- criação de infra-estruturas habitacionais, portuárias e militares, sempre numa perspectiva de minimizar os efeitos e impactos naturais e climáticos da região, “pois que evidentemente se reconhece que a insalubridade é o elemento que principalmente contraria o progresso de Guiné.” (p. 62).
- construção de um cais no porto de Bissau, semelhante ao por si realizado no porto da cidade da Praia, na ilha de Santiago, de modo a eliminar a grande superfície de lodo carregada de detritos orgânicos que tinha de se atravessar a pé na baixa-mar. Esta sugestão estava claramente fundamentada nas peripécias por si protagonizadas aquando do desembarque e do embarque.
- construção, apropriada para o tipo de clima, de espaços públicos, novo quartel do Governador, espaços para oficiais, soldados e Alfandega. Também esta conclusão se encontra fundamentada no estado de decrepitude ou de ruína que presenciou em vários estabelecimentos oficiais;

- criação de uma Comissão para estudar o interior do País, de modo a conhecer as suas potencialidades comerciais (principalmente nas margens de rios navegáveis); como ele próprio refere, havia domínios do interior da Guiné onde praticamente nenhum europeu ainda se aventurara, tais os perigos resultantes da animosidade das populações indígenas;
- estudo para rentabilizar as alfândegas, tal como fizera no arquipélago de Cabo Verde, a par da reorganização administrativa;
- independência administrativa do Governador da Guiné face ao Governo-Geral de Cabo Verde, pois que, na opinião do autor, “ (...) não é possível que aquelle paiz prospere em quanto estiver nesta dependência: “Pela distância a que o archipelago está da costa, e pela pouca frequencia de communicações deixam muitas vezes de se levar a effeito medidas aliás urgentissimas porém que se não acham comprehendidas na alçada do governador da Guiné. Pela repugnância que os governadores geraes ordinariamente têm de ir a Guiné, e pela pouca demora de suas vizitas mesmo quando lá vão uma vez cada anno, que é o mais a que tem podido chegar, pouco podem providenciar, e geralmente no fim do seu governo não conhecem bem aquella colonia.” Note-se que estas observações foram publicadas em 1859, antes de o Autor ter sido nomeado Governador-Geral interino da província de Cabo Verde, com jurisdição sobre o território da Guiné, cargo que exerceu, como acima se referiu, entre 8 de Agosto de 1860 e 1 de Abril de 1861.
- transferência da sede de governo para a “Ilha de Bolama”, por razões estratégicas, geográficas, climatéricas e comerciais.
- adopção de isenções e vantagens para o comércio português e a criação de companhias de comércio e navegação.
- por último, considerou a vantagem de que a Guiné, de colónia comercial, evoluísse para uma colónia agrícola. “A Guiné começou por ser uma colonia commercial, com alguns estabelecimentos militares para proteger tal commercio; hoje, além de commercial, vai tendo alguma importancia como colonia agricola, e seria mister que o governo ou companhias augmentassem o numero de pontos militares fortificando-os e guarneendo-os bem, para assim se consolidar a posse de extensos territorios, a fim de que a Guiné portugueza além de commercial se elevasse ao grao de esplendor de que é suseptivel como colonia agricola.”

Deste modo, na obra “Um Mez na Guiné”, publicada em Lisboa em 1859, o Autor descreveu, em cinco sugestivos capítulos, os vários percursos que efectuou de barco na Guiné-Bissau, as localidades visitadas, os seus habitantes, costumes, carências, e potencialidades da região, evidenciando-se os constantes perigos em que viveu, num território onde o clima tropical, quente e húmido, e a carência alimentar, eram as principais ameaças à saúde e sobrevivência de um viajante europeu, sem esquecer, contudo, a animosidade por parte de algumas populações nativas. Aliás, o Autor teve a oportunidade de sofrer na própria pele os efeitos doentios do clima, pois adoeceu gravemente, tal como aconteceu com os portugueses que faziam parte do seu grupo, oficiais, sargento e praças, incluindo o próprio Governador da Guiné.

A existência de escravatura, que aliás não comenta depreciativamente, onde repousava parte da mão de obra aplicada nas escassas unidades agrícolas existentes, é igualmente de reter. No final da obra, que é muito informativa e constitui um retrato quase desconhecido, vívido e rigoroso da Guiné portuguesa de meados do século XIX, Januário Correia de Almeida procurou indicar algumas medidas que o Governo deveria tomar para o progresso da Colónia. As considerações apresentadas evidenciam, apesar do curto mês em que permaneceu na Guiné, a sua invulgar capacidade para o diagnóstico das situações e a subsequente lucidez evidenciada pelas propostas de soluções a adoptar, característica do seu carácter que, muito mais tarde, teve oportunidade de desenvolver em proveito e defesa dos interesses do País. Estas raras qualidades, já tão evidentes aquando da sua estada em Cabo Verde e na Guiné, com pouco mais de 30 anos, auguravam-lhe vida pública produtiva e auspiciosa.

5 – Uma afirmação de autoridade como Governador-Geral da Índia Portuguesa

A atenção particular às condições de vida das populações, a sua sensibilidade para a causa pública e a sua competência técnica e militar já claramente demonstradas nas missões de que fora incumbido anteriormente, explicam que tenha sido nomeado Governador-Geral da Índia Portuguesa por carta régia de 9 de Fevereiro de 1870, tendo chegado a Goa a 4 de Maio do mesmo ano e tomado posse a 7 de Maio de 1870. Assegurou aquele cargo até finais de 1871, já depois de debelada grave revolta militar que será adiante pormenorizadamente tratada. Data dessa época a litografia de corpo inteiro (Fig. 20), que se soma ao retrato pintado sobre tábua existente na sala dos Governadores, no Palácio do Governo, em Nova-Goa (Fig. 21), já reproduzida anteriormente (SÁ, 1999).

Parece difícil ter feito mais em menos tempo, desde a revolta de Volvoy, que estalou em 1870, movimento insurreccional provocado pelo descontentamento da aplicação de medidas reformistas ao exército local, com a agravante da existência preocupante de um generalizado estado de insegurança devido à presença de salteadores organizados que então infestavam aqueles domínios.

A revolta de Volvoy foi resolvida à custa de amplas concessões que o seu antecessor no cargo de Governador-Geral entendeu que não podiam deixar de ser feitas. Mas as dificuldades persistiram.

Enquanto Governador-Geral, não deixou por um só momento de se dedicar totalmente àquela preocupante situação, a ponto de ter mandado imprimir em Bombaim opúsculo



Fig. 20 – Litografia de corpo inteiro de S. Januário, realizada em 1870 quando assumiu o cargo de Governador-Geral da Índia. Arquivo do Autor.



Fig. 21 – Retrato a óleo de S. Januário existente na Sala dos Vice-Reis e Governadores, no Palácio do Governo em Goa.

da mais alta importância para a compreensão da revolta que viria a estalar em 1871 e da forma como a conseguiu debelar (S. JANUÁRIO, 1872) (Fig. 22); ali se publicam também documentos oficiais que então emituiu, alguns deles abaixo reproduzidos.

No referido opúsculo dão-se a conhecer os antecedentes ocorridos em Outubro de 1870, já sob o seu governo, da revolta que estalou no ano seguinte:

“No mez de Outubro d’aquelle anno insubordinava-se a pretexto de excessivo serviço uma parte da guarnição da praça de Diu, e tão prompta foi a repressão d’aquelle acto de rebelião, pelas enérgicas providencias que adoptei, e que constam da ordem do exercito N.º 23 do dito anno, que o exercito devia olhar com respeito para este exemplo.”

Nova e generalizada revolta teve início a 21 de Setembro de 1871, tendo causado grande estranheza no Governador.

A mesma poderia estar relacionada ainda com questões mal resolvidas da anterior revolta de Volvoy, agravada pela demora da resposta, por parte do governo da metrópole, ao projecto de reorganização do Exército, no respeitante à execução da prometida reforma da carreira militar e consequentes promoções.

Revoltaram-se quatro corpos: os Batalhões de Infantaria N.º 3 de Bicholim, e N.º 2 de Pondá, os Caçadores N.º 1 de Margão, e os Caçadores N.º 4 de Mapuçá.

Ao saber da revolta do primeiro dos referidos batalhões, o Governador-Geral convocou o conselho do governo para expor aos vários membros os acontecimentos ocorridos. Aí foi-lhe dado voto de confiança para tomar qualquer medida excepcional ou extraordinária para restabelecer a paz, a segurança e a autoridade ameaçadas com as repetidas revoltas:

Doc. N.º 1

“CONSELHO DO GOVERNO

Acta da sessão de 22 de Setembro de 1871

Revolta militar

E logo em seguida pelo exm.º presidente foi dito que chamára o conselho para lhe dar parte de que o 3º batalhão d’infanteria, estacionado em Bicholim, faltando a todos os deveres que lhe impunham as ordenanças militares, e quebrando todos os vínculos da disciplina, se revolucionára na noite antecedente, prendendo o seu commandante, soltando gritos sediciosos e, segundo consta á ultima hora, marchando de manhan em direcção á Velha Goa, onde, segundo toda a plausibilidade, espera se lhe venham juntar outros corpos em que parece lavrar também o espirito da revolta; porém que até aquelle momento nenhuma noticia havia de terem seguido o movimento, e d’elles esperava noticias por emissários que adrede tinha mandado.

Que não poderia dizer ao conselho os motivos de semelhante procedimento; que nem os achava nas precisões do exercito, que aliás está gosando das prerrogativas e vantagens que pedira em Volvoy há pouco mais d’um anno, nem

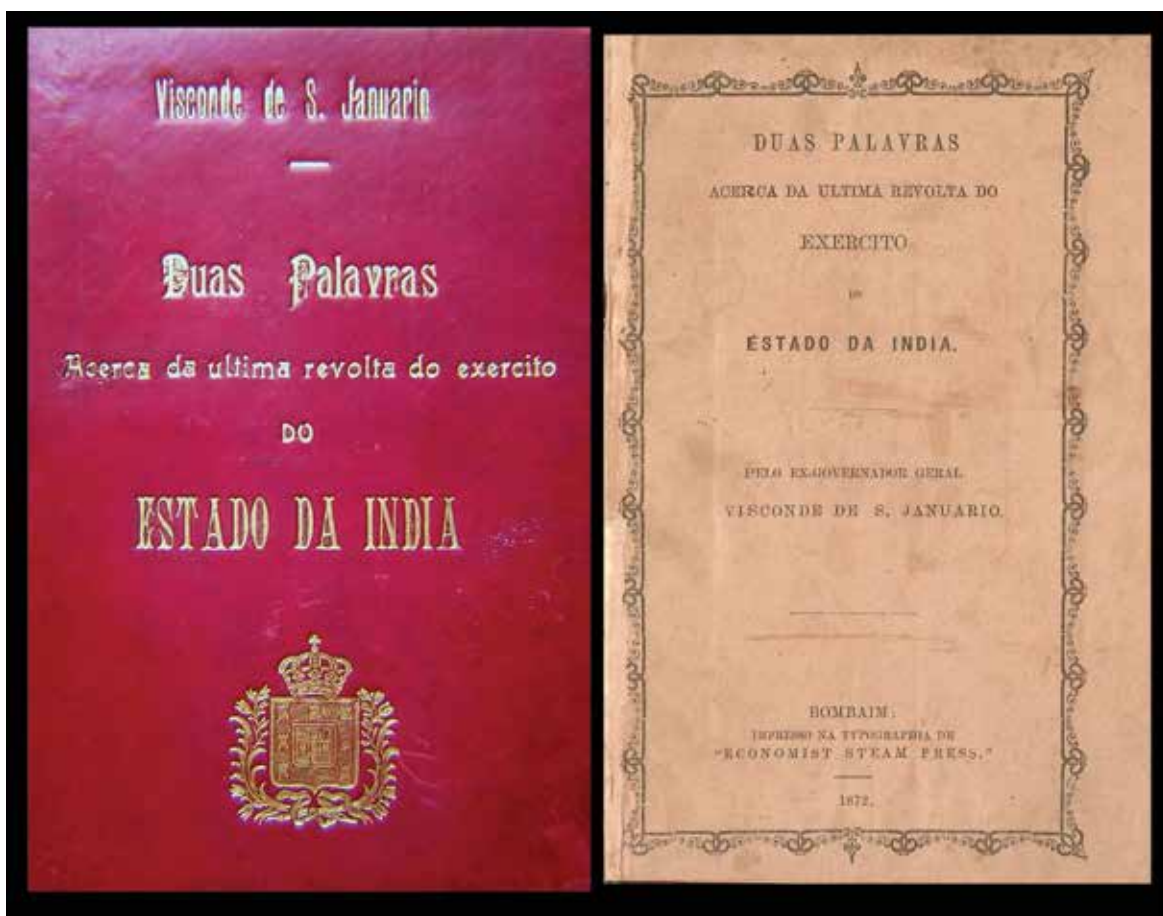


Fig. 22 – Encadernação e capa da brochura do exemplar pessoal que S. Januário mandou publicar em Bombaim em 1872 para descrever o modo como debelou a revolta militar surgida em 1871 na Índia portuguesa. Arquivo do Autor.

nos actos da sua administração, que toda tem sido benevolente, e protectora dos seus justos interesses.

Que já antes e por mais d'uma vez tivera noticias mais ou menos precisas de que em alguns quartéis se assoprava o lume da revolta; que vira mesmo proclamações e manifestos anónimos chamando os corpos á rebellião, e que de tudo prevenira o governo de sua majestade, tomando as medidas de precaução que julgou necessárias, mas em verdade sem muito acreditar na proficuidade de taes meios, nem mesmo na intencionalidade de taes agentes; tão absurdo era o commettimento, e tão accordes e desdenhosas as informações com que os respectivos commandantes o classificavam.

(...) Que estava resolvido a preparar para qualquer eventualidade a defeza do paiz e do governo, - que por ora não podia dizer as medidas que contava adoptar, porque nem sabia as forças de que a revolta dispunha, nem o programma

que desenrolaria, nem a direcção que tomava, circumstancias de que estava dependente a attitude que ao governo competia.

Que dando parte d'estas occurrencias ao conselho do governo, tivera em vista, além do cumprimento do seu dever, apoiar-se na sua confiança e esclarecer-se com a sua illustração; - que ouviria os seus alvitres com a attenção que lhe devia, e que estava certo do seu patriotismo para ter precisão de socorrer-se d'uma invocação sacratíssima a quantos se prezam de portuguezes.

Varios membros do conselho fizeram breves considerações sobre a abertura das circumstancias do paiz, manifestando sem excepção o mais desassombado patriotismo. O sr. conselheiro presidente da relação propoz que na impossibilidade de prever hypotheses, o conselho assumindo de bom grado todas as responsabilidades advenientes, dèsse ao governo pleno voto de confiança, para poder tomar quaesquer medidas, inclusivè as excepçionaes e extraordinarias para o restabelecimento da paz e da segurança individual e collectiva, e para o desaffrontamento da auctoridade fatalmente ameaçada de repetidas revoltas. E todo o conselho votou esta proposta.

Sua ex.^a agradecendo ao conselho a confiança que n'elle depositava, e aceitando a auctorisação que lhe offerecera, prometeu não desmerecer das esperanças do conselho do governo, e esperava entregar-lhe intacto aquelle voto, confiado em que as circumstancias o não levariam ao extremo de ultrapassar os limites legaes. (...)” (S. JANUÁRIO, 1872, p. 20 e 21).

Dirigiu-se aos quarteis da capital (Goa), fez formar os corpos de Artilharia e Guarda Municipal e dirigiu-lhes uma palavra com a energia própria da ocasião, com a força da autoridade do seu cargo, “no intuito de os fortalecer e radicar no espirito de obediência á ordem e ao mando da autoridade superior, aliviando-os de qualquer pressao que por ventura alguns desvairados ou compromettidos na revolta quizessem exercer sobre elles como se afirmava.” (S. JANUÁRIO, 1872, p. 6).

Enviou numerosas providências pelas respectivas secretarias, civil e militar. E proclamou comunicado, também traduzido em língua mahratta para maior divulgação, para esclarecer a população e condenar o movimento militar em curso, qualificado como “sem pretexto nem justificação”:

Doc. N.º 2

“GOVERNO GERAL

Aos habitantes da India Portuguesa

Pelas 11 horas da noite de 21 do corrente o batalhão d'infanteria n.º 3, estacionado em Bicholim, levantou o grito de revolta prendendo o seu commandante e marchando na madrugada do dia 22 para a velha Goa, onde foi esperar o

batalhão d'infanteria n.º 2, estacionado em Pondá, e caçadores n.º 1, de Margão, dos quaes o 1.º se revolucionou no dia 23 pelas 6 horas de tarde e o 2.º no dia 24 pelas 8 horas da manhã, marchando ambos com destino de fazer junção com o 3.º que os esperava; o que tudo denuncia um plano premeditado. Percorreu a noticia deste acontecimento o paiz inteiro, deixando não só o pasmo mas a reprovação na sua passagem. Ninguém sabia, ninguém sabe, ninguém imagina sequer o motivo de semelhante commettimento, e quando mais tarde os revoltosos ouzarem dizer o protexto, que os fez desviar dos seus mais sagrados deveres para com o governo, de quem são subordinados e para com a sociedade, de quem devem ser salvaguarda teremos de lamentar a sua cegueira. Uma esperança me resta: - que a própria consciencia os levarà ao caminho da cordura, único onde poderão encontrar a clemencia de Sua Magestade. Descance o paiz do sobresalto que o tomou e confie que hei de empregar todos os meios para manter illezo e digno o principio da authoridade. Confie em que por semelhantes meios não farei concesssoes, eu, que me prezo de ter sido e ser o amigo do exercito, de ter advogado os seus justos interesses, de lhe ter aberto novas carreiras e horizontes e de lhe ter sempre feito justiça tratando-o com paternal sollicitude. Mais alto que a voz rouca da rebelliao falla a voz da consciência; diga o paiz, diga o próprio exercito da India portugueza, se não é uma flagrante ingratitude o attentado inaudito e insolito que se está presenciando. Para onde caminha a rebelião ? tentarà por ventura escrever em volta das quinas gloriosas da sua bandeira algum nome proprio por divisa? Escreva um principio e levante-a! Não amesquinhe o pendao, que foi saudado com respeito, e ainda hoje o é com amor, em todos esses mares e em muitas desses fortalezas. Eu não, que o não arrastarei pelo pó impuro de mesquinhas ambições. Immaculado m'o entregou Sua Magestade Fidellissima, immaculado, se nao victorioso, lh'o quero restituir. Se algumas nodoas lhe alterarem a alvura, nao serao nodoas que o deshonrem, serao do sangue dos seus fieis, que morrerao abraçando-o, impollutos como elle. Nem esta terra consentiria que eu viesse deslustrar glorias que todos os povos invejam. Pois que a revolta veio, falle a revolta! Mas entre de novo nos seus quarteis que sao os palacios de honra do militar; as encruzilhadas e os desvios nao sao para soldados portuguezes. Repare bem a revolta que obriga o commercio a fugir espavorido; a agricultura a esconder-se; as colheitas a malograrem-se; as aulas a fecharem-se; tudo quanto é vida, alegria, ventura, a vestir-se de lucto e a desaparecer.

Espero sereno e firme, se bem que contristado, o desfecho deste desvairamento que não altera a minha justiça, nem mesmo a minha benevolencia. Hei de sustentar desassombrado o principio da authoridade, que està defendida aqui por meia dúzia de bravos dos dois pequenos corpos da capital, decidida a mostrar que mais vale a força do direito do que o direito da força.

Tenho por mim o apoio do paiz, elles tem, não por si, mas de seu, o terreno que occupam. Cumpram as authoridades o seu dever! Ajude-me a opinião publica! E não receie o paiz, confiando na minha inquebrantável determinação, no poder da justica e até na consciencia dos desvairados.

Palacio do governo geral em Nova Goa, 25 de setembro de 1871. – O governador geral, Visconde de Sam Januario.” (S. JANUÁRIO, 1872, p. 22 e 23).

Tomou providências: reforçou militarmente a capital e informou a metrópole, dando conhecimento da revolta ao Governo por meio de sucintos telegramas e officios expedidos. Sublinha que não pediu, nem nunca teve a intenção de requisitar força militar estrangeira porque teve sempre a convicção de que dentro da província tinha os recursos necessários para apaziguar a revolta.

E por fim, no intuito de acabar com a revolta, decidiu redigir aos revoltosos a seguinte intimação:

Doc. N.º 3

“Eu, Januario Correia d’Almeida, Visconde de Sam Januario, do conselho de Sua Magestade, seu ajudante de campo honorário, gram-cruz, commendador e cavaleiro de varias ordens, governador geral do Estado da India, etc.

Tendo visto com magoa que vários corpos deste exercito, desvairados por suggestões facciosas, se revoltaram, conservando-se em estado de rebelião fôra dos seus quartéis.

Tendo sido inefficazes os exforços de pessoas consideradas pelo paiz e pelo exercito, que durante alguns dias espontaneamente e com permissão minha aconselharam os revoltados a que desistissem do seu criminoso intento, inspirando-lhes sentimentos de lealdade, d’ordem e d’obediencia.

Tendo os revoltados conservado até hoje completo silencio a respeito dos seus intuitos, e não podendo prolongar-se esta situação anomala e violenta – determino:

Que o general de brigada Francisco Xavier de Pinho passe immediatamente ao campo dos revoltosos, e os intime nas pessoas dos comandantes dos corpos a que, dentro de seis horas a contar da intimação, se ponham em marcha para os seus respectivos quartéis, completamente submissos à ordem da auctoridade. Quando assim o façam, ouvido o conselho do governo, e segundo a faculdade

que me confere o artigo 15º do acto adicional á carta constitucional da monarchia, ser-lhes-há concedido indulto.

Quando porem permaneçam contumazes e obstinados no seu criminoso proposito tornando-se réus de maior attentado, ficarão sujeitos a todo o rigor das leis. Quartel general no palácio do governo geral em Nova Goa, 29 de Setembro de 1871. = O Governador geral, Visconde de Sam Januario.” (S. JANUÁRIO, 1872, p. 39).

A revolta terminou com o regresso dos corpos revoltosos, submissos, aos respectivos quartéis, sem derrame de sangue e sem concessões. A esses militares foi-lhes apenas concedido o prometido indulto, dependente de confirmação régia.

Todas estas providências tomadas pelo então Visconde de S. Januário demostram o seu empenho e competência no exercício do cargo de Governador-geral, e a sua enorme energia na procura de resolução do problema da revolta militar.

Dominou o exército revoltado com a autoridade do seu cargo, repelindo todas as exigências, e impondo aos insurrectos a execução dos seus deveres de obediência.

Demonstra-se, através da divulgação dos telegramas enviados para o Governo da metrópole, que não houve incoerências na comunicação do conflito.

Em summa, a publicação da obra na qual se basearam as informações acima apresentadas teve, para o autor, o propósito essencial de deixar claramente expressas as razões da revolta e a sua actuação, o que passou pela abordagem dos seguintes aspectos:

- descrever a situação conjuntural da India Portuguesa, procurando fazer enquadramento da situação militar e dar a conhecer de forma exacta os acontecimentos anteriores à revolta militar;
- relatar o episódio da revolta militar, envolvendo parte do exército (quatro batalhões);
- mencionar as providencias que adoptou para reprimir a revolta;
- publicar alguns dos documentos oficiais e telegramas que provam o seu total empenho, lealdade e rigor no exercício do seu cargo.

De tal forma foi a revolta subjugada, com prudência e determinação, que a força expedicionária enviada da Metrópole, sob o comando do Infante D. Augusto já não foi necessária, tal como também não foi necessária a força inglesa que foi posta à sua disposição, e que ele, aliás, taxativamente recusou publicamente (por texto publicado no *Times of Índia*), pelo precedente que tal criaria para a soberania portuguesa.

Como administrador, deve-se-lhe a reforma da moeda em circulação, fazendo cunhar nova moeda, bem como a introdução do selo postal, por portaria de 12 de Agosto de 1871, sendo clara a sua intenção de promover o progresso do território sob administração portuguesa, tal como tinha feito em Cabo Verde, neste caso tomando como exemplo a Índia Inglesa de então.

6 – Prudência e firmeza como Governador-Geral de Macau e Timor

Na sequência imediata da bem-sucedida missão como Governador-Geral da Índia, o já então Visconde de São Januário é nomeado Governador-Geral de Macau e Timor, cargo que desempenhou entre 23 de Março 1872 e 7 de Dezembro de 1874. O seu retrato figura no Palácio do Governo, a par dos de outros Governadores de Macau (Fig. 23).

Mais uma vez, vieram ao de cima as suas invulgares qualidades militares e diplomáticas, como organizador e administrador: dominou a actividade de piratas chineses que assolavam recorrentemente a região, mesmo na imediata vizinhança do porto da cidade, e conseguiu dos chineses o reconhecimento dos direitos dos Portugueses sobre a península de Hai-Nan, em documento datado de 1874 (S. JANUÁRIO, 1875). Este documento, aquando da implantação da República, foi subtraído do Paço de Vila Viçosa, e depois adquirido por um comerciante do Porto, que o ofereceu ao então Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar, desconhecendo-se actualmente o seu paradeiro (Fig. 24). Embora detenha evidente interesse por constituir uma prova documental do reconhecimento dos direitos territoriais portugueses naquelas paragens tratar-se-á mais de uma manifestação de simpatia e de agradecimento do que propriamente de um tratado, com reconhecimento formal daquela cedência. Já no respeitante à delimitação da fronteira marítima entre a China e Macau, as conversações efectuadas com o enviado chinês deram origem a um compromisso verbal, estabelecido em 1872, o qual, no entender de S. Januário, não se justificaria ficar por escrito (PINTO, 2013, p. 255).



Fig. 23 – Retrato a óleo de S. Januário existente no Palácio do Governo de Macau.



Fig. 24 – Recorte de notícia do Diário de Notícias alusiva a documento de 1874 em que se reconheceu, ainda que de forma informal, o direito da administração portuguesa sobre a península de Hai-Nan, depois oferecido ao Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar. Arquivo do Autor.

Com base nos dois relatórios que fez publicar e que serão adiante referidos mais em pormenor, verifica-se que, nos pouco mais de dois anos e meio que esteve à frente do governo de Macau tomou a iniciativa da concretização de assinalável número de melhoramentos públicos. Promoveu a construção do Quartel e do Hospital militar, além de equipamentos portuários, bem como a dotação dos fortes com peças de artilharia de grande calibre, salvando o território de um ataque de surpresa. A caracterização destas duas poderosas armas será abaixo apresentada, a partir do próprio Relatório de S. Januário.

A atenção e energia que dispensava à resposta das ocorrências mais inesperadas está também evidenciada pelas providências tomadas aquando da passagem de um tufão a 23 de Setembro de 1874. Basta pensar que a violência do fenómeno arrojou à praia muitas embarcações, entre elas as canhoneiras Príncipe D. Carlos e Camões. Deu então o seu exemplo a todos os europeus aterrados pelas dimensões do desastre ao participar pessoalmente no enterro e incineração dos três mil mortos da tragédia, evitando assim os riscos de epidemia aumentados pelo clima quente e húmido propício à decomposição dos corpos. Tais riscos foram muito aumentados pelo facto de os trabalhadores chineses se terem recusado de início a participar em tais tarefas, num ambiente hostil onde o saque rapidamente se generalizaria, agravado pela proximidade dos piratas, que depois de repellidos da cidade, atacavam no mar os naufragos.

Exemplo da sua determinação como Governador, é ainda a ordem que deu a uma canhoneira portuguesa para recuperar uma embarcação, apresada pelos chineses e conduzida ao porto de Cantão, depois de esgotadas todas as tentativas pacíficas para resolver o diferendo. O seu nome ficou indelevelmente associado ao território, pelo respeito que incutia em todos, mesmo nos seus poderosos vizinhos, como expressivamente se regista no monumental Hospital militar que fundou (Fig. 25), inaugurado a 6 de Janeiro de 1874 entretanto substituído por outro grande edifício inaugurado em 1894, a que se

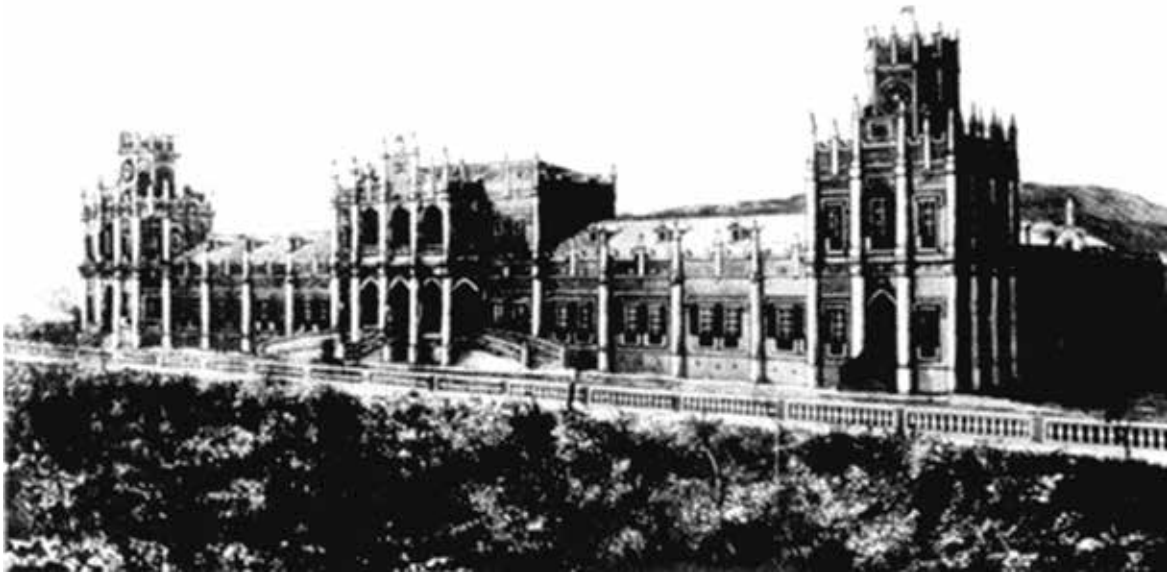


Fig. 25 – Hospital Conde de S. Januário. Gravura da espectacular fachada do Hospital, projecto do Barão do Cercal, António Alexandrino de Mello; dirigiu a obra o Capitão Henrique Dias de Carvalho (Director das O. P.); foi inaugurado no dia 6 de Janeiro de 1874.

sucedeu um terceiro hospital inaugurado em Março de 1974. A construção desta grande unidade hospitalar justificou uma emissão filatélica com dois selos, um reproduzindo o Visconde em grande uniforme, à época em que era Governador, inspirado na litografia anteriormente reproduzida de 1870, apresentando o outro selo, o próprio hospital (Fig. 26). A manutenção do seu nome, mesmo depois de feita a passagem da administração do território para a China é expressiva do prestígio que o seu nome granjeou entre a população local, ainda hoje reconhecido e respeitado.

Importa analisar com mais detalhe os sucessos da missão de S. Januário em Macau, com base nos relatórios por ele mandados publicar na Imprensa Nacional em 1875 onde descreve, de forma concreta e objectiva, os melhoramentos e iniciativas que se lhe ficaram a dever nos escassos dois anos e oito meses em que esteve à frente dos destinos de Macau (S. JANUÁRIO, 1875). Trata-se de dois relatórios reunidos numa única publicação, onde apresentou várias considerações sobre o Estado da colónia portuguesa, revelando aspectos da sua administração enquanto Governador de Macau e Timor, com o intuito de contribuir para a prosperidade da referida província. Pelo seu evidente interesse histórico e documental, serão desenvolvidamente analisados e transcritas algumas das suas passagens mais significativas. O primeiro relatório, de 20 de Junho de 1872, pouco mais de dois meses depois da posse como Governador, apresenta considerações gerais, sobre as condições principais do governo de Macau e Timor, em vários itens para proporcionar uma fácil apreciação do estado actual da colónia no que respeita aos seus recursos e administração: “Finanças”; “Riqueza publica”; “Postos fiscaes chineses”; “Emigração”; “Obras publicas”; “Organização das forças de mar e terra”; “Melhoramentos dos serviços públicos”; “Timor”.



Fig. 26 – Dois selos de 1974 comemorativos da inauguração do novo hospital Conde de S. Januário, e envelope postal do 1.º dia de circulação. Arquivo do Autor (selos).

No segundo relatório do Governador, datado de 14 de Outubro de 1873, manteve os itens para efeitos de comparação e avaliação futura do seu desempenho, e acrescentou novos factos administrativos no período decorrido: “Organização militar e materiais de guerra”; Reformas administrativas”; “Instrucção publica”; e “Relações exteriores”.

O primeiro relatório divulgado foi elaborado poucos meses depois da tomada de posse como Governador. Nesse relatório apresentou o balanço das contas da colonia: “A receita da provincia é computada no seu projecto de orçamento para o anno económico de 1872-1873, em 334:736\$355 réis, e a sua despesa em 323:641\$485 réis, compreendendo a subvenção de 30:000\$000 réis para Timor, e a prestação de 32:000\$000 réis ao ministerio da marinha e do ultramar, a qual é mandada applicar ás despesas da estação naval.” (p. 3)

Apesar do saldo positivo nas contas, no balanço entre as receitas e as despesas (11:094\$870 réis), o Governador alertou para a necessidade de criação de novas fontes de receita públicas, uma vez que, naquele momento a receita era “constituída pelo rendimento de exclusivos, cuja duração se não pôde assegurar, e taes são os dos jogos e loterias” (..) e os “rendimentos provenientes do movimento da emigração de culies por este porto” (p. 3).

Por esses motivos, propôs fomentar a indústria transformadora e o comércio. “O melhoramento do porto, a instituição de um banco, o estabelecimento de docas, e as necessárias garantias de segurança e comodidade aos comerciantes, muito deverão contribuir para esse effeito.” (p. 3)

Comprometeu-se enquanto Governador a efectuar balancetes, com a preocupação na estabilidade das contas da colónia. Criticou a governação anterior que não lhe garantiu liquidez aquando do início da sua administração, e da falta de elementos estatísticos administrativos, ferramenta para medir o grau de desenvolvimento da região.

No segundo relatório, procurou demonstrar, através da comparação de resultados de relatórios anteriores, a criação de riqueza na colónia com a sua administração.

“A marcha da receita publica tem sido ascendente nos últimos annos, e posto que as verbas principaes que para ella contribuem, o produto dos exclusivos e os rendimentos da emigração, sejam de natureza contingente, é certo que o movimento progressivo continua. No orçamento de 1873-1874 sobe a receita como eu previa no meu anterior relatorio á quantia de 415:524\$905 réis, sendo o saldo positivo de 52:096\$864 réis, por se pedirem alguns augmentos de despeza que o serviço de Macau e principalmente as circumstancias de Timor reclamaram.” (p. 15)

Assim, “a receita actual de Macau cobre largamente a sua despeza e permite que se façam importantes e custosos melhoramentos, occorrendo simultaneamente á penúria de Timor, e conservando sempre em caixa, como tenho conservado, uma media effectiva de 100:000 patacas.” (p. 16)

Pelos estudos estatísticos constatou que o movimento comercial de Macau era superior ao de outras colónias portuguesas como Angola, Moçambique ou India, demonstrando a riqueza pública e importância da província, que beneficia da extraordinária posição geográfica (na embocadura do rio de Cantão), funcionado como placa giratória comercial. Os géneros mais transaccionados eram o chá, o opio, o arroz, o algodão fiado, a seda, e a rama de seda.

“Macau pela sua posição geográfica é um entreposto comercial, aonde entram valiosas mercadorias ou para aqui esperarem favorável occasião de serem levadas a diferentes mercados, ou para soffrerem alguma modificação que lhes augmenta o valor, e n’este ultimo caso estão o opio e o chá. O opio vindo da India é aqui cozido e depurado, sendo depois exportado, principalmente para a California; o chá vem da China e depois de beneficiado nas fabricas de Macau é exportado para a Europa.” (p. 16)

Em consequência do estabelecimento de postos fiscais chineses nas proximidades da colónia portuguesa de Macau, o Governador denunciou os abusos e foi obrigado a tomar medidas, uma vez que prejudicava o comércio, “pela efficácia de um fisco estranho muito próximo e que nunca se deveria ter admittido”, e desrespeitava a nação portuguesa. “Foi necessário empregar a violencia para afastar os postos fiscais para uma linha mais distante, a fim de desaffrontar a barra do porto interior e o canal entre a ilha do Bugio e a Ribeira Grande” (p. 17)

“O vice-rei de Cantão reclamou contra essa medida, insistiu na reposição dos postos nas antigas posições, (...) mas no fim de uma aturada correspondência de cinco mezes, conhecendo que da parte d’este governo não havia cedencia e que era inútil a sua insistencia, concordou na fixação da nova linha” para ancoradouro dos seus barcos, “impedindo menos o commercio, e diminuindo o numero de conflitos que antigamente eram frequentes.” (p. 17) Os dois relatórios fazem referência ao aumento gradual da emigração chinesa, desde 1856, pelo porto de Macau, consequência do desenvolvimento desequilibrado do Império da China fase ao aumento populacional.

“Desde que a emigração chinesa por este porto começou a tomar importantes proporções, conheceu-se a necessidade de a regular devidamente para garantir aos emigrantes completa liberdade e para evitar a coacção e os enganos que desde logo se manifestaram por parte de cubiçosos corretores. (...) Durante o período de meu governo tenho olhado com a maior attenção para este ramo de serviço, providenciando em todas as partes em que a reforma me pareceu necessária para melhor garantia dos colonos e completa justificação do procedimento do governo.” (p. 18) A intervenção do governo português para regular esta emigração era urgente. Foi então que criou nova regulamentação. Tornou-se “obrigatoria nos contratos de locação de serviços a repatriação dos colonos;” proibiu “a quaisquer subditos portuguezes que se occupassem de engajamento de colonos no território chinês;” determinou “que não fosse excedente a seis annos a duração do engajamento dos colonos chinas quando até essa data tal duração era de oito annos;” e proibiu “a saída de colonos d’este porto em navios de véla, desde o 1.º de Setembro até ao dia 15 de outubro de cada anno, em attenção a ser a monção n’essa epocha muito contraria.” (p. 18)

O destino da emigração por este porto fazia-se principalmente para Havana e Peru (porto de Callao).

No primeiro relatório o compromisso do Governador para Macau foi no sentido de criar um conjunto de obras públicas no sentido de desenvolver a colónia, dos quais se destacam os melhoramentos no porto, a construção de um novo hospital militar, adiante referido pelo próprio e de um novo matadouro, melhorar a rede de saneamento básico, realizar obras de defesa, e continuar a aumentar a rede viária.

Para o Governador, melhorar o cais era uma condição prioritária para o progresso do comércio da colónia. “A circumstancia que mais se oppõe ao grande desenvolvimento de Macau susceptível pela excellencia da sua posição geographica, é a má natureza do seu porto. (...) O porto interior, alem de pequeno, já torna dependente das marés a entrada de navios que demandem mais de 13 pés de agua, fazendo-se a passagem em um estreito canal que abre em fundeadouro aonde os poucos navios de mediano porte que ahi cabem assentarão na baixamar em fundo de lodo. A mais instante necessidade para melhoramento d’este porto é dragar o canal e ancoradouro, aonde parece pelas informações obtidas e experiencias feitas que haverá de 4 a 6 pés de fundo de lodo.” Depois de definido o problema tomou medidas: “Estou pois providenciando para com uma machina a vapor aqui existente, e que

pertenceu á escuna *Principe Carlos*, se construir uma draga para o fim indicado.” (p. 8)
Comprometeu-se a realizar a construção de um novo e mais amplo hospital, “atendendo a que eram péssimas e irremediáveis as condições do antigo”, e um novo matadouro para o gado, “que se tornava de impreterível necessidade”. (p. 8)

“Organizou-se um serviço regular e permanente de limpeza da cidade, removendo os numerosos depósitos de entulho e de lixo que havia muitos annos se achavam em logares povoados ou em sitios de transito, com grave prejuízo da salubridade publica.”

A despesa em obras e materiais de defesa eram justificadas pela prudência na protecção dos domínios portuguezes face à cobiça de outros governos. “ N’uma colonia tão exposta como Macau á cobiça do governo chinéz, que pretende ter ainda direito sobre este território, e que com o absurdo intento do fisco em nosso porto, nos vae envolvendo no circulo das suas numerosas canhoneiras, dando-se conflictos frequentes, que podem ter desfecho fatal, exige a prudencia que estejamos precavidos para sustentar e defender com vantagem o dominio do nosso território e as prerrogativas do mesmo domínio. (...) É indispensável aplicar uma somma bastante considerável á reconstrucção de algumas muralhas das fortificações aproveitáveis, levantar novas baterias em boas condições, e adquirir para sua guarnição algumas peças raiadas de grosso calibre dos melhores systemas. Estou providenciando para se construir uma nova bateria rasante na ponta da praia de S. Francisco, a qual, sustentada pelas baterias superiores já existentes, dominará toda a rada até á entrada do porto interior. Alem das bocas de fogo existentes de 68, farei ali assestar duas peças raiadas Armstrong de 7 pollegadas, correspondentes a calibre 110, o que tudo espero conseguir com os meios próprios da provincia.” (p. 9)

No segundo relatório o Governador elaborou uma listagem de obras públicas realizadas em Macau, dando conhecimento do seu trabalho e uso da receita que ele próprio criou. Fazem parte dessa lista as seguintes obras: “Hospital militar de S. Januario (edifício de grandes proporções, já atrás referido); Peristilo e sala do docel no palácio do governo; Casa da guarda principal; Estrada nova de D. Maria II na extensão de 1:800 metros; Estrada das portas do cerco na extensão de 800 metros; Estrada do quartel do batalhão de infantaria ao campo da Guia, na extensão de 750 metros; Campo de exercicio na Guia; Renovação do Jardim da Flora; Novo matadouro (por conta da camara municipal); Bateria 1.º de dezembro para peças de grosso calibre; Quartel para uma bateria de artilheria na fortaleza do Monte; Quatro novas casas de guarda e estações de cantoneiros; Estrada da montanha da barra na extensão de 250 metros; Estrada, muralha marginal, e grande aterro da barra á doka; Estrada, muralha marginal e grande aterro do Chunambeiro ao Bomparto; Ponte de madeira do Chunambeiro, tendo de extensão 80 metros; Duas novas estradas na extensão de 300 metros para dar acesso ao novo hospital militar; Renovação da cathedral; Renovação da igreja e casa da Penha; Estrada nova do Lilau á barra, na extensão de 300 metros; Canalização das ruas do Basar; Abertura de cinco poços de 10 a 20 metros de profundidade e collocação de bombas; Melhoramentos nas fortalezas, edificios públicos e viação.” (p. 20)

Todas estas obras, realizadas entre 1872-1873, tiveram um custo de 62.356\$689 réis. Valor significativamente superior comparado com a receita aplicada no ano económico anterior, entre 1871-1872, de apenas 5:347\$460 réis.

Esta evolução da receita e a sua aplicação na realização de obras públicas ficou registada no relatório com a apresentação de contas, contribuindo para o progresso da colónia e provando o bom desempenho da administração.

Procurou satisfazer as variadas exigências do serviço militar de Macau e Timor. Informou que, relativamente à força naval, os navios ao serviço da província eram inapropriados (corveta *Duque de Palmella*, canhoneira *Camões*, e a escuna *Príncipe Carlos*), e que seria necessário proceder à compra de duas novas canhoneiras.

Julgou necessária a presença em Macau de um Oficial superior de artilharia, como inspector do material de guerra e instrutor dos Officiais no serviço de artilharia, e reconheceu a necessidade de melhorar o material de guerra, “n’uma colonia com as peculiares condições de Macau, isolada no extremo oriente, era mister estar sempre precavido, (...) contra inimigos mais poderosos, que podem tentar um dia disputarnos o nosso domínio”. (p. 21)

Foram estabelecidos vários regulamentos em diversos ramos do serviço público: “para o serviço das obras publicas, para a limpeza da cidade, para a pratica do exercício de artilheria nas fortalezas, para todos os actos concernentes á emigração dos colonos, com traducção em diferentes linguas para vulgarisar o seu conhecimento, para a policia das meretrizes, para a administração das confrarias, para o serviço da capitania do porto e policia marítima, e para as aulas de instrucção primaria, aprovando-se tambem em conselho de provincia um codigo completo de posturas municipaes.” (p. 10)

Todas essas reformas administrativas contribuíram significativamente para o aumento da receita pública.

Nos dois relatórios que têm sido objecto de análise, são ainda visíveis os apelos do Governador ao Governo de Sua Magestade para tomar medidas extraordinárias para reverter a situação de abandono da colónia de Timor.

“A posição geográfica da ilha, a sua extensão superficial, a fertilidade do solo, proporcional população, indole e caracter dos seus habitantes, condições do clima, riqueza mineira, tudo nos assegura a prosperidade d’aquella colonia, quando, como na vizinha ilha de Java, se empreguem os meios conducentes ao seu útil aproveitamento.” (p. 11)

“Entretanto tenho procurado, quanto possível, melhorar o estado d’aquella colonia na sua parte material e moral, (...) e promovendo a manutenção da disciplina e moralidade dos empregados com louvor apropriado ou justo castigo, já enviado, como agora envio pelo navio expressamente afretado, a barca portuguesa *Santa Sancha*, materiaes de construcção, ferramentas e trabalhadores chinas, fornecimentos de farmácia e de mobília e roupas para o hospital, e tudo mais, que, sendo ali necessario, é compatível com os recursos de Macau.” (p. 24)

No que respeita às relações exteriores, no segundo relatório, o Governador deu conhecimento das boas relações, amigáveis, com os vizinhos governos dos impérios da China

e do Japão, dos reinos do Sião e do Cambodja, e com os governos das colónias europeias das Filipinas, de Hong-Kong, das Índias holandesas e de Saigão.

O único episódio diplomático inconveniente, mas resolvido, deu-se na discussão dos postos fiscais chineses. “A questão dos postos fiscaes por tanto tempo agitada com o governo chinês, terminou a aprazimento do nosso governo, acceitando o vice-rei de Cantão, depois de larga correspondencia, a linha mais distante que eu tinha fixado para ancoradouro dos seus barcos.” (p. 25)

O sentimento patriótico e o de dever cumprido estão bem representados no final do segundo relatório, onde o Governador apontou os aspectos mais relevantes e positivos da sua administração, que passou pelo aumento da receita pública e sua aplicação em obras e melhoramentos na colónia, contribuindo para o seu progresso, e simultaneamente melhorando as relações com os países vizinhos.

“Pela singela mas exacta exposição dos factos que ficam consignados n’este e no precedente relatório anual, bem como pela minha aturada correspondencia, conhecerá v. ex.^a que eu tenho posto o maior empenho em corresponder á confiança de Sua Magestade, na governação d’esta longinqua provincia, já conservando e fortificando o prestigio da auctoridade, já elevando consideravelmente a receita publica, já applicando o seu excedente ao melhoramento material e á defeza d’esta colonia, já entretendo as melhores relações com os paizes circunvizinhos, e pugnando sem cessar pela honra e dignidade nacional. A minha consciêcia diz-me que tenho cumprido com o meu dever, e esse é o meu galardão.” (p. 27).

Apesar dos sucessos alcançados, até do ponto de vista diplomático, com destaque para o convite endereçado ao futuro Czar da Rússia Alexandre III, em visitar o território, que foi aceite, a par de uma intensa vida social para o que concorria o seu carácter, o seu desejo era o de deixar o cargo de Governador: “Estou cansado e desgostoso, tenho pedido a minha demissão do governo d’esta provincia, e espero com ansiedade ser substituído.” (p. 27)

As contrariedades podem adivinhar-se neste seu derradeiro desabafo, próprio de quem conseguiu erguer uma obra a pulso, vencendo obstáculos e interesses pelo seu mérito e determinação, que para os habitantes do território resultou sempre em benefícios. Prova do apreço e gratidão que suscitou entre os que governou no decurso do seu mandato é a oferta de magnífico escritório de viagem em madeira lacada que lhe foi oferecido, decorado com cenas da vida da corte chinesa pintadas a ouro e ostentando o seu monograma encimado por coroa de Visconde (Fig. 27).



Fig. 27 – Escritório de viagem em madeira lacada e pintada a ouro, com cenas da vida da corte imperial, oferecido a S. Januário pelos macaenses em reconhecimento dos serviços prestados. Ao centro da tampa, figura o seu monograma encimado pela coroa de visconde. Arquivo do Autor.

7 – Uma missão de alto risco como Ministro Plenipotenciário no Reino de Sião

A fase em que desempenhou as funções de Governador de Macau coincidiu com o exercício das funções de Ministro Plenipotenciário de Portugal junto das Cortes da China, Japão e Sião (reino que abarcou territórios da actual Tailândia e do Cambodja), correspondeu a uma das mais notáveis da carreira do então Visconde de São Januário.

Importa referir que S. Januário terá visitado o reino de Sião pela primeira vez em 1873. Tal visita ter-se-á de facto efectuado em Novembro daquele ano, depois de obtida a respectiva autorização.

Mais tarde, já no seu périplo de regresso a Portugal, em inícios de 1875, finda a sua missão como Governador de Macau em finais de 1874, voltou de novo para a apresentação de credenciais. A 9 de Dezembro desse ano remete carta ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, com timbre da legação de Portugal na China Japão e Sião (Arquivo Histórico Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, documento 640, caixa 950), participando que terá de se ausentar de Macau, em missão do seu cargo de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Sua Majestade Fidelíssima visitando a corte de Bangkok e seguindo depois para o Reino. Aquando da sua chegada, encontrou o país mergulhado numa profunda crise dinástica. Monsenhor Manuel Teixeira dá uma explicação detalhada do ambiente de grande tensão que ali se vivia aquando da segunda visita de S. Januário (TEIXEIRA, 1976). Foi então protagonista de decisiva intervenção na luta que então estava a ponto de se tornar guerra civil: a coroa do reino era disputada pelo

monarca legítimo, e o ex-regente, que anteriormente governara o reino na menoridade do monarca e a quem os representantes diplomáticos das potências ocidentais tendiam a conceder o seu apoio. Foi então que São Januário interveio, convencendo estes últimos de que tal estratégia constituía um erro, por corresponder ao caminho mais rápido para a perda de influência das ditas potências na região.

O diferendo foi resolvido a favor do Rei legítimo, Rama V Chulalongkon, quinto soberano da Dinastia Chakri, que reinou de 1868, ou 1873, contando os cinco anos de regência do seu opositor afastado em 1874/1875, a 1910. Em agradecimento pelo notável serviço prestado, o Rei confirmado no Trono agraciou o Português com a Grã-Cruz da Ordem da Coroa de Sião, a 14 de Janeiro de 1875, em diploma iluminado, sobre pergaminho, por ele mesmo assinado (Fig. 28).

A tradução oficial do título que comprova a concessão da condecoração é do seguinte teor: “Somdetch Pra Paramindr Maha Chula Long Kon Pra Chunha Chom Klaw Chow Yu Hua, Supremo Rei de Siam, quinto da presente dynastia real que fundou a grandiosa e celeste cidade metropolitana de Bangkok, capital antiga do reino de Siam, septentrional e meridional, Senhor supremo das regiões vizinhas de Laochiang, Laokaw, Malayw, Karien e muitas mais que constituem o imperio; faz saber a tôdos e cada um dos que virem a presente:

Que o Excelentissimo Visconde de S. Januario enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Sua Magestade Fidelissima El-Rei de Portugal em China, Japão e Siam tem desempenhado altas comissões e he pessoa de grandes merecimentos e elevadamente considerada em Portugal – tendo sido agora muito competentemente portador da Carta que Me foi dirigida por Sua Magestade El-Rei de Portugal. Em consideração de que Nos apraz sobre modo a Nós o Rei de Siam fazer mercê ao dito Visconde de S. Januario, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Sua Magestade Fidelissima, da dignidade de Maha Surapón (Gran Cruz) da muito nobre e distinta ordem da Corôa de Siam, desejando Eu que por este motivo elle conserve por muitos anos memoria da minha Pessoa. Desejo que o Ente Supremo proteja e guarde por longos e felizes annos ao dito Visconde de S. Januario. Dada no throno Anantha-Samaáh-Com do Meo principal Palacio Real, aos 7 dias da 2.^a lua crescente do anno de cão da 6.^a década ou da era civil siamesa de 1.236, correspondente aos 14 dias do mez de janeiro de 1875 annos da era christã – sendo 2.254.^o dia do nosso reinado Assinado El-Rei (Chula Long Kon) – Lugar do sêllo grande das armas reais.



Fig. 28 – Diploma da Grã-Cruz da Ordem da Coroa de Sião, assinada pelo Rei Chulalongkon (Rama V) e datado de 14 de Janeiro de 1875. Pergaminho. Arquivo do Autor.

Traducção fiel do diploma retro.

A.J. F. da Luz
Interprete do Consulado Portuguez
Em Bangkok

Certifico que a assignatura supra é a própria e verdadeira de Antonio Joaquim Franco da Luz interprete d'este consulado. Consulado Portuguez no reino de Siam – Bangkok, 14 de Janeiro de 1875.

A.Marques Pereira
Consul”

O reconhecimento do Rei foi ao ponto de escrever uma carta pessoal ao Visconde de São Januário, em Inglês, que constituía a língua oficial para relações diplomáticas, num esforço para modernização do País introduzido anteriormente, agradecendo-lhe a intervenção e convidando o Rei de Portugal a visitar o seu Reino, datada de 1 de Abril de 1875 do Palácio Real de Bangkok, a qual pelo seu interesse se reproduz (Fig. 29) e transcreve na íntegra:

Royal Palace
Bangkok
April 1st 1875

My Dear Visconde

I send you two papers; one a revised memorandum written by myself on late occurrences here, and the other a Decree proclaimed on the 25th Feby. 1875 the enachment (sic) of which selled the difficulty. Hang na (a lapis o 22.º rei) returned to His Palace and we are as we were before. Be sure that I shall never forget the friendly part taken by you here at a time when Consuls of Friendly Powers were aggravating my dispresses (sic). I hope that you will make know in all the courts of Europe the truth of those matter and the action of the Consuls how is it possible for any other than a very powerful nation to flourish when the Consuls of powerful nations are especially friendly with the disaffected and are known to be unfriendly or ansympathetic with the government.

I have heard that my freind (sic) your Sovereign proposes to visit Asia. If there be any probability of His Majesty coming this far out of this way I shall certainly on receiving definite information invite Him to visit me at Bangkok.

Strusting (sic) that you have enjoyed a pleasant passage and arrived safely at your native home

I remain to be

Your very good friend

(ASSINATURA DO REI)

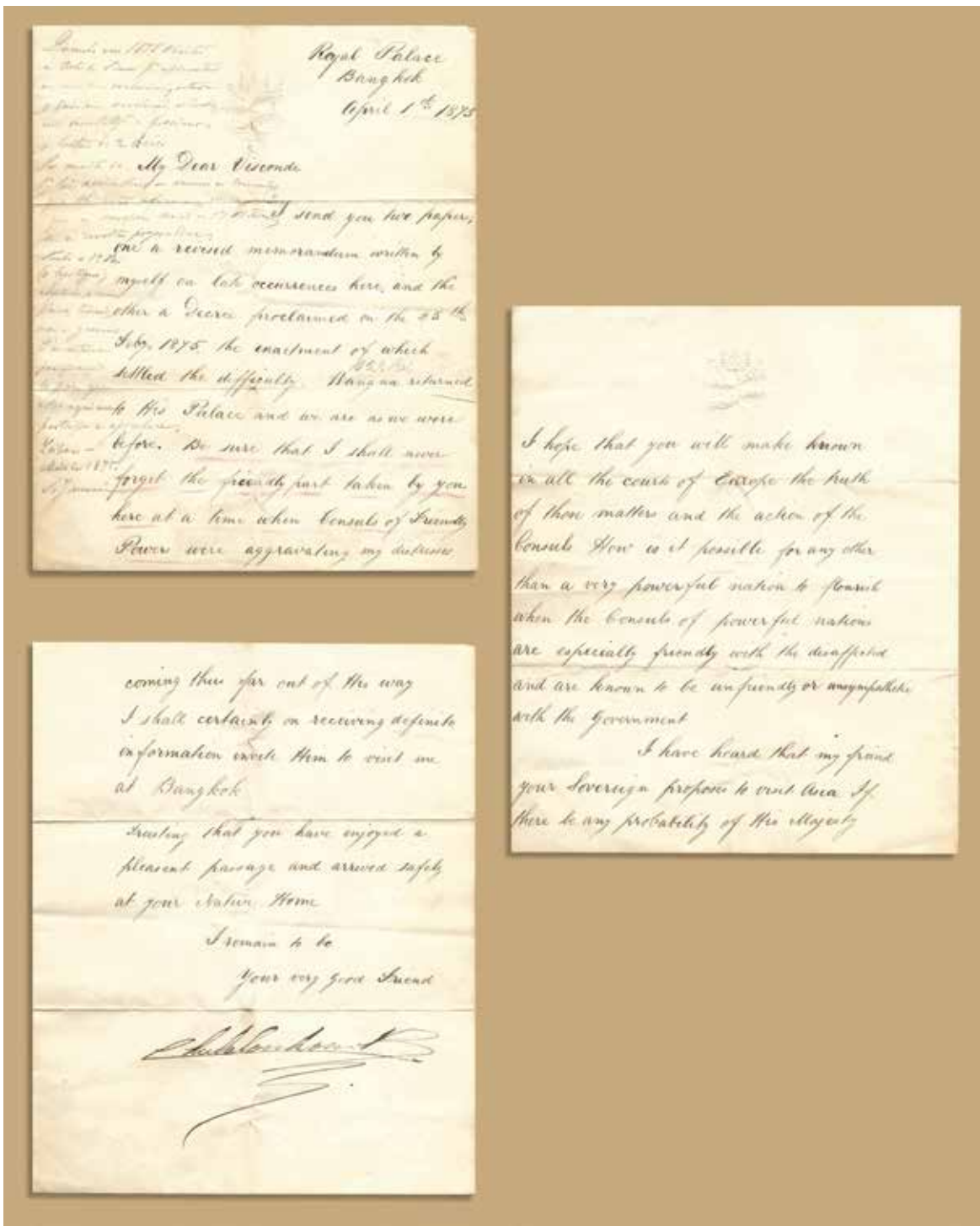


Fig. 29 – Carta autógrafa do Rei do Sião Chulalongkon (Rama V), de agradecimento a S. Januário pela sua intervenção decisiva na crise dinástica existente aquando da sua presença no país, datado de 1 de Abril de 1875. Arquivo do Autor.

Esta missiva tem uma nota manuscrita a lápis na margem esquerda da primeira página, pelo punho do Conde de S. Januário, que também se transcreve, por esclarecer as razões da própria missiva. Encontra-se datada de Maio de 1875 de Lisboa, prova de que a mesma foi escrita depois de S. Januário ter regressado ao Reino, quando se encontrava em plena organização da documentação trazida do Oriente:

“Quando em 1875 visitei a Corte de Siam p.^a apresentar as minhas credenciaes, estava o paiz em revolução, estando em desintelig.^a e próximos à lucta os 2 reis. Por convite do 1.^o Rei, aconselhei-o a reunir os Consules que lhe eram adversos, convencendo-o que os europeus serião as 1.^{as} victimas se a revolta progredisse. Tendo o 1.^o Rei (o legítimo) adoptado o meu plano, terminou a guerra. É a inteira pacificação do paiz que o Rei aqui me participa e agradece.

Lisboa – Maio de 1875.
S. Januario.”

Aquando da apresentação de credenciais era usual tocar o hino do país a que cada Embaixador pertencia. Contudo, houve um lapso por parte dos serviços do Protocolo e o hino tocado era outro... O lapso foi explicado mais tarde, por outro diplomata que, poucos anos volvidos, também ali apresentou credenciais: “O visconde de S. Januário, como os seus predecessores e sucessores no governo de Macau, teve também um hymno seu. Quando Sua Ex.^a foi na qualidade de Ministro (...) apresentar as suas credenciaes a S. M. Magnifica, teve a agradável surpresa de ouvir a banda da guarda real tocar o hymno do Governador de Macau. Os Governadores e Ministros mudaram depois; o hymno ficou sempre o mesmo. Devo confessar que, pouco forte em hymnologia, suppuz a principio que este fosse o hymno siamês, que eu não ouvira ainda. Tirou-me, porém, as dúvidas o nobre inspector das alfândegas do arroz, que entrara connosco e que me segredou ao ouvido, como explicação, realmente indispensável. – Este é o hymno portuguez. (...). Compreendi então. O que me parecera um mysterio, era um simples *qui-pro-quo*.” (SILVA, 1889, in MARTINS, 2017). Desconhece-se, infelizmente, o memorando elaborado pelo Rei do Sião a entregue a S. Januário mencionado na carta acima transcrita em Inglês que lhe dirigiu, bem como o Decreto real que a acompanhava. Muito provavelmente, tratando-se de documentos oficiais, foram remetidos pelo Visconde ao Ministério no âmbito do qual realizou a sua missão, conservando apenas a carta particular que lhe foi endereçada.

Embora o Rei de Portugal jamais tenha concretizado a sua visita, o rei do Sião, no âmbito do périplo realizado em 1897 a vários países europeus visitou Portugal. Mas os resultados não foram animadores, não por culpa dos portugueses, que se esforçaram por lhe oferecer uma recepção condigna. Na revista “Ocidente”, de 30 de Outubro de 1897, apresenta-se descrição da visita a qual, não obstante o esforço despendido pelas autoridades, parece

não ter sido correspondido pelo visitante, o que em parte se pode reportar ao programa extenuante que lhe foi preparado. O rei foi levado em passeio pelas ruas de Lisboa, e o Hotel Bragança foi preparado para o receber e à sua comitiva. O jornal “Diário de Notícias” dos dias 22 a 25 de Outubro de 1897 dá circunstanciada descrição do que foi a presença em Lisboa e arredores do monarca siamês. Deslocou-se por duas vezes no comboio real a Cascais; ao longo da baía estavam colocados milhares de balões, tigelinhas e lanternas, enquanto junto ao mar ardiavam barricadas de alcatrão dispostas em linha sinuosa, o mesmo se verificando em muitas casas particulares, edifícios oficiais e navios fundeados na baía. Porém, vinte e quatro horas depois, tendo declinado o almoço em Sintra, o rei deixou Lisboa, depois de ter anulado diversas visitas e iniciativas previstas, alegando cansaço. No comboio expresso que deveria conduzi-lo até à fronteira, o seu espírito terá ficado ainda mais carregado, pois, ao chegar à Póvoa de Santa Iria, o comboio descarrilou... Seja como for, nesta visita a Lisboa, S. Januário foi, para além do Rei e da Família Real, a personalidade que Chulalongkon mais distinguiu, numa genuína manifestação de gratidão para com aquele a quem devia o trono, que ocupou com apenas 15 anos, em 1875, 22 anos antes. Foi-lhe oferecida, conforme notícia transcrita do dito jornal, “uma riquíssima amphora de ouro massiço, cuja tampa tem uma dedicatória muito affectuosa, do teor seguinte: Offerecido por S. Magestade Sorndech Phra Para Mindr Maha Chulalongkom, rei de Siam, a S. Excelencia o sr. Visconde de S. Januario, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Portugal junto da corte de Sião, como lembrança da visita de S. Excellencia a S. Magestade, em 1875. Esta inscrição na lingua inglesa é traducção de outra em caracteres siamezes que está pela parte superior. O diametro da tampa é de cerca de 11 centímetros.” Foi pena que não se tenha conservado desta preciosa relíquia, sequer uma fotografia.

A missão de Januário Correia de Almeida no Sudeste Asiático teve também um cunho científico, resultante do seu interesse pela Arqueologia, mais tarde plenamente reafirmado aquando da sua Missão às Repúblicas sul-americanas. No Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses, da qual já então era sócio, relativo a 1876, iniciou a publicação de um extenso artigo sobre a Architectura Khmer, que se prolongou por 1877 (S. JANUÁRIO, 1876, 1877), com base na visita que fez a Angkor, cujos templos reproduz (Fig. 30). Neste artigo analisa detalhadamente os materiais de construção utilizados, descrevendo as técnicas construtivas seguidas na edificação dos muros, torres, calçadas, colunas, abóbadas, portas, tanques, pontes e terraços, bem como as suas características estruturais e arquitectónicas, incluindo a disposição geral dos edificios e a respectiva descrição. Detém-se também nos motivos ornamentais, discutindo por fim a cronologia daquelas imponentes construções, que compara, pela elegância, aos templos gregos e às catedrais góticas. Foi, assim, um dos primeiros europeus a visitar esses monumentos, menos de meia-dúzia de anos depois da sua existência ter sido revelada no Ocidente por uma expedição francesa durante os anos de 1866 a 1868, cujos resultados se publicaram em 1873, ou seja, apenas três anos antes da sua apresentação nas páginas da revista portuguesa, não se limitando o



Fig. 30 – Ruínas de Angkor. Reprodução da gravura que acompanhou o artigo publicado em 1877, em resultado da sua visita àquele conjunto monumental, em 1875, poucos anos depois da primeira visita de europeus (S. JANUÁRIO, 1877). Arquivo do Autor.

autor a seguir os pioneiros franceses no seu detalhado estudo, mas fornecendo elementos de observação novos, especialmente importantes no respeitante às técnicas construtivas utilizadas.

O seu interesse científico pelo Sudeste Asiático levou-o, anos depois a apresentar uma importante comunicação, em Francês, intitulada “Documents sur les missions portugaises au Cambodge et en Cochinchine”, publicada em Paris no *Bulletin de la Société Académique Indo-Chinoise* (S. JANUÁRIO, 1883), a qual foi apresentada oralmente à referida Sociedade nas sessões realizadas a 24 de abril e a de 29 de Dezembro de 1882. O Autor, que era Membro Correspondente da referida Sociedade, é apresentado com muitos dos seus cargos, antigos e actuais, como era de uso na época, no frontispício do artigo, logo por baixo do seu nome:

“Par do reino de Portugal, antigo ministro da Marinha e do Ultramar. Antigo Governador-Geral do Estado da Índia Portuguesa e da Província de Macau e Timor. Grande Oficial da Legião de Honra, Oficial da Instrução Pública.”

As relações culturais e científicas por ele estabelecidas com a França eram já importantes à data da apresentação desta sua comunicação, como se conclui das duas condecorações francesas de que era titular e que fez questão de indicar para quem o lesse.

A comunicação, por via dos documentos dados na altura a conhecer, pretendeu demonstrar que os missionários portugueses estiveram no Cambodja desde o século XVI, tendo ali difundido o Cristianismo, concluindo que as missões portuguesas evangelizaram esse reino antes de 1580. Com efeito, refere que o Padre Juan Gonzalez de Mendoza, na sua carta redigida em Roma em 1585 menciona um dominicano português, o padre Silvestre que gozava de grande influência na corte do soberano Khmer. Em abono da sua tese, apresentou vários documentos até então inéditos conservados no Arquivo do Fiel Senado de Macau. Estes documentos, relativos às missões portuguesas da Cochinchina e do Cambodja remontam já ao século XVII, dado que os manuscritos dos séculos XVI e XVII pertencentes a esses arquivos se conservam em Lisboa, não tendo sido por ele observados.

Trata-se de três deliberações do Senado, dos anos 1685, 1687 e 1689 e a cópia autenticada de uma carta do rei do Cambodja, datada de 3 de fevereiro de 1725.

1.^a deliberação: declaração datada de 4 de Setembro de 1685, com a pretensão de Fortuoso Gomes Leite dirigida à Câmara de Macau, solicitando um navio para embaixada à Cochinchina;

2.^a deliberação: no dia 1 de Fevereiro de 1687, foi dirigida ao Senado pelo príncipe da Cochinchina, uma carta, solicitando os serviços do padre Bartolomeu da Costa da Companhia de Jesus;

3.^a deliberação: a 19 de Fevereiro de 1689, foi decidido em sessão de Câmara que seriam adquirido aos padres da Companhia de Jesus, dois canhões de bronze, para serem enviados ao rei da Cochinchina.

Da carta de Nae Gemtaich Praguefa Prauncar, Rei do Cambodja ao Senado de Macau, o Autor transcreu, e traduziu para Francês, a seguinte passagem do original escrito em Português:

“..il est venu dans notre royaume deux religieux, je veux dire deux Pères religieux de St-François, porteurs d’une adresse de la Chambre du Noble Sénat de la ville de Macao à Nous destinée, laquelle Nous avons accueillie comme

elle le méritait: les deux Pères Nous y étaient recommandés (...) et leur avons accordé, par une plaque (*chapa*), l'autorisation de prêcher librement et d'enseigner leur sainte loi à quiconque voudra le suivre, ainsi que bien d'autres privilèges qui, jusque-là, n'avaient été accordés à aucun autre Père des chrétiens dans notre Royaume; lesdits Pères nous ont dit aussi que quelques uns des bateaux portugais de Macao devaient venir dans notre Royaume pour ouvrir (ou commencer, *abrir*) le commerce, ce qui Nous plaît extrêmement; et, afin qu'ils n'aient pas à subir de vexations de la part des Cochinchinois à l'entrée de la barre du Cambodge (Me-Kong) Nous avons immédiatement envoyé un messenger spécial au roi de la Cochinchine pour lui demander qu'aussitôt que les bateaux de Macao arriveraient à notre porte et franchiraient la barre, il leur accordât libre passage et les envoyât dans notre Royaume. De plus, dès que les bateaux seront arrivés à bon port dans Notre Royaume, non seulement Nous voulons les aider en tout, afin de diminuer les droits qui selon d'anciens usages, étaient payés par tous les navires des Européens, mais encore ils auront, avant tous les autres, la faculté de prendre toute espèce de marchandises, et les meilleures, s'ils le veulent, à cause de l'affection que Nos ancêtres ont toujours eue et que Nous avons pour ladite ville de Macao et la nation portugaise; et nous donnons toute autorisation aux navires de Macao qui voudront venir dans Notre Royaume pour y faire le commerce, sans qu'ils aient à redouter le moindre désagrément. (...) Donné à Notre Cour de Ponta Socol au Cambodge, le 3 février de l'année 1725."

Esta missiva, já de época tardia no respeitante à presença portuguesa na região, confirma e reforça os laços económicos e culturais estabelecidos desde o século XVI e mantidos ao longo do século XVII, em parte devido à acção dos missionários franciscanos.

Por ocasião do envio desses documentos a S. Januário o coronel Joaquim José da Graça, então Governador de Macau dirigiu-lhe duas cartas esclarecendo as pesquisas por si efectuadas:

1.^a carta – “Macao, 5 de Março de 1882 (...) Não respondi imediatamente à carta que vos achaste por bem enviar-me, para me manifestar o desejo de obter algumas informações sobre as missões portuguesas no Cambodja e na Cochichina (...) fiz pesquisas e apenas apurei que existem no Leal Senado documentos relativos a essas missões. Proponho-me consultar esses documentos a fim de ver se têm alguma peça importante. Desejo vivamente auxiliar o Marquês de Croizier.”

2.^a carta – “Macao, 11 de Março de 1882 (...) Fui ontem ao Leal Senado onde tomei notas que vos envio, fiz igualmente cópia de uma carta do Rei do Cambodja que vos transmito sobre esse assunto. Não encontrei documentos mais antigos que aqueles que vos fiz chegar relativos à Cochinchina, mas existem muitos outros que se referem ao reino do Siam; se se deseja somente saber se existiram contactos entre a Cochinchina, Cambodja e Macau essas notas são suficientes, mas se se quiser fazer um estudo completo da questão posso reunir muitas cópias autênticas.”

Esta disponibilidade do Governador merecia bem ser aproveitada pois se assim fosse S. Januário inscrever-se-ia entre os investigadores que mais precocemente abordaram a história da presença portuguesa no Extremo Oriente.

O Autor recorreu também a documentos impressos, conservados na Biblioteca Nacional de Portugal. Destacam-se dois autores: Fr. Juan Gonzalez de Mendoza, que dedicou ao Cambodja uma parte do capítulo XXI da sua obra *Historia de Gran Reyno de la China, Itinerario del Nuevo Mundo*, Roma, 1585 e o padre Nicolau Pimenta, missionário da Companhia de Jesus no Oriente, autor do livro *Cartas que escreveõ ao Geral della, a 26 de Novembro do anno de 1599 aos 1 de Dezembro de 1600*, Lisboa, 1602.

No respeitante ao século XVII o Autor teve a oportunidade de consultar a obra publicada em Lisboa em 1690 pelos Franciscanos: *Vergel de Plantas, e Flores da Província da Madre de Deos dos Capuchos Reformados*, 1.^o vol., in-4.^o de p. 479; cap. VI, p.303 a 304, da qual transcreve trechos sobre a corte do Cambodja sob o reinado de Nacque Prancar (ou Prauncar) e de seu irmão e sucessor Nacque Sumaday Peraorachyoncar e a presença nela de Portugueses, merecendo destaque a Carta de Nacque Prancar, à Ordem e Casa de São Francisco de Malaca, datada de 1610. Noutra missiva, do mesmo Rei, também a favor dos Irmãos de São Francisco e da sua ordem, se declara a liberdade de os ditos missionários poderem evangelizar no Cambodja, Java e Campá, e o tratamento igual que teriam face aos bonzos (samcaraches) e a promessa de providenciar a construção de “igrejas douradas”, benefícios que seriam para sempre.

O Autor refere-se ainda a carta do Rei do Cambodja, Nacque Sumaday Peraorachyoncar ao Padre Custódio de São Francisco de Malaca, relativo a carta enviada ao Rei por aquele padre, datada de 20 de Outubro de 1612 acerca do Padre Jacome da Conceição, que residia naquele reino, referindo que o mesmo teria apaziguado as desordens que estalaram entre os Japoneses e os Portugueses.

As partes transcritas demonstram que os missionários franciscanos portugueses, devidamente enquadrados, desempenharam um papel importante no Cambodja do ponto de vista político e religioso e que durante os séculos XVI, XVII e XVIII, a Cochinchina, segundo o Autor, fora pela primeira vez visitada em 1516 pelo português Fernão Peres de Andrade. Os documentos dados a conhecer por S. Januário constituem interessante achega para o

conhecimento das relações comerciais asseguradas pelos Portugueses entre Macau e territórios do Sudeste Asiático, e por extensão, os territórios da Índia. Tal realidade evidencia-se ainda hoje pelas produções de mobiliário e objectos decorativos e religiosos produzidos sob influência portuguesa naquelas regiões, no decurso dos séculos XVI e XVII, revelando a presença de artífices de Macau em Goa, onde produziram algumas daquelas peças de arte. Em suma, a valia das investigações desenvolvidas no antigo Reino de Sião, ao visitar e caracterizar os notáveis templos ali existentes, cujos resultados publicou depois em Portugal (S. JANUÁRIO, 1876/1877) revelaram-se também na importante comunicação que apresentou à Société Académique Indo-Chinoise, da qual foi eleito Sócio Correspondente em 1880 (S. JANUÁRIO, 1883), cabendo o elogio do novo Académico a Eugène Gibert (GIBERT, 1881).

8 – No Império do Sol Nascente

Se a sua acção junto das Cortes da China e do Sião foi notável, também junto da Corte do Japão aquela se fez sentir, com a reorganização do serviço consular português, tendo-lhe valido a outorga da Grã-Cruz da Ordem do Sol Nascente, estabelecida pelo Império nipónico nesse mesmo ano de 1875. Na cidade de Nagasaki, impressionou-se com uma ponte de cantaria de blocos graníticos, com dois arcos de volta inteira apoiados num pégão central, pelas semelhanças que tinha com tantas pontes da Metrópole, especialmente comuns na região norte, justamente designada pelos locais como “Ponte dos Portugueses”, pertencente à segunda metade do século XVI. Ao publicar sobre ela uma breve notícia, com minuciosa descrição, no Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses, declarou: “É indefinível o efeito, que, em nossa visita a Nagasaki, em mim e em meus companheiros, produziu a vista d’esta singela construcção! (...). Era a ponte da villa dos Arcos de Val de Vez, cercada dos ligeiros *chalets* japonezes, e da extravagante architectura das capellas Kamis e dos pagodes budhistas!” (S. JANUÁRIO, 1877, p. 50).

*** **

Aquando do regresso do Oriente, acompanhou-o conjunto de peças orientais que expôs em 1875 na sua casa da Rua do Alecrim. Procurava assim chamar a atenção da sociedade lisboeta do seu tempo para múltiplas realidades culturais que esta desconhecia quase totalmente, apesar das centenas de anos de contactos com culturas do Extremo-Oriente (Sudeste Asiático, China e Japão). Esta exposição deu brado na sociedade lisboeta de então, tendo sido anunciada no “Diário de Notícias” de 29 de Novembro de 1875. De facto, quarenta anos depois, o mesmo jornal, na secção de efemérides “Há quarenta anos”, publicava a seguinte notícia:

“Visconde de S. Januario – São muito curiosos e de subido merecimento artístico os objectos da China, Japão e Sião, que o visconde de S. Januario trouxe daquelas regiões. Em casa do illustre e antigo governador de Macau podem admirar-se raros e belos esmaltes em cobre, vasos de bronze admiravelmente cinzelados, finíssimos xarões, porcelanas de subido valor, filigranas de ouro, prata e marfim, e infinidade de objecos muito apreciados na Europa. As salas estão elegantíssimas, todos os objectos dispostos com arte e gosto, alguns dos quais seriam dignos de figurar no mais selecto museu. Teem sido muito visitadas por cavalheiros e damas as salas do sr. Visconde de S. Januario, na sua residência na rua do Alecrim.”

Do vasto acervo trazido, muitos lotes conservou pessoalmente, passando de geração em geração da sua Família até à actualidade, incluindo objectos pessoais, como uma colecção de facas de marfim para papel, de diversas origens: China, Índia e Sudeste asiático (Fig. 31). Dois anos volvidos, a maioria daquele manancial foi leiloado em Lisboa, encontrando-se os lotes devidamente descritos em catálogo então impresso (S. JANUÁRIO & MESNIER, 1877) (Fig. 32). O Catálogo inventariou 1809 peças dadas como provenientes do Japão, China, Índia, Ceilão, Coreia, Sião e Egipto, num total de 1809 peças de madeira, couro, laca dourada, pinturas chinesas, estatuetas, vasos diversos, jarras de porcelana, dentes de elefante e várias peças de marfim.

Esta realidade corporiza atitude que se compreende, porque os militares em missão no Oriente tinham dificuldade em trazer divisas, vendo-se obrigados, antes do regresso, a comprar bens de vária ordem, para capitalizarem as economias reunidas. Crê-se que foram os resultados desta venda que ajudaram á construção da casa da Quinta dos Castelos, ou da Portela, em Paço de Arcos, que passou a partir de então a constituir a residência campestre de S. Januário, e onde este viria a falecer.

Outras peças, cerca de 650, foram colocadas em depósito no Museu Colonial de Lisboa, então instalado na Rua do Arsenal, em 1878, nas vésperas da sua partida para a América do Sul. Tal depósito tornou-se em doação do próprio, feita em 1892, tendo o dito acervo dali transitado para o Museu Colonial e Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa, extraviando-se, entretanto, no todo ou em parte considerável (CANTINHO, 2002), a ponto de hoje não ser possível a identificação de quaisquer peças conservadas na Sociedade susceptíveis de lhe terem pertencido.



Fig. 31 – Coleção de facas de marfim para papel que S. Januário trouxe do Oriente. Arquivo do Autor.



Fig. 32 – Capa e página do catálogo do leilão promovido por S. Januário com o acervo artístico por si trazido do Oriente. Sociedade de Geografia de Lisboa.

9 – O 1.º Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa

Regressado a Portugal no ano de 1875, pois foi já em Lisboa que, como acima se referiu, no mês de Maio após a nota manuscrita à carta recebida do Rei do Sião acima transcrita, foi um dos fundadores da Sociedade de Geografia de Lisboa, nos finais daquele mesmo ano de 1875 (Fig. 33). Na sessão preparatória de 3 de Abril de 1876 foi eleito Presidente da Direcção da Sociedade, razão pela qual o seu retrato figura na galeria dos Presidentes daquela prestigiada agremiação (Fig. 34).

Foi nessa qualidade que presidiu às sessões realizadas ao longo de todo o ano de 1876 (15/5, 7/7, 28/10 e 29/12). Em 1877 a sua presença continuou a ser assídua, dentro do que lhe permitiam as suas obrigações oficiais, tendo comparecido a todas as oito sessões realizadas nesse ano. Em 1878, esteve presente nas sessões que antecederam a sua partida para a América do Sul, tendo presidido à última de tais sessões, como Presidente Honorário, a 21/6/1878.

Em 1879, a sua ausência justifica-se pela missão referida, que abarcou todo aquele ano. No ano de 1880, retomou com assiduidade a sua participação na vida da Sociedade (presença em cinco sessões nos primeiros quatro meses do ano), tendo presidido à primeira sessão realizada na Sociedade, a 27/7/1880, logo após a sua tomada de posse como Ministro da Marinha e Ultramar, pasta que assumiu entre 3 de Julho de 1880 e 25 de Março de 1881, no ministério presidido por Anselmo Braamcamp Freire.

É interessante verificar que, já depois de ter deixado o cargo ministerial, continuou a presidir a algumas sessões da Sociedade realizadas em 1881 e em 1882, como seu Presidente Honorário, ocupando sempre lugar destacado nas mesmas; foi o caso da Sessão



Fig. 33 – Medalha de prata dourada que pertenceu a S. Januário, sócio fundador e 1.º Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa e página do antigo livro dos sócios onde consta o seu nome. Arquivo do Autor (medalha) e da Sociedade de Geografia de Lisboa (livro).

Fig. 34 (página seguinte) – Retrato a óleo sobre tela de S. Januário, na época em que foi o 1.º Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa. Note-se o erro na atribuição das cores da faixa de Grã-Cruz da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, da qual ostenta a medalha (1.ª linha, 1.ª do lado esquerdo), cuja fita se encontra também com as cores trocadas, e a placa da Grã-Cruz da referida Ordem (2.ª linha, ao centro). Tais erros explicam-se por se ter utilizado foto a preto e branco para a realização desta obra (ver Fig. 40). Sociedade de Geografia de Lisboa.



de 9/11/1885, já depois de ter abandonado o cargo de Ministro da Guerra, onde tomou lugar no recinto da presidência, a convite do conselheiro António Augusto de Aguiar e da Sessão realizada a 5/11/1900, menos de seis meses antes de falecer, na qual, por convite, tomou lugar na Mesa, à direita do então Presidente Ferreira do Amaral.

O Visconde de S.Januário, enquanto membro destacado da Sociedade teve importante papel nas explorações africanas por esta patrocinadas e interveio mais tarde nas iniciativas de carácter económico discutidas no seio da Comissão Portuguesa da Exploração e Civilização da África, ou simplesmente Comissão Africana, a que presidia, sendo em 1883 eleito Presidente do Conselho Central da Sociedade.

As actas da Sociedade revelam bem a sua preocupação pela afirmação da defesa dos interesses do país nos territórios ultramarinos, onde a sua acção se revelou de importância ímpar, como se verifica pela transcrição de alguns trechos das actas relativos às questões em que teve maior intervenção.

Assim, em Julho de 1876, sendo então Presidente da Direcção da S.G.L., tendo como Vice-Presidente João Carlos de Brito Capelo e 1.º Secretário Luciano Cordeiro (Actas das Sessões da S.G.L., vol. 1, 1876-1881, p. 5), foi o primeiro subscritor da proposta para que a S.G.L. representasse ao governo de S. M. “a conveniencia scientifica, economica e politica de se emprehender uma expedição portugueza através do sertão africano, de costa a costa, prestando-se a sociedade a promover uma subscrição nacional para auxiliar este emprehendimento. Que o assumpto seja exposto ás associações commerciaes do paiz, pedindo-lhes o seu parecer e coadjuvação”.

É fácil perceber o alcance desta proposta, tendo presente o prestígio da Sociedade no seio das elites políticas e económicas do País e a abertura destas para a efectiva realização daquele propósito, que viria a ser concretizado, de facto, sob a égide da Sociedade, através das viagens de exploração africanas logo depois realizadas, comandadas por Serpa Pinto, Brito Capello e Roberto Ivens.

Na sessão de 28/10/1876, ainda como Presidente da Sociedade, declarou “que a exclusão de Portugal ou de estudiosos portuguezes de conferencia de Bruxellas, tinha causado má impressão no paiz, e para que a sociedade se manifestasse sobre tal assumpto, tinha a mesa formulado a proposta seguinte, a fim de servir de base à discussão”. Segue-se o texto da proposta, onde se afirma o seguinte:

“3.º Faz votos para que o governo portuguez e a sciencia nacional continuem a manter vigorosamente a honra e o direito da nação portugueza com relação ao problema africano;

4.º E julga da mais alta conveniencia que aproveitando-se o facto da projectada expedição portugueza africana se proceda a uma rectificação definitiva dos limites da nossa soberania em Africa”.

O problema da delimitação das fronteiras das possessões africanas era candente e encontra-se exemplarmente ilustrado pelas vicissitudes conhecidas, por exemplo, com a delimitação da fronteira leste de Angola (AMARAL, 2015). Também neste domínio se fez ouvir a voz da Sociedade.

A 27/3/1877, o Visconde de S. Januário assumiu a Presidência para a constituição da “Comissão Portuguesa da exploração e civilização da África”, reunida pela primeira vez a 30/4/1877, depois de o então o Presidente da S.G.L., o Prof. J. V. Barbosa du Bocage ter informado que a dita comissão fora instalada a 17/4/1877.

Participou intensamente, como Presidente da referida comissão, na organização da expedição africana de 1877, de Brito Capello e Serpa Pinto, que partiram para África no dia 7 de Julho de 1877 (acta de 30/7/1877, sob presidência de J. V. Barbosa du Bocage). Foi nomeada, nessa mesma reunião, uma comissão que deveria acompanhar a bordo Roberto Ivens, que embarcaria no dia 5/8/1877 encabeçada pelo Visconde de S. Januário.

Até ao final do ano de 1877, verifica-se assinalável assiduidade do Visconde de S. Januário, que compareceu às sessões de 3/9, 7/11 e 17/12/1877.

No ano de 1878 a presença nas reuniões continua assídua por parte do já então ilustre Presidente Honorário. Na sessão de 21/6/1878 foi tratada a sua próxima partida em missão extraordinária do Governo Português à América do Sul, levando como secretário Gastão Mesnier. Foi então aprovada uma moção de apoio à missão de que fora incumbido, propondo-se-lhe que criasse uma secção da Sociedade no Rio de Janeiro, ao que o próprio respondeu que, apesar de se demorar pouco no Rio de Janeiro, “empregaria todos os seus esforços para ali formar a secção portuguesa”. Foi-lhe dirigida no final da sessão uma saudação de despedida, muito aplaudida.

Na missiva enviada de Buenos Aires a 11/10/1878 (acta de 25/11/1878), informava a Sociedade do êxito inicial da sua missão: “Obtive já, para o commercio nacional, vantagens aduaneiras muito importantes, e contava poder abrir n’aquellas regiões um vasto e seguro mercado para as vinhas portuguesas”.

A ideia da criação de uma secção da Sociedade no Brasil, acima referida, vingou, porque a 25/6/1879, o seu Presidente enviou o exemplar do “Diario Oficial”, em que “vem publicado o decreto que approvou os estatutos d’aquella secção” (Acta, p. 175).

Na sessão de 12/2/1880 o Presidente da Sociedade, J. V. Barbosa du Bocage saudou o regresso de S. Januário, tendo este agradecido, declarando “que ao mesmo tempo que procurára alargar as relações do commercio portuguez, no cumprimento da missão que recebera do governo, tratára tambem de estabelecer relações scientificas”. Com efeito, como se verá adiante, a componente científica não foi minorizada, bem pelo contrário, no conjunto dos resultados da sua missão. Na altura, lamentou que os seus relatórios não estivessem ainda publicados, pois seria de grande vantagem que os nossos negociantes os conhecessem, informando que ia diligenciar a publicação d’esses trabalhos – o que de facto veio a acontecer, nesse mesmo ano, pela Imprensa Nacional (S. JANUÁRIO, 1880).

Trata-se precioso manancial informativo que será adiante apreciado em detalhe. Deu ainda conta dos valiosos donativos de livros e mapas que havia obtido para a biblioteca da Sociedade, no R. de Janeiro, durante os poucos dias que se demorara n'aquela cidade. E concluiu, participando que havendo sido recebido em sessão solene pela importante Sociedade de Geografia do Mexico, ali se tinha prestado homenagem aos trabalhos da Sociedade tendo, no final, sido muito aplaudido (acta, p. 197).

Naquela sessão foram confirmadas as eleições de sócios pela secção da Sociedade no Brasil. Compareceu na sessão seguinte, realizada a 28/2/1880, em que o Sr. Mesnier, secretário da Missão apresentou alguns os resultados dos estudos científicos realizados, não lhe sendo possível continuar a comunicação pelo seu melindroso estado de saúde.

Esteve presente nas sessões de 7/4/1880 e de 14/4/1880, onde expos detalhadamente os trabalhos da Associação Internacional Africana de Bruxelas.

A 21/4/1880 informou que tivera reunião com o Ministro da Marinha para obter uma subvenção para o Boletim, pasta que viria a sobraçar pouco depois, a 3 de Julho daquele mesmo ano. Deu também conta dos sucessos da secção da Sociedade no Brasil (acta, p. 222), dando os nomes dos respectivos sócios.

Na sessão de 12/5/1880, na ausência de S. Januário, o Presidente, J. V. Barbosa du Bocage propôs que ele voltasse a assegurar a presidência da Secção Africana, que a cedeu aquando da sua missão à América do Sul. A proposta foi aprovada, passando Barbosa du Bocage, a quem a presidência da dita comissão fora entregue, a Vice-Presidente (da mesma acta, p. 233). Isto mostra o alto apreço que na Sociedade era atribuído ao trabalho de S. Januário. Presidiu à sessão de 27/7/1880, como Ministro da Marinha e Ultramar, na ausência de Barbosa du Bocage, em tratamento médico, pois este “precisava do auxilio do seu conselho e do seu patriotismo e contava com elle na resolução em que ia empenhar-se dos graves assumptos coloniaes que (...) com elle discutira e estudára” (acta, p. 248).

Na sessão de 15/11/1880, o sócio Maldonado d'Eça apresentou a seguinte proposta: “Proponho um voto de louvor ao nosso consocio ex.^{mo} Sr. Visconde de S. Januario, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, á comissão nomeada por portaria de 22 de dezembro de 1878 e à direcção de S.G.L. pelos serviços prestados à causa da sciencia e do paiz, promovendo e concluindo o accordo caucinado pelo decreto de 12 de Agosto de 1880”.

Esta moção refere-se aos tratados comerciais assinados no decurso da missão de São Januário às repúblicas sul-americanas e onde, como se pode depreender pelo texto da moção, a Sociedade desempenhou também o seu papel.

Entretanto, a secção da Sociedade no Brasil continuava a trabalhar; a 22/12/1880, foi comunicada a direcção eleita para 1880/1881.

A sessão de 21/11/1881 foi presidida de novo por S. Januário, na qualidade de Presidente Honorário. Felicitou o explorador Serpa Pinto, nela presente, pelos seus trabalhos científicos e distinções conferidas pelas Sociedades de Geografia de Paris e de Londres,

entregando-lhe duas medalhas das respectivas sociedades. Na ocasião, declarou que “a homenagem prestada por aquellas illustres sociedades geographicas aos relevantes serviços e trabalhos scientificos do sr. Major Serpa Pinto, era recebida com igual satisfação pela nossa sociedade e pelo nosso paiz, porque a sociedade tivera sempre o maior interesse na muita ousada e importantissima travessia do continente africano, e Portugal conseguira, pelos esforços assás dedicados de um seu filho, patentear ao mundo culto, o empenho que lhe merecem as investigações scientificas da geographia moderna” (acta, p. 485). Todos os membros da assembleia assistiram de pé a este acto.

Na mesma sessão, tratou-se da questão da secção do Brasil (Rio de Janeiro), com largas considerações de S. Januário, Luciano Cordeiro e Fernando Pedroso sobre os estatutos desta e o desejo de a transformar em *Sociedade Nacional Brasileira*, sob a denominação de *Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*. No entanto, foi aprovada por unanimidade a proposta avançada pelo sócio Fernando Pedroso do seguinte teor:

“A Sociedade de Geographia de Lisboa:

1.º Manda declarar á sua secção do Brasil que a mesma secção deve manter-se e conservar-se na fórma, fins e condições da sua fundação, dos estatutos, e do decreto do governo imperial que a reconheceu e sancionou, continuando a bem servir a sciencia, o nobre paiz em que funciona, e o gremio social de que faz parte integrante;

2.º Recomenda á direcção social que adopte as providencias extraordinarias que julgar convenientes, para auxiliar n’aquelle sentido a mesma secção, fazendo respeitar e cumprir a lei social, e defender os direitos e interesses dos consocios residentes no Brazil;” (acta, p. 490).

A comissão de acompanhamento desta situação ficou composta pelos seguintes membros: Barbosa du Bocage, Luciano Cordeiro, Rodrigo Pequito, Fernando Pedrozo, Ferreira do Amaral e Francisco Chamiço. S. Januário foi também eleito para fazer parte da comissão, como delegado da secção do Brasil junto da Sociedade.

S. Januário presidiu à sessão de 5/12/1881, como Presidente honorário; na altura, apresentou a planta hidrográfica do Fajão de Agua na ilha Brava, elaborada pelo Tenente de Marinha Nunes da Silva, e elogiou a importância daquele trabalho para a navegação. Com efeito, “julgava de absoluta necessidade a organização regular do corpo hydrographico, a fim de que em cada navio houvesse um official devidamente habilitado, que tivesse a seu cargo fazer as rectificações ás plantas existentes e levantalas quando as não haja” (acta, p. 495). Posta á votação, esta proposta foi unanimemente aprovada.

Nesta mesma sessão, e a propósito das preocupações expressas por S. Januário que mereceram aprovação unânime da assembleia, Fernando Pedroso declarou que, “desde que este cavalheiro occupára o elevado cargo de Ministro do Ultramar, se notára um certo desenvolvimento a favor da nossa Africa” (acta p. 497). Com efeito, desde 25/3/1881 que S. Januário deixara de ser Ministro daquela pasta, o que não o impedia de manter por aspectos a ela respeitantes o maior interesse.

A 4/1/1882 procedeu-se à eleição dos corpos gerentes, tendo S. Januário sido eleito como Vogal para o Conselho Central da Sociedade.

A sessão extraordinária de 28/6/1882 foi destinada à discussão de um “parecer da Comissão Africana presidida por S. Januário acerca da necessidade urgente da construção de um caminho de ferro em Angola” (acta, p. 66).

Esta questão continuou a ser discutida na sessão de 1/8/1882, também presidida por S. Januário, tendo sido reafirmada a necessidade urgente da construção do dito caminho de ferro. Intervieram, no que respeitava à definição do respectivo traçado, Ferreira do Amaral, Neves Ferreira, Sarrea Prado, Elvino Brito e Leonardo Torres.

Ao encerrar a sessão, S. Januário declarou que “o governo de Sua Magestade houvera por bem nomear governador geral da provincia de Angola o illustre consocio e distincto official da armada, o sr. Ferreira do Amaral. E que constava tambem á mesa, que o governo incumbira igualmente o nosso dedicado vice-secretario e notavel engenheiro o sr. J. J. Machado, de uma commissão importantissima no Transvaal, commissão que se referia á solução, de ha tanto desejada e pedida pela Sociedade, da questão do caminho de ferro de Lourenço Marques á fronteira do paiz dos boers” (acta, p. 136). Referiu ainda “que o paiz e a Sociedade conheciam perfeitamente o moço intelligente e brioso que ía governar Angola: - official valente, honrado e disciplinador, a sua carreira e as suas provas de administrador colonial eram brilhante e segura garantia ás justas esperanças que a Sociedade de Geographia de certo depositava n'elle” (p.137).

A comissão proposta por S. Januário propôs que Leonardo Torres acompanhasse Ferreira do Amaral a bordo do paquete, na sua partida para Angola, no dia 5 de Agosto.

A pedido de Sarrea Prado, juntou-se à acta desta sessão documento publicado no *Diario do Governo* n.º159, de 19 de Julho de 1882, com os seguintes pontos:

“I. Necessidade e urgencia de caminhos de ferro em Angola;

II. Plano financeiro que convirá seguir na construcção das vias ferreas na provincia de Angola, e particularmente em relação á linha de Loanda a Ambaca;

III. Condições technicas de construcção dos caminhos de ferro de Angola e principalmente da linha de Loanda a Ambaca;

IV. Linhas principais de viação acelerada em Angola, e directrizes ou traçados que convem adoptar, especialmente em relação á linha de Loanda a Ambaca” (acta, p. 142 a 166).

A discussão aprofundada que esta questão assumiu, bem como o facto de nela participarem sócios com efectivo peso político, técnico e científico no respeitante à tomada de decisões nos territórios ultramarinos, a começar pelo próprio S. Januário, antigo Ministro da Marinha e Ultramar e Ferreira do Amaral, recém-nomeado Governador-Geral de Angola, evidenciam a importância da Sociedade na tomada de decisões nestes domínios da governação. Na sessão de 8/11/1882, S. Januário, como Presidente da Comissão Africana “expoz que a Sociedade conhecia a extraordinaria propaganda que se manifestára em França, derivada dos trabalhos e convenções que o sr. Savorgnan de Brazza affirmava ter feito na Africa occidental, e particularmente na região comprehendida entre o Ogoocé e o alto Congo”, mas que estes eram “absolutamente contrarios á verdade dos factos e dos principios, e attentatorios dos direitos incontestaveis da soberania portugueza, no Zaire e nos territorios que demoram ao norte d’elle, insistindo-se em que a França deveria estabelecer a sua soberania desde o Gabão ao Zaire, incluindo, pelo menos, a margem norte d’este rio, do lado da costa, como do lado do sertão, e querendo fazer-se suppor que tal projecto não encontrava direitos definidos de nação culta que o objectasse, quando era de há seculos sabido, sustentado e reconhecido, á face dos factos e do direito das gentes, que o limite septentrional da nossa soberania e dominio n’aquellas regiões era o paralelo 5° 12’ S.” (acta, p. 176). Face a esta realidade, S. Januário declarou ser conveniente “apresentar a todas as sociedades e institutos das nossas relações sociaes, uma summaria memoria que, recordando os nossos direitos, evitasse que a opinião dos estranhos fosse transviada pelos erros e intentos manifestados na recente propaganda organizada” (p. 177). Na sequênciã do referido, apresentou proposta, para a qual pedia urgência, tendo a mesma sido aprovada unanimemente e o orador “ muito e calorosamente applaudido” (p. 178). Esta importante intervenção de S. Januário confirma o cuidado com a Sociedade e ele próprio acompanhavam as delicadas questões relacionadas com as delimitações das fronteiras dos territórios africanos, tendo, no caso, os direitos da soberania portuguesa sido respeitados como era pretendido. Com efeito, a 26 de Fevereiro de 1884, a Inglaterra reconheceu a hegemonia portuguesa na foz do rio Zaire (Tratado do Zaire), retirando, como contrapartidas, a liberdade de comércio e navegação no Zaire, Zambeze e afluentes e de comércio livre de impostos no reino do Congo, ficando Portugal, nestes termos, em desvantagem para poder competir comercialmente (PINTO, 2011, p. 36). A permanente intervenção de S. Januário nas questões inerentes à vida da Sociedade era justificada pelas responsabilidades que ali detinha. Nas primeiras páginas do 3.º volume das Actas das sessões relativas ao ano de 1883, em que S. Januário foi eleito Presidente

do Conselho Central a 20/1/1883, indica-se que, naquele ano, desempenhava as seguintes funções: Presidente da Comissão Africana; vogal da Comissão Central de Geografia; e vogal das Secções de Etnologia e Viagens, de Geografia Histórica e Arqueológica e da Geografia Política e de Estatística. A sua pertença a estas últimas foi seguramente justificada pela publicação das notáveis observações realizadas no decurso da sua missão oficial à América do Sul em 1878 e 1879.

Na sessão de 14/2/1883, Antonio Augusto de Aguiar congratulou-se com a convivência na Sociedade de S. Januário e, bem assim, de J. V. Barbosa du Bocage, pois estes dois sócios eram frequentemente chamados ao Governo e às reuniões dos Conselhos da Coroa (actual Conselho de Estado), sendo motivo de orgulho para a Sociedade. Esta realidade explica igualmente a permanência, por anos sucessivos, de S. Januário como Presidente do Conselho Central da Sociedade, tendo sido só substituído neste cargo em 1888, e como Presidente da Comissão Africana em 1889.

Na sessão de 22/12/1883 leu-se parecer de S. Januário, elaborado na qualidade de Presidente da Comissão Africana, o qual, na impossibilidade de comparecer, submetia a aprovação da Assembleia, a seguinte proposta:

“Artigo 1.º A Sociedade de Geographia de Lisboa confere a sua *medalha de honra*, por assignalados serviços prestados á sciencia e á patria, a cada um dos seguintes cidadãos portuguezes:

Hermenegildo de Brito Capello, capitão tenente da armada real;

Alexandre Alberto da Serpa Pinto, major do exercito;

Roberto Ivens, primeiro tenente da armada real.

Art. 2.º A direcção da Sociedade fica auctorizada a fazer cunhar em oiro, e entregar opportunamente as referidas medalhas, bem como uma igual correspondente á que foi já conferida, em 1879, ao cidadão José de Anchieta.” (acta, p. 59).

Assim se afirmava também a Sociedade na vida pública, projectando-se a sua acção prestigiante na sociedade de então.

Na sessão de 3/5/1884, foi lido parecer da Comissão Africana, assinado por S. Januário, na qualidade de seu Presidente, bem como de Presidente do Conselho Central, do seguinte teor: “A Sociedade de Geographia de Lisboa auctorisa a sua direcção a representar ao governo de Sua Magestade ácerca da conveniencia de uma ligação telegraphica entre os nossos dominios da Africa occidental e a metropole.” (acta, p. 27)

Este documento tem interesse por dar a conhecer o funcionamento interno da Sociedade, onde a cabia à Direcção a representação externa da Sociedade, embora carecesse da autorização interna para tal efeito, por parte do competente órgão, corporizando exercício de democracia interna rigorosamente respeitado.

Pelo seu prestígio, a Sociedade constituía, de certo modo, um órgão consultivo informal do Governo em matéria de política africana. No entanto, evitava pronunciar-se sobre certas questões, mais delicadas, daquela política, por forma a não constituir entrave, ainda que involuntário, à acção governativa. Exemplo disso é a decisão tomada sobre a questão do tratado do Zaire, já acima abordada, na sessão de 30/6/1884, na qual foram lidas as conclusões de um parecer assinado a 12 de Maio de 1884 por S. Januário, Francisco Maria da Cunha e Fernando Pedroso, entre outros:

“À vossa Commissão Africana foi presente a proposta do nosso consocio sr. Guilherme de Abreu, pedindo que fosse dado parecer acerca do tratado chamado do Zaire celebrado pelo governo com a Gran-Bretanha. Depois de maduro exame e acalorada discussão, entende a vossa comissão dever eximir-se a qualquer manifestação tendente a aprovar a proposta, por entender em sua consciencia, que o character diplomatico e politico do documento a que ella allude, – a necessidade para a sua apreciação de elementos de critica estranhos ou defezos á nossa competencia e acção social, – e a circumstancia de se achar pendente de negociações entre governos e da approvação do poder legislativo, o mesmo documento, collocam a discussão d’elle inteiramente fóra das condições e das conveniencias de uma associação como a nossa (...)” (acta, p. 44).

Outro exemplo desta prudente actuação da Sociedade em matéria de política internacional foi a decisão tomada na sessão de 19/2/1894, onde Luciano Cordeiro deu conhecimento à assembleia da suspensão da discussão na Comissão Africana, então presidida por Ferreira do Amaral – antigo Governador-Geral de Angola – relativa às delimitações de Manica (fronteira da Africa oriental), devido a um aviso do Ministro da Marinha e Ultramar, em nome do governo, “declarando que julgava tal discussão da maior inconveniencia para os interesses do paiz” (acta, p. 54).

Em 1885 realizou-se a Exposição Colonial Portuguesa, no âmbito da Exposição Universal em Anvers, organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa sob o patrocínio do Ministério da Marinha e Ultramar, pasta de que S. Januário havia sido ministro em 1880/1881. Na época, a presidência da Sociedade de Geografia era exercida por António Augusto de Aguiar, Par do Reino e Ministro de Estado Honorário, sendo vice-presidentes, o Visconde de S. Januário, igualmente Par do Reino e Ministro de Estado Honorário e Francisco Maria da Cunha, Par do Reino, assumindo ainda S. Januário a vice-presidência da Comissão Executiva da referida Exposição.

O Catálogo (EXPOSITION, 1885), publicado em luxuosa edição naquele mesmo ano de 1885 (Fig. 35) em francês refere a importância da localização geográfica e estratégica de Portugal, bem como a divisão territorial e administrativa do reino. Apresenta breve mas



Fig. 35 – Catálogo da exposição colonial de Portugal, organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa em Anvers, aquando da Exposição Universal ali realizada em 1885 e na qual S. Januário teve papel preponderante. Arquivo do Autor.

muito útil caracterização do potencial valor geográfico, estratégico, económico e científico das suas diferentes parcelas, mencionando ainda os principais agentes comerciais existentes em cada uma delas. Tratou-se, pois de uma afirmação internacional da soberania por parte de Portugal, expressando o vigor, o conhecimento e a importância fundamentadamente atribuída às suas possessões ultramarinas, exercício muito importante numa altura em que as potências europeias discutiam a legitimidade da posse por parte de Portugal de tão vastos territórios, bem como a delimitação geográfica das suas fronteiras.

Não obstante esta clara afirmação fundamentada da soberania portuguesa, sobretudo em África, os apetites mantiveram-se por parte das potências europeias.

Assim, na sequência do *Ultimatum* inglês de 11 de Janeiro de 1890, a Sociedade não podia deixar de manifestar a sua solidariedade para com o Governo e a Nação, tendo sido aprovado, logo na sessão de 20 de Janeiro um voto “de profunda e calorosa congratulação pelas manifestações reivindicativas da coesão e da solidariedade nacional; (...)” (acta, p. 8)

Foi então decidido realizar uma subscrição nacional para a compra de um vaso de guerra, na qual S. Januário teve, tal como a Sociedade de Geografia, uma vez mais, papel determinante, como adiante se verá.

Apesar a indiscutível adesão nacional que tal iniciativa teve, na sessão de 30/12/1891 foi lida uma nota de Almeida Figueiredo manifestando-se contra “na aplicação dos fundos obtidos, querendo empregar o producto da subscrição nacional na compra de um navio de guerra que, ao presente, para o caso de defeza nacional, nada importa” (acta, p. 70), propondo a substituição da compra de um “cruzador pelas necessarias e inadiaveis obras de fortificação na barra de Lisboa e bahia de Lourenço Marques” (p. 70).

O Presidente da Sociedade, Pereira Sampaio, achou que a questão da aplicação dos fundos da chamada “grande subscrição nacional” já estava então resolvida e esgotada, pelo que não deu seguimento à proposta.

Esta realidade evidencia, todavia, característica sempre presente na vida da Sociedade, a possibilidade de qualquer sócio poder emitir livremente a sua opinião, e de a mesma poder ficar registada em acta, como foi o caso.

Não foi possível identificar razões para a ausência de participação de S. Januário na vida da Sociedade a partir de 1888; de qualquer modo, o seu empenho em outras iniciativas de evidente interesse nacional, como foi o caso da determinante participação por si assumida na subscrição pública nacional de que resultou a aquisição do cruzador *Adamastor* – intervenção que, pelo seu interesse e importância será adiante referida – poderá explicar, por si só a sua ausência às sessões da Sociedade.

A aquisição do *Adamastor* foi registada para os presentes e vindouros com a edição de uma brochura (Fig. 36). Nela se registam as características do navio, acompanhada de uma reprodução do mesmo.

A aquisição deste navio de guerra por subscrição nacional contribuiu em muito para recobrar o ânimo da Nação da desonra sofrida, tendo a própria Sociedade sido beneficiada

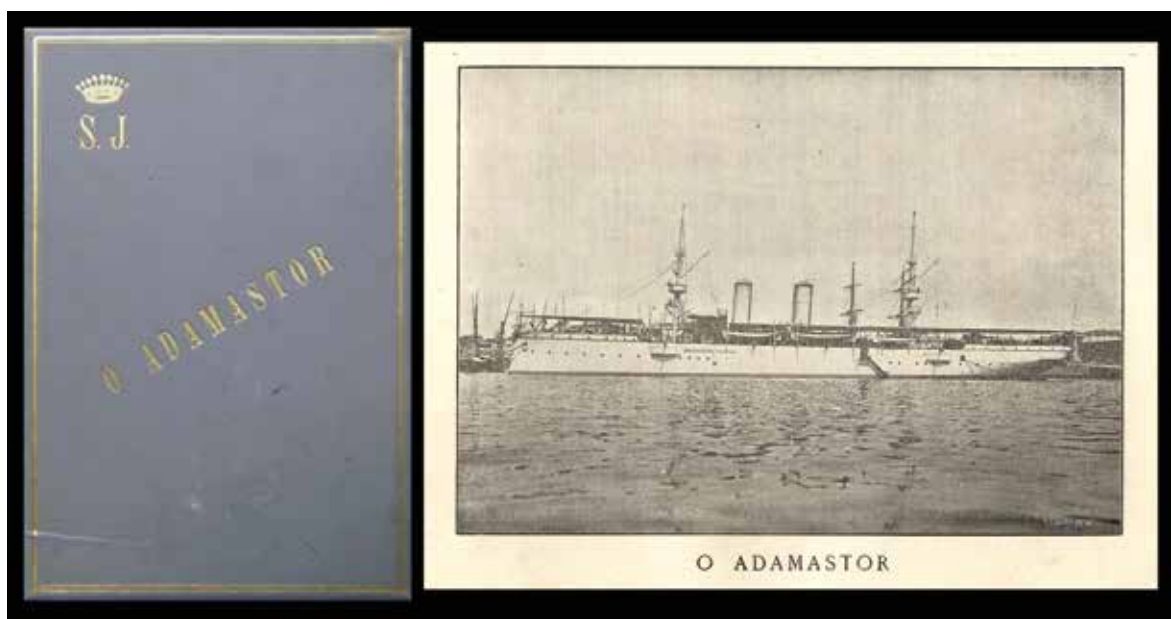


Fig. 36 – Folheto alusivo ao cruzador Adamastor. Exemplar encadernado pertencente a S. Januário. Arquivo do Autor.

pelos reflexos que resultaram daquela iniciativa, a qual envolveu genuinamente a população, especialmente a de origem urbana.

O cruzador foi encomendado, após consultas prévias e com base no caderno de encargos previamente definido, ao construtor naval italiano Frateli Orlando, de Livorno (Itália), custando 378:883\$480 réis.

Tinha 75,21 metros de comprimento.

O aparelho propulsor consistia em duas máquinas alternativas de vapor, de tríplice expansão, a que correspondia a velocidade de 18 nós.

O armamento era constituído por 2 peças Krupp de 15 cm.; 4 de 10 cm.; 5 de tiro rápido; 4 Hotchkiss de 65 mm; 4 metralhadoras Nordenfelt; 2 peças de tiro rápido, de 37 mm, Hotchkiss; e um tubo fixo lança torpedos na roda de proa, na coberta, acima da linha de água. Dispunha dos seguintes alojamentos: para o Comandante, salão, gabinete de trabalho, camarim e lavabo; para o Imediato, camarim e lavabo, ambos no tombadilho, juntamente com a dispensa do Comandante e secretaria. Possuía ainda 10 camarotes de Oficiais, uma casa de banho, ficando no espaço da cobertura, a ré, a arrecadação do fardamento. Para os guardas-marinhas e aspirantes o navio tinha 10 beliches, com casa de banho e dispensa. A guarnição, incluindo o pessoal menor das máquinas e outros serviços de bordo, calculada em 164 homens, alojava-se na coberta avante, sob o castelo.

O Adamastor possuía duas hélices propulsoras e pesava 2000 toneladas.

A simples presença do navio nas diversas iniciativas de representação em que participou e onde constituía sempre atracção, era devidamente valorizada pelas autoridades nacionais, tal a carga simbólica que transportava.

Assim, na sessão de 5/12/1898, Luciano Cordeiro, em seu nome e em nome de mais dois consócios, apresentaram uma “proposta de congratulação, pela maneira como tem sido recebido no Brazil o nosso presidente conselheiro Ferreira do Amaral, illustre commandante do *Adamastor*” (acta p. 118), tendo-se referido Moreira de Almeida ao cruzador como “o esforço heroico da subscrição nacional.” (acta, p. 119).

A valorização do *Adamastor* como representante de Portugal no estrangeiro encontra-se ainda expressa na comunicação da Direcção da Sociedade, apresentada à sessão de 10/4/1899, do seguinte teor:

“Devendo regressar proximamente da importante commissão de serviço nacional que foi desempenhar ao Brazil, o illustre presidente da Sociedade, conselheiro F. J. Ferreira do Amaral, a direcção, conscia de corresponder a um sentimento geral da Sociedade, conformemente com o artigo 32.º alinea 3 do estatuto e das mais faculdades que lhe competem, resolve promover e organizar as seguintes manifestações de congratulação e reconhecimento social: I. Recepção á barra e no porto do cruzador *Adamastor*, do comando do mesmo presidente, em vapor ou vapores para este fim fretados. 1.º Desde o proximo dia 15 até oito dias antes do dia provavel da chegada, abrir-se-há no escriptorio de informações da Sociedade, uma inscrição geral para os socios de todas as classes, em effectividade, que desejem tomar parte na recepção. Os socios poderão fazer-se acompanhar das senhoras e dos menores, de dez ou mais annos, de suas familias.” (acta, p. 122).

Sem dúvida que constituiu um dos momentos altos da vida da Sociedade o acolhimento festivo do navio que espelhava a vontade generalizada da Nação, sob o comando do seu Presidente da Direcção, no regresso desta sua viagem de grande significado simbólico, realizada nas vésperas das comemorações dos 400 anos daquela que Pedro Álvares Cabral comandou.

Na sequência desta viagem, na sessão de 5/6/1899 foi comunicada à direcção a reconstituição da secção da Sociedade no Rio de Janeiro pelos consocios srs. Visconde de Thyde e Antonio Telmo. A comunicação menciona o artigo 1.º da secção:

“A secção da Sociedade de Geographia de Lisboa, no Rio de Janeiro, tem os mesmos fins da sociedade de que é filial, concorre na sua esphera, para a realisação de todos os empreendimentos que lhe forem solicitados pela sociedade matriz e é centro de união para todos os que forem de sua iniciativa, nos quaes deverá contar com o apoio da Sociedade central e de todas as outras secções que existam em qualquer parte.” (p. 168). Neste mesmo comunicado lê-se:

“A secção da Sociedade de Geographia de Lisboa no Rio de Janeiro, cuja formação promovêra o nosso primeiro presidente e consocio fundador sr. conde, então visconde de S. Januario por occasião de uma viagem á America do Sul em commissão de serviço nacional,

foi em 1878 fundada conformemente com as bases regulamentares geraes que em 21 de junho d'aquelle anno ficaram regendo a formação das secções externas da Sociedade, sendo o seu primeiro estatuto approved pelo governo brasileiro por decreto de 14 de junho de 1879." (p. 169).

Foi, pois, justamente lembrado S. Januário pelos seus consócios, em resultado de uma das muitas iniciativas que tivera em prol dos interesses da Sociedade e do país cujas consequências positivas se verificavam ainda muitos anos depois. No Brasil, a acção de S. Januário em prol da cultura brasideira, expressa-se pela presença de um retrato litográfico, exposto na Academia Brasileira de Letras e de outro na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

10 – Viajante, diplomata, arqueólogo e naturalista: a missão como Ministro Plenipotenciário às repúblicas sul-americanas em 1878/1879

Por Decreto de 14 de Maio de 1878, o Visconde de São Januário foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto dos Governos das Repúblicas sul-americanas, que em virtude de tal nomeação percorreu longamente, com excepção do Brasil, onde a sua presença se limitou essencialmente ao Rio de Janeiro, para tratar de questões relacionadas com a instalação da secção brasileira da Sociedade de Geografia, como acima se referiu.

O seu desempenho foi já caracterizado, no respeitante à componente diplomática, no que diz respeito ao Chile e ao Paraguay (COSTA, 1996; CORRÊA, s/d).

Tal missão teve início a 14 de Maio de 1878 e terminou apenas a 11 de Fevereiro de 1880. Missão à partida difícil e perigosa, e não apenas do ponto de vista de físico ou psíquico; com efeito, desenrolava-se então a “Guerra do Pacífico”, entre o Chile e a aliança do Peru com a Bolívia, bem como lavrava guerra civil na Argentina, entre o Governo nacional e o Governo de Buenos Aires; e vivia-se ainda o rescaldo da guerra que opôs o Paraguay ao Brasil, Argentina e Uruguay (a *Tríplice Aliança*), que motivou paixões em Portugal especialmente pelo lado do Paraguay.

O objectivo desta missão foi o de reconhecer as potencialidades daqueles vastos mercados emergentes, numa perspectiva de diplomacia económica de envergadura inédita na época, firmando com os países visitados os primeiros tratados bilaterais da História Diplomática

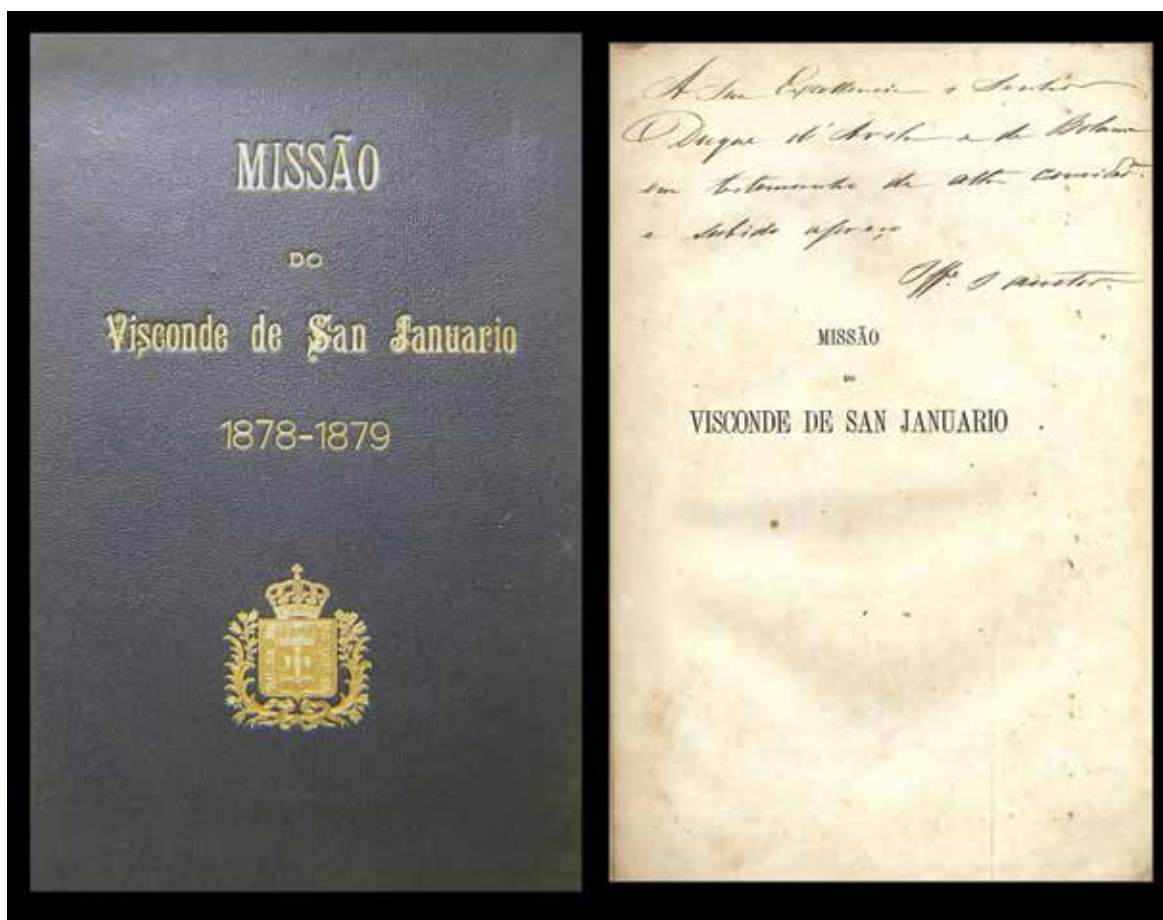


Fig. 37 – Exemplar encadernado da obra dedicada à missão realizada como Ministro Plenipotenciário às repúblicas sul-americanas e folha de guarda de outro exemplar com dedicatória autógrafa de S. Januário ao Duque de Ávila, anterior Presidente do Conselho de Ministros. Arquivo do Autor.

de Portugal. Para além da conquista de novos mercados onde Portugal se pudesse abastecer de matérias-primas e, simultaneamente, colocar os seus excedentes, pretendia-se estreitar os laços de amizade e de soberania com os portugueses ali emigrados e estabelecer e organizar os consulados do Reino de Portugal.

Da missão resultou a assinatura de vários tratados bilaterais com o Uruguay (protocolo de comércio, convenção postal e tratado de extradição de criminosos); Paraguay (tratado de amizade, comércio e navegação e convenção consular); Bolívia (tratado de amizade, comércio e navegação e de extradição); Peru (tratado de amizade, comércio e navegação e de extradição e convenção consular); México (tratado de amizade, comércio e navegação e de extradição); e Chile (tratado de amizade, comércio e navegação e convenção consular). Todos esses elementos constam de relatórios sucessivamente publicados no Diário do Governo, os quais foram depois reunidos em notável publicação da Imprensa

Nacional (S. JANUÁRIO, 1880) (Fig. 37), contendo a caracterização dos diversos países, a sua economia, as suas gentes e costumes, a que se soma o olhar do naturalista, que chega ao ponto de se interessar pelo património geológico, paleontológico e, sobretudo arqueológico, como adiante se verá, conferindo a S. Januário uma invulgar dimensão a um tempo científica, diplomática e administrativa, aliás já nele bem conhecida. Com efeito, ali se registam, minuciosamente, os principais aspectos dos países visitados, recursos naturais, características das populações e muitos outros indicadores relevantes, como a Geografia, o território e o clima; a população; a descrição das diversas capitais; a emigração; o comércio; as finanças; a instrução pública; e as condições políticas, entre outras. Prestou, assim, um serviço aos portugueses potencialmente interessados em investir naqueles mercados emergentes. Tão grande foi o sucesso desta missão – tendo por secretário Pedro Gastão Mesnier, que já o havia acompanhado na sua missão ao Extremo-Oriente (1846-1884) – que, interessado em manter informado o público mais influente dos resultados obtidos, promoveu ele próprio a publicação desse Relatório na Imprensa Nacional.

A figura de S. Januário já conhecida do grande público tornou-se, por via do sucesso desta missão, e da publicação que imediatamente lhe sucedeu, ainda mais popular. Tal explica, por exemplo, a impressão de folheto de divulgação, contendo a sua biografia, publicado naquele mesmo ano de 1880, quando detinha o posto de Tenente-Coronel do Corpo de Estado-Maior (Fig. 38).

A escolha de S. Januário deveu-se ao sucesso das suas missões anteriores, e sobretudo ao seu temperamento, firme e resoluto, mas igualmente prudente, animado pelo mais exigente espírito de missão, aliando os seus interesses e vastos conhecimentos à larga experiência diplomática, acumulada no convívio com povos muito distintos.

De facto, as visitas demoradas que sucessivamente efectuou às Repúblicas do Uruguay, Paraguay, Argentina, Chile, Bolívia, Peru e México, asseguraram as bases para a projecção das actividades comerciais portuguesas, ao mesmo tempo que projectaram o nome do País e fortaleceram a sua ligação com os milhares de súbditos residentes naquela vasta região, em boa parte envolvidos em importantes e diversificadas actividades económicas. Esta faceta, que aliava a componente diplomática à vertente cultural da sua actividade, reveladora de espírito atento e sempre motivado para divulgar em Portugal o património cultural de outros povos que com o País estavam ou poderiam vir a estar relacionados – aliás já evidenciado pelo importante e detalhado estudo sobre as ruínas de Angkor, ou a forma como se emocionou perante a modesta ponte de Nagasaki – é condizente com o desejo de dotar as principais instituições científicas da capital com colecções que até então não existiam no País.

Pelo seu interesse documental para o conhecimento daquela vasta região do globo, em finais do século XIX, da obra, concluída no México a 1 de Dezembro de 1879, com 391 páginas impressas, se apresenta o seguinte resumo, que expressa bem a valia das observações realizadas pelo seu Autor.

PERFIS MILITARES

I

O VISCONDE DE SAN JANUARIO

TENENTE CORONEL DO CORPO DE ESTADO MAIOR

AGOSTO



LISBOA

PROPRIEDADE DE — A. de Leão.

IMPRESSÃO DE — Lallemand freres.

1880

Fig. 38 – Folheto de divulgação, contendo a biografia de S. Januário, então Tenente-Coronel do Corpo de Estado-Maior, publicado em 1880 na sequência da sua missão diplomática à América do Sul. Arquivo do Autor.

Logo em nota inicial, esclarece-se que a obra corresponde à compilação dos relatórios enviados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e publicados no Diário do Governo e no *Livro Branco*, juntamente com os tratados. Como declara o próprio “em 12 de dezembro do anno próximo passado, findaram os trabalhos da missão diplomática extraordinária de que eu havia sido encarregado por decreto de 14 de maio de 1878, na qualidade de enviado extraordinário e ministro plenipotenciario de Sua Magestade Fidelissima junto aos governos das repúblicas sul-americanas, dando logar á larga excursão de que acabo de regressar. No desempenho d’este serviço apresentei as minhas credenciaes nas repúblicas do Uruguay, Paraguay, Argentina, Chili, Bolivia, Perú e Mexico, sendo recebido oficialmente n’estas nações, e celebrando em todas ellas dezeseis tratados...” (p. 20)

A missão, inicialmente, previa também a visita às repúblicas da América central, Equador, Colômbia e Venezuela, mas estas não puderam ser visitadas por falta de tempo e pela conjuntura política de grande instabilidade e conflito armado que se vivia na região à época, como relatou Januário Correia de Almeida ao então presidente do conselho de ministros, Anselmo José Braancamp, no seu penúltimo relatório – o n.º 5 – de 30 de outubro de 1879 e no qual referiu que “parti da capital do Perú a 25 d’esse mez [setembro], embarcando no porto de Calláo a bordo do vapor inglez *Payta*, em direcção a Guayaquil, aonde tencionava celebrar tratados com o Equador, se o governo d’aquella república tivesse passado de Quito áquelle porto, como se afirmava, para estar mais proximo ao theatro da guerra das repúblicas vizinhas do sul. Sabendo em Guayaquil que o presidente do Equador e o seu governo tinham deliberado conservar-se na capital, e sendo difficil e demorada a viagem a Quito na presente estação; considerando também que, dispondo de pouco tempo para o serviço d’esta missão seria preferível aproveitá-lo no Mexico, celebrando tratados com esta república, com a qual mais facilmente se podem estabelecer e alargar as relações commerciaes por parte de Portugal...” (p. 49)

Esta obra, compiladora dos relatórios enviados e tratados assinados durante a missão do visconde de São Januário, revela-se de inegável interesse histórico pela descrição minuciosa das novas repúblicas sul americanas e antigas colónias espanholas, mas também permite antever a personalidade do seu autor, cujo espírito científico, rigor de observação e descrição dos lugares visitados andou sempre associada à sua noção de serviço público e de escrupuloso respeito pela missão que lhe fora confiada pelo então presidente do conselho de ministros Anselmo José Braancamp. Estes aspectos da personalidade de Januário Correia de Almeida estão bem patentes no relatório n.º 1, o último na ordem cronológica, que este enviou em 11 de fevereiro de 1880 ao presidente do conselho de ministros e no qual afirmou “nas republicas, que visitei, inspecionei os consulados ahi existentes, e propuz ao governo de Sua Magestade outros para os pontos aonde me pareceu que eram convenientes aos nossos interesses. Aproveitei também a minha passagem por toda a America para adquirir collecções de zoologia, botânica, mineralogia e arqueologia, e bem assim de cartas geográficas e de livros que vou oferecer a vários estabelecimentos scientificos nacionaes.

Nos largos relatórios, que acompanham os tratados, procurei dar noticia circunstanciada das actuaes condições geográficas, commerciaes, económicas e politicas de cada uma das nações que visitei, no intuito de as tornar mais conhecidas do nosso paiz...” (p. 24)

Esta longa viagem pela América do Sul é-nos descrita pelo visconde de São Januário relatando que “ no cumprimento desta missão empreguei o tempo de vinte mezes desde a minha partida de Portugal até ao meu regresso, passando do oceano Atlantico ao Pacifico pelo estreito de Magalhães, transpondo a cordilheira dos Andes e atravessando o isthmo do Panama. N’este periodo percorri mais de 9:000 leguas, sendo 6:530 por mar no Atlantico, no Pacifico e no mar das Antilhas...; 650 pelos Rio de La Plata, Paraná, Paraguay, Guayaquil e outros...; 66 leguas pelo Lago Titicáca entre o Peru e a Bolivia..., e 1:800 leguas po terra em caminhos de ferro, em diligências e a cavallo.” (p. 25)

É inegável a dimensão gigantesca da viagem empreendida por Januário Correia de Almeida na América do Sul e, como seria de esperar, atendendo ao carácter minucioso e escrupuloso do visconde, que o volume de informação recolhida, de anotações de diversa índole fosse também imenso. O autor estruturou a sua obra em duas partes que se complementam. Para além de uma Nota (introdutória) e Introdução, na primeira parte apresentou os relatórios e itinerários da viagem que empreendeu, numerados de 1 a 5, sendo que o número 1 é o último. Na segunda parte, intitulada *Relatorios acerca das condições geográficas, económicas e politicas das repúblicas do Uruguay, Paraguay, argentina, Chili, Bolivia, Perú e Mexico*, numerados de 6 a 12, pela ordem em que foram visitados pelo autor, apresentou uma descrição minuciosa de cada país, estando cada um destes relatórios organizados em diversos capítulos comuns a todos os países, a saber: “Situação geográfica, territorio e clima; População; Commercio; Finanças e Condições politicas.” Conforme as características de cada país, eram acrescentados mais um ou outro capítulo, respeitante a regiões específica, como Buenos Ayres ou Montevideo, ou capítulos específicos sobre recursos económicos, com o caso do capítulo sobre Minas, no caso do Chile. Em todos os relatórios apresentou tabelas com os dados oficiais fornecidos, desde o início da década de 1870, para a construção dos caminhos de ferro, emigração, balanço das trocas comerciais e finanças públicas. Como se pode ver, nada ficou por abordar ou foi descuido. Como é evidente, a informação oficial disponível para cada um dos países não é idêntica e, por isso mesmo, os relatórios variam em extensão, tendo em conta esta realidade.

Apresentada que está esta vasta obra de 391 páginas, debrucemo-nos agora sobre alguns aspectos particulares e mais pitorescos que o olhar deste português, encontrou na sua viagem e registou e comentou nos seus apontamentos. Logo na Introdução, Januário Correia de Almeida tece considerações importantes sobre novos destinos da emigração portuguesa que, no seu entender, encontrarão melhores condições climáticas do que nas regiões tropicais, escrevendo que “o grande centro politico da nacionalidade portuguesa na America, o imperio do Brazil, ha muito tempo tem chamado uma corrente directa de emigração de Portugal. D’ahi, alastrou para as regiões vizinhas a colonização portuguesa, que,

juntamente com a hespanhola, contribue mais do que nenhuma para a povoação da parte meridional do novo continente. Seguindo a lei biologica da adaptação das raças europêas ás zonas extra-tropicaes, a emigração portugueza fructifica melhor em muitas das republicas da America temperada do que nos paizes comprehendidos entre os trópicos...” (p. 7). Ao longo desta Introduccão o autor foi apresentando os aspectos que considera fundamentais nessas repúblicas sul americanas, centrando-se sempre na geografia e clima dessas regiões, mas não descurando os aspectos políticos e as convulsões sociais e bélicas que pautaram essas regiões precisamente durante o período da sua visita. É ainda na Introduccão que o autor delineou os traços gerais de cada uma das repúblicas que visitou, escrevendo que “tres são as republicas que existem ao sul do imperio brasileiro na parte cis-andina do continente americano, a saber: Uruguay, Paraguay e república argentina. É excepcionalmente suave o clima da pequena republica do Uruguay, e lá se estabeleceu uma colonia luso-brazileira que será de maior importância com a progressiva pacificação politica do paiz... Subindo a vasta estrada fluvial que atravessa o interior da America e faz comunicar com o oceano as mais ricas e férteis regiões do mundo, atinge-se o Paraguay, recentemente aberto ao commercio livre. Esta república ainda sente as ultimas convulsões da sua violenta e forçada transformação. Por enquanto é incipiente a colonia portuguesa...” (p. 8). E continuando, diz-nos que “a imensa planura, ainda deshabitada, do Chaco, onde está de certo o elemento essencial de uma grande nação agricola no porvir, é cortada pela linha fronteira dos territórios paraguayos e argentinos. Posto que a memoria do dictador Rosas tenha coberto o nome da republica argentina com denso véu de preconceitos e desconfianças,... em nenhum paiz da America meridional têm os portugueses sido recebidos com mais generosa hospitalidade.” (p. 9). Está sempre presente no texto a preocupação do visconde de S. Januário com as comunidades portuguesas nas repúblicas que visitou e nas possibilidades que estas apresentam como destino para o futuro da emigração nacional. Estas considerações, que privilegiam as condições geográficas e climáticas, não deixam de ter em conta a realidade política desses países, sendo disso exemplo os comentários que tece à situação política na Argentina. Escreveu o autor: “ainda que a memoria do dictador Rosas tenha coberto o nome da república argentina com denso véu de preconceitos e desconfianças, que ainda hoje o escurece para os olhos que contemplam essa nação desde as distancias europêas... No viver rapidamente progressivo d’esta república, em pouco tempo se effectuam mudanças sociaes de character definitivo. Rosas está tão longe da indole da sociedade argentina actual, quanto Nero está da nossa. A guerra civil que rebentou recentemente n’este paiz foi de curta duração, como prevíramos.” (p. 9)

A descrição continua, rica e cheia de informação, desta vez dedicada às repúblicas da região trans-andina, como ele designa, o Chile, Perú e Bolívia. Todos os aspectos são anotados, mesmo aqueles que se revestem de um tom mais pitoresco, como quando diz que “no Chili, ha ainda pouco tempo, *portuguez* significava proverbialmente *rico*.” (p. 10). Ainda a propósito desta região, Januário Correia de Almeida tece

considerações de natureza geográfica, climática e geomorfológica e que passamos a transcrever: “em virtude das exigencias do clima tropical e da aridez do solo, na parte do paiz que gosa de temperatura moderada, em virtude da corrente oceanica chamada *de Humboldt*, da proximidade da cordilheira e da altitude, no Perú a população não *póde* attingir grande densidade, e portanto encontram n’este paiz os emigrantes dificuldades...” (p. 11) Esta questão das características climáticas e da sua condicionante à fixação das populações europeias é uma constante ao longo de toda a obra e é aqui, nesta Introdução, que o tema é desde logo abordado com alguma profundidade. Escreve o autor que “nos paizes tropicaes a população branca é limitada em geral pela temperatura das regiões baixas onde se desenvolvem os miasmas febris. Nessas regiões, com o aumento de altitude desaparece o miasma lethal e abaixa-se consideravelmente a temperatura; porém a diminuição da pressão atmospherica influe singularmente no systema nervoso dos indivíduos de raça europêa e os dados estatisticos mostram que se oppõe ao desenvolvimento da população...” (p. 11).

Continua estas suas considerações escrevendo que “a região americana, onde mais sensivelmente se faz sentir a acção modificadora da altitude na temperatura, é a república boliviana, que encerra a mais elevada (4:000 a 4:600 metros) alti-planicie habitada do globo (*Humboldt Tableaux de la nature*) (p. 11-12).

As informações dadas continuam agora numa perspectiva histórica, dizendo-nos que “a tribo dos índios aimarás já para estas elevadas regiões havia sido impelida pelas invasões e conquistas dos quichuas, que fundavam, nos ferteis territorios inferiores, o notável imperio semi-civilizado dos Incas. Assim, nas faldas do Illimani, Sorata e Illampu, entre as neves eternas da cordilheira, a raça aimará forma uma especie de ilha ethnologica circumdada pelo oceano quíchua. De tal modo se tem a raça aimará adaptado ás altitudes excessivas que, sendo obrigada outr’ora pelos hespanhoes aos trabalhos de exploração das primeiras minas, situadas a pouca altura acima do nível do mar, não pôde resistir ás novas condições de pressão atmosférica, e esta foi uma das causas das hecatombes que os antigos missionarios deploravam...” (p. 12)

Das considerações de carácter histórico, passa de imediato para algumas questões de natureza científica, dizendo que “segundo as observações de Tschedi, citadas por Humboldt, alguns animaes transportados para a alti-planicie da Bolivia quando chegam á altitude superior a 3:000 metros são atacados por um desarranjo nervoso de tal ordem que a elle quase todos succumbem. Darwin na sua narração da viagem á roda do mundo repete que só no fim de um anno é que se podem julgar os europeus acclimados á reduzida pressão atmospherica na provincia de Oruro.” (p. 12).

Se o homem de ciência fez estas observações, o embaixador e representante do governo de Portugal afirmou, no parágrafo seguinte que “é de capital importancia e facil execução o estabelecimento de linhas de navegação que unam o nosso melhor porto, que também o é da Europa occidental, com os florescentes países do novo mundo. Elles produzem as materias primas que podem alimentar o mais vasto desenvolvimento industrial, phase

economica esta a que devemos tender ao lado da França e da Inglaterra...” (p. 12) e, mais adiante, conclui que “na America, além do Brazil, podemos collocar os nossos produtos e obter excelentes câmbios nos portos do Rio da Prata e do Chili, no Perú e no Mexico. Nos Estados Unidos difficilmente encontraremos venda aos nossos artigos. A variedade de climas d’aquelle extensissimo territorio torna-o apto para todas as produções do solo, e ao mesmo tempo a sua immensa população com a actividade industrial que a caracteriza, fortalecida por larga educação scientifica e profissional, affeição todas as materias primas, fornecendo os seus próprios mercados e os estranhos.” (p. 14-15)

Debruçou-se, seguidamente, sobre o conflito armado que opôs o Chile à Bolívia e ao Perú com bastante pormenor – desta vez tratava-se do olhar do militar de carreira que se encontrava, por acaso, no local do conflito e que, como tal, não podia deixar de observar e comentar o decurso dos acontecimentos (cf. p. 15 a 19).

O que nos marca ao ler esta obra de Januário Correia de Almeida é o facto de não se tratar apenas de uma missão diplomática; foi também uma missão científica e de reconhecimento de vastas regiões de um continente ainda mal conhecidas dos europeus, aspecto sempre presente tanto nos relatórios que envia para Lisboa, como nas descrições que fez de cada uma das repúblicas que visitou.

É de admirar como em tão pouco tempo – apenas 20 meses – tenha conseguido desenvolver um trabalho com esta envergadura; sem dúvida que terá tido uma profunda preparação prévia para a missão que ia desempenhar, mas não só; todo o tempo que andou pela América do Sul foi aproveitado por Januário Correia de Almeida para observar, tomar notas, colher informações, de um modo incansável, pois só assim se compreende que logo depois de terminada a sua missão tenha dado à estampa esta obra.

Talvez por se tratar de uma missão que abrangia vastas áreas pouco conhecidas e inóspitas do sul do continente americano, são essas notas e o olhar do viajante e naturalista que mais prendem a atenção do leitor do século XXI. Tendo partido a 7 de janeiro de 1879 de Montevideo com destino ao Chile, descreve-nos a viagem nestes termos: “o aspecto desta parte da Patagonia é bastante arido, e os chilenos despendem alguns milhares de pesos com a colonia de Punta Arenas sómente como demonstração de posse no estreito de Magalhães. Não nos foi possível desembarcar, porque, tendo-se levantado fortissimo vento, era grande a agitação do mar. No dia 13 continuámos a nossa derrota pelo estreito, subindo até 54° de latitude, em volta da península de Brunswick. Ahi, começaram a apparecer as montanhas proximas cobertas de neve , tanto do lado da Patagonia, como da Terra do Fogo, sendo ao mesmo tempo mais vigorosa e cerrada a arborisação nas vertentes das altas cordilheiras que em desordenados e frequentes levantamentos por toda a parte se avistam: o que oferece uma perspectiva de grande interesse... De algumas das enseadas da Terra do Fogo desprendiam-se canoas primitivas tripuladas por selvagens nus, que vinham junto ao vapor com gritos estridentes a trocar pelles de lontra por tabaco e comestiveis. A apparencia dos foginos, pequenos, amarellados e hediondos, accusa uma raça muito inferior.” (p. 32)

Do Chile dirige-se para a Bolívia, continuando a observar e a descrever tudo o que vê, quer num tom pitoresco, quer com seriedade científica, como nesta passagem em que diz que “a linha ferrea de Mollendo a Ariquepa é seguramente a mais extraordinaria e phantastica do mundo. Partindo do nivel do mar para chegar a Ariquepa, a 2:500 metros de altitude, em 180 kilometros de extensão, tocaria o declive constante de 1^m,40 por cento, o que para ferro-carril é já de muita consideração; como porém tem de atravessar as extensas planuras, ou *pampas da cordilheira*, entre a cordilheira da Costa e os Andes, chega com poderosas locomotivas a ganhar frequentemente o declive de 3 a 4 por cento, que é extraordinario... As formações porphyricas, basalticas e graníticas confundem-se na cordilheira em gigantesca desordem, e a locomotora ora passa pela cumiada dos cerros, sobranceira a profundos abysmos, ora percorre o fundo das *ravinhas* e barrancos, vendo-se apenas o firmamento por angulos mui diminutos.” (p. 39) Chegando a Ariquepa, seguiu de novo por via férrea, pela região andina, na direcção do lago Titicaca para, atravessando-o, chegar à Bolívia. Dessa viagem fez mais um relato vívido e impressionante, escrevendo que “a linha ferrea vae sempre subindo, até entrar na região das neves perpetuas d’esta latitude, que orça pela altitude de 14:000 e tantos pés, começando então a sentir-se o soffrimento que é proprio das altitudes em que o ar se encontra muito rarefeito, e que na cordilheira dos Andes tem o nome de *seroche*. As pessoas que não estão habituadas a viver n’estas alturas soffrem forte pressão na cabeça e no peito, tornando-se-lhes difficil a respiração; são por vezes atacadas de nauseas e sentem grande cansaço com a mais pequena agitação. Os proprios individuos oriundos d’esta região não são hábeis para aturados esforços...” (p. 41) e concluiu dizendo que “o secretario da missão diplomatica, que já vinha um pouco enfermo, adoeceu gravemente ao transpor esta região montanhosa, e tem estado desde então em tratamento de tenaz paralysis, que tem posto a sua vida em perigo.” (p. 42) Estas passagens dos relatórios que o visconde de São Januário enviou para Lisboa ilustram bem a extrema dificuldade da missão que lhe tinha sido confiada – não bastava as viagens tormentosas e acidentadas, tanto por mar como por terra, havia também a extrema agressividade do clima nas regiões montanhosas e a situação de conflito armado entre algumas dessas repúblicas, ou mesmo convulsões político-sociais internas que tornaram esta missão, para além de difficil, perigosa. Chegou a La Paz e foi recebido pelo presidente da república, numa altura em que se reorganizavam os exércitos bolivianos para a reconquista de Atacama, como referiu no relatório (cf. p. 46). Aproveitando a sua estadia fez uma excursão aos Andes que descreve nestes termos: “acabo de fazer uma digressão ao Illimani, um dos colossos dos Andes, a 12 leguas de La Paz, por caminhos abominaveis e cheios de precipícios; a perspectiva que se desfructa das altas vertentes d’essa enorme montanha nevada, e o conhecimento de uma parte importante d’esse interessante paiz, compensa, porém, amplamente as fadigas da viagem.” (p. 47)

O México foi a sua última etapa: “no dia 6 de outubro cheguei ao porto do Panamá, depois de haver visitado outros portos da republica da Colombia...” (p. 50), continuando o relato dizendo que “no dia 7 parti, pois, para a Jamaica... No dia 10 chegava a Kings-ton... Em consequencia dos fortes temporaes que encontramos, e que são frequentes no mar das Antilhas por occasião dos equinoxios, luctando incessantemente com mar muito elevado e gastando onze dias n’uma viagem que esperavamos concluir em seis. No dia 21 desembarcava em Vera Cruz, porto principal do Mexico no golfo do mesmo nome...” (p. 51)

Nos capítulos específicos que dedica a cada uma das repúblicas que visitou, Januário Correia de Almeida pôde desenvolver mais algumas das observações anteriormente referidas nos relatórios: por exemplo, a propósito do Uruguay, reiterou que “pelo seu afastamento da zona tropical este paiz reúne condições favoráveis ao desenvolvimento da colonização europêa, e pôde dispensar o trabalho servil, circunstancias altamente vantajosas...” (p. 57), no entanto refere a pobreza do solo que explica: “a tenacidade do solo, formado de argilla compacta, resultado da desintegração de rochas graníticas e basálticas, e que repousa sobre largas *assises* de granito, parece oppor barreira insuperavel á penetração das raizes dos vegetaes, explicando-se assim a ausência tão característica das arvores, e o definhamento e redução da estatura de algumas especies introduzidas da Europa... Esta constituição do terreno tende a obstar ou antes a dificultar bastante o desenvolvimento da agricultura, emquanto os lineamentos do paiz estão indicando a sua facil adaptação a grandes explorações pastoris.” (p. 59) Ainda a propósito do Uruguay deu-nos algumas informações bastante curiosas, desta feita referentes às questões da emigração, dizendo que “a emigração germanica e anglo-saxonica é mui limitada para estas regiões... Quando, porventura, um grupo de emigrantes germanicos se estabelece em região já caracterizada pela ocupação latina n’estas paragens, esse grupo tende a isolar-se. É o que succede com a colonia suissa n’esta república, que, estabelecida na provincia de Santa Luzia, formou durante algum tempo um estado no estado, conservando o uso exclusivo da lingua alemã, e pondo-se em lucta com o governo da republica.” (p. 67)

O autor deu sempre particular atenção às questões da Instrucção Publica e, particularmente, ao ensino laico proporcionado pelo estado. Neste capítulo específico, que apresentou para todas as repúblicas que visitou, referiu, a propósito do caso do Uruguay que “a influencia clerical não é contudo apparente na questão do ensino; o constante ingresso de emigrantes europeus da classe menos influenciada pelo clero, e a indole especial da sociedade americana repelem a invasão do ellemento theocratico.” (p. 75)

Não ficaram descuradas também as questões do comércio, finanças públicas ou mesmo as condições políticas de cada uma das repúblicas visitadas que Januário Correia de Almeida comentou com mais ou menos pormenor, dependendo dos dados estatísticos disponíveis, embora no caso das condições políticas tenha sempre resultado da sua observação e interesse pessoal que foi muito evidente no caso do Uruguay, a propósito do qual escreveu as seguintes considerações: “ Desde antigos tempos differenciou-se a opinião politica d’esta

republica em dois credos diferentes e formaram-se os dois partidos respectivos, cujas luctas têm ensanguentado por varias vezes este paiz. Estes dois partidos são o *colorado* e *blanco*: analogos pela sua indole, o *colorado* ao *whig*, e o *blanco* ao *tory* inglez. A parte activa, progressista, menos rica da população é *colorada*; a outra mais conservadora, formando uma especie de aristocracia local, constitue o partido *blanco*. No primeiro estão quase todos os militares, a maioria dos pequenos; no outro os grandes proprietários e os advogados.” (p. 75)

A jornada prosseguiu para a república limítrofe do Paraguay e, mais uma vez, o visconde de São Januário surpreende os leitores actuais com a pertinência dos seus comentários e observações de natureza científica, a propósito da descrição geográfica e da geomorfologia dessa região. Escreveu ele que “parallelamente ao rio Paraguay a republica é atravessada, de N. a S., pela cordilheira de Amambay, da qual se desprende um ramal chamado Maracayú, que se dirige para E. e cruza o curso do Paraná... Estas cordilheiras dicidem as vertentes de todos os rios tributários do rio Paraguay e Paraná. Comtudo são de pequena altura e representam antes ondulações de terreno. São constituídas, assim como os cerros que se levantam nas margens do Paraná e Paraguay, de excrescencias basalticas; mas as rochas que mais habitualmente se encontram nestes terrenos da republica são os grés ferruginoso vermelho e os conglomerados ou *poudingue* de fragmentos de feldspatho, gneiss e outras rochas siliciosas para os lados de Acái. Foi n’esta formação que, ha poucos dias, o sr. Juan de Comingues, engenheiro ao serviço da Bolivia, encontrou um dos primeiros fosseis que têm aparecido no Paraguay, e que parece ser o *cyatophyllum flexuosum*, Golla., característico das formações devonianas. Mandeí remeter ao dr. Bermeister, director do museu de Buenos Ayres um exemplar d’este interessante fóssil.” (p. 84-85) Neste breve trecho está bem patente a envergadura científica do diplomata português. Da cuidada descrição geográfica, passa para uma análise geomorfológica e geológica da região mas, o que é mais importante sublinhar, é que a par dos contactos officiais que estabeleceu em nome do governo português, também conseguiu criar uma rede de ligações, estas provavelmente mais pessoais e de natureza científica, nos países por onde andou e de que a descoberta do fóssil, no Paraguay, por um engenheiro ao serviço da Bolivia, que lho oferece e que o visconde de S. Januário fez seguir para o director do museu de Buenos Ayres, Dr. Bermeister constitui o exemplo mais significativo.

Ainda a propósito do Paraguay, o autor refere que “é bastante abundante a *limonite*, e nas cordilheiras de Amambay e Caaguazú, encontram-se rochas trappeanas globulares de disposição concêntrica, exactamente como se póde observar nos córtes de algumas estradas da provincia do Minho, na estrada que vae de Fafe a Margaride. As rochas calcareas são menos frequentes, comtudo existem em vários sítios nas margens do rio Paraguay. As aguas potaveis são excellentes. A vegetação, que participa dos característicos tropicaes, é geralmente exuberante, e, apesar da longa demora n’estas regiões de A. Bompland, celebre collaborador de Humboldt, está muito insufficientemente conhecida.” (p. 85)

Tal como o tinha escrito relativamente ao Uruguay, o autor refere a influencia jesuítica nestas paragens como um factor pernicioso ao desenvolvimento das populações locais, escrevendo que “foi este povo que o poder jesuitico, com admiravel tacto e perseverança, soube amoldar a um estado de civilização relativamente superior, tomando-o por base e nucleo da sua dominação na America do Sul. O uso da lingua hespanhola era prohibido nas missões jesuíticas, e até hoje, a pouco euphonica e mui incompleta lingua guarany se conserva n’estas regiões, como idioma nacional. Educados nos habitos da obediencia cega, do fanatismo religioso, e, como todas as raças inferiores, preferindo a comodidade da servidão aos sacrificios que a liberdade impõe...” (p. 90) Mais adiante continua estas observações dizendo que “é bastante caracteristico entre os paraguayos o costume de obrigarem as mulheres a todos os trabalhos servis, que em outros paises são apanagio do sexo masculino. Aqui tambem a agricultura é praticada pelas mulheres, como acontece em outras raças semi-selvagens da Africa e Asia.” (p. 91)

A missão por terras sul americanas empreendida por Januário Correia de Almeida prosseguiu, de seguida, para a república argentina. Mais uma vez os seus relatos nos surpreendem ainda hoje – não foi só o diplomata que percorreu a América do Sul e Central, mas o cientista, o naturalista, que registou tudo o que observou e lhe pareceu importante. Diz-nos que “a zona pampeana, que forma no hemispherio austral o equivalente geographico das *prairies* na America do Norte, constitue a feição mais conhecida e caracteristica da republica argentina. Uma planura immensa que estende a sua uniformidade oceanica por milhares de leguas quadradas, naturalmente desprovida de árvores, apresentando apenas, de longe em longe, algumas ondulações ou raras linhas de outeiros arredondados chamados *Sierras de la Pampa*, eis a paizagem que predomina em volta de Buenos Ayres até aos Andes...” (p. 114-115) Continuou, mais adiante, a aprofundar o tema, escrevendo que “muitas hypotheses se têm apresentado ácerca da formação pampeana, que parece devida á acção combinada de agentes glaciarios e depositos aquosos, sendo notaveis as salinas que n’ella apparecem com frequência. Nesta formação, ao passo que se encontram os fosseis de herbívoros gigantescos, não tem sido possível descobrir os restos das plantas contemporâneas. É tambem muito para notar-se que, posto na epocha da descoberta do paiz não houvesse gado algum cavallar nestas regiões, anteriormente aqui existira uma especie de cavallo, cuja feição distincta mais apparente estava no grande volume relativo da cabeça e no exagerado comprimento dos ossos nasaes. Emquanto o gigantesco glyptodon deixou descendentes reduzidos nos modernos tatús, o cavallo fossil extinguiu-se completamente...” (p. 115)

Januário Correia de Almeida teceu igualmente algumas considerações sobre o povoamento europeu da pampa argentina, ajuizando da capacidade dos povoadores das diferentes nações, ao escrever que “os territórios federaes da república ainda estão hoje povoados parcamente por diversas tribus indias... principalmente as tribos da Pampa incommodaram muito os colonos estabelecidos ao sul da provincia de Buenos Ayres: aliados aos indios

andinos e chilenses, invadiram algumas vezes as mais afastadas províncias da república perpetuando atrozidades devastadoras. Faremos notar um fenómeno curioso relativo a estas invasões, e que caracteriza perfeitamente a índole especial dos povos europeus mais ou menos habéis para o *self-government*. A maioria dos povoadores da república, hespanhoses e italianos, acostumados a um regímen em que pouco cabe a iniciativa individual, e em que para tudo se espera a iniciativa do governo ou seu auxílio, ficavam aterrados perante as subitas incursões dos selvagens... pelo contrario nove ingleses somente, estabelecidos na fronteira, sem auxilio algum da parte do governo souberam combater e vencer os indios proximos, e fazer respeitar as suas pessoas e fazendas. Hoje estamos assistindo ao exterminio final das our'ora terriveis tribus pampeanas..." (p. 123)

O visconde de São Januário resumiu a sua opinião sobre a república argentina e o seu potencial como destino da emigração europeia, dizendo que "a república argentina é o vasto e hospitaleiro lar onde o proletario do velho mundo poderá recuperar, com a abundancia dos meios materiaes, a dignidade moral que a miseria escurece, onde muitas feridas sociaes que fazem sangrar as nações europêas se deverão sanar, onde o trabalho é acolhido como bemvindo n'uma festa e não como o concorrente odioso de que se desconfia e que se deseja eliminar..." (p. 133).

Muitos foram também os comentários que teceu ás condições económicas e políticas da república argentina, mas sobre as quais não nos vamos debruçar, pois, por si só constituem objecto de outro trabalho de investigação.

A missão diplomática continuou, tendo desta feita como destino a república do Chile. Como de costume, iniciou a sua apresentação da república chilena pela descrição geográfica dizendo-nos que "O direito á posse da Patagonia ainda não está completamente determinado entre esta república e a argentina; porém a maior parte da extremidade central, comprehendendo as terras adjacentes no estreito de Magalhães; e as ilhas da Terra do Fogo, pertence indisputavelmente á república do Chili. O território chileno para N. de 41° de latitude tem a largura média de 170 kilometros, e o seu maior comprimento é de proximamente 3:700 kilometros. A sua area, desde o limite N. até 42°, avaliada pelo geographo Prisis, que empregou vinte e tantos anos no colossal trabalho de levantar o mappa d'este paiz, é de 312:280 kilometros quadrados. A cordilheira dos Andes apresenta n'esta região o seu cume mais elevado, o Aconcágua, com 6:872 metros acima do nível do mar." (p.165-166)

A descrição geográfica continuou, afirmando o autor que "a configuração do territorio é bastante singular e tem algumas feições mui características. Ao longo da costa corre uma linha de elevações que não excede ordinariamente a altura de 1:200 metros. Esta linha parallela á grande cordilheira é designada pelo nome de cordilheira da Costa. A sua constituição geológica consta de schistos crystallinos, granitos, conglomerados e grês vermelho. A esta pequena cordilheira segue-se uma extensa planura de terrenos de sedimento de formação lacustre, além da qual surgem os Andes formados na base de grês vermelho,

porfiros, e recobertos nos vértices de formações calcareas, cujos fosseis têm identidade ou analogia com os das formações de liás e jurássico europeu.” (p. 166)

Continuou as suas observações dizendo que “as barreiras naturaes que separam o Chili do resto do mundo e de outras terras são taes, que difficilmente podem ser vencidas pelas espécies botanicas e zoológicas. De um lado, um vasto e arido deserto; dos outros o Oceano sem limites e uma muralha constante de elevadíssimas e escabrosas montanhas, cujos vertices passam a linha dos gelos perpétuos. Por isso a flora do Chili é muito distincta, e parece pertencer a um mundo differente.” (p. 167) E continuou as suas observações de natureza geográfica, geomorfológica e climática escrevendo que “Chili contém varios climas bem caracterisados, por isso que se prolonga segundo um meridiano, passando pelas varias latitudes da zona frigida e temperada. Uma das feições caracteristicas d’esta região consiste na precipitação aquosa desde o mínimo no deserto de Atacama ao N., até ao maximo na provincia de Valdivia e terras magellanicas a S.” (p. 168).

Um dos momentos se não de real perigo, pelo menos de grande apreensão durante a sua estadia no Chile foi relatado pelo autor nos seguinte termos: “os tremores de terra são mui frequentes no Chili, e no dia 19 de fevereiro de 1879, ás quatro horas menos um quarto, em Viña del Mar, povoação situada a 2 leguas de Valparaizo, sentimos um violento abalo que durou trinta segundos.” (p. 171)

Mais uma vez, neste caso a respeito da república chilena, o autor dá particular atenção às questões étnicas das populações indígenas dizendo que “a constituição ethnica da população chilena inferior é caracterizada pela grande proporção do elemento indigena araucaniano. O typo d’estes indigenas é identico ao dos indios da Pampa argentina, que estão em vias de desaparecer. Realisam com eles as mais extremas condições de fealdade, têm a mesma tez escura ou terrea, olhar sinistro, deficiencia de barba, olhos apartados, maçãs do rosto salientes, cabello aspero e negro, identico ao das raças mongolicas da Asia Oriental. Os indios araucanos ainda possuem independentes uma porção de territorio de Arauco, e communicavam pelos passos da Cordilheira com os seus irmãos da Pampa, associando-se com eles nas depredações ás fertes provincias argentinas. Segundo informações recebidas de pessoas auctorizada que viveu algum tempo com estes selvagens, são elles entes abjectos e ferozes, que as bebidas alcoólicas e as bexigas vão gradualmente extinguindo, sem consciencia dos números senão até cinco, e com todos os vicios e defeitos habituaes ás raças inferiores ainda sepultadas na barbarie, sendo a crueldade, a falta de fé, o instinto de rapina, e o odio e desprezo pelo trabalho, os mais salientes...” (p. 172-173)

Esta questão dos índios serem considerados raças inferiores, selvagens e primitivos e um obstáculo ao desenvolvimento económico das novas repúblicas sul-americanas era uma posição generalizada das elites e governos europeus que preconizavam uma colonização dos vastos territórios do continente sul americano e a sobreposição dos indivíduos caucasianos, nesses mesmos territórios, aos naturais dessas regiões – os ditos índios “selvagens e ferozes.” A animosidade muitas vezes manifestada contra os jesuítas, por estes

preconizarem a defesa da língua guarany e as comunidades índias nos territórios onde exerciam a sua influência é, sobretudo, uma questão de natureza económica e de fé, também. Enquanto para os jesuítas o principal objectivo era a cristianização dessas populações, os colonos europeus pretendiam a desenvolver a exploração económica desses territórios e, de algum modo, utilizar a mão-de-obra indígena para a agricultura e outras actividades económicas para as quais estas populações não tinham grande aptidão. No Brasil, em algumas regiões da América Central e nos estados do sul dos Estados Unidos da América o problema foi resolvido com recurso à mão-de-obra escrava, solução que Januário Correia de Almeida não preconizava para estas repúblicas. A verdade é que a estratégia utilizada pelos europeus, conduziram praticamente ao seu extermínio, como aliás relata o autor no parágrafo acima transcrito.

Januário Correia de Almeida, tal como muitos homens ilustrados do seu tempo, associava o progresso ao desenvolvimento económico e industrial, de matriz europeia. Mostrou sempre, ao longo dos seus relatos, uma arguta capacidade de compreensão das condições políticas, o olhar atento do naturalista que tudo observava e anotava em terras remotas mas, como a maior parte dos seus contemporâneos, não conseguia entender “os selvagens” – faltavam-lhe os meios e a formulação teórica para o conhecimento e compreensão das sociedades primitivas, as quais descreveu sempre com estupefacção e horror, considerando-as os principais entraves ao modelo de progresso que preconizava.

Januário Correia de Almeida dedica particular atenção à exploração mineira no Chile, relatando que “a exploração das minas constitue, com a agricultura, as duas grandes fontes de receita d’este paiz. Os metaes que principalmente se exportam são a prata e o cobre. Em Lota e Coronel mais para S. existem importantes bancos de lignites que se assimilam a hulha, que são explorados e oferecem o combustivel para as industrias locais. Os mineraes de toda a especie encontram-se principalmente no plano de separação da formação geológica dos Andes e dos terrenos da formação costeira antiga. É pois manifesto que esses mineraes foram trazidos á superficie pelas forças geologicas que operaram o levantamento da grande cordilheira. Os mineraes de prata são mais abundantes na superficie e diminuem gradualmente com a profundidade das escavações. Não existem minas de prata rendosas alem de 60 metros de profundidade. Os mineraes de cobre são aqui mui caracteristicos do terreno secundario, segundo a observação de L. Legeis, professor de physica na universidade de Santiago.” (p. 179) E continuou, as suas considerações sobre os recursos mineiros do Chile escrevendo que “o sr. L. Domeyko, reitor da universidade de Santiago está preparando um trabalho descriptivo importante sobre os mineraes chilenos. Uma particularidade curiosa dos mineraes d’este novo continente, segundo o mesmo autor, é o serem geralmente amorfos e não crystallinos, como succede no antigo continente. O deserto de Atacama, que até 1870 se julgava esteril em produções mineraes, começou a manifestar desde essa epocha ricos jazigos de prata e abundantes sallitreiras... A produção das sallitreiras d’aquelle litoral tem augmentado de anno em anno...” (p. 182).

O que mais sobressai no relato que o autor fez das jazidas minerais do Chile é a quase contemporaneidade da informação recolhida, como está bem patente nas considerações que faz das jazidas minerais do deserto de Atacama, cujo reconhecimento e importância apenas foram assinaladas em 1870, tendo estes apontamentos sido recolhidos pelo visconde de São Januário no início de 1879. É uma constante em toda a sua obra procurar apresentar os dados actualizados em todos os domínios que ele considerava estratégicos – emigração, finanças públicas, comércio, instrução, para além das condições geográficas e políticas. Relativamente à questão da instrução pública no Chile, e tal como para as restantes repúblicas, o autor fez algumas considerações pertinentes que passamos a transcrever: “a maioria das republicas americanas, compreendendo que o seu progresso moral e material depende principalmente da instrução de seus filhos, tem dedicado toda a atenção e solicitude a este importante ramo do serviço publico; e o sucessivo desenvolvimento e aperfeiçoamento que se nota na instrução publica d’estes paizes desde a sua independencia, demonstra o esmero com que os governos em geral, secundados pelos poderes publicos, se têm dedicado ao fomento do principio por onde mais seguramente se póde aferir o grau de civilização das nações.” (p. 191)

Fechando o capítulo que dedica ao Chile, Januário Correia de Almeida volta a manifestar o seu desagrado sobre a influência clerical nestas paragens, dizendo que “o elemento clerical, que outr’ora usou de grande predominio n’este paiz, está hoje suplantado no poder pelo elemento liberal, que sempre vae augmentando em numero e valor. N’estas republicas parece que o predomínio está na rasão directa da mistura do elemento indígena na massa da população. Porém a forma essencialmente livre da organização politica d’estes estados, a influencia de outros vizinhos onde é mais activa a elaboração de idéas progressivas, inhiibe o poder theocratico de firmar-se definitivamente sobre bases seguras. O espirito publico progride desembaraçadamente e é tão poderosa a onda europêa que se derrama n’este continente, pelo norte nos Estados Unidos e pelo sul na republica argentina, que a melhor modificação ethnica nos paizes americanos é apenas questão de tempo, e d’ella resultará o definitivo melhoramento moral d’este continente.” (p. 199) Estas afirmações, recorrentes ao longo de toda a obra, mostram bem como o visconde de S. Januário considerava pernicioso e um entrave ao progresso a influência religiosa, e em especial a jesuítica, nestas paragens.

Numa última nota a propósito do Chile escreve o autor que “a forte nacionalidade do Chili revela-se, porém, mais distinctamente nas questões internacionaes, como as que ultimamente se têm agitado tanto com a republica argentina, como com a republica da Bolivia. N’este campo todos os partidos se reúnem nobremente, esquecendo as desavenças da vespera, e os sentimentos patrioticos pela unidade e engrandecimento da nação revelam-se por toda a classe de manifestações...” (p. 199-200).

A missão diplomática empreendida pelo autor continuou, de seguida, para a república da Bolívia.

Januário Correia de Almeida definiu esse País como um dos mais favorecidos pela natureza, e que ao ficar “situado no centro da America do Sul, occupa immensa extensão territorial, que abraça diferentes zonas e compreende diversas altitudes que produzem os fructos e a flora de todos os paizes, cria e alimenta variadíssima e abundante fauna, e contém riquissimas minas de toda a classe de metaes.” (p. 202)

Ainda a propósito da definição geral do território da Bolívia, o autor diz-nos que “se nas cumiadas dos Andes a vegetação é fraca e rachitica, na suave pendente que se estende pela parte oriental da cordilheira até ao Gram Chaco, a vegetação é tão rica como variada, e n’essas mesmas cumiadas dos elevados cerros abundam os metaes preciosos. (...) Nos férteis vales que sulcam essas imensas planuras aonde reina eterno verão, sucedem-se as colheitas sem interrupção, e alguns grãos lançados á terra retribuem por milhares o trabalho ainda primitivo de lavoura. (...) Tudo promete a este paiz um porvir esplendido, quando a intelligencia, a industria e o trabalho, no remanso da paz, que lhe tem faltado, aproveitarem os thesouros do seu fecundo solo.” (p. 202-203)

O autor, durante a sua missão, observou e registou aspectos orográficos, dizendo que “é admiravel a variedade de perspectiva que o territorio de Bolivia apresenta na sua vasta extensão. Pelo occidente levantam-se immensas cadeias de montanhas coroadas de eterno gêlo, elevando-se como gigantes a prodigiosa altura. (...) Nas vertentes dos colossos andinos correm caudalosos rios, e frequentemente se vêm bem cultivados campos. Nas zonas medias assentam os férteis e risonhos valles, que produzem com abundancia tudo quanto pôde necessitar o homem, e nas suas alegres campinas divagam numerosos rebanhos. No solo humido e feracissimo da baixa zona oriental impera a mais vigorosa vegetação, altas e corpulentas arvores formam densos bosques, e na profundidade da selva e á beira dos pântanos é prodigiosamente fecunda a vida animal. (...) A partir do litoral do Pacifico levantam-se dois systemas de cordilheiras proximamente parallellos; a cordilheira exterior ou da Costa, e a cordilheira interior ou dos Andes.” (p. 203-204)

Continuou as suas observações dizendo que “nada há mais variado que essas margens e vertentes, aonde a cada passo mudam as paizagens. Ahi se levantam, alem da pequena cidade de Puno, que tem um activo commercio de lãs, os povos de Juli, Zepita Pomatá e outros de menor importancia, pelo lado do Perú, Aigachy, Tiauanáco, Copocabana, Chilikaya e outras aldeias pela parte de Bolivia. (...) Os rios navegáveis e torrencias que sulcam os domínios bolivianos, são tributarios do Oceano Atlantico, emquanto que os poucos que afluem ao Pacifico não merecem mencionar-se, a não ser o Loa e o Salado, não por servirem á navegação, mas somente porque constituem limites: o primeiro com a republica do Perú, o segundo com a do Chili no deserto de Atacama.” (p. 207-208)

Ainda a propósito do deserto de Atacama, o autor relata-nos que este foi em tempos “abandonado por chilenos e bolivianos, pela sua aridez e falta de agua. Ha alguns anos, porém, descobriram-se ahi as ricas minas de prata de Caracoles, as famosas salitreiras de Carmen e as guaneiras de Mejillones, e tanto bastou para se levantarem intermináveis

questões de posse e de usufruto entre Chili e Bolivia. Ultimanente todos esses portos, estando em poder da Bolivia, foram occupados violentamente por forças chilenas, uns a titulo de reivindicção, outros por simples precaução militar. Forças unidas de Bolivia e Perú estão em marcha contra as tropas chilenas para reconquistar esse território, e a cada momento se esperam noticias dos sangrentos encontros d'essas columnas." (p. 209) Recentrando a sua análise no território natural boliviano o autor observou o que lhe pareceu de mais importante na vertente animal e vegetal. Diz-nos que "os bosques da Bolivia estão povoados de grandes variedades de animaes, apresentando alguns magnificas peles. Entre os animaes privativos d'esta região figuram as vicunhas, alpacas, lhamas e guanacos, todos fáceis de domesticar e de grande utilidade pela preciosa e abundante lã que fornecem, e pelas cargas que transportam em territorios onde seria difficil aproveitar para esse fim outros animaes. Tambem aqui se encontra a anta ou gran-bestia, cuja pelle é tão apreciada para artefactos. Alem do tigre *jaguar* e do lobo *colorado*, que são vulgares nas selvas de *Yungas*, existem ahi muitos outros animaes ferozes. Nas classes de aves, podem percorrer-se todas as espécies, desde o arrogante *condor* da cordilheira até ao diminuto *pica flor* dos valles. Os lagos e rios são abundantísimos de variados e delicados peixes." (p. 211)

E continua as suas observações escrevendo que a "Bolivia é uma das nações mais ricas do globo em produções do reino vegetal. Alem das arvores fructiferas e de ornato, gramineas, leguminosas, etc., que se encontram na Europa, há muitas outras espécies que são peculiares d'este território, e que são de muito proveitosa applicação, quer seja para regalo do homem, quer para sua manutenção ou para seus usos ordinários e tambem por suas propriedades curativas, etc." (p. 211-212)

Ao ser conhecedor da realidade geográfica do País, o autor, numa perspectiva comercial, apresentou os principais produtos produzidos em duas regiões distintas. Nas zonas baixas do território destacou "a coca, a cascarilha (casca ou cortiça da arvore da quina ou chinchona), café, tabaco, cacau, canna de assucar e arroz." (p. 212); nas zonas mais altas, de cordilheiras, a produção é de "trigo, cevada, batata de diversas espécies e milho. A batata e o milho, que chega a contar dezeseis especies, são géneros oriundos d'esta região, e d'aqui foram transportados á Europa no seculo XVI, com grande trabalho e com grande proveito para o velho mundo." (p. 212)

No conjunto de todos os produtos mencionados, o autor realçou a coca e a cascarilha, quer pelo comércio interno quer externo. O primeiro produto, a coca, era vista como planta sagrada, usada em rituais e cerimónias e com propriedades curativas; e ao segundo, a cascarilha, era-lhe atribuída propriedades medicinais.

A respeito da população, o autor informa que a emigração é superior á imigração, dizendo que "alem d'isso todos os anos saem do paiz centenares de individuos procurando occupação no litoral peruano, emquanto que vem estabelecer-se apenas na Bolivia algumas dezenas de estrangeiros para se empregarem no commercio ou na exploração de minas." (p. 214)

Relatou que a sua população é constituída “por tres raças principaes, a dos aborigenes, a hespanhola e a que resulta da mescla d’estas duas.” (p. 215)

Mais uma vez, o autor expõe algumas considerações contra o estatuto miserável do índio, submetido à escravidão, mesmo depois da nova condição política. “Durante tres seculos o índio foi obrigado a duro trabalho para explorar as riquezas do seu solo virgem, e só assim pôde satisfazer a ambição dos seus dominadores. Não teve outra retribuição a tão penoso trabalho senão o usufruto das terras que cultivava, sufficiente apenas para a sua escassa subsistência, e para o pagamento das contribuições. Considerado como um meio de especulação, lavrava a terra para os conquistadores e fazia as vezes de besta, transportando pesadas cargas a grandes distancias e através de precipicios. Os trabalhos mais dificeis eram realizados com o martyrio d’estes miseráveis. Com a mudança do regimen politico, com a autonomia e liberdade d’estes paizes, não mudou a sorte do índio.” (p. 216) Elogia o índio, habitante nativo, qualificando-o como trabalhador incansável, dizendo que “anda dez e mais léguas acompanhando o passo de um cavallo, sobe as montanhas mais escarpadas sem fatigar-se, supporta a fome e a sêde por muitos dias, somente com o alimento da *coca*.” (p. 217)

Sobre a condição do povo, o autor continua dizendo que “tudo é do estado, nada do indio; tudo é do proprietário, nada do colono. O proprietário exerce sobre o índio um direito de domínio absoluto; freta-o como um animal para o serviço domestico com o nome de *pongo*, e recebe o preço do aluguer. O indio cultivador não é pois nunca proprietario dos campos que cultiva, é apenas usufructuario. Bolivar declarou-o livre e proprietario, mas essa lei tem sempre sido illudida. A Hespanha deixou o índio com a sua miséria, com as suas superstições, com o seu servilismo. Assim se conserva. Finalmente, o indio do seculo XIX é o mesmo indio conquistado no seculo XVI.” (p. 218)

São definidos no relatório como territórios inabitáveis as altas cordilheiras, pela sua secura e aridez e o deserto de Atacama, e todo o seu percurso para o interior, por ser extremamente baixo, alagado.

Referiu que a capital oficial da Bolívia é a cidade de Sucre, no entanto o governo e o presidente da república residiam na cidade de *La Paz*, menos central, mas mais populosa e importante. Sobre a cidade referiu que “o acesso mais fácil a *La Paz*, ou antes o menos difficil e penoso para o estrangeiro, é pelo litoral do Pacifico, desembarcando no porto de Mollendo, no Perú, e seguindo pelo território d’esta republica, na linha férrea mais audaciosa que se conhece até á cidade de Ariquepa, e d’aqui á de Puno, á beira do lago Titicaca. Passando em barco a vapor de Puno a Chililaya, territorio boliviano, póde d’aqui segui-se a cavallo ou em diligencia pela altiplanicie de Aigachi até *La Paz*.” (p. 220)

Em termos económicos “a cidade de *La Paz* é um centro activo de commercio, tanto para o interior como para o exterior da republica, em lãs, pelles, quina (cascarilha), coca, cereaes, farinha, tabacos, café, assucar, mineraes de oiro, prata e cobre e outros géneros.” (p. 224) A propósito da descrição geológica da região afirmou que é nas montanhas que se encontram

a enorme variedade de minerais da Bolívia, ainda que “os jazigos de ouro e prata na Bolívia não têm actualmente a reputação que já tiveram, porém a sua decadência provém de causas independentes da natureza das minas. Os antigos possuidores ao lavrar as betas não seguiam os princípios da arte, não praticavam nenhuma obra preliminar que tendesse a prolongar a duração do trabalho e a economisar os jornaes na extracção do mineral e da agua, de modo que logo que esta apparecia em abundancia largavam o trabalho e passavam a explorar outra mina mais facil.” (p. 225)

Escreveu ele que, “vê-se, pois, que na Bolívia as minas não só produziram riquezas fabulosas, mas conservam ainda hoje em seu seio valiosos tesouros com que hão de remunerar exuberantemente o trabalho intelligente e perseverante, reforçado pelo capital que lhe faculte todos os meios que a sciencia põe actualmente á disposição do mineiro.” (p. 229)

Sobre a questão comercial do País, o autor deu-nos algumas informações, desta feita referentes à questão da utilização dos portos peruanos para importar e escoar os seus produtos. “O commercio exterior da Bolívia reduz-se quasi exclusivamente á importação dos artigos ultramarinos pelos portos de Cobija, Arica e Molendo no Pacifico, e á introduccção do gado cavallar e vaccum proveniente da republica argentina, pelas suas províncias orientais. A exportação é bastante limitada e consiste em prata cunhada, em pasta e em barra, cobre, estanho, cascarilha, farinha, couros, lãs, sabões, salsa parilha, alguns artigos imperfeitos mas baratos de industria fabril, e modernamente salitre e guano de Atacama. A importação é muito superior á exportação.” (p. 230)

Sobre o comércio interno diz-nos que “é mais activo e consiste no cambio de mil productos próprios do paiz, taes como fructas, cereaes, legumes, lãs, coca, gado, pannos ou baetas nacionaes, etc., etc.” (p. 232), e que no caso da cidade de *La Paz* destacam-se, pelo seu volume comercial, a coca e o café.

Também “a falta de commodas vias de comunicação torna difficil, lento e gravoso, tanto o commercio interior como o exterior da republica. As vias de communicacção em Bolívia são tão más que, com excepção de mui poucas, póde dizer-se que são intransitaveis. (...) Entre tão grandes distancias, emquanto houver, em logar de estradas, caminhos quasi intransitáveis, perigosas varedas e frequentes despenhadeiros, nunca o commercio d’este paiz poderá ser a expressão da sua fertilidade, produção e riqueza”. (p. 232) No capítulo dedicado às finanças do País, Januário Correia de Almeida revela-nos os cálculos actualizados do orçamento do País, com valores aprovados por parte da república, cuja despesa foi superior à receita, originando um déficit nas contas.

No que respeita à instrução pública, o autor informou que esta “está dividida em primaria, secundaria e superior. Subdivide-se a primeira em elementar e desenvolvida, e dá-se nas escolas primarias. A secundaria dá-se em sete collegios do estado e em vários lyceus particulares. A superior professa-se na universidade.” (p. 240-241)

Em termos políticos “a constituição vigente na republica de Bolívia é a promulgada em 1877; por ella, constituída Bolívia em republica unitária, adoptou para seu governo a forma

democrática representativa. O estado reconhece e mantém a religião catholica, proibindo o exercício publico de qualquer outro culto.” (p. 244)

Numa breve reflexão, dividiu a história política da Bolívia em três épocas distintas: “a primeira epocha é a do imperio dos incas; a segunda é a da conquista pela Hespanha; a terceira é a da emancipação, ou do regimen independente em que actualmente existe.” (p. 247)

O autor concluiu o capítulo dedicado à Bolívia com a constatação de que foi devido à instabilidade governativa e ao predomínio militar da sua administração, que se registou fraco crescimento económico no País, relatando que “depois de mais de cinquenta anos de independencia, e não obstante a profusão de riquezas naturaes que encerra e produz o seu solo, não tem acompanhado o progresso de outras nações da America. Aos seus governos tem faltado o prestigio, a elevação e a força, que são condições essenciaes de uma administração estável e legal. O actual presidente provisório, general Daza, também foi levantado ao poder por uma revolução, e ainda não foi legitimada a sua conquista pelo suffragio popular.” (p. 251)

Segue-se novo capítulo específico sobre a república do Peru.

Após percorrer o País o autor escreveu que “a republica do Perú está situada na parte occidental da America do Sul, (...) confinando pelo N. com as republicas dos Estados Unidos, de Colombia e do Equador; pelo S. com a Bolivia no valle de Tucupilla; pelo E. com o imperio do Brazil e republica de Bolivia; e pelo O. com o Oceano Pacifico. O actual território do Perú constitue a parte central e a mais importante do vasto imperio dos Incas, o qual, quando Pizarro e seus intrépidos companheiros aportaram a Tumbes, em 1527, abrindo passo á descoberta e conquista d’esta região americana, se estendia de N. a S., desde Quito até Chili, sendo limitado por densos bosques em toda a sua parte oriental alem da cordilheira dos Andes.” (p. 255)

A defesa das fronteiras bem como a demarcação dos limites do País eram, à época, uma preocupação constante. Neste caso, o autor diz-nos que “os limites do vice-reinato do Perú foram estabelecidos no tratado fundamental de Santo Ildefonso de 1 de outubro de 1777, o qual foi principalmente destinado á demarcação entre o territorio hespanhol e as possessões portuguezas do Brazil, designando ao mesmo tempo os limites da navegação dos dois povos nos rios limitrophes. A real cédula de 1802 e outras disposições posteriores, marcam precisamente os limites actuaes d’esta nação.” (p. 256)

Januário Correia de Almeida, a propósito da descrição geográfica da região, dividiu o País em três grandes áreas específicas de acordo com o relevo: *zona da costa*; *zona da serra*; e *zona da montanha*. Sobre essa definição escreveu que “a cordilheira da Costa e a cordilheira dos Andes, correndo de N. a S. dividem o territorio do Perú em tres zonas distintas por sua configuração orographica. A primeira a partir do Pacifico é a *zona da costa*, na largura proximamente de 20 leguas até á primeira cordilheira; a segunda é a *zona da serra*, tambem com 20 leguas de largo, entre a cordilheira da Costa e a dos Andes; e a terceira a *zona da montanha*, ou região dos bosques, que se estende em largura variavel desde os

Andes até ao território do imperio brasileiro. Os rios mais importantes correm na região da montanha.” (p. 256)

Continuou as suas observações dizendo que “a costa é a região dos areiaes e desertos, postos que a grandes distancias baixem da cordilheira e affluam ao Pacifico alguns rios que fertilizam os valles por onde passam. (...) A segunda zona, ou *Serra*, compõe-se de uma planura mais ou menos acidentada, das faldas e quebradas da parte oriental da cordilheira da Costa, e das da parte occidental dos Andes, a uma altitude de 2.000 a 4.000 metros. (...) É esta a parte mais povoada do Perú, e é abundante em produtos dos reinos vegetal e mineral. (...) A temperatura d’esta zona é muito variável. (...) A terceira zona, ou *Montanha*, compreende todo o território que baixa da vertente oriental dos Andes de uma altura de 4.000 a 5.000 metros, até ás margens do rio Amazonas e seus affluentes. (...) Os lagos Titicaca e Junin são os mais notáveis, havendo também na Cordilheira uma immensidade de lagôas.” (p. 257-258)

Das considerações de carácter geográfico, o autor passou de imediato para a evidência da enorme variedade animal e diferenciação na vegetação consoante as regiões destacadas, resultado do seu relevo/altitude. Diz-nos que “do Perú póde dizer-se como da Bolivia, que abraça em seu seio, com admirável profusão, tudo quanto a natureza produz nos seus tres reinos. Nos extensos bosques que similham mares de verdura, vivem innumerous animaes de todas as classes, géneros e especies: nas cumeadas das serras e nos profundos barrancos das suas vertentes, encontram-se aquelles que carecem de uma temperatura mais baixa e de ar mais rarefeito para a sua existencia, e os caudalosos rios que banham os valles orientaes estão povoados de variadissimos peixes e amphibios. Todos os animaes domésticos que se criam na Europa encontram-se igualmente no Perú, adquirindo alguns aqui maiores dimensões.” (p. 259)

O autor dedicou particular atenção à riqueza mineral do Peru “conhecida em todo o mundo, (...) desde que se tornou conhecido pela descoberta e conquista dos hespanhoes até á actualidade. As cadeias da cordilheira da Costa e dos Andes estão cruzadas em todas as direcções por riquíssimas betas de oiro, de prata, platina, nikel, cobre, chumbo, ferro, cinabre, petróleo, carvão de pedra, etc., etc. Uma grande parte d’estas minas tem sido explorada em todos os tempos com vantagem; porém a natureza, zelosa de conservar latentes estas riquezas, ou tem evitado a sua descoberta, ou dificultado a sua exploração, conservando-as em geral em pontos inacessiveis ou de custoso aproveitamento. (p. 271)

Refere que a principal fonte de riqueza nacional, à época, eram as guaneiras e salitreiras. Diz-nos que “o guano de passaro, desde que em 1841 se começou a exportar para a Europa, tem sido o ramo mais pingue das rendas do Perú. (...) O seu poder fertilizante (...) desde o tempo dos Incas foi usado na agricultura, nos departamentos do sul do Perú.” (p. 272); e “os depósitos de salitre acham-se próximos ao litoral do Pacifico, e a principal exportação d’este produto e do borax faz-se pelo porto de Iquique.” (p. 272)

Relativamente à população “a republica do Perú é dividida administrativamente em 21 departamentos, 97 provincias e 781 districtos.” (p. 272)

As principais cidades do Peru eram Lima (capital), Calláo, Arequipa, Puno, Iquique, Piura, Tacua, Arica, Tarma, Cajamarca, Huaras, Trujillo, Lambayeque, Cerro de Pasco, Chorillos, Ayacucho, Cuzco e Ica.

A população era maioritariamente india, seguida pela “raça branca dos conquistadores, oriundos de diferentes provincias da Hespanha, especialmente da Andaluzia; a raça negra, proveniente dos escravos africanos, introduzidos no paiz até á epocha da sua independencia; e a raça mestiça que resulta do cruzamento das raças anteriores. Dá-se o nome de cholos aos modernos indios em estado de civilização. Tambem fazem parte da população do Perú cerca de 50:000 chins, resto de 100:000 que desde 1861 até 1874 emigraram pela colonia portugueza de Macau para este paiz, e dos quaes parece que só aqui chegaram 82:366, devendo suppor-se que a differença é devida á mortalidade durante as viagens. Um grande numero d’estes chinas vive em Lima, occupando-se em varios traficis, e principalmente no de casas de comida, (*caláos*) tendo alguns conseguido regulares fortunas; a maior parte, porém, trabalha no cultivo da canna de assucar, em grandes propriedades ruraes (*haciendas*), onde em geral são bem tratados, como tivemos ocasião de presenciar, posto que por excepção alguns proprietarios, desconhecendo os deveres de humanidade e os seus proprios interesses, os tratem cruelmente, sem que o governo do paiz tenha posto até hoje cobro a taes excessos.” (p. 276)

“A emigração dos paizes europeus para o territorio peruano não é muito consideravel. (...) Entretanto é evidente que os estrangeiros mais numerosos são os italianos, francezes, allemães e inglezes occupando-se principalmente do commercio em Lima, Calláo e outras povoações. O numero de portuguezes residentes nu Perú é, (...) de cerca de 400.” (p. 277) A falta de outros dados contabilísticos como a natalidade, mortalidade, e níveis de alfabetização da população não permitiu ao autor aprofundar as características da população peruana.

Ainda a propósito do Peru fornece algumas informações sobre as duas principais cidades, Lima, a capital, e o porto de Calláo. A primeira tornou-se “o centro da civilização e da riqueza da republica. Com o nome de *cidade de los Reyes* foi fundada por Francisco Pizarro em 18 de janeiro de 1535, em honra dos reis de Hespanha Carlos V e D. Joanna, sua mãe; mais tarde começou a ser conhecida pelo nome de Lima.” (p. 277-278); (...) “a maior proximidade a que Lima está do litoral dá-lhe naturalmente mais vida e importância commercial.” (p. 279)

Continua dizendo que “o povo de Lima é alegre, de suave trato e amante do ocio, sendo necessario pouco trabalho, mesmo aos proletarios, para ganhar a sua subsistencia.” (p. 281) “O porto de Calláo é um dos mais espaçosos e o mais seguro da costa do Pacifico; nunca soffre tempestades ou ventos fortes que dificultem o desembarque de passageiros e mercadorias. A extensa bahia, cujo circuito é de 70 kilometros, está abrigada pela ilha de S.

Lourenço.” (...) “Uma magnifica ponte-caes, (*muelle darsena*) permite que mais de vinte navios ahi atraquem e se abriguem, para carregar e descarregar, communicando os carris do seu serviço com os dos caminhos de ferro que conduzem a Lima.” (p. 282)

“O porto de Calláo está bem fortificado para resistir a qualquer agressão estranha. Ao N. e ao S. existem numerosos fortes e torres blindadas com artilheria de 300 a 500, e estão-se montando agora alguns canhões de calibre 1:000, correspondentes a 50 toneladas de peso. Em 1866, quando mesmo a fortificação não era tão completa, não obteve vantagem notável a poderosa esquadra hespanhola que a atacou. Em 1879 a esquadra chilena, muito superior á peruana, veiu á vista do porto, mas não julgou prudente atacal-o.” (p. 282-283)

Relativamente ao comércio peruano os dados recentes, apresentados nessa época, apresentavam uma balança comercial positiva, onde a exportação era superior à importação de mercadorias. “A exportação dirigiu-se principalmente para Inglaterra no valor de 20.189:054 soles, para Chili no de 4.258:833 soles, para França no de 3.249:831 soles, para Allemanha no de 1.477:535 soles. O resto da exportação distribue-se pelas republicas americanas vizinhas, sendo para notar que o commercio de exportação para Hespanha é representado apenas pelo valor de 70:000 soles. Na importação figura a Inglaterra com 10.625:800 soles, a França com 3.949:832 soles, Chili com 2.836:798 soles, a Allemanha com a quantia de 2.788:973 soles.” (p. 284)

As mercadorias exportadas mais importantes foram: o guano, o cobre, a prata, o açúcar, algodão, lã, a cascarilha (quina), o sal, arroz, e tabaco.

Os principais artigos de importação foram: os tecidos de algodão e de lã, viveres e cereais, e diversos artigos como ferro manufacturado, carvão, cobre lavrado, maquinas, papel, moveis, vinhos, etc. Relativamente e a esse último produto “Portugal, n’este anno, (...) exportou directamente para o Perú a porção de vinhos correspondente ao valor de 14:357 soles.” (p. 285)

“Considerando a natureza dos produtos importados, vê-se que a produção industrial n’esta republica está ainda na sua infância, como era de esperar n’um paiz de reduzida densidade de população.” (p. 285)

Sobre a questão económica o autor diz que “o único produto importante fornecido pela agricultura é hoje o assucar. A cultura da canna, por isso que se efectua em regiões tropicaes, demanda um trabalho penoso, que só se tem encontrado nas raças inferiores, como a negra e a turaniana, offerecendo por conseguinte grande incentivo para a redução á escravidão dos trabalhadores. (...) O governo d’este paiz tem activado o mais possível a venda do guano e do salitre desde a sua descoberta. Estes produtos, cuja utilidade principal consiste em melhorar as terras na America do Norte, na Europa e n’outros paizes, aonde a agricultura carece de adubos, são o resultado accumulado de lentas acções, e a velocidade da sua exploração não guarda, nem póde guardar equivalência com o tempo da sua formação. Póde, pois, considerar-se que a exportação de salitre e de guano, assim como a dos metaes, equivale a uma exportação de capital que se substitue por outro em

metal circulante, o qual, a não ser applicado a melhoramentos reproductivos, importará por essa parte a diminuição da riqueza publica.” (p. 286-287)

Em relação às finanças do País, o visconde de São Januário apresentou, no seu relatório, as contas orçamentais de 1877 do Perú, mostrando um saldo positivo nos números (de 916:401 soles) entre o valor das receitas e despesas no País: “a receita votada foi maior que a cobrada, pelas seguintes causas: pela diminuição das importações; por se considerar para o effeito das transacções sobre o guano, na conta official, o typo do cambio ao par, nos saques que se fizeram pelas mensalidades que deve entregar a companhia do guano peruano; porque se consideraram sómente como receitas relativas ao salitre as entregas dos bancos associados á caixa fiscal.” (p. 290) No entanto o autor alertou que “a liquidação do orçamento com relação ás operações anteriores, apresentára no anno de 1876 um *deficit* de soles 24.799:191. Para fazer face a este *deficit* recorreu-se a maior emissão de títulos fiduciários, diversos empréstimos e adiantamentos pedidos aos negociadores de guano.” (p. 290-291)

O autor, mais uma vez alertou para a realidade da divida acumulada dizendo que “os rendimentos efectivos têm diminuído gradualmente ao passo que o *deficit* tem augmentado successivamente, multiplicando ao extremo os compromissos do governo, pois que o unico recurso que se tem empregado para o cobrir tem sido o credito, sem que se tenham augmentado as verbas de receita ou reduzido as despesas.” (...) “Ultimamente as impreteríveis urgencias da guerra em que este paiz se acha empenhado com o Chili, ao passo que pozeram em evidencia o louvável patriotismo peruano por numerosas e importantes offertas ao estado, manifestaram tambem em toda a sua nudez o deploravel estado da fazenda publica.” (p. 291) O autor concluiu dizendo que “a historia economica do Perú, desde remotos tempos, é fértil em uteis e grandes lições. Por ellas se vê quanto é illusoria a idéa de que a riqueza de um paiz está na rasão directa da quantidade de metaes preciosos que encerra; quanto é falso esperar dos expedientes financeiros, essa methaphysica económica que deslumbra o publico, (...) e quanto importa para o bem estar de um paiz o são exercício do trabalho e a útil applicação das faculdades moraes e intellectuaes. (...) É de crer que com as lições dadas pelas necessidades que a guerra impõe, e sob o influxo do actual congresso energico e patriotico, este paiz confie menos nas riquezas da sorte, e se apoie mais seguramente n’aquellas que provém do trabalho inteligente, no vasto campo de que dispõe, assentando sobre imperecedoras bases imperecedoras riquezas.” (p. 294-295)

Em resultado das suas pesquisas, apesar dos poucos dados estatísticos disponíveis, e a propósito da instrução pública do País, diz que “a instrução superior está bem organizada, principalmente em Lima, e o governo do paiz não tem poupado esforços e despesas para dotar convenientemente de pessoal e de elementos práticos as universidades e escolas superiores especiaes, já engajando em diversos paizes da Europa professores habeis e mesmo notabilidades scientificas, como Pradier Foderé em sciencias politicas, Raymondí nas sciencias naturaes, e outros; já adquirindo para os seus gabinetes aparelhos, instrumentos e modelos

os mais modernos e perfeitos. Não se pôde dizer o mesmo no que respeita á instrucção média e á primaria, base fundamental de todo o progresso moral de um paiz.” (p. 296-297) Em Lima “existe uma excelente bibliotheca nacional, com espaçosos salões, contendo, entre cerca de 50:000 volumes, bastantes obras raras e de grande mérito, publicadas algumas nos annos de 1489 a 1500.” (p. 298-299)

O Visconde de São Januário, no final do seu relatório, deu-nos conta do esforço estatal na construção de caminhos-de-ferro. Comentou que as numerosas linhas férreas “sendo a maior parte de propriedade nacional”, contribuíram como era de esperar “para o progresso do paiz, facilitando as comunicações e transacções, desenvolvendo a agricultura, facultando o económico trabalho das minas e a exploração dos depósitos de guano e de salitre.” (p. 304) No entanto, “levou ao mesmo tempo pela exageração dos gastos, nem sempre justificados, a desordem ás finanças do estado.” (p. 304)

O autor resumiu a sua opinião sobre a república do Peru e o seu potencial como destino da emigração europeia e asiática, dizendo que “o paiz, (...) conta ainda com largos recursos nas suas riquezas naturaes. A terra ainda não tem manifestado todos os seus tesouros; os metaes preciosos, o salitre, o guano, o petróleo e outros produtos uteis hão de ainda levantar a fama de rico, que a este paiz tem sido attribuida; e a agricultura, fonte perenne das mais seguras riquezas, será a base solida da futura prosperidade do paiz, e vae já tendo o desenvolvimento que a população actual comporta. As plantações de canna são já muitos extensas, numerosas fabricas de assucar estão já montadas segundo as prescripções dos mais modernos princípios scientificos e industriaes, e já se exporta grande quantidade de assucar de boa qualidade.” (p. 304-305)

Por último, foram apresentadas observações e considerações sobre a república do México, derradeira etapa da visita diplomática do Visconde de S. Januário por terras da América do Sul. Ao serviço da missão descreveu, como de costume, as condições geográficas e climáticas do País: “o aspecto geral do Mexico é o de um paiz extremamente acidentado e montanhoso. A cordilheira (Sierra Madre) aonde prendem as montanhas que se levantam em todo o paiz de SE. a NO. fórma uma cadeia continua, cujos declives baixam gradualmente por um lado para o Oceano Pacifico e pelo outro lado para o golfo do Mexico, interrompendo-se por vezes para formar extensas planuras, nas quaes se têm edificado cidades, villas e outras povoações á beira de lagos ou de rios, cercadas sempre de luxuriante vegetação.” (p. 317-318)

Relativamente ao clima “posto que este paiz esteja em grande parte entre os trópicos, as suas variadas altitudes dão origem a tres regiões climatéricas differentes: nas costas, as terras abrasadoras (tierra caliente); nas regiões montanhosas aonde domina a neve, terras frias; occupando os climas temperados (tierra templada) as altitudes intermédias; o que caracteriza este territorio com uma variadissima vegetação”. (p. 318)

Apresentou no seu relatório uma listagem dos cumes mais elevados das cordilheiras; os principais rios, extensão e volume de suas águas.

Nesse relato destacamos um curioso apontamento do autor, de natureza científica, sobre duas espécies animais: “Posto que o touro e o cavallo fossem desconhecidos no Mexico pelo tempo da conquista, é certo que existiram n’esta parte da America em tempos pre-historicos, pois que têm aparecido soterrados e figuram no museu do Mexico vários exemplares, posto que incompletos, de indivíduos d’estas espécies, possuindo muito maiores proporções do que os actuaes.” (p. 324) Este breve trecho mostra, mais uma vez, a envergadura do diplomata português, no respeitante a observações de natureza científica. Em termos de vegetação descreveu o território como fértil, com maior desenvolvimento nas regiões temperadas.

No que diz respeito às produções minerais o autor referiu que “o México não só é um dos paizes mais ricos do mundo em metaes preciosos, mas é seguramente aquelle que tem produzido e produz actualmente maior quantidade de prata.” (p. 327)

Sublinhou que “a mineria e a agricultura são, pois, as principais industrias do Mexico, posto que o valor das producções mineraes excede em muito, por emquanto, o valor das producções agrícolas. Uma grande parte da população obreira ocupa-se no laborar das minas, no beneficio dos metaes, para o que há officinas mui bem montadas, e na cunhagem de ouro, prata e cobre, havendo para esse effeito (...) onze casas de moeda.” (p. 330) Em termos populacionais a república do México era dividida administrativamente por 27 Estados (composto por Estados do Norte, Golfo e Pacifico), um Distrito federal e um Distrito da Baixa Califórnia. A população da república era composta por, maioritariamente, elementos de “raça mestiça”, seguida de “raça indígena pura”, e por fim europeia. “Nos Estados Unidos do Mexico o idioma nacional é o castelhano; comtudo entre a população indígena predomina o uso das linguas e dialectos das nações que antes da conquista habitaram esta extensa porção da America. (...) A respeito do numero de estrangeiros residentes no Mexico não se faz menção em documento algum official; (...) O número de portuguezes residentes no Mexico é, de certo, mui diminuto. (p.337) A falta de elementos estatísticos e comparativos sobre a população não permitiu ao autor informar o leitor. Foram apresentadas várias causas da insalubridade da cidade do México, capital da referida república, sendo uma delas a própria localização geográfica.

A segunda cidade mais importante era a cidade portuária de “Vera Cruz” que “possue uma boa alfandega com seu caes de cantaria, tem boas ruas e praças, e entre os seus templos e mais edificios públicos há alguns espaçosos e de regular architectura”. (p. 344-345) Fez referência ao caminho-de-ferro que liga Vera Cruz ao México, que “subindo constantemente até ganhar as altas planuras entre as cordilheiras, vence grandes difficuldades: a sua extensão é de 85 leguas.” (p. 345)

Elogiou aquele meio de transporte e sua gestão, dizendo que a linha “é excelentemente administrada pela companhia de ferro-carril mexicano, não deixando nada a desejar o passeio das carruagens, a pontualidade do serviço, e tudo quanto respeita á exploração pratica d’este caminho.” (p. 345)

No entanto o autor apontou alguns aspectos negativos do País, dizendo que “o Mexico é o paiz dos contrastes. A par da exploração de riquissimas minas de prata, vêem-se os campos sem cultura, sendo necessário que venham de longe e por altos preços os generos que a população mineira poderia ter junto a si. Para continuar viagens começadas por excellentes ferros-carris, tem de passar-se a estradas primitivas que, a maior parte das vezes, são nas planícies o terreno natural. A par da segurança que se desfructa em alguns estados, anda o viajante exposto a ser assaltado por bandidos nos caminhos de outros.” (p. 348)

“Se juntarmos a esta circumstancia a pouca sympathia que há pelos estrangeiros, que aqui, mais que n’outros paizes da America, são apodados de *gringos*, teremos explicado o motivo pelo qual o forasteiro que vem ao Mexico, por distincto que seja, não pôde ter o prazer de apreciar a amabilidade e elegancia da sociedade mexicana.” (p. 349)

Em suma, o autor definiu o Mexico como um País com “maravilhosos recursos naturaes, comprehendidos na fertilidade do seu solo, na benignidade do seu clima e na sua capacidade para conter grande população e extenso commercio. Pôde produzir uma quantidade prodigiosa de café, tem imensa area de terras que produzem o assucar, pôde abastecer muitos mercados de vegetaes textis; quasi todas as substancias de tinturaria e todas as drogas dos tropicos aqui existem; e podem cultivar-se com bom êxito; o seu variado clima permite o crescimento de cereaes de todas as zonas; os seus terrenos offerecem as melhores e mais vastas condições para a cria de gado cavallar, lanar e vaccum, e os seus mineraes, principalmente os de prata, são superiores aos da California, Nevada e Australia. A riqueza natural do paiz, a sua admiravel situação entre os dois Oceanos, e a sua população de mais de 9.000:000 de habitantes, devem justificar a supposição de que é muito extenso e importante o seu commercio. Não acontece, porém, assim, e ao contrario do que se deveria esperar, é de todos os paizes da America aquelle que tem menor extensão comercial, em relação á sua população.” (p. 349-350)

“As causas de tão minguada exportação, a par de tantas e tão brilhantes condições naturaes, encontram-se na difficuldade de communicações, nos subidos direitos aduaneiros e na falta de segurança publica, derivando-se todas estas causas de uma única, o estado revolucionário, quasi constante, da republica. (...) Em todo o caso é um facto, que as revoluções se têm succedido umas ás outras, quer com relação ao governo federal, quer no seio dos numerosos estados da republica. A exaltação revolucionaria do paiz, com todo o seu lugubre cortejo, paralyando a agricultura e todas as industrias, não permite, naturalmente, o desenvolvimento do commercio, que assim se pôde considerar ferido nos seus elementos vitaes.” (p. 350-351)

Os principais países com relações comerciais com o México, de importação e exportação, eram, por ordem decrescente de importância, a Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha e Hespanha.

“Os artigos principaes de importação consistem em objectos de luxos, fazendas de algodão, de linho e de lã, sedas, mercearia, quinquilharia, rails, machinas, livraria, instrumentos

scientificos e industriaes, vinhos e cervejas, comestiveis e moveis. A exportação, (...) consta de ouro e prata em $\frac{3}{4}$ dos valores totaes exportados, sendo $\frac{1}{4}$ restante em assucar, algodão, tabaco, anil, baunilha, salsa parrilha, amido, cacau, café, pimenta, gomas, couros, carne secca, pescado, salgado, madeiras para construção e para moveis, jalapa e outras plantas medicinaes, henequen ou filassa, pau de Campeche, orchila (planta fibrosa para tintura) cochonilha, couros de veado, gado, perolas e concha, etc., etc., sendo a exportação de muitos d'estes artigos de pequena importancia.” (p. 355-356)

“Portugal não figura nos mapas do commercio do Mexico, quer seja na importação, quer na exportação, sendo de crer que os vinhos do Porto e Madeira que aqui aparecem venham por Inglaterra e figurem no movimento commercial d'aquella nação; entretando persuadimo-nos que a importação directa dos nossos vinhos e de outras mercadorias que exportâmos para o Brazil teriam aceitação no Mexico, e poderiam cambiar-se prata e a géneros coloniaes, com vantagem dos commerciantes. N'este sentido temos aconselhado algumas casas commerciaes do Mexico e de Vera Cruz.” (p. 356)

Januário Correia de Almeida elaborou uma sucinta análise sobre o estado da instrução pública no México dizendo que “tanto no districto federal como em todos os estados há um grande numero de escolas, de collegios e de lyceus, com numerosa concorrência de alunos de ambos os sexos, e em grande parte d'estes estabelecimentos de educação, empregam-se os methodos mais modernos e mais proficuos ao ensino. Na capital estão reunidos os principaes estabelecimentos scientificos.” (p. 365)

O México foi a última etapa da Missão do Visconde de S. Januário pelas repúblicas Sul-americanas.

Após recolha de breves notas sobre os relatórios especificos de cada País, visitado durante a missão, reúnem-se, a terminar a análise desta sua notável missão, as datas e locais onde cada relatório foi escrito:

- República do Uruguay – Montevideu, 20 de Setembro de 1878;
- República do Paraguay – Asunción, 12 de Novembro de 1878;
- República Argentina – Bueno Ayres, 26 de Dezembro de 1878;
- República do Chile – Valparaíso, 3 de Março de 1879;
- República da Bolívia – La Paz, 17 de Maio de 1879;
- República do Perú – Lima, 15 de Setembro de 1879;
- República do México – Cidade do México, 1 de Dezembro de 1879.

11 – Colaboração com a Academia das Ciências de Lisboa

Do Processo Individual de Januário Correia de Almeida na Academia das Ciências de Lisboa extraíram-se diversas informações de interesse. A sua relação com a Academia iniciou-se muito cedo, pois com 30 anos fora eleito para a antiga categoria de Sócio associado provincial da Classe de Letras (2.^a Classe), Secção de Ciências Económicas e Administrativas a 21/1/1858. Com efeito, encontrava-se nessa altura de partida para a missão na Província de Cabo Verde como Engenheiro Civil e Militar na Província de Cabo Verde, sendo já Capitão do Estado-Maior do Exército (por Decreto de 2 de Dezembro de 1857). Tal significa que os seus méritos como engenheiro, actuando no terreno difícil daquele território tinham merecido um voto de confiança, pelas provas de competência anteriormente por ele prestadas.

Em vésperas da sua partida, agradeceu a sua eleição por carta dirigida a José Maria Latino Coelho datada de Lisboa de 5 de Fevereiro de 1858, colocando-se à disposição, “se por ventura a Academia desejar informações ou qualquer género de trabalho, sobre algum ponto científico importante na Província de Cabo Verde, aonde vou residir.”

A proposta para eleição como Membro Correspondente da secção de Ciências Económicas e Administrativas, datada de 7/1/1881 e assinada por José Silvestre Ribeiro, Manuel Pinheiro Chagas e Augusto Carlos Teixeira de Aragão, é fundamentada nos resultados da missão de S. Januário às Repúblicas da América do Sul, tão expressivamente expostos no livro de que foi autor, então acabado de publicar e que foi apreciado pelos académicos pertencentes àquela secção. O extenso parecer de 4 páginas, conclui da forma seguinte: “Não póde ser indiferente á Academia um tal escripto, nem tão pouco lhe póde ser indiferente o



Fig. 39 – Vista parcial de expositor do Museu da Academia das Ciências de Lisboa contendo peças oferecidas à Academia por S. Januário, acompanhadas do seu retrato. Foto do Autor.

serviço que o auctor prestou, aproveitando a sua passagem por toda a America para adquirir colecções de zoologia, botânica, mineralogia e archeologia, e tambem de cartas geográficas e livros: o que tudo tem oferecido a vários estabelecimentos scientificos nacionais”. Esta proposta deu origem a curta acta, datada de 20/1/1881 subscrita pelos mesmos académicos, onde se declara que o júri da referida secção leu e aprovou por unanimidade o parecer relativo à candidatura de S. Januário a sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, ingressando na 2.^a Classe, na secção de Ciências Económicas e Administrativas. A sua eleição como académico correspondente a 17/2/1881 foi comunicada ao interessado logo a 19/2/1881, tendo sido objecto de agradecimento do próprio em carta datada de Lisboa de 2/3/1881, dirigida ao Secretário-Geral da Academia, José Maria Latino Coelho. Esta eleição coincide no tempo com o desempenho do cargo, iniciado a 3 de Julho de 1880, de Ministro da Marinha e do Ultramar, em Governo chefiado por Anselmo Braamcamp Freire, cessando funções a 25 de Março de 1881.



Januário Corroia de Almeida

Fig. 40 – Retrato de S. Januário exposto no Museu da Academia das Ciências de Lisboa, com farda de Tenente-Coronel, condecorações e insígnias (agulhetas) de Ajudante de Campo de El-Rei. Academia das Ciências de Lisboa.

A colaboração de S. Januário com a Academia foi esparsa mas, ainda que não se tenha revelado um sócio assíduo às sessões, denota empenho e interesse pela Instituição, comprovado diversas vezes.

A mais evidente dessas provas é a oferta que fez de um conjunto de peças arqueológicas que trouxe da sua missão à América do Sul, as quais aliás se encontram mencionadas já na proposta para sócio correspondente subscrita a 7/1/1881 pelos três sócios acima referidos, o que faz supor que já pertenciam ao acervo da Academia antes do seu ingresso na mesma. Estas peças encontram-se actualmente expostas no Museu da Academia (Fig. 39) acompanhadas de um retrato do seu doador (Fig. 40), num significativo reconhecimento que lhe foi prestado pelos responsáveis actuais daquele Museu.

Trata-se de nove artefactos de barro moldado, dos quais oito são recipientes zoomórficos (Fig. 41) ou fitomórficos, das Culturas Chimú, dos Andes Centrais e Lambayeque, da costa norte do Peru, respectivamente produzidos entre os anos 1000-1476 e 600-1000 d.C. (ANTUNES & CANTINHO, 2015).

Existem outras evidências da consideração que S. Januário votava à Academia. Em carta datada de Lisboa, de 31/8/1875, no rescaldo da sua missão ao Extremo-Oriente, por incumbência do Cónego Luiz António de Carvalho, Governador do Bispado de Macau, remeteu àquela Instituição o retrato do Padre Joaquim António Gonsalves, notável sinólogo, com méritos confirmados depois de publicados a Gramática e o Dicionário chinês – português, “com o que abriu vasto campo ao perfeito conhecimento d’aquelle idioma”, pelo que considerava ser “o seu retrato digno de figurar na galeria dos homens ilustres da Academia.”

A 6/3/1894 informa que, tendo-lhe sido oferecida a colecção legislativa de Espanha, correspondente a 400 volumes por um seu amigo em Madrid, estava na disposição de a ceder à Academia, se isso fosse de seu interesse. A resposta não tardou, pois em missiva datada de 20/3/1894 (Fig. 42) indica o nome desse seu amigo, do Ministerio de Justicia, em Madrid, onde o agente da Academia a poderia reclamar, agradecendo ainda a decisão tomada pela Academia de, na estante onde tal colecção fosse instalada, se afixar uma placa com o seu nome. Tal facto denota evidente apreço de parte a parte.

Ciente, no entanto, dos seus afazeres, que impossibilitavam a sua comparência assídua às sessões, informa o Secretário-Geral da Academia, por carta de 4/5/1897, que não era candidato a sócio efectivo, tendo presente a possibilidade que aquele lhe oferecia de concorrer a qualquer dos lugares a concurso. Idêntica informação é remetida em carta datada de 26/2/1899, em resposta à mesma pergunta, que de novo lhe foi endereçada pelo Secretário-Geral da Academia. Uma vez mais, avultada a rectidão de princípios que nortearam sempre a sua vida, não querendo ocupar lugar que melhor poderia ser desempenhado por outrem, com maior disponibilidade e, porventura, mais saúde, pois nessa altura, por certo, já a doença estaria a minar-lhe as forças e o ânimo que usualmente mobilizava para a concretização de tudo aquilo a que metia ombros.



Fig. 41 – Recipiente em forma de macaco, de argila moldada, a comer um fruto. Cultura Chimú. Andes centrais, Perú. Período Intermediário tardio, 1000 – 1476 d.C. Altura: 22,2 cm. Museu da Academia das Ciências de Lisboa. Foto do Autor.

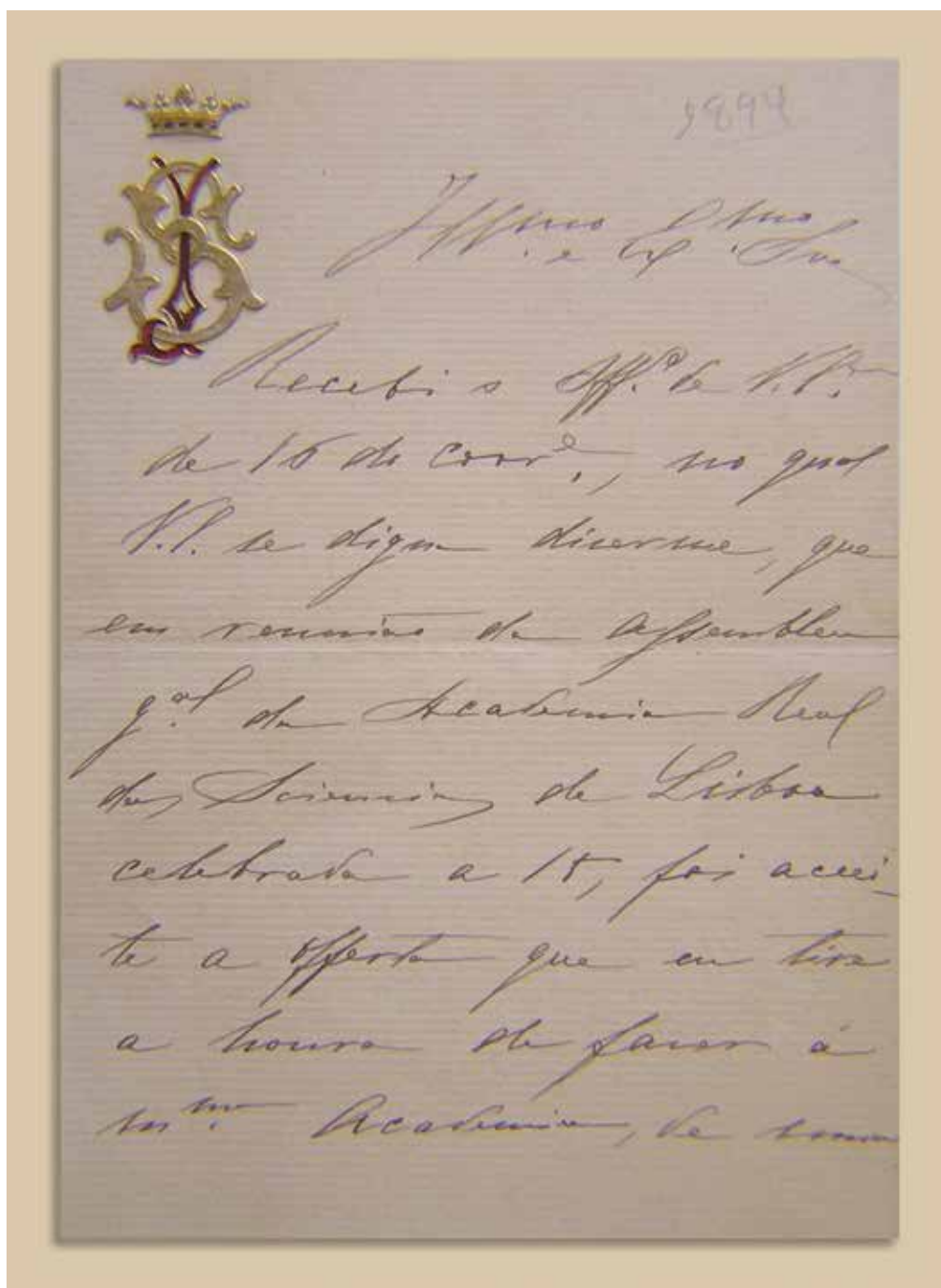


Fig. 42 – Carta de S. Januário dirigida ao Secretário-Geral da Academia das Ciências de Lisboa, acerca da oferta de uma colecção constituída por 400 volumes de legislação espanhola. Academia das Ciências de Lisboa.

A última missiva constante do seu processo académico é da condessa de S. Januário, de agradecimento das condolências que lhe foram dirigidas pelo Secretário-Geral em nome da Academia, aquando do falecimento de seu marido, datada de 26/7/1901.

12 – Actuação na Associação dos Arqueólogos Portugueses

A 23 de Março de 1896 falecia na sua casa de Campolide Joaquim Possidónio Narciso da Silva, fundador e Primeiro Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, cargo que assegurou praticamente desde a fundação da Instituição, em 1863. Tão marcante foi a sua influência, que durante algum tempo a presidência da Associação foi assegurada pelos dois vice-presidentes, Valentim José Correia, da Secção de Arquitectura, e o então Visconde de São Januário, da Secção de Arqueologia. Coube a este a honrosa tarefa de suceder a Possidónio da Silva como Presidente da Associação. A sua eleição foi realizada ainda em 1896, como consta de uma notícia local inserta no Boletim da Associação (7 (6/7), 1896, p. 112).

Falecido a 27 de Maio de 1901, a presidência de S. Januário, de mais de quatro anos, foi caracterizada por uma actividade que, apesar de tudo, esteve na continuidade da que conheceu a Associação no tempo do seu antecessor.

Vinha, com efeito, de longe a vinculação do Conde de São Januário à Real Associação, já que foi eleito Sócio Efectivo em 1868, integrando a 2.^a secção (Estética, decorações arquitectónicas, apreciação de obras de arte e conservação dos monumentos) (Annaes, 1879, p. XXII). Esta eleição coincide com a época em que provavelmente já residiria em Lisboa, depois de ter cumprido pela segunda vez a missão de Governador Civil do Porto, terminada em Janeiro de 1868, antecedendo a sua nomeação como Governador-Geral da Índia a 9 de Fevereiro de 1870. O diploma de sócio efectivo, assinado pelo Presidente, Possidónio da Silva, e pelo Secretário, Valentim José Correia, porém, é datado de 26 de Novembro de 1873 (Fig. 43).



Fig. 43 – Diploma de Sócio Efectivo da Associação dos Arqueólogos Portuguezes do então Visconde de S. Januário, assinado por Possidónio da Silva e Valentim José Correia, datado de 26 de Novembro de 1873. Arquivo do Autor.

A sua longa permanência no cargo de Vice-Presidente da Associação, dado que a primeira vez que se saiba ter sido eleito remonta a 1880, conforme se indica no volume do Boletim daquele ano (p. 13), os contributos efectivos que se lhe devem para a projecção da Associação, com destaque para a exposição realizada em 1880 com base nos espólios que trouxe da América do Sul e que em boa parte ofereceu à instituição, e o prestígio do seu nome, muito útil para resolver questões de carácter administrativo ou financeiro desde sempre existentes, justificam sobejamente a eleição.

A participação na vida associativa antes da sua eleição como Presidente da Direcção conheceu o seu ponto mais expressivo através da exposição que ali promoveu dos espólios arqueológicos trazidos da América do Sul, na sequência da missão diplomática efectuada, a qual foi acima já descrita em pormenor.



Fig. 44 – Vista de conjunto dos espólios das culturas pré-colombianas trazidos por S. Januário da sua missão à América do Sul e oferecidos à Associação dos Arqueólogos Portugueses. Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Foto do Autor.

Julga-se que o conjunto mais numeroso da colecção foi oferecido ao Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, constituído por preciosos exemplares da arte pré-colombiana, o qual foi já detalhadamente estudado (PAZ CABELLO, 2005) A colecção actualmente existente naquela Instituição é constituída por 68 peças de cerâmica, metal e pedra, a que se juntam 4 restos humanos, duas múmias e duas cabeças mumificadas de origem peruana (Fig. 44).

As duas múmias, que estiveram sempre expostas na sede da Associação dentro de vitrines com caixilharia de madeira, uma de mulher (Fig. 45), outra de jovem (Fig. 46), pertencem à Cultura Chancay, já do século XVI.

Ambas foram publicadas por S. Januário, indicado que provêm dos campos arenosos situados ao Norte de Lima, nas imediações dos quais existiam ruínas de antigas povoações

BOLETIM
DA
Real Associação dos Architectos Civis
E
Archeologos Portuguezes



ESTAMPA 54

Mumia do antigo Perú

Fig. 45 – Múmia de mulher trazida do Perú por S. Januário. Fotografia que acompanhou o artigo publicado (S. JANUÁRIO, 1885). Perú, Cultura Chancay. Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Arquivo do Autor.



Fig. 46 – Múmia de jovem trazida do Perú por S. Januário, que a publicou (S. JANUÁRIO, 1885). Perú, Cultura Chancay. Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Foto do Autor.

indígenas (S. JANUÁRIO, 1885). É explicável o grande sucesso da exposição pública de tais exemplares, pertencentes a uma realidade então completamente desconhecida em Portugal. Imagina-se o impacto na sociedade lisboeta da exposição pública, tanto das múmias, como de todos os estranhos objectos trazidos por São Januário, pela primeira vez expostos em 1880 no Museu do Carmo. Possidónio da Silva, o então Presidente da Associação, apresentou desse evento detalhada descrição, acompanhada de fotografia, sublinhando os serviços por essa via prestados por S. Januário (SILVA, 1880) que, como acima se disse, já então ocupava uma das duas vice-presidências da Associação, em representação da Secção de Arqueologia.

Foi também este importante serviço prestado à Associação que justifica a outorga da sua Medalha de Prata, na sessão de 22 de Novembro de 1881 (CARVALHEIRA, 1914), depois de a mesma ter sido decidida em sessão de 12 de Maio de 1880 (DIAS, 1907) (Fig. 47).

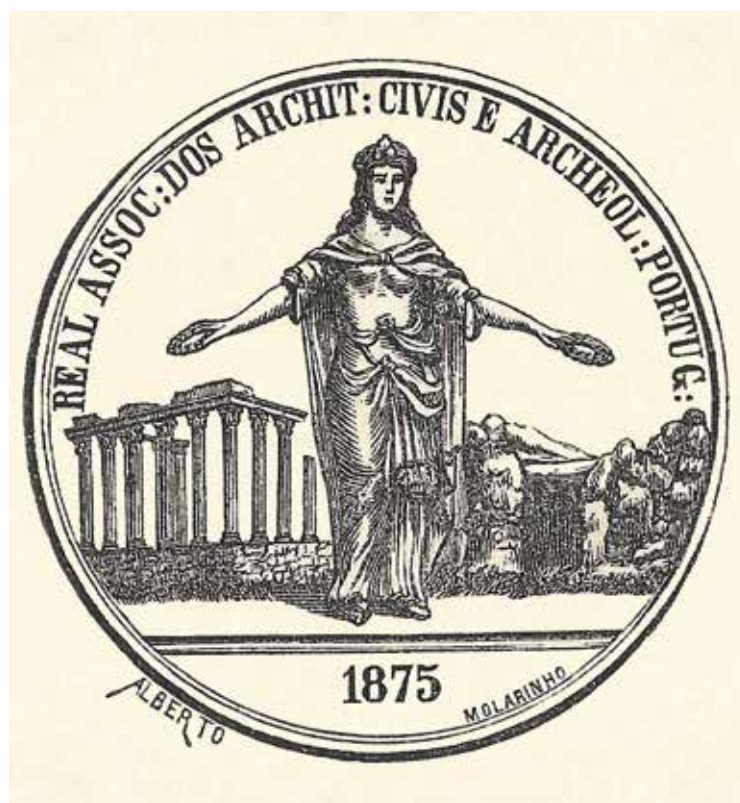


Fig. 47 – Desenho do anverso da Medalha de Honra instituída em 1875 pela Associação dos Arqueólogos Portugueses cujo grau Prata foi outorgado a S. Januário a 22 de Novembro de 1881. Arquivo do Autor.

Tal exposição não se limitava, porém, à vertente arqueológica, pois também interessou uma importante colecção mineralógica, constituída por mais de 400 exemplares de minerais do Perú e do México, bem como das minas do Chile. Desconhece-se o destino dado a tais exemplares, a par da colecção ornitológica reunida.

Verifica-se, assim que, S. Januário que era um homem plenamente do seu tempo, procurando dar a conhecer na Europa, a riqueza das realidades culturais e naturais presentes e pretéritas de outras regiões não menos ricas desse ponto de vista, com as quais o nosso continente teria forçosamente de estreitar laços de mútua colaboração, ao mesmo tempo que dotava o País de colecções preciosas que poderiam suportar e incentivar a própria investigação científica nesses até então quase completamente ignorados domínios.

O seu serviço em prol da agremiação pode medir-se pelas actividades descritas no Boletim, órgão científico da Associação, que continuou a ser regularmente publicado durante a sua presidência, tendo para tal conseguido que as dívidas acumuladas fossem suportadas pelo Estado, tal como se verificou com diversas obras e melhoramentos no seu tempo efectuados, diligências de que se encarregou pessoalmente, e que bem evidenciam o empenho colocado no exercício do cargo, secundado por todos os que o acompanharam na condução dos destinos da Associação.

Um dos aspectos debatidos mais importantes ao longo da sua presidência foi o da representação da AAP na elaboração da legislação sobre os Monumentos Nacionais, no quadro da sua protecção e recuperação, questão que só foi legalmente resolvida em vésperas da República, com a promulgação do diploma que instituiu os primeiros Monumentos Nacionais do Reino (Junho de 1910). A acção do Conde de São Januário à frente da Associação, aliás já objecto de estudo descritivo (DIAS, 1903/1904), pode aquilatar-se pela natureza da correspondência então recebida, da qual se respigam alguns documentos julgados de maior interesse.

Na correspondência de 1897, é de referir o pedido de obras apresentado a 30/11/1897 em Ofício assinado pelo Presidente e remetido ao Conselheiro Augusto José da Cunha, Ministro das Obras Públicas, que viria a ser o imediato sucessor do Conde de São Januário à frente da Associação (Fig. 48).

Este pedido teve consequências. Na acta da sessão de 22 de Janeiro de 1898, presidida por S. Januário, este declara que o Ministro das Obras Públicas já tinha aprovado o “orçamento para os melhoramentos do Museu, esperando que em breve começariam.”

Com efeito, os melhoramentos no Museu coincidiram com a reorganização das colecções e a publicação, no decurso do seu mandato, de um novo catálogo, elaborado por Gabriel Pereira, em 1900 (PEREIRA, 1900) (Fig. 49).

A intensa actividade da Associação neste período da sua existência pode aquilatar-se pela natureza das questões discutidas nas sessões, onde avultam as relacionadas com a defesa do património cultural de carácter arquitectónico. Basta referir que, naquela sessão, foram discutidas e aprovadas moções relativas à reconstrução de uma casa manuelina no Porto, que tinha sido recentemente demolida, bem como a retirada de tubagens colocadas no



Fig. 48 – Conselheiro Augusto José da Cunha (1834-1919), Ministro das Obras Públicas em 1897, a quem S. Januário recorreu para custear as obras de beneficiação do Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, na qual lhe viria a suceder como Presidente, em 1901. Arquivo do Autor.

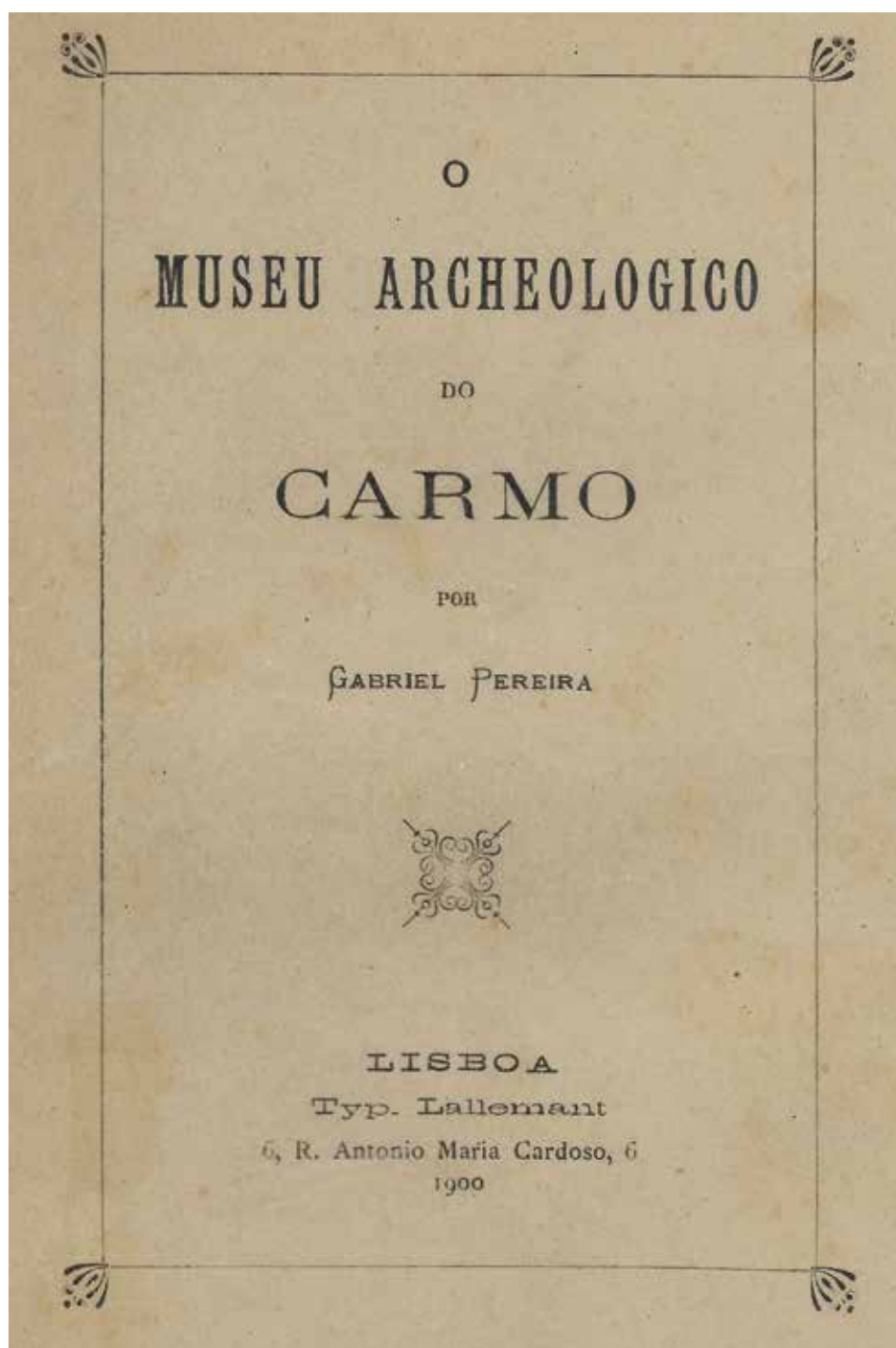


Fig. 49 – Capa do catálogo das colecções do Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses executado no decurso da presidência de S. Januário por Gabriel Pereira. Arquivo do Autor.

arco triunfal da Rua Augusta, em Lisboa. Era um tempo em que a Associação assumiu, quase isolada, a defesa do património contra as acções de vandalismo cometidas quer por particulares ignorantes, quer pelas mais altas entidades do Reino.

Em 1898, regista-se Ofício da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra informando da cedência de objectos arqueológicos ao Museu da Associação, bem como outro, da Direcção-Geral de Edifícios Públicos, informando da cedência dos espólios encontrados nas escavações da Sé de Lisboa. No primeiro caso, trata-se da cedência pelo Ministério da Guerra das duas notáveis peças escultóricas figurativas, provavelmente moçárabes (FERNANDES, 2005), oriundas do convento de Chelas e atribuíveis aos séculos IX-X, facilitada pela intervenção directa de S. Januário que, como antigo ministro da Guerra e General Comandante da 1.^a Divisão Militar, para cujo comando tinha sido nomeado em 1897, detinha evidente influência sobre os doadores (Fig. 50).

Nesse mesmo ano regista-se agradecimento de Augusto José da Cunha e de Mousinho de Albuquerque pela eleição como Sócios da Associação. Destaca-se também o Ofício da Direcção-Geral da Contabilidade Pública relevando a dívida de AAP para com a Imprensa Nacional, o que foi conseguido igualmente pela intervenção de S. Januário.

Regista-se ainda Ofício solicitando a cedência provisória à Câmara Municipal de Lisboa de 4 estátuas representando as 4 partes do Mundo, as quais integram hoje o grupo escultórico do monumento a D. Maria I colocado junto ao Palácio Nacional de Queluz.

Na correspondência de 1899 regista-se o agradecimento de René Cagnat pela eleição, bem como a criação, em Guimarães, do Museu da Colegiada, anunciado por Albano Belino em carta dirigida a S. Januário a 29/11/1899.

Depois de apresentar sugestões sobre algumas preciosidades que deveriam dar ali entrada, algumas das quais em posse de particulares como o cálice dito de D. Dulce, declara: “Uma das cousas que ha muito desejo lembrar a V.^{as} Ex.^{as}, para credito da nossa Associação, é a conveniencia de não enviarem diplomas de socios a pessoas que não estão nas condições de honrarem os que trabalham. É triste ver alguns sem meritos a darem provas da facilidade que ha em obter nomeações, e alem d’isso perde-se o estímulo!” Noutra carta, este sócio correspondente propõe a eleição como sócios de diversas individualidades que lhe tinham prestado apoio nas suas meritórias actividades arqueológicas no terreno.

A Associação mantinha colaboração profícua com outras organizações culturais da Capital, como a Academia de Estudos Livres, que em missiva de 14/2/1900 agradece a boa recepção de que os seus elementos foram distinguidos por parte de Leite de Vasconcellos e de O’ Sulivand, aquando da visita ao edifício-sede e museu da Instituição.

Ao mesmo tempo, a Associação prestava apoio a denúncias sobre vandalismos perpetrados no Património nacional, como é o caso da carta de José Ventura de 23/4/1900 sobre o convento de Arouca, somando-se às situações já acima referidas.

O interesse dispensado à boa conservação do edifício histórico do Carmo, sede da Associação foi outra das preocupações de S. Januário, enquanto seu Presidente. A tal propósito,

transcreve-se carta endereçada ao General Bon de Sousa, sobre a construção do elevador S.^{ta}. Justa datada de Paço d’Arcos, Quinta da Portella, a 12/7/1900:

“Meu Caro General

Estando aqui veraneando na minha quinta e não podendo p.^{or} estes dias ir a Lx.^a, rogo a V.E. que convoque e presida a nossa Assembleia, para tratar da influencia que a construção do projectado elevador do Carmo, possa ter, como me avisarão, na segurança do edificio do nosso muzeu.

Pedem ou lembrão uma representação, mas p.^{ra} isso se resolver, é necessario que (???) estudo do alludido projecto nos dê a convicção da (???) influencia d’essa construção p.^a a segurança do edificio. É a esse estudo que uma comm.^{ao} de peritos deverá p.^{or} agora proceder.

De V. Ex.^a.

V.^o Am.^o e C.^a Ob.^o

Conde de S. Januario” (assinado)

Esta missiva refere-se a questão de novo abordada na carta pouco depois endereçada, julga-se que ao General Pimemel Maldonado, que substituíra S. Januário na Direcção da Associação, datada de 27/7/1900, igualmente remetida de Paço de Arcos:

“Paço d’Arcos,

Q.^{ta} da Portella 24-7-1900,

Meu Presado Am.^o

Tenho presente a Carta da V. E. de 21 e m.^{to} agradeço o incommodo a que se tem dado de presidir á nossa Assembleia.

O assumpto de que se trata carece de ser bem esclarecido p.^{ra} que se não faça uma apresentação em falço.

Custame a crer que o elevador prejudique o edificio do Carmo.

A Camara m.^a pelas vistorias a que deve ter procedido pelos seos engenheiros, decerto não authorisaria a obra se ella prejudicasse este ou outros edificios.

Em todo o caso os nossos architectos dirão de sua justiça.

Eu poucas vezes vou a Lisboa e sempre de corrida e p.r isso não posso n’esta temporada presidir á Assembleia. Rogo p.^o a V. E. o favor de continuar a presidir em q.to estiver em Lx.^a e houver urgencia de tomar qualq.r deliberação, posto aqui agora a epoca das nossas ferias.

Da V. Ex.^a

V.^o Am.^o e C.^a Ob.^o

Conde de S. Januario” (assinado)

Na verdade, não existiam razões fundadas para temer que a construção do elevador prejudicasse, de alguma forma, a estabilidade do edifício, como é manifestado por S. Januário, cuja formação como engenheiro militar e civil permitia emitir opinião fundamentada sobre tal questão.

Ainda a propósito de melhoramentos e da salvaguarda da qualidade arquitectónica do edifício histórico do Carmo, pretendia a Associação ver desobstruído o portal sul do claustro. Assim, no decurso das obras de construção do elevador, foi dirigida a S. Januário missiva de Augusto Fuschini, Presidente da Comissão Executiva do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, a 22/8/1900, informando que “muito estimando ser agradável á Real Associação dos Architectos civis e Archeologos Portuguezes, resolveu officiar á Direcção Geral das Obras Publicas e Minas pedindo que, aproveitando-se a oportunidade de se estabelecer uma comunicação para o elevador (...), seja desentapada aquella porta, conforme os desejos d’essa Real Associação, aliás justissimos.” Contudo, tal iniciativa não se veio a concretizar, apesar da resposta positiva por parte da Câmara Municipal de Lisboa remetida a Augusto Fuschini, conforme Ofício deste a S. Januário de 5/11/1900.

A intervenção da Associação em defesa do Património arquitectónico fazia-se sentir em outros monumentos do País, como atrás se referiu e é ilustrado pelo Ofício do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais de 11/10/1900 igualmente assinado por Augusto Fuschini relativo às portas das antigas muralhas de Viseu, resolvendo pedir ao governo a sua conservação.

Enfim, a acta da sessão da Assembleia Geral de 9/3/1901, a última presidida por S. Januário, dá conta do pedido de apoio para a conclusão das obras de restauro da Igreja da Várzea, em Alenquer, por uma comissão localmente constituída no âmbito das comemorações do 4.º Centenário de Damião de Góis, abordando-se também a questão da estabilidade da muralha do Carmo, que poderia afectar a segurança do edifício da Associação, questão recorrentemente discutida em outras ocasiões com as entidades competentes.

É interessante verificar que, certamente pela origem paçoarcuense de S. Januário, este, na qualidade de Presidente da Associação, entre outras agremiações, tenha recebido carta sobre a protecção do Forte de S. Bruno em Caxias, a seguir transcrita (Fig. 50):

“Algés de Baixo [Villa Mathias, 39], 12 de novembro 1900.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} snr. Conselheiro

Na praia de Caxias, proximo da estação da linha ferrea e do Real Palacio, existe abandonado um fortim, de alicerce rocheo, em parte invadido pela maré e pelas dunas, porém ainda aproveitavel, reclamando restauração d’aquelle (...) monumento architectonico-militar.

A V. Ex.^a, meu consocio da Sociedade de Geographia de Lisboa, tenho a honra de fazer esta communicação, com o intuito d’ella poder ser apropriada a algum fim util, como posto semaphorico, de pharolim, de posto de soccorro



Fig. 50 – Fragmento de pilar do século IX/X oriundo do convento de Chelas que integrou as colecções do Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses por intervenção de S. Januário (FERNANDES, 2005).

a naufragos, arrecadação de material de qualquer ordem, etc., na qualidade de presidente que V. Ex.^a é também da Direcção do Instituto dos Naufragos e Vogal da Comissão superior de guerra.

Trajano Saturio Pires,
major de infantaria.”

Na verdade, esta jóia da arquitectura militar que integrava a linha de defesa da barra do Tejo, até Lisboa, fora construída no tempo de D. João IV e tem sido objecto ao longo dos anos de sucessivas obras de manutenção, permitindo-lhe resistir à violência dos temporais invernais, também devido ao facto de se encontrar assente, como se refere na missiva, em sólido afloramento de calcários duros recifais cretácicos (Cenomaniano superior).

Para além das questões em que era solicitada a intervenção da Associação, ou em que esta tomava a iniciativa no respeitante às acções contra o vandalismo patrimonial, oficial ou particular, outros assuntos se discutiam nas Assembleias-Gerais da Associação presididas por S. Januário, especialmente os relacionados com a sua própria organização interna. Na que se realizou a 4 de Fevereiro de 1901, discutiu-se a reforma dos Estatutos da Associação, discussão que se prolongou no tempo.

A visibilidade internacional da Associação adquirida e consolidada no tempo de Possidónio da Silva, manteve-se; disso é prova os numerosos documentos relativos a participação em reuniões científicas internacionais: é o caso do Congresso Arqueológico de França, a que se reporta convite assinado pelo Conde de Marsy, a realizar entre de 27 de Junho a 3 de Julho de 1900 e o dirigido pela Direcção-Geral de Instrução Pública de 24/4/1901 para indicação de nomes de individualidades a convidar pela Legação de Itália para o Congresso Histórico de Roma de 28/4/1901, com despacho de S. Januário:

“Ao Ex.^{mo} Sr. G.^{al} Maldonado, p.^{ra} mandar satisfações 28-4º-1901 S. Jan.º”

Este despacho, redigido a menos de um mês do seu falecimento, evidencia bem que, até o fim, S. Januário se manteve fiel às suas obrigações como Presidente da Associação, estando porém ciente do seu precário estado de saúde, que teve o cuidado de comunicar oficialmente em carta endereçada de Lisboa a Eduardo da Rocha Dias, secretário da Associação (Fig. 51):

“Lx.^a 7-4-1901,

Ex.^a Sr. Rocha Dias

Tenho estado doente e poucas vezes tenho saído de casa há 1 mez por isso não tenho indicado dia p.^a reunião da nossa Real Associação. Rogo a V. E. que se entenda p.^a esse effeito com o Vice Pres.te pois que amanhã parto p.^a a minha quinta da Portella, junto a Paço d’Arcos p.^{ra} alli convalescer.

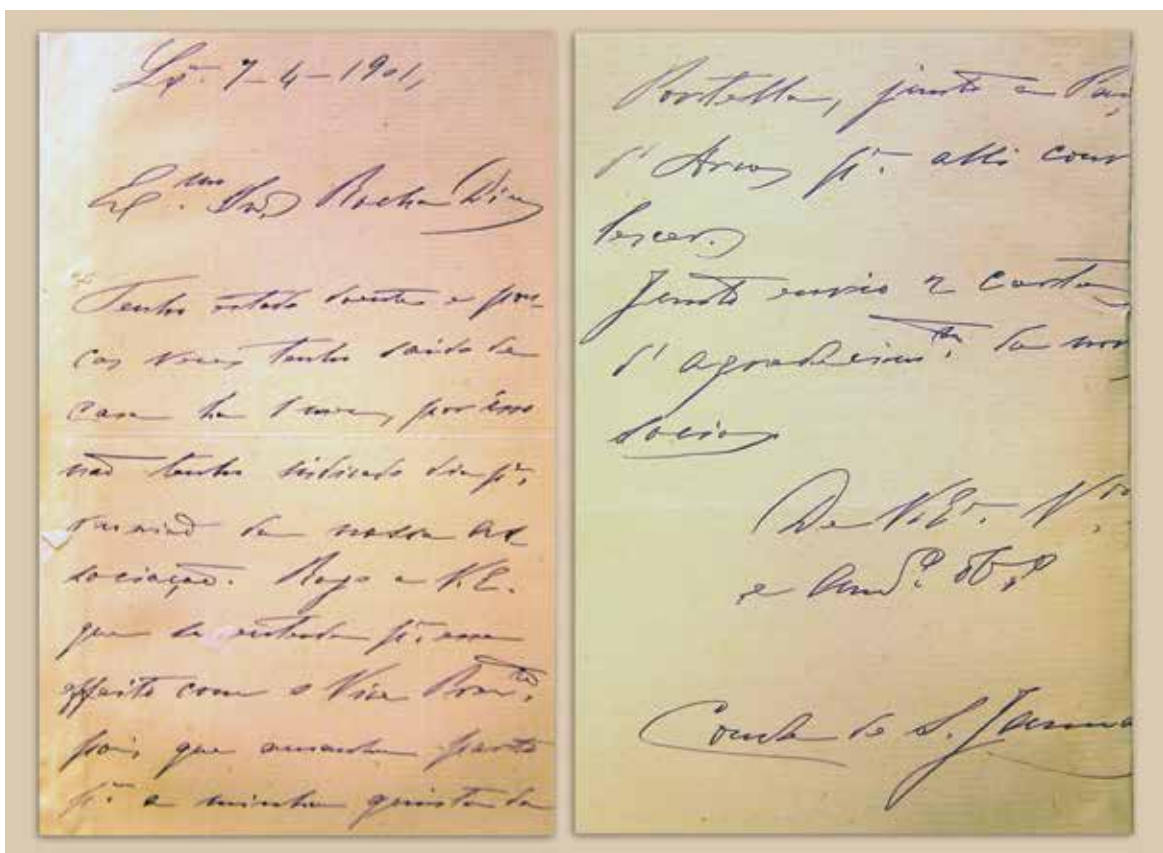


Fig. 51 – Carta autógrafa de S. Januário endereçada a 7/4/1901, a menos de dois meses do seu falecimento, ao secretário da Associação dos Arqueólogos Portugueses Eduardo da Rocha Dias. Arquivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Foto do Autor.

Junto envio 2 cartas d’agradecim.^{to} dos novos socios.

De V. Ex.^a V.^o e Am.^o Ob.^o

Conde de S. Januario” (assinado)

O Vice-Presidente referido na missiva era o General Pimentel Maldonado, que substituíra S. Januário no exercício das suas funções.

A comunicação da organização das comemorações de Damião de Góis em Alenquer por parte de uma Comissão, através de missiva dactilografada datada de 14/2/1901, reque-rendo que a Associação interviesse, fazendo uso da sua influência junto do Ministro das Obras Públicas – Augusto José da Cunha, membro da Associação e futuro presidente desta, sucedendo ao Conde de S. Januário – para providenciar o a conclusão do restauro da igreja da Várzea, onde se pretendia realizar a celebração em Fevereiro de 1902, já não foi acompanhada por S. Januário falecido a 27 de Maio de 1901.

Na verdade, logo a 1/6/1901, a acta da sessão da Assembleia Geral nesse dia realizada presidida pelo Vice-Presidente General Pimentel Maldonado foi dedicada exclusivamente a registar os pêsames pelo falecimento do Presidente da Associação, por parte de todos os sócios que o desejassem fazer na sessão, depois de lidas as mensagens remetidas por aqueles que não puderam comparecer. Foi lida e aprovada por aclamação “uma proposta do socio sr. Cavalleiro e Sousa para se cobrirem de crepes a cadeira presidencial e o retrato do Sr. Conde de S. Januário e consignar-se na acta um voto de doloroso sentimento pela sua morte”, enviando-se à viúva do extinto uma cópia da mesma acta; o Presidente em exercício, General Pimentel Maldonado incumbiu-se de transmitir-lhe pessoalmente os pêsames da Associação. Por fim, foi aprovado por unanimidade que “se realizasse uma sessão solemne commemorativa dos grandes serviços prestados à nossa Associação pelo sr. Conde de S. Januario, cujo elogio historico deve ser lido nessa occasião pelo socio que a Meza tiver convidado para tal fim.”

As manifestações de pêsames que foram aprovadas a 1/6/1901 deram origem à carta de agradecimento da Condessa de S. Januário, datada de 28/7/1901, do seguinte teor (Fig. 52):

“Ill.^{mo} Ex.^{mo} Senhor Secretario da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes.

Não tendo podido até hoje pelo estado de consternação do meu espirito agradecer a V. Ex.^{cia} e a todos os Socios da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, as palavras de condolencia lavradas na acta em sessão de 1 de Junho e todas as mais provas que a mesma Real Associação se dignou dirigir-me por occasião do fallecimento do meu marido, peço agora por essa involuntaria falta mil desculpas, rogando a V. Ex.^{cia} que aceite e transmita aos seus Ex.^{mos} Collegas os protestos do meu mais profundo reconhecimento pela parte que tomaram na minha dôr e pela forma por que se dignaram prestar homenagem á memoria d’aquelle que tanto se honrava de pertencer a essa Real Associação.

Quinta da Portella

28-Julho 901.

Com a mais subida consideração

me assigno:

Condessa de S. Januario” (assinatura)

Na mesma occasião, o Visconde de Torre de Murta oficiou a Associação apresentando sugestões para a forma de proceder à comunicação do falecimento do Conde de S. Januário por parte da Associação:

Ex^{ma} S^{ra} Condessa Secretaria
da Real Associação dos Archi-
tectos Civis e Archeologos
Portuguezes.

Por ter sido pedida até hoje
pelo estado de conservação
do meu espirito agradecer
a V^{cia} e a todos os
Sozinhos da Real Associação
dos Architectos Civis e
Archeologos Portuguezes,
as palavras de condolença
em Linceida no acto
em sessão de 1 de Junho
e todos os mais actos
que a Real

Fig. 52 – Carta de agradecimento da Condessa de São Januário, de 28/7/1901, pelas condolências apresentadas pela Associação dos Arqueólogos Portugueses pelo falecimento do seu Presidente verificado a 27/5/1901. Arquivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Foto do Autor.

“Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses, Museu do Carmo, Lisboa

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.

(...). Tomo a liberdade de lembrar ao Conselho que me parece conveniente participar ás Associações que se correspondem com a nossa o falecimento do nosso presidente Snr Conde de S. Januario, mencionando-se em papel tarjado de preto os altos cargos que (...) desempenhava, honras e dignidades com que foi agraciado e a sua qualidade de presidente d’esta Associação. Assim costumam fazer as Associações estrangeiras e fez a nossa pelo falecimento do Snr. Possidonio da Silva.

Deus G.^{da} a V. Ex.^a Lisboa 21 de Julho de 1901

Ill.mo e Ex.mo Sr. Secretario do Conselho Facultativo

Visconde de Torre de Murta” (assinado)

Estas manifestações são reveladoras do sentimento de carinho e respeito que a Associação dedicava ao seu Presidente, o qual no último quarto de século, a tinha servido com dedicação desinteressada, pondo ao seu serviço o prestígio do seu nome, na resolução de questões de grande importância relativas ao Museu e ao próprio edifício onde se encontrava instalada.

Importa valorizar a exposição patrocinada por S. Januário na sede desta Associação em 1880, a qual foi acima já mencionada; para além de ter tornado conhecido o nome da Instituição, é inegável a acção pedagógica e cultural desta iniciativa ao ter contribuído para a divulgação da Arqueologia entre todas as classes sociais do meio cidadão lisboeta. Como se referiu, foi pela primeira vez possível observar em Portugal espólios arqueológicos de países longínquos e então totalmente desconhecidos entre nós, alguns dos quais foram depois oferecidos à Associação onde ainda hoje constituem os principais motivos de atracção para o grande público.

Nota do próprio Possidónio da Silva, inserida no Boletim da Associação descreve a distribuição na sala principal da Associação dos referidos objectos, que não se limitavam aos espólios arqueológicos (SILVA, 1880):

“Por baixo do retrato dos architectos estão suspensos mapas geográficos pertencentes á preciosa colecção scientifica que o nosso digno socio o sr. Visconde de S. Januario coligiu com grande zelo scientifico durante a sua missão diplomática nos países da America do sul, e com a qual veiu enriquecer os estabelecimentos scientificos do nosso paiz. Sobre as banquetas que guarnece os dois lados d’ esta sala estão expostas as obras literárias, artisticas e scientificas que fazem parte da citada colecção” (op. cit., p. 25). A descrição da forma como os materiais se encontravam dispostos prossegue, com menção à presença de uma colecção ornitológica de mais de 100 exemplares, a par de fotografia das diferentes cidades visitadas por S. Januário. Em uma grande mesa de mais de 4 m de comprimento,

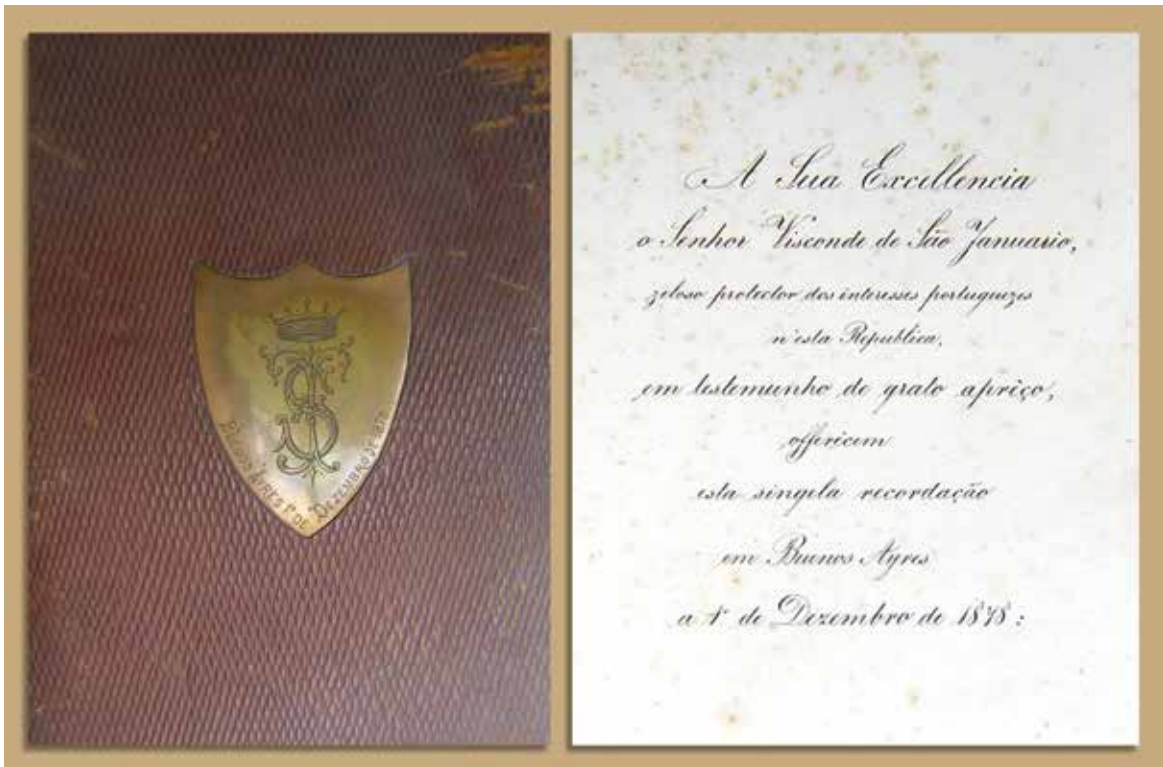


Fig. 53 – Álbum oferecido a S. Januário pelos emigrantes portugueses radicados em Buenos Aires, contendo dedicatória, a assinatura de todos os presentes e o discurso do seu representante em cerimónia realizada no dia 1 de Dezembro de 1878. Arquivo do Autor.

podiam observar-se duas montagens representando aves, “com brilhantes e diversas côres (...) sobressaindo duas aves com reflexos metálicos e grandíssima cauda de uma beleza encantadora.

No primeiro plano, que forma o topo da citada mesa, é ocupado o primeiro renque por duas estatuas de barro vermelho, sentadas sobre os calcanhares, representado um rei e uma rainha do antigo Mexico, com os respectivos emblemas de realeza, adornos próprios do seu paiz e época notando-se que o rei (figura do lado direito) mostra a ponta da língua fora dos lábios em quanto a rainha (do lado esquerdo), perdida de riso, parece motejar pela representação que faz o semblante do esposo” (op. cit., p. 26). Esta observação refere-se a duas figuras que se vieram a depositar definitivamente na Associação, onde ainda hoje se encontram, correspondendo a cópias do século XIX, actualmente com os números de inventário 1628 e 1639 do Museu (PAZ CABELLO, 2005). Percebe-se a surpresa que devem ter despertado quando pela primeira vez foram expostas, sendo as observações de Possidónio da Silva expressivas dos múltiplos juízos que tais obras, inspiravam junto do grande público, cuja imaginação era assim instigada.

A descrição minuciosa das principais peças escultóricas prossegue, acompanhadas, na mesma mesa, da exposição “de mais de 400 exemplares das mais raras espécies de mine-
raes do Perú e México; assim como (...) outros pertencentes ás minas do Chili.”

Próximo, via-se “ao centro um rico álbum com escudo e fechos de metal dourado, tendo as iniciaes do nome do sr. Visconde de S. Januario gravadas, e contém esse álbum os discursos e fac-similes de um grande numero de assignaturas de cavalheiros os mais distinctos do Mexico, que festejavam em um banquete o distincto portuguez (...)” (op. cit. p. 26). (Fig. 53). Na verdade, este álbum foi oferecido a S. Januário pelos portugueses emigrados não no México, mas na Argentina, encontrando-se datado de Buenos Aires, de 1 de Dezembro de 1878 aquando de um banquete oferecido em sua homenagem. Antecedendo as assignaturas dos dedicantes e o discurso proferido pelo decano dos portugueses residentes em Buenos Aires, António Rocha, pode ler-se a seguinte dedicatória: “A Sua Excellência o Senhor Visconde de São Januario, zeloso protector dos interesses portuguezes n’esta Republica em testemunho de grato apreço, oferecem esta singela recordação em Buenos Aires a 1.º de Dezembro de 1878”. Seguem-se as assinaturas de 35 membros da colónia portuguesa, a que se soma a de Heitor Varela, ex-ministro e deputado.

Esse volume é, pois, mais uma expressão do sucesso da missão de S. Januário, devendo entender-se no contexto expositivo como mais uma peça museológica nele integrada. Com efeito, apoiado à volumosa encadernação, encontravam-se “alguns ídolos de bronze do Perú (...) e outros de barro (...) pertencentes ao Mexico” (op. cit.p. 26). Muitos outros objectos se encontram descritos nesta detalhada noticia, entre os quais alguns que não constam actualmente das colecções do Museu do Carmo, apesar de todos eles, como se declara no final da mesma, terem sido oferecidos a Possidónio da Silva, com o objectivo de “augmentar a colecções já existentes no museu do Carmo.”

13 – Intervenção política

Recém-regressado à Metrópole da sua missão a Cabo Verde, e face aos excelentes resultados obtidos, S. Januário ocupou em 1862, sucessivamente, os cargos de Governador Civil do Distrito do Funchal e de Braga, o último dos quais até 1864. Ali promoveu a Exposição Agrícola e Industrial de Braga, inaugurada pelos Reis de Portugal. Em resultado da forma como desempenhou estas funções foi agraciado com o título de Conselheiro de Sua Majestade (Decreto de 21 de Maio de 1862, Ordem do Exército N.º 12).

Em Fevereiro de 1864 foi nomeado Comissário Régio no Distrito de Vila Real, com o mandato de sindicar sobre diversas irregularidades havidas nas eleições e tão bem se desempenhou, que não só foi louvado nas duas Câmaras como também foi provido, no final de 1864, no cargo de Governador Civil do Distrito do Porto onde, logo no ano seguinte (1865) patrocinou a Exposição Internacional do Porto, cujo êxito lhe valeu a sua eleição como Deputado pelo mesmo círculo, pelo Partido Progressista, em Julho daquele mesmo ano, a cujo ideário se manteve fiel até ao fim da vida.

Importa referir que, como o seu nome indica, o Partido Progressista encontrava-se mais à esquerda, se assim se pode dizer, do que o outro partido de poder da democracia monárquica liberal, o Partido Regenerador, ambos depreciativamente apelidados de “rotativos” por João Franco, ele próprio dissidente do Partido Regenerador, Primeiro-Ministro em regime de ditadura, entre 1907 e 1908.

Voltou a ser Governador Civil do Porto, quando o Partido Progressista retomou as rédeas do poder, entre Setembro de 1865 e Janeiro de 1868.

No extenso relatório por si elaborado sobre o estado geral do Distrito do Porto sublinhava a importância da Educação no progresso económico das populações, sendo deste modo coerente com a prática já anteriormente por ele concretizada em Cabo Verde (S. JANUÁRIO, 1868). É nesta época que o Rei D. Luís I lhe concede o título de 1.º Barão de S. Januário por decreto de 10 de Fevereiro de 1866, logo seguido pela concessão do título de 1.º Visconde de S. Januário, pelo mesmo monarca, por decreto de 9 de Setembro de 1867, confirmando assim a valia dos serviços por ele desinteressadamente prestados à Coroa. O sucesso da difícil missão diplomática que efectuou às repúblicas sul-americanas, anteriormente descrita em detalhe, entre 1878 e 1879, bem como as consequências que dela advieram – sublinhe-se que a ratificação, em Lisboa, dos dezasseis tratados celebrados se prolongou por vários anos – justificam a sua elevação a Par do Reino a 20 de Janeiro de 1880 e, logo a 3 de Julho de 1880, a sua tomada de posse como Ministro da Marinha e do Ultramar em Governo chefiado por Anselmo José Braamcamp, cessando funções a 25 de Março de 1881.

O Diário do Governo relativo ao período em que S. Januário foi Ministro da Marinha e do Ultramar encontra-se abundantemente preenchido com diplomas de que foi responsável, tal a amplitude das suas responsabilidades governativas, que abrangiam todas as actividades oficiais desenvolvidas nos domínios ultramarinos, desde os cuidados médicos à Educação, passando pela administração da Justiça. Não esqueceu, contudo, a sua ligação à Ciência e, designadamente, a importância do reconhecimento geográfico das possessões portuguesas, especialmente as africanas.

Esse era também o objecto prioritário de actuação da Sociedade de Geografia de Lisboa, de que foi o 1.º Presidente e, por vários anos, o Presidente da Comissão Africana, pelo que conhecia as dificuldades existentes e a forma de as suprir. Neste âmbito, ciente da importância em conjugar esforços entre o Governo e aquela influente agremiação científica e cultural, tendo como objectivo a concretização de objectivos de interesse comum, neste caso configurando verdadeiro desígnio nacional, fez emanar da 3.ª Repartição do Ministério da Marinha e Ultramar, aquando do exercício do cargo de ministro daquela pasta, diploma publicado no Diário do Governo de 14 de Agosto de 1880 o qual, pelo seu evidente interesse documental, se transcreve na íntegra:

“Sendo da maior conveniencia desenvolver os estudos e as investigações geographicas, principalmente no que respeita ás possessões ultramarinas portuguezas; Considerando que, para este effeito, muito importa congregar todos os esforços, procurando, pela sua unidade, conseguir resultados mais valiosos do que actualmente se obtem da acção isolada das instituições que tem por fim especial promover taes estudos e investigações;

Considerando que a commissão central permanente de geographia, creada por decreto de 17 de fevereiro de 1876, e a sociedade de geographia de Lisboa

podem, estabelecendo-se entre ellas relações mais intimas, constituir um elemento poderoso para a fácil realisação do pensamento que presidiu á organização de uma e de outra d'estas instituições: hei por bem, conformando me com o parecer da commissão nomeada em portaria de 24 de dezembro de 1878, formulado de accordo com a direcção da sociedade de geographia de Lisboa, devidamente auctorisada, decretar o seguinte:

Artigo 1.º A commissão central permanente, de geographia passará a denominar-se “commissão central de geografia”, conservando a sua organização e atribuições, em tudo o que não for alterado pelo presente decreto.

Art. 2.º O numero dos vogaes da commissão central de geographia é elevado a 24, devendo ser nomeados pelo governo e a sua nomeação recair em individuos de reconhecida competencia, que residam em Lisboa.

§. 1.º Dois dos logares de vogaes serão occupados pelo director geral do ultramar e pelo presidente da sociedade de geographia de Lisboa.

§ 2.º Os actuaes vogaes effectivos da commissão central permanente, de geographia, ficam sendo vogaes da nova commissão.

§ 3.º Os vogaes da commissão central de geografia que não forem socios da sociedade de geographia de Lisboa, serão considerados para todos os effectos, como socios correspondentes d'esta sociedade.

Art. 3.º A commissão central de geographia terá um presidente, que continuará a ser o ministro e secretario de estado dos negócios da marinha e ultramar, dois vice-presidentes e um primeiro e um segundo secretarios.

§ 1.º São vice-presidentes o director geral do ultramar e o presidente da sociedade de geographia de Lisboa.

§ 2.º Os secretarios serão eleitos pela commissão d'entre os seus vogaes.

Art. 4.º Ficará a cargo da sociedade de geographia de Lisboa, a guarda e conservação da bibliotheca e archivo da actual commissão central permanente de geographia, bem como todo o expediente relativo á commissão central de geographia.

§ unico. No caso de dissolução da sociedade de geografia de Lisboa, os mencionados archivo e bibliotheca passarão para o ministerio da marinha e ultramar.

Art. 5.º Os documentos de character scientifico e em geral as informações de interesse para a sciencia geographica, a que a commissão central de geographia ou a direcção geral do ultramar julgarem conveniente dar publicidade, serão insertos no boletim da sociedade de geografia de Lisboa, que deverá ser publicado regularmente.

Art. 6.º A sociedade de geographia de Lisboa prestará ao governo e á commissão central de geographia todas as informações e pareceres que lhe forem requeridos sobre assumptos da sua competencia.

Art. 7.º As despesas que a sociedade de geographia de Lisboa effectuar para satisfazer aos encargos que para ella são transferidos, em virtude das disposições d'este decreto, serão pagas pelo governo pelas mesmas verbas do orçamento geral do estado, das quaes actualmente saem as despesas correspondentes. O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar.
Paço da Ajuda, em 12 de Agosto de 1880. = REI.=*Visconde de S. Januario.*”

Este diploma é importante e inovador, no panorama administrativo português, sobretudo porque estabelece um princípio de efectiva colaboração entre o Governo e uma instituição particular de grande prestígio, num plano de igualdade de partilha de atribuições e responsabilidades: no caso a Comissão Central de Geografia, dependente do Ministério da Marinha e Ultramar, por um lado, e por outro a Sociedade de Geografia de Lisboa, cujo início de actividades se tinha verificado escassos quatro anos antes.

Depois de cumprido o referido cargo ministerial, S. Januário permaneceu ligado ao Partido Progressista. A 10 de Outubro de 1883, o “Diário de Notícias” dá nota de um jantar político em sua homenagem, no Porto:

“Sabbado foi oferecido no Porto um jantar ao sr. Visconde de S. Januario, assistindo ao banquete os membros mais influentes do partido progressista naquela cidade. O “Dez de Março, do Porto, foi informado de que ali se haviam celebrado pazes entre os progressistas dessidentes, contra o que o mesmo jornal protestou com um artigo violento publicado no seu numero de segunda-feira.”

Voltou a assumir funções ministeriais, como Ministro da Guerra, entre 20 de Fevereiro de 1886 e 15 de Novembro de 1888, num Governo presidido por José Luciano de Castro. Data desse ano um retrato correspondente ao apogeu da sua vida pessoal e profissional (Fig. 54). No respeitante à primeira, depois de três anos de casamento, já haviam nascido as suas duas filhas, pelo que se deveria sentir homem feliz e realizado; também o cargo de Ministro da Guerra correspondia ao pleno reconhecimento das suas aptidões e competências, já amplamente demonstradas pelas sucessivas missões de que anteriormente havia sido incumbido. Com efeito, esta nomeação encontrava-se claramente justificada pela adequada preparação de S. Januário – então Coronel do Corpo de Estado-Maior – para desempenhar o cargo, dado o conhecimento que detinha do próprio edificio legislativo militar. Na altura daquela nomeação, era o Presidente da Comissão encarregada de coleccionar a Legislação Militar de execução permanente, por Portaria do Ministério da Guerra de 1 de Abril de 1880, integrando também a Comissão encarregue de propor a reforma do Exército (Ordem do Exército, N.º 9, de Maio de 1884). Enfim, as funções de Presidente do júri para os exames especiais de habilitações dos alunos do Curso de Estado-Maior, nomeado por



Fig. 54 – Retrato de S. Januário, datado de 1888, quando exercia o cargo de Ministro da Guerra. Arquivo do Autor.

Portaria do Ministério da Guerra de 7 de Junho de 1884 conferiram a S. Januário rigoroso conhecimento directo da realidade castrense ao mais alto nível.

Como ministro, coube-lhe ter reconhecido e regulamentado a actuação em Portugal da Associação Cruz Vermelha Portuguesa (n/a, 1896), mas a sua situação como Ministro da Guerra tornou-se difícil de manter, culminando na sua demissão.

Transcreve-se, a tal propósito, significativa e esclarecedora notícia do Jornal “O Povo de Ovar”, de 18 de Novembro de 1888, o qual não era afecto ao Partido Progressista que suportava o Governo:

“A reconstrução ministerial

Pedi a demissão da pasta da guerra o sr. visconde de S. Januario, demissão que foi aceite sendo substituído pelo sr. José Joaquim de Castro.

Pareceu-nos que o pedido de demissão formulado pelo sr. visconde de S. Januario tivera apenas por fundamento a funda desmoralização que lavrava em todo o ministerio e á qual s. ex.^a não quizera, por forma alguma vincular o seu nome até agora ilibado de negociações pouco honrosas de syndicatos vergonhosissimos. E tanto mais isto era de pensar em vista da resistencia apresentada pela corôa e das vivas instancias feitas, perante o sr. visconde, pelo presidente do conselho de ministros. Dizia-se e não sem fundamento que o rei via com magoa retirar-se do governo um homem em quem depositava mais confiança do que em qualquer outro dos collegas, pela honradez do seu character e pela lealdade dos seus actos como politico.

É certo que nenhum motivo apparente se dá para explicar a incompatibilidade do sr. visconde de S. Januario com os outros ministros, ou mesmo com alguns d’elles.

Se a sahida d’este cavalheiro do ministerio, tivesse logar quando se fechou a ultima sessão legislativa, ainda se poderia encontrar pretexto no facto de não terem sido discutidas e votadas as reformas que s. ex.^a apresentou e que foram trucidadas pelo accordo. Mas essa desconsideração passou, accomodou-se e ninguém mais tornou a fallar em tal.

Era, pois, necessário ao partido progressista explicar a demissão do ministro da guerra e explical-a de modo que não provocasse discussões dentro do mesmo partido como succedeu com a demissão do sr. Henrique de Macedo. O “Primeiro de Janeiro”, trazido ao redil com a nomeação do novo governador civil do Porto e talvez com promessas de valor mais positivo e real, incumbem-se de dizer ao povo do norte a ultima palavra sobre o caso, o *mot d’ordre* do centro – O sr. visconde de S. Januario, que collaborou na reforma do exercito do gabinete regenerador; queria agora pôr em pratica essa reforma por completo, o que dava em resultado um enorme gravame tributario, maior ampliamiento

no recrutamento e por ultimo mais um motivo para a emigração: ora esta reforma era anti-política porque levantava contra o partido geral animadever-são, era anti-patriótica porque augmentava os encargos do povo e o povo não póde nem deve pagar mais: por isso os outros seus collegas se opposeram; e o sr. visconde não querendo por melindre pessoal curvar-se a estas razões retirou-se do gabinete com louvores de todos, e com magoa dos seus collegas. A pilula apesar de embrulhada em grande porção de assucar não será muito fácil de engulir. Pelo exposto se vê que o sr. visconde de S. Januário não fazia senão mal com a medida que propunha – era um verdadeiro desastrado.”

S. Januário pretendia, com efeito, levar a cabo uma profunda reforma das forças armadas, o que não foi bem aceite pela opposição, invocando o aumento da despesa que a mesma acarretaria, e a consequente carestia do custo de vida e a emigração, o que motivou a sua demissão do Ministério. Mais uma vez, a sua posição desassombrada e desligada de interesses particulares, pois era ditada unicamente pelo que considerava ser o melhor para os interesses do País, motivou o respeito, mesmo entre os seus oppositores. Em 1886, enquanto Ministro da Guerra, foi-lhe oferecida a obra “Apontamentos para a história da Escola do Exercito”, da qual viria a ser Director, revelador do apreço que lhe era dedicado por alguns dos seus mais proeminentes camaradas de armas (ANTUNES, 1886).

Tal evidência justificou por certo a sua elevação à Grandeza, como 1.º Conde de S. Januário, por decreto do rei D. Luís, de 27 de Abril de 1889, de quem foi ajudante de campo e membro do seu Conselho. Aliás a sua nomeação como Ministro e Secretário de Estado honorário ocorrida em 1888, que encerra o ciclo como homem público, exprime claramente a alta consideração em que era tido pelos diferentes poderes, fossem ou não affectos ao seu partido. A notável vida ao serviço do seu país encontra expressão, até nas coisas mais simples, como é o caso da colecção de cartões de visita que, ao longo da sua vida, inscrevem as funções, títulos ou cargos em cada momento por si desempenhados (Fig. 55).



Fig. 55 – Cartões de visita de S. Januário reveladores da diversidade de funções e responsabilidades assumidas ao longo de uma vida inteiramente dedicada à causa pública. Arquivo do Autor.

14 – Servidor da cultura e defensor da cidadania

A forma de estar de S. Januário perante a Sociedade do seu tempo, e não apenas junto das camadas cultas e detentoras do poder a que pertencia merece ser mais detalhadamente caracterizada. Linha condutora da sua actuação foi a permanente valorização do interesse científico e cultural das missões diplomáticas e de soberania de que foi encarregado ao longo da vida, como transparece largamente da sua actuação no Sudeste Asiático, no Extremo Oriente e na América do Sul, as quais resultaram sempre em benefício dos seus concidadãos, como exemplarmente é ilustrado pela exposição que promoveu na Associação dos Arqueólogos Portugueses, dedicada especialmente à população lisboeta.

Com efeito, em todas as acções em que esteve envolvido ou foi protagonista principal, transparece o cidadão preocupado em fazer elevar o nível cultural e da instrução da população, sem esquecer a vertente lúdica. Para além da exposição efectuada em 1880 na Associação dos Arqueólogos Portugueses, é exemplo desta mesma preocupação o impulso que se lhe deve na criação do Jardim Zoológico de Lisboa, inaugurado a 28 de Maio de 1884, encontrando-se o seu retrato ali exposto dado que foi o 1.º Presidente da Direcção da instituição, entre 1883 e 1884.

A componente cívica ou mesmo humanitária desta sua predisposição do espírito encontra ainda expressão significativa no facto de ter sido um dos fundadores da Sociedade Protectora dos Animais, em 1875.

Entre outras funções não remuneradas, destaca-se o exercício, ainda em 1900, da Presidência do Instituto de Socorros a Náufragos.

Em 1890 constituiu-se como uma das principais figuras da Subscrição Nacional para a Defesa do País, na sequência do Ultimato inglês. Tal comissão foi formada logo em finais de Janeiro de 1890, tendo S. Januário assumido o cargo de Presidente da Comissão Executiva, constituída a 7 de Fevereiro desse ano. O extraordinário movimento cívico que abrangeu todo o País, tocando por igual todas as classes sociais, estendeu-se às comunidades de súbditos portugueses espalhados pelo Mundo.

As actas da reunião popular no salão da Trindade, e das sessões Grande Comissão e da Comissão Executiva – da qual S. Januário foi Presidente, até ao final das funções por essa assumidas – acompanhadas de documentos anexos, foram publicadas na íntegra, em dois volumes, impressos na Imprensa Nacional. O exemplar que pertenceu a S. Januário com luxuosa encadernação, exhibe curta mas significativa dedicatória de El-Rei D. Carlos (Fig. 56) em agradecimento pelo notável e desinteressado trabalho desenvolvido por S. Januário. O primeiro volume integra as actas das sessões realizadas entre 23 de Janeiro de 1890 e 3 de Fevereiro de 1897 (N/A, 1897); o segundo volume corresponde às actas das sessões da Comissão Executiva – contas de receita e despesa, realizadas entre 3 de Fevereiro de 1897 e 3 de Maio de 1899 e documentação diversa, avultando a lista alfabética de todos os subscritores e respectivas quantias doadas para a Grande Subscrição Nacional para a defesa do País, geridas pela Comissão Executiva (N/A, 1899).

O valor alcançado da Subscrição Nacional foi de 538:626\$060 réis.

O capital foi aplicado da seguinte maneira:

- Construção de quatro navios oferecidos ao Estado para a sua defesa e serviço colonial: três canhoneiras (*Diogo Cão*, *Pedro d'Annaya*, e *Chaimite*) e um cruzador (*Adamastor*);
- Subsidiar a expedição de Manica, num momento crítico, em que os habitantes de Lourenço Marques solicitavam auxílio imediato à Subscrição Nacional (10:000\$000 réis).
- Subsidiar as missões ultramarinas e a benemérita sociedade da Cruz Vermelha.

A Comissão Executiva realizou, desde da sua constituição a 7 de Fevereiro de 1890 até 23 de Janeiro de 1899, 156 sessões, nas quais foram apresentados todos os programas e concursos para a construção de navios, e respectivos contratos estabelecidos.

Da consulta detalhada da extensíssima documentação publicada verifica-se que S. Januário presidiu a 90 daquelas sessões na qualidade de Presidente da Comissão Executiva:

1890 – presente em 23 sessões (1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 12, 13, 18, 20, 21, 24, 32, 33, 39, 41, 43, 44, 46, 47, 48);

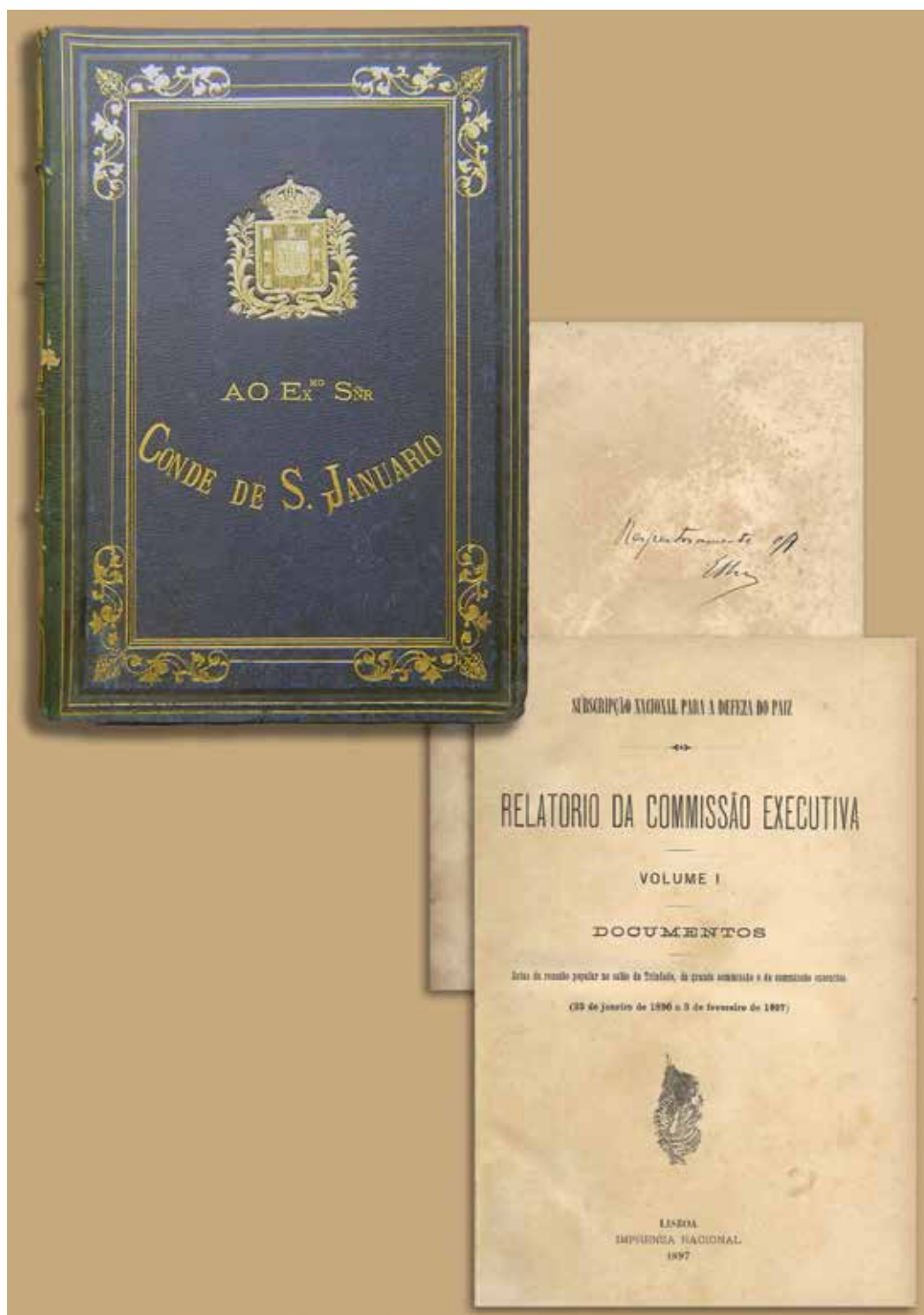


Fig. 56 – Primeiro dos dois volumes encadernados publicados pela Imprensa Nacional com a documentação relativa à subscrição publica nacional constituída em 1890 e oferecidos a S. Januário, na qualidade de Presidente da Comissão Executiva, por El-Rei D. Carlos, com dedicatória do monarca. Arquivo do Autor.

- 1891 – presente em 17 sessões (52, 54, 56, 58, 60, 65, 67, 69, 70, 71, 73, 75, 78, 80, 81, 82, 83);
- 1892 – presente em 12 sessões (85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 97, 98, 99, 100);
- 1893 – presente em 4 sessões (101, 102, 103, 104); (falta de comparência em várias sessões por se encontrar doente)
- 1894 – presente numa sessão (118);
- 1895 – presente em 5 sessões (121, 122, 124, 125, 126);
- 1896 – presente em 10 sessões (127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136);
- 1897 – presente em 14 sessões (137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151);
- 1898 – presente em 3 sessões (152, 154, 155);
- 1899 – presente numa sessão (156).

A seguir apresenta-se síntese das mais significativas decisões tomadas na vigência da Comissão Executiva e que culminou com a aquisição dos navios e outros objectivos enunciados logo no início da sua vigência.

A reunião preparatória realizada no Teatro da Trindade, de 23 de Janeiro de 1890 lançou as bases para a realização da Subscrição Nacional para a aquisição de meios marítimos de defesa nacional.

Após convocatória realizada pelos principais jornais da época, o Marquês de Pomares assumiu a presidência da reunião popular no salão que se encontrava repleto de cidadãos representantes de todas as classes sociais e trabalhadoras, conforme se regista na acta respectiva.

Para secretários foram nomeados Fernando Pedroso, Sebastião de Magalhães Lima, Antonio Xavier de Almeida Pinheiro e Manuel d’Assumpção.

O principal motivo da reunião era o de promover uma Subscrição Nacional a fim de o seu produto ser aplicado na defesa nacional. As suas deliberações seriam “inspiradas pelo mais puro patriotismo e á altura da grave injustiça feita pela poderosa Inglaterra ao brioso povo portuguez” (p. 1).

Os diversos oradores expuseram os motivos que motivaram a reunião e que se consubstanciavam numa simples razão: reacção de protesto ao *ultimatum* inglês de 11 de Janeiro de 1890.

Nesta sessão intervieram Eduardo Abreu, Avelino Monteiro, Brito Aranha (redactor principal do “Diário de Notícias”), Christovão Ayres (“Jornal do Comércio”), Luiz Dine, Santos Junior, Carlos Ferreira e Julio de Andrade.

Todos se associaram às manifestações de protesto contra os procedimentos da Grã-Bretanha e à urgência de reforço da marinha de guerra portuguesa, através da obtenção de meios materiais de defesa, consubstanciados em navios e armamento, não só para a defesa da nação mas também para o serviço das colónias.

Desta reunião saiu a proposta da formação de uma grande comissão de subscrição nacional a favor da defesa do País, porque “todos pediam armas e navios, mas para isto era preciso dinheiro e homens que soubessem administrar e empregar esse dinheiro” (p. 1). Numa extensa lista de vogais, aprovada por unanimidade, para a formação desta grande comissão de subscrição pública, encontram-se elementos de todos os partidos, cujo principal elemento de união era o patriotismo, da qual o nome do Conde de S. Januário fazia parte. A Acta da primeira sessão da Grande Comissão da Subscrição Nacional realizada a 27 de Janeiro de 1890, na Sociedade de Geografia regista que foram reconduzidos o presidente da Comissão, Marquês de Pomares e os secretários Fernando Pedroso e Sebastião de Magalhães Lima. Para vice-presidente da Comissão Executiva foi eleito o Duque de Palmela. Foi proposta, e aprovados por aclamação, a seguinte lista para a Comissão Executiva: Marquez da Praia e de Monforte, José Maria Latino Coelho, José Baptista de Andrade, Fernando Pedroso, José Gregorio da Rosa Araujo, Barão de Salgado Zenha, Sebastião de Magalhães Lima, Conde de S. Januário, Marquez de Rio Maior, Visconde da Azarujinha, Luciano Cordeiro, José Martinho da Silva Guimarães.

Na segunda sessão da Grande Comissão de subscrição nacional, realizada a 5 de Fevereiro de 1890 na Sociedade de Geografia o Marquês de Rio Maior, Antonio do Nascimento Pereira Sampaio, José Baptista de Andrade e Luciano Cordeiro, declaram que não podiam aceitar os cargos de vogais da Comissão Executiva para que tinham sido eleitos na sessão anterior.

Eduardo Abreu insiste sobre a urgência da constituição definitiva de uma Comissão Executiva, fazendo lembrar que por toda a parte do País se abriam subscrições para a defesa nacional, e que era necessário canalizar os esforços e encaminhar os donativos para o mesmo cofre e gerência. Deliberou-se então que a Comissão Executiva brevemente apresentaria à Grande Comissão proposta para a aplicação das somas recebidas, logo que fosse possível calcular a soma da subscrição, e executa-la.

Assim, as actas seguintes dizem exclusivamente respeito ao trabalho da Comissão Executiva. Na 1.^a sessão, realizada a 7 de Fevereiro de 1890 na Sociedade de Geografia foi eleita e aprovada por aclamação a seguinte lista para a Comissão Executiva:

Presidente, conde de S. Januário; Vice-presidentes, Carlos Zeferino Pinto Coelho e Francisco Maria da Cunha; Secretários, Joaquim Teófilo Braga, Eduardo Abreu, Fernando Caldeira e Rodrigues da Costa; Thesoureiro, Marquês da Praia e de Monforte.

A eleição de S. Januário para Presidente da Comissão Executiva foi seguida do cumprimento escrupuloso, por parte deste, das suas obrigações, no decurso dos 10 anos subsequentes à sua eleição, como se conclui pela sua assídua presença às reuniões, por si presididas, conforme acima se indicou.

Na 2.^a sessão, realizada a 8 de Fevereiro de 1890, foi anunciada a contribuição para a Subscrição Nacional de sua Majestade El-Rei com 40:000\$000 reis, Sua Majestade a Rainha D. Maria Pia com 20:000\$000 reis, e o Senhor Infante D. Affonso com 5:000\$000 reis. O

director da escola de torpedos, João Maria Esteves de Freitas, anunciou a doação de um dia do seu respectivo soldo, de cada mês, durante um ano. O Sr. Fernando Palha entregou á mesa 1:000\$000 reis.

Na 4.^a sessão, realizada a 13 de Fevereiro de 1890, foi discutida e assegurada a continuação da missão e dos trabalhos da Grande Comissão, bem como da Comissão Executiva: “Todos estavam de acordo com a boa doutrina de que ninguém se podia substituir ao Estado para decidir e determinar como, quando e de que maneira se faria a defeza do paiz, mas que também estavam todos de acordo em serem fieis á missão com que tinham sido honrados pela grande comissão, de nada decidirem sobre o emprego do dinheiro da subscrição sem a mesma comissão ser ouvida.” (p. 63)

Na 5.^a sessão, realizada a 19 de Fevereiro de 1890, foi apresentado o projecto do manifesto ao país, redigido pelo vogal António Enes, que vale a pena transcrever em larga extensão, pois dá bem nota do estado de espírito então partilhado pela generalidade dos Portuguezes, ao mesmo tempo que clarifica o propósito da Comissão constituída para a angariação dos fundos.

“GRANDE SUBSCRIÇÃO NACIONAL.

Aos portuguezes.

Seculos de alliança e amizade, a que fomos tão leaes que parecemos submissos, não obstaram a que a Gran-Bretanha, uma vez que o nosso direito resistiu ao seu interesse e o nosso brio lhe contrariou a soberba, passasse por cima de nós e dos tratados com a arrogância desdenhosa com que um dos seus couraçados meteria a pique a piroga dos selvagens, que se lhe atravessasse na proa. A enormidade da afronta imerecida, o atentado prepotente contra *direitos históricos*, remotos sim, mas que se ganhavam balisando mares desconhecidos com destroços de naufrágios e riscando veredas nos sertões com sangue de heroes e martyres, uniram as vozes de todos os protuguezes n’um protesto veemente e levantaram-lhes os braços n’um frenesi de defeza. (...) Iniciaram-se por toda a parte, n’uma espantanea porfia de generosidade, *subscrições para a defeza nacional*.

Estas *subscrições* não são um socorro ao Estado, são um manifesto do paiz. O estado tem rendas e tem credito para prover á possível segurança do territorio portuguez; mas o espirito nacional desejou que as armas que se forjassem e as muralhas que se erigissem por voto de desagravo, não tivessem o sêllo de fisco, que é a imposição, nem o carimbo do empréstimo, que é o negocio, antes fossem marcadas com um brazão de amor pátrio, que recordasse sempre, aos soldados que as brandissem e aos cidadãos que as guarnecessem, que estava ali com eles, a alentar-lhes o esforço e agradecer-lhes o sacrificio, a alma heróica da nação. (...)

Para obviar á dispersão de meios e á multiplicidade de fins, um comicio popular, reunido em Lisboa, nomeou uma grande comissão, que depois delegou o seu mandato nos signatários d'este appello (constituindo-os em comissão executiva); (...) a comissão (...) apenas lhes oferece um cofre comum em que depositem, querendo, as receitas que colherem, como apenas lhes propõe que as quantias que assim se somarem tenham uma aplicação comum, proporcionada á sua importância e a mais accommodada ás intenções dos subscriptores e ás necessidades da segurança patria. É impossível escolher desde já essa aplicação, porque é também impossível calcular o produto dos donativos. (...) Assim, a subscrição será nacional desde a sua iniciativa até ao emprego do seu producto. (...) A iniciativa particular, em summa, não há de ser admitida unicamente a dar; há de também gerir, fiscalisar e empregar o que espontaneamente tiver dado. (...)

As listas das subscrições serão directamente publicadas pela imprensa periódica; as quantias subscriptas serão arrecadadas, até serem applicadas, pelo tesoureiro da comissão, o sr. marquez da Praia e de Monforte.” (p. 68 e 69)

Nas sessões seguintes havidas a 20 e 22 de Fevereiro e 3 de Maio de 1890, continuou a dar-se público conhecimento das quantias recebidas por parte de diversas entidades, tanto públicas como particulares, avultando entre as primeiras as Câmaras Municipais e, entre as segundas cidadãos que decidiam oferecer o produto do seu trabalho.

Importa sublinhar que, na 39.^a sessão da Comissão Executiva, presidida por S. Januário e realizada no Teatro D. Maria II, a 17 de Setembro do dito ano, foi aprovada exposição a ser remetida ao Presidente da Câmara dos Deputados, rejeitando os termos do tratado luso-britânico de 20 de Agosto de 1890, elaborado na sequência do *ultimatum* de 11 de janeiro de 1890, por ferir “legítimos interesses portuguezes e esmagar as mais nobres aspirações da nossa pátria.” Contudo, o referido tratado foi aprovado, como seria de esperar, pois caso contrário, as consequências de ordem internacional seriam desastrosas para o nosso país. A subscrição pública estendeu-se entretanto aos territórios ultramarinos, como se regista na acta de 27 de Agosto de 1890.

Na 46.^a sessão (extraordinária), realizada a 13 de Dezembro de 1890 foi apresentado um telegrama de Lourenço Marques com pedido de auxílio monetário, a retirar do fundo da subscrição nacional, para a defesa da colónia, para armar e equipar voluntários. Logo no dia seguinte, com base em proposta apresentada pelo Presidente da Comissão Executiva, S. Januário, foi aprovada a entrega de 10:000\$000 réis para socorrer Lourenço Marques. A questão do destino a dar aos fundos arrecadados foi objecto de diversas considerações por parte de S. Januário. Assim, na 65.^a sessão, realizada a 29 de Abril de 1891, ficou registado na acta que “o sr. conde de S. Januario entende que a sub-comissão, que tem de dar parecer acerca dos diversos alvitres apresentados para a applicação da subscrição nacional,

tem já formulado o seu juízo, mas que entende dever sustentar qualquer resolução enquanto se não visse qual o aspecto que toma a questão inglesa.” (p. 357).

Sobre a referida questão registaram-se diversas propostas, destacando-se a do então Major Serpa Pinto que, na 70.^a sessão, realizada a 17 de Junho de 1891 propôs fosse reservada verba para a defesa terrestre da província de Moçambique, deduzindo da sua totalidade 10% para a sociedade da Cruz Vermelha.

A questão era de difícil resolução, pois era objectivamente impossível dar resposta que satisfizesse a todos os proponentes, tão diversos eram os objectivos a contemplar. Esta constatação foi resumida de forma concludente por S. Januário, que assumiu a responsabilidade da proposta apresentada à 71.^a sessão, realizada a 1 de Julho de 1891: verificando que havia “uniformidade nos desejos patrióticos de todos e apenas a divergência era nas conclusões.” (p. 376), em documento apresentado da Sub-comissão para o destino a dar à quantia reunida na subscrição nacional propõe-se o seguinte:

“A sub-comissão encarregada de estudar os alvites sobre a applicação da subscrição nacional, e de escolher, recommendar ou propor aquelle que mais se approxime de todos os intuitos dos generosos subscriptores, o que mais possa conciliar os desejos dos srs. vogaes da commissão executiva e attrahir com mais sympathia a decisão final da grande commissão, poupando-a a questão e discussões, que demorem, adiem ou prejudiquem o fim pratico do nosso mandato, com sentimento declara que é absolutamente impossivel atingir esse bello resultado, isto é, por melhor que fosse o alvitre escolhido, surgiriam reparos e não faltariam protestos. Está isto na natureza das cousas; e no caso presente em que o problema a resolver joga com as aspirações de alguns milhares de subscriptores portuguezes e com tantas opiniões e alvites quantos os vogaes da commissão, poucos todavia reflexionam na índole especial da nossa missão, que é limitada; poucos atendem ás forças da subscrição que é modesta; poucos, finalmente, pensam nas responsabilidades que todos nós deveras tomâmos a peito, que é – mostrar a todos os subscriptores do continente, ilhas, ultramar e Brazil, onde, como e de que maneira foram integralmente applicadas as quantias que se dignaram confiar á nossa guarda e administração.

A commissão executiva há de publicar o relatório geral e final de todos os seus trabalhos, desde a sua constituição até ao momento de apresentar e entregar competentemente o elemento de defeza nacional a que tiver chegado o donativo dos subscriptores. (...)

Arrecadadas todas estas quantias, o que a commissão espera conseguir, a subscrição – capital e juros – fechará talvez com 430:000\$000 réis. E tendo já sido applicados 10:000\$000 réis, como subsidio á expedição dos voluntários de Lourenço Marques, ficarão 420:000\$000 réis, com que podemos contar para serem applicados a favor da defeza nacional. (...)

A commissão executiva da subscrição nacional não constitue uma collectividade de existencia permanente. Tem de dar por terminados os seus trabalhos, dizendo por escripto e em documento publico, como e aonde foram empregados até ao ultimo real, as sommas recolhidas. (...)

Temos, pois, a honra de propor:

- 1.º Que sejam applicados 400:000\$000 réis á compra de um vapor transporte e de uma ou duas canhoneiras de guerra.
- 2.º Que consultado o governo sobre se aceita este offercimento em nome da nação, se digne tambem dizer qual o typo do transporte e da canhoneira ou canhoneiras que dentro d'aquella verba prefere e precisa para o serviço colonial.
- 3.º Que a construcção dos navios prontos a navegarem e a entrarem no Tejo n'um mesmo dia, ainda á ordem da commissão executiva, mas com auctorisação e de accordo com o governo, seja dada por concurso fiscalizado em todas as suas clausulas e pormenores pela commissão executiva, e pelo vogal ou vogaes da grande commissão que quizerem associar-se a este trabalho, e mesmo por qualquer subscriptor ou subscriptores portuguezes.
- 4.º Que tanto no transporte como na canhoneira ou canhoneiras haja um lugar de honra, onde esteja archivado o relatório, em edição especial, dos trabalhos da commissão, acompanhado de todos os documentos, lista dos subscriptores e quantias que entregaram á mesma commissão a favor da defeza nacional.
- 5.º Que os nomes dos navios sejam escolhidos e dados pela commissão.
- 6.º Que sejam entregues ao governo, em acto solemne e publico, pela grande commissão da subscrição nacional.

Do saldo excedente a 400:000\$000 réis, ou 30:000\$000 réis, deduzidos os 10:000\$000 réis já enviados para Lourenço Marques, e deduzidas tambem as indispensaveis e rigorosas despesas de expediente desde que a commissão se constituiu até ao momento de entregar os navios aos poderes competentes, e quebras que porventura possam existir pela falta da entrega de alguma ou algumas subscrições, o que tudo constará do relatório, propomos que seja applicado para uma missão religiosa em Africa 4/5 d'esse saldo, e que 1/5 restante seja offercido á sociedade portugueza da Cruz Vermelha.

Sala das sessões da commissão executiva no edificio do theatro de D. Maria II, 29 de junho de 1891 – A sub-commissão: *Conde de S. Januario = Marquez de Pomares = Duque de Palmella = Theophilo Braga = Eduardo Abreu.*” (p. 378 a 385)

Este documento veio resolver em tempo útil a questão da applicação a dar aos fundo da subscrição, permitindo a partir dessa data dar início ao processo de adjudicação dos navios e outros equipamentos cuja aquisição havia sido contemplada.

Contudo, apesar do prestígio dos membros que integravam aquella sub-commissão, tornava-se necessária a aprovação pela Grande Commissão da referida proposta; na Assembleia Geral de 15 de Julho de 1891, “após longo debate, 58 vogaes approvaran e 19 rejeitaram as conclusões do parecer da sub-commissão, com uma emenda apresentada pelo vogal sr. Ferreira de Almeida.” (p. 404) A emenda apresentada e aprovada foi a seguinte:

“Proponho que em substituição dos §§ 1.º e 2.º do parecer da sub-commissão, que os 400:000\$000 réis, que se destinam á compra de um transporte e canhoneiras, accrescido

com os valores que se arrecadarem além dos 420:000\$000 réis que conta realizar a comissão, seja applicado de preferência á aquisição de um cruzador de não menos de 2:000 toneladas e de andamento não inferior a 16 milhas.” (p. 405)

Estava assim aberta a via para a aquisição do *Adamastor*, objectivo que passou a ser um dos motivos principais das decisões ulteriormente tomadas pela Comissão Executiva.

Assim, logo na 78.^a sessão ralizada a 6 de Outubro de 1891 foi ouvida a opinião favorável dos officiais da marinha que estavam presentes sobre a aquisição de um futuro cruzador, e formada uma comissão técnica encarregada de saber se era possível obter o cruzador com a soma recolhida, constituída por Ivens, Costa Cabral, Pereira Sampaio e Ferreira de Almeida, a qual, na 86.^a sessão a 10 de Fevereiro de 1892 apresentou o respectivo relatório (p. 440 a p. 457).

Entretanto, logo na 87.^a sessão, realizada a 17 de Fevereiro de 1892, o Ministro da Marinha informou a situação precária da Marinha de Guerra, pelo que a oferta de um navio seria imediatamente aceite pelo Governo, e que este tinha armamento disponível para o equipar. Esta informação era crucial para o bom andamento do processo de aquisição do cruzador. Assim, na 118.^a sessão, realizada mais de dois anos depois daquela informação, a 30 de Junho de 1894, foram abertas as cinco propostas recebidas para a construção de cruzador, as quais foram remetidas para a Comissão Técnica. Após vários meses de apreciação por parte desta, foi aprovado o respectivo relatório e adjudicada a proposta da casa Fratelli Orlando (p. 688 a 708), na 121.^a sessão, realizada a 1 de Março de 1895. Nessa mesma sessão, autorizou-se a entrega à sociedade da Cruz Vermelha a quantia de 2:745\$249 réis. Foi decidido dar o nome *Adamastor* ao cruzador, na 123.^a sessão realizada a 5 de Abril de 1895, por proposta do médico e lente de Medicina Dr. Sousa Martins. Pouco depois, a 124.^a sessão realizada a 14 de Outubro de 1895 dá conta da conclusão de duas lanchas canhoneiras cuja construção tinha sido também aprovada, a *Diogo Cão* e a *Pedro de Annaya*. A estas duas, pretendia-se somar uma nova canhoneira, tendo a Comissão na sua 135.^a sessão realizada a 2 de Dezembro de 1896 tomado conhecimento de que a 9 de Outubro foi assinado o contrato para a sua construção pelo preço de 70:450\$000 réis, que foram pagos em seis prestações e com o prazo de construção de dez meses.

No ano seguinte, na 139.^a sessão realizada a 12 de Abril de 1897 ficou assente que o prazo de entrega do cruzador seria 2 de Maio; porém, em virtude de uma greve, o prazo foi alargado para fins de Maio ou princípios de Junho, fazendo-o depois seguir para Lisboa onde seria entregue ao Estado.

A forma como seria conduzida a entrega do navio ficou definida na 141.^a sessão realizada a 21 de Abril de 1897, tendo sido nomeado Ferreira do Amaral, para comandante do *Adamastor* até à entrega do mesmo ao Governo, cujos pormenores foram aprovados na 150.^a sessão realizada a 1 de Julho de 1897, tendo o navio entrado na barra do Tejo a 7 de Agosto de 1897. Transcreve-se do Jornal Diário de Notícias, de 8 de Agosto de 1897 a notícia desta chegada triunfal:

“Era meio dia em ponto quando largou da ponte do Caes do Sodré o vapor *Victoria*, onde ia a comissão executiva da subscrição nacional, tendo pouco antes largado o *Frederico Guilherme*, com os socios da sociedade de geographia, e o *Rio Tejo*, que fôra alugado para 70 passageiros.

Da ponte do Terreiro do Paço, largaram, pouco mais ou menos á mesma hora, os vapores *D. Carlos*, fretado pela associação commercial, e o *D. Amelia*.

Alem dos vapores *Isaura*, alugado por uma família brasileira, do *Furão*, e do *Machado*, muitos outros barcos tomaram parte no cortejo fluvial, indo vistosamente embandeirados. Tambem tomaram parte da flotilha os vapores da alfandega, *Marianno de Carvalho*, e do arsenal, *Operario* e o *Cabinda*.

Os vapores que levavam mais gente eram o *D. Carlos*, que ia apinhado, e o *Rio Tejo*.

A bordo do *Victoria* tocava a banda de infantaria n.º 7.

(...) Toda a flotilha deslisou Tejo abaixo, indo juntar-se em Paço d’Arcos, aguardando ahi o *Adamastor* para o acompanharem até á amarração.

Entrada do cruzador

Quando chegou o famoso *Adamastor* passou ovante por entre eles. Na tolda, estava formada toda a guarnição. O commandante, sr. conselheiro Ferreira do Amaral, de oculo em punho, na ponte, correspondia ás constantes acclamações de que era alvo: Viva a patria! viva a marinha portugueza! viva a comissão da subscrição nacional! E milhares de lenços, agitados com delírio, sublinhavam o entusiasmo que se apossára de todos.

O *Adamastor* diminuiu o andamento, e, ao som do hymno nacional e da *Portuguesa*, veiu singrando entre cento e tantas embarcações, todas embandeiradas.

Em frente da Cruz Quebrada, o formoso barco de guerra suspendeu a marcha. (...)

Em Algés, queimaram-se muitos foguetes, quando por ali passou o barco.

Ás duas horas e um quarto da tarde passou o *Adamastor* em frente da torre de Belem, salvando com vinte e um tiros.

A fortaleza correspondeu, e n’umas pedreiras em exploração proximo do Lazareto, tambem se ouviu uma salva de vinte e um tiros de dynamite.

O cruzador fundeou proximo das tres horas da tarde, levantando-se n’essa occasião enthu-siasticos vivas de bordo dos vapores e dos outros barcos que o rodeavam.” (p.149)

Era imponente o aspecto que oferecia a margem norte do Tejo por occasião da passagem da flotilha. Do caes do Sodré a Belem e d’ali a Paço d’Arcos, em todos os sítios onde era fácil o acesso viam-se enormes grupos de pessoas produzindo um effeito verdadeiramente pittoresco.

Logo que o *Adamastor* amarrou á boia, saíram do *Victoria* para bordo do cruzador os srs. duque de Palmella, marquez da Praia e dr. Eduardo Abreu, a fim de entregarem a mensagem ao illustre commandante, e de cumprimentarem os seus colegas Rodrigues da Costa, Sarrea Prado e Mattoso dos Santos, assim como toda a illustre officialidade do navio e toda a tripulação. (...).

A entrega pelos construtores da nova canhoneira *Chaimite* (casa construtora H. Parry & Son) foi registada na acta da 154.^a sessão realizada a 27 de Outubro de 1898. A *Chaimite* foi objecto de entrega oficial ao Governo, na pessoa do Ministro da Marinha, a 14 de Novembro de 1898 (p. 298), encerrando-se assim o longo processo de aquisição de navios de guerra para prover a defesa das possessões ultramarinas portuguesas.

*** **

A última sessão da Grande Comissão e da Comissão Executiva realizada a 23 de Janeiro de 1899 – tratou-se da 156.^a sessão, nove anos depois da primeira reunião popular no salão Trindade – teve por objectivo formalizar oficialmente o encerramento dos trabalhos, com a apresentação de contas e documentos anexos.

Assim, verifica-se que, feito o Balanço Geral da Subscrição Nacional, foram apurados os seguintes resultados:

Receita total – 538:626\$060 réis;

Despesa:

- Ordenados e despesas diversas – 12:837\$145 réis;
- Donativos á expedição de Manica, Missões e Cruz Vermelha – 24:995\$250 réis;
- Subsídios a diversos – 5:778\$135 réis;
- Despesa do fiscal engenheiro Cardile – 112\$815 réis;
- Preço das canhoneiras *Diogo Cão* e *Pedro d'Annaya* – 33:600\$000 réis;
- Preço da canhoneira *Chaimite* – 70:450\$000 réis;
- Despesa idem extra contrato – 2:728\$540 réis;
- Transferência para Londres, para a construção do *Adamastor* – 378:883\$480 réis;
- Corretagem de uma transferência – 68\$145 réis;
- Despesas com o seguro e imposto do *Adamastor* – 2:555\$465 réis;
- Saldo existente para o Estado – 6:617\$085 réis.

É interessante verificar que a despesa com a construção da canhoneira *Chaimite*, que inicialmente não tinha sido prevista, ascendeu a mais do dobro das duas outras canhoneiras. Crê-se que a decisão da sua construção resultou do excedente de tesouraria disponível, cuja aplicação imediata se impunha, tendo a sua construção sido realizada nos estaleiros da Parry & Son, em Cacilhas.

Da análise do conjunto da documentação publicada e da marcha dos acontecimentos detalhadamente registados nas actas, logo publicadas na íntegra, ressalta a regularidade das reuniões nos primeiros anos da existência da Comissão Executiva, o que denota entusiasmo e empenho de todos os intervenientes na causa da Grande Subscrição Nacional, evidenciando o espirito patriótico que se vivia na época. As reuniões tornaram-se depois mais esparsas, em consequência dos próprios tempos necessários para a apreciação das propostas recebidas e, finalmente, depois de identificadas as firmas construtoras, limitando-se a chamar a si a recepção dos navios adjudicados e a sua entrega oficial ao Governo, destacando-se, naturalmente, as cerimónias relativas à chegada do *Adamastor*.

Eco do reconhecimento do esforço desenvolvido por S. Januário nesta como em todas as outras missões de interesse nacional que ao logo da sua vida desinteressadamente, mas sempre com o seu conhecido empenho e energia aceitou assumir, é a extensa notícia, ocupando toda a primeira página e seguintes, publicada no hebdomadário “A Semana de Lisboa”, a 6 de Agosto de 1893, quando S. Januário prosseguia esta sua difícil missão patriótica, sem publicidade e sem espavento (Fig. 57). A notícia, assinada por Bento da França descreve, de forma sintética mas objectiva e rigorosa as muitas missões de que foi encarregue, sublinhando o justo reconhecimento público face aos resultados obtidos pelas mesmas, terminando, significativamente, do seguinte modo:

“De todas as mercês honoríficas, ainda assim, nenhuma vale mais do que o conceito público, em que é tido, de homem de probidade inconcussa e character respeitável”.

De facto, era esse o sentimento público que S. Januário despertava de forma generalizada, entre todos, incluindo opositores da sua família política.

Esta incumbência exigente, difícil e complexa, que se estendeu por nove longos anos de trabalhos árduos, foi aceite pelo já então Conde de São Januário com o mesmo espírito cívico e de missão demonstrado em todas as anteriores iniciativas em que esteve envolvido, saldando-se, de novo, por notável sucesso. Revelou-se assim, uma vez mais, o seu carácter generoso: não obstante a imensidade de tarefas que o assoberbavam, disponibilizou o seu tempo e sabedoria em prol do interesse da Pátria, ao longo de anos, sujeitando-se voluntaria e desinteressadamente ao escrutínio da opinião pública, tantas vezes mesquinha e ingrata. Era a figura do Patriota empenhado que, mais uma vez, se impôs, despretensiosamente, à consideração dos seus concidadãos, que avaliaram o seu desempenho não pelas belas intenções, mas pelos resultados concretamente obtidos.

Podemos entrever no epílogo desta missão, que ocupou praticamente a última década da sua vida, a satisfação interior e o sentimento de genuíno patriotismo com que, a 14 de Abril de 1897, ainda a Comissão Executiva se encontrava em actividade, recebeu o *Adamastor*, na sua chegada triunfal ao porto de Lisboa. Note-se que, no mesmo local, oito meses depois, teve a também grande alegria de receber o herói africano Mouzinho de Albuquerque, aquando do seu desembarque triunfal em Lisboa. Fotografia até ao presente inédita, acima reproduzida (ver Fig. 16) mostra-o, garboso, ladeando o herói africano, na qualidade de General Comandante da 1.^a Divisão Militar.

A Semana de Lisboa

Suplemento do Jornal do Commercio

DIRECTOR — ALBERTO BRAGA

N.º 32

Domingo 6 de agosto

1893



CONDE DE S. JANUARIO



CONVIDADO para bosquejar na *Semana de Lisboa* a vida e meritos do illustre personagem, cujo medalhão é hoje dado á estampa n'este hebdomadario, hesitámos em acceder ao honroso convite. Não nos parecia d'equidade que a nossa humilde assignatura firmasse escriptos ao par de nomes laureados, taes como os que nos precederam em outras biographias; accommettia-nos o receio de virmos a ser taxado de louvaminheiro, quando é certo que podemos laborar em erro de criterio, mas somos por completo avêssos a incensar quem quer que seja.

No pendor do desfallecimento, a que anda atreito o nosso animo, e mercê da tristeza de vêr, dia a dia, desfeitos os nossos levantados ideaes, estávamos decididos a pedir escusa da incumbencia.

Uma reacção subita, porém, se operou em nós ao pensarmos em que se não podia, se não devia, perder qualquer ensejo de, publicamente e bem alto, prestar

culto á inteireza de character e ao merito, affastar desdenhosamente insinuações, que mais conspurcam quem n'as faz do que aquelles que são alvo da sua peçonha.

Entregue a esta corrente de idéas, occorreu-nos o pensamento ironico, que François Coppé escreveu algures *sa consciencia, como as lutas da Suecia, usa-se tambem suja* e francamente, sentimos pruidos de mostrar que o guante pôde descalçar-se sem desdouro, da mesma sorte que o intimo tribunal deve sempre de andar desencardido.

Antes de travar da penna, lavámos bem as mãos, para depois as mettermos na consciencia.

Não dispomos para esse fim de sabonetes aromaticos, mas — que importa? — temos aqui perto sabão que, apesar de não ser perfumado, lava a roupa branca, que nos cobre mais de perto o coração.

Hoje, e ainda mal, procuram muitos assançar-se, cobrir de mentirosos ouropeis a chateza do seu valor mesquinho. E o que resulta d'aqui? É que brilham d'un luzimento ephémero, qual flôr, cortada á haste que lhe fornece a seiva, vicejam dias em jarra opulenta, para depois se deixarem estiolar, murchar, apodrecer! E o peor não é que se percam as actividades d'alguns, os seus esforços são em beneficio da communnidade, o mais damnoso é que os miasmas da corrupção attingem o ambiente que todos respiramos, espalham a desconfiança, o desnorqueamento e a enervação, roubam a um povo masculo a fé, confiscam-lhe a esperança, atropellam a justiça!

Não pôde ser, urge que mais do que o verdete das lentijoulas e guizos, a envenenar-nos, mais do que o pó das colgaduras, por escovar, a suffocar-nos, se extreme o trigo do joio, se erga ovante o culto da justiça para os que bem merecem da patria. Façamos propaganda do sentir do immortal Camões:

Caminho da virtude, alto e fragoso,
Mas, no fim, doce, alegre e delizioso.

Da mesma sorte que o desditoso e indigente procura na embriaguez o esquecimento dos seus infortunios, muitos de nós buscamos nos prazeres e nas ostentações o olvido da nossa miseria moral. É preciso

Fig. 57 – Primeira página do hebdomadário “A Semana de Lisboa”, de 6 de Agosto de 1893, dedicada a S. Januário, quando prosseguia em pleno a sua acção como Presidente da Comissão Executiva da subscrição pública nacional. Hemeroteca Municipal online.

15 – O fim de uma vida dedicada ao serviço do País

Aquando do seu passamento, foi a sua perda muito sentida no seio das diversas agremiações a que pertencera, especialmente por parte daqueles que com ele privaram mais de perto, ou das instituições que serviu, como acima se referiu (Fig. 58).

El-Rei D. Carlos manifestou-lhe então, pela uma última vez, o alto apreço que detinha por aquele que fora seu fiel servidor e de seu Pai enviando coches que se integraram no cortejo fúnebre, como noticiam vários jornais.

Algumas dessas notícias merecem destaque. A prestigiada revista “Occidente” publicou na primeira página da edição de 10 de Junho de 1901, um dos raros retratos de S. Januário em traje civil (Fig. 59).

Também a revista “Brasil-Portugal”, na edição de 1 de Junho de 1901 lhe dedicou outra notícia (Fig. 60) entre muitas outras de teor semelhante, como a do Jornal “O Dia”, 28 de Maio de 1901, que publicou uma síntese da sua vida ao serviço do País, aludindo as missões mais relevantes que protagonizou:

“Terminou a sua longa agonia, pouco depois da meia-noite de hontem, o sr. Conde de S. Januario, rodeado de sua esposa e mais algumas pessoas de familia, na sua quinta da Terrugem, exactamente na terra que lhe foi berço”. Representou Portugal nas Américas e no Oriente com dignidade. O Conde de S. Januário, 1.º barão e 1.º Visconde do mesmo Título, Januario Corrêa de Almeida, general de divisão do quadro auxiliar era natural de Paço de Arcos onde nascera em 1827. Foi Governador-Geral de Cabo Verde, do Estado da



Fig. 58 – Pagela impressa por ocasião das cerimónias fúnebres de S. Januário. Arquivo do Autor.

Índia e de Macau e Timor, Governador civil do Distrito de Braga, Funchal e do Porto, Comissário régio em Vila Real, Diretor das obras publicas nos distritos de Viana e Braga; Ministro plenipotenciário na China, Japão e Sião, e depois em Missão diplomática especial às repúblicas da América do sul, onde celebrou vários tratados de amizade e navegação. Pouco depois de 1880 foi-lhe oferecido pelo chefe do gabinete do partido progressista, conselheiro Anselmo Braamcamp, a pasta dos negócios da Marinha e Ultramar; foi Ministro da Guerra em 1886 e comandante da 1.^a divisão militar. Na sua missão diplomática às Repúblicas sul-americanas, ao atravessar a cordilheira dos Andes sofreu a primeira congestão cerebral ficando inutilizado até à morte. Era titular do conselho de

OCCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

Preço da assignatura	Anno — 36 n.º	Semest. — 18 n.º	Trim. — 9 n.º	N.º à carteira
Portugal (franco de posto, m. tarte)	18000	12000	8000	4250
Posseções ultramarinas (idem)	18000	12000	8000	4250
Estrang. (taxa geral das correios)	18000	12000	8000	4250

24.º Anno — XXIV Volume — N.º 808

10 DE JUNHO DE 1901

Redacção — Atelier de gravura — Administração
Lição, L. do Príncipe Real, entrada pela T. do Oramento de Jesus, 4
 OFFICINA DE IMPRESSÃO — RUA DOA DO LAVAREDO, 21 e 23
 Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados
 do seu importe, e dirigidos á administração da Imprensa do Oc-
 cidente, sem o que não serão attendidos. — Redtor responsavel
 CASTAN ALBERTO DA SILVA.

AS NOSSAS GRAVURAS

CONDE DE S. JANUARIO



CONDE DE S. JANUARIO
FALLECIDO EM 27 DE MAIO DE 1901

Depois da prolongada doença, que desde ha
 bastantes mezes vinha assustando a familia e os
 amigos, falleceu em Paço d'Arcos, terra da sua
 naturalidade, o antigo ministro da guerra e da ma-
 rinha, Conde de S. Januario.

Tendo nascido em 1827, contava portanto 74
 annos de idade, mas ainda demonstrava uma
 grande robustez.

Januario Correia d'Almeida era bacharel em
 mathematica pela Universidade de Coimbra, onde
 foi estudante distincto. Seguiu depois o curso de
 estado maior, em cujo corpo esteve até obter o
 posto de general, passando depois para o quadro
 auxiliar.

Em 1880 foi nomeado membro da camara alta
 e pouco depois foi chamado pela primeira vez aos
 conselhos da coroa pelo então presidente do gabi-
 nete progressista, Amelino Braamcamp. Encar-
 regou-se da pasta da marinha e exerceu com dis-
 tincção o lugar, tomando muitas medidas favora-
 veis ao desenvolvimento das colonias, que perfeitamente
 conhecia, tendo n'ellas desempenhado
 commoções importantissimas, tizes como as de
 governador geral de Cabo Verde, do Estado da
 India e de Macão e Timor.

Foi tambem governador do districto de Braga,
 do Funchal e do Porto.

Nos districtos de Vienna e Braga esteve servindo
 como director das obras publicas.

Esteve na China, Sido e Japão como ministro
 plenipotenciario de Portugal e nas republicas da
 America do Sul esteve tambem em missão diplo-
 matica. De volta á patria publicou o seu livro:
 «Missão do Visconde de S. Januario nas republi-
 cas da America do Sul, comprehendendo a descri-
 ção das republicas de Paraguay, Uruguay, Ar-
 gentina, Bolivia, Perú, Chile e Mexico.»

Era pois muito grande e importante a sua folha
 de serviços.

O Conde de S. Januario era conselheiro de es-
 tado, presidente honorario da Sociedade de Geo-
 graphia e da Real Associação dos Architectos Ci-
 vis e Archeologos Portuguezes, socio da Acade-
 mia Real das Sciencias de Lisboa e da Sociedade
 Academica Indo-china, ajudante de campo de
 Sua Magestade e possuidor de muitas gran-
 cruzes nacionaes e estrangeiras.

Foi concorridissimo o enterro do illustre offi-
 cial, que, pelo seu character e longa vida, que sem-
 pre levou honrada, conquistou devotados amigos.
 Suas Magestades fizeram-se representar e envi-
 aram os seus coches para conduzir o feretro.

A beira do tumulo discursaram commovida-
 mente os sr. Pimentel Pinto e Sebastião Telles.

O sr. Conde de S. Januario deixa viuva e umas
 filhizas a quem endereçamos os nossos sentidos
 pezares.

Fig. 59 – Primeira página da revista “Occidente”, noticiando desenvolvidamente o falecimento de S. Januário, na edição de 10 de Junho de 1901. Hemeroteca Municipal online.



Fig. 60 – Notícia necrológica publicada na revista “Brasil-Portugal”, na edição de 1 de Junho de 1901. Hemeroteca Municipal online.

Sua Magestade, Conselheiro de Estado, Presidente efetivo da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, Sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, da Sociedade Indochina e Ministro plenipotenciario honorário e ajudante de campo de El-Rei.”

O Jornal “Correio Nacional” também publicou logo no dia do seu passamento, outra notícia, sublinhando o muito que o País lhe ficou a dever, pelos serviços prestados no decurso da sua longa vida inteiramente dedicada à causa pública:

“Falleceu hoje de madrugada em Paço d’Arcos o Sr. Conde de S. Januário, conselheiro de Estado, digno par do Reino e general de divisão no quadro auxiliar”. Chamava-se Januário Correia de Almeida e era 1.º barão, 1º visconde e 1º conde de S. Januário. Nasceu a 31 de Março de 1827. Pelos seus relevantes serviços foi condecorado, com diversas insígnias sendo também dignitário da ordem da Rosa, do Brasil e oficial da Legião de Honra. Pertencia ao Conselho de Estado, era ministro de estado honorário, par do reino e ajudante de campo de Sua Magestade El-Rei. Foi Governador civil de Braga e do Porto. Exerceu o cargo de Governador Geral da Índia. Participou em várias comissões militares e desempenhou uma missão diplomática extraordinária nas repúblicas americanas. Foi por diversas vezes indigitado para Presidente do Conselho de Ministros. Publicou vários relatórios acerca das missões de que foi encarregue e opúsculos de que se destacam: Um mez na Guiné, Duas palavras acerca da ultima revolta no Estado da India.”

Estas duas notícias contêm elementos novos, que não foi possível confirmar em nenhuma outra das fontes consultadas. A notícia do Jornal “O Dia” refere uma congestão cerebral que S. Januário teria sofrido ao atravessar a cordilheira dos Andes, no decurso da sua missão de 1878/1879. No entanto, caso essa doença o tivesse de facto atingido, a mesma não deixaria de ser por ele referida na sua minuciosa descrição da missão, publicada em 1880; não é de aceitar, pois, a veracidade desta informação, até porque, nos anos seguintes, S. Januário ocupou cargos importantes, entre eles, e por duas vezes, o de Ministro, o que em qualquer outra circunstância não teria sido possível. Esta doença acometeu, de facto, Gastão Mesnier, secretário da Missão, da qual nunca viria a recuperar. A notícia inserida no Jornal “O Correio Nacional” refere-se ao facto de S. Januário ter sido por várias vezes indigitado para Presidente do Conselho de Ministros, realidade que, embora não seja difícil de admitir, também não possui elementos documentais conhecidos que a sustentem. O Jornal “Diário de Notícias”, do dia 28 de Maio de 1901 dá também desenvolvida notícia do extinto:

“Terça-feira, 28 de Maio de 1901

Às 2 horas da madrugada, recebemos do nosso sollicito correspondente de Paço d’Arcos o seguinte telegramma:

Paço d’Arcos, 27 ás 12,30m – Acaba de falecer, após prolongada agonia, o sr. conde de S. Januario. Aos ultimos momentos assistiram a sr.^a condessa e diferentes pessoas da familia. Às 10 horas da noite esteve á cabeceira do enfermo seu medico assistente, sr. dr. Almeida, que foi incansável, prodigalizando-lhe todos os recursos da sua muita sciencia. É com profundo pesar que damos a noticia do fallecimento do illustre estadista, que era natural d’esta localidade, onde a sua morte é sentidissima.

Interpertando o sentir dos habitantes de Paço d’Arcos, apresentamos á desolada familia as nossas mais sinceras condolências . – (*Correspondente*).

Antecedentemente, havíamos recebido a seguinte informação, da mesma procedência:

Paço d’Arcos, 27, ao meio dia. – O sr. conde de S. Januario foi, como dissémos, hontem sacramentado, tendo sido o seu confessor o rev. Renna. O estado do nobre titular continua sendo muito grave, esperando-se, infelizmente, segundo nos informam, um desenlace fatal a todo o momento. – (*Correspondente*).

Um colega da noite havia chegado a reproduzir o boato da morte do illustre titular, mas esse boato fôra-nos desmentido pelo nosso correspondente, nos seguintes termos:

Paço d’Arcos, 27, ás 6,48’ – É falsa a noticia, publicada nas folhas da tarde, da morte do sr. conde de S. Januario.

Até á hora a que telegrapho, s. ex.^a vive, comquanto se conserve em estado comatoso, esperando-se a cada momento o desenlace fatal. Para a sua residencia teem sido expedidos numerosos telegrammas pedindo noticias, especialmente, d’el-rei e da rainha Maria Pia, que se informam a miúdo do estado do illustre enfermo. – (*Correspondente*).

Infelizmente; porém o estado do enfermo era de tal gravidade que a morte demorou apenas algumas horas.

O conde de S. Januario, Januario Correia de Almeida, general de divisão do quadro auxiliar, era primeiro barão e primeiro visconde do mesmo titulo e natural de Paço d’Arcos, onde nascera em 1827.

Vendo-se mais incommodado que o costume e aggravados antigos padecimentos, recolhera á terra natal havia mezes e ahi exhalou o ultimo suspiro, junto da familia que o adorava.

Tendo feito os seus estudos com distincção e premio em Coimbra, em cuja Universidade recebera o grau de bacharel em mathematica, seguiu depois o curso de estado-maior e n’este corpo obteve a promoção em todos os postos até o de general de divisão, passando em 1898 ao quadro auxiliar.

Exerceu muitas, variadas e importantíssimas commissões militares, diplomaticas e civis, empenhando-se de todas por modo a demonstrar a sua boa intelligencia e as suas altas qualidades de homem de sciencia e de estadista.

Entre essas commissões, citemos: Governador geral de Cabo Verde; do Estado da India e de Macau e Timor; governador civil do districto de Braga, Funchal e do Porto; commissario regio no de Villa Real; director das obras publicas nos districtos de Vianna e de Braga; ministro plenipotenciario na China, Japão e Sião; e depois em missão diplomatica especial ás republicas da America do Sul, onde conseguiu celebrar varios tratados de amizade, commercio e navegação, etc.

Em 1880 foi elevado ao pariato; e pouco tempo depois era-lhe oferecida pelo chefe do gabinete do partido progressista, conselheiro Anselmo José Braamcamp, a pasta dos negocios da marinha e do ultramar, que exerceu com distincção até á queda d'aquelle gabinete em 1881. Na gerência da pasta da marinha publicou varias providencias de utilidade para as possessões portuguezas de além-mar. A'cerca da sua missão especial ás republicas americanas mandou vários e interessantes relatorios ao governo, que os fez inserir no diário official; e passado tempo coligiu e ampliou esse trabalho n'um volume, a que deu o titulo de "Missão do visconde de S. Januario nas republicas da America do Sul, compreendendo a descripção das republicas do Paraguay, Uruguay, Argentina, Bolivia, Perú, Chili e Mexico". Lisboa, 1880, 8.º gr. de perto de 400 paginas.

Foi também ministro da guerra em 1886 e comandante da 1.ª divisão militar. O general conde S. Januario colaborou, por vezes, em diversas publicações politicas e scientificas, e, além do livro mencionado, publicára antes: "Um mez na Guiné". Lisboa, 1859. "Duas palavras ácerca da ultima revolta do exercito do estado da India", Lisboa, 1872.

O conde de S. Januario titular do conselho de sua magestade, era conselheiro de estado, presidente honorario da Sociedade de Geographia e da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes; socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, da Sociedade Academica Indo-china e pertencia a outras corporações scientificas e literárias, ministro de estado honorário, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario honorario; ajudante de campo honorario de sua magestade el-rei; e tinha as seguintes condecorações: Gran cruces da ordem de Nossa Senhora da Conceição, da Corôa de Italia, da Espada da Suecia, da ordem real do Cambodje, da Corôa do Sião, de Isabel a Catholica, de merito militar de Hespanha, do Sol Nascente do Japão; commendador da Torre e Espada e de Aviz; dignitario da ordem da Rosa, do Brasil. Grande official da Legião de Honra de França, official da Instrucção publica de França; condecorado com as medalhas militares de oiro e prata, de bons serviços e comportamento exemplar; medalha de cobre de serviços á associação de soccorros a naufragos, etc.

O conde de S. Januario contava grande numero de amigos pelo seu caracter jovial, lhano e obsequiador.

Á sua Illustre família enviamos a expressão do nosso pezame."

A permanete atenção com que o desfecho fatal era acompanhado pelos correspondentes dos jornais de Lisboa evidencia a importância conferida a S. Januário, bem presente no imaginário colectivo da população. Nesta notícia, é de registar a referência ao seu carácter jovial, lhano e obsequiador, características essenciais ao sucesso das difíceis missões que protagonizou.

Porém, de todas as notícias publicadas por altura do falecimento de S. Januário, merece destaque a do Jornal do Porto “O Correio de Noite”, afecto ao Partido Progressista a que S. Januário pertencia, o qual, na sua edição de 29/5/1901 publicou extensa reportagem ocupando toda a primeira página (Fig. 61), com detalhes que importa dar a conhecer pelo seu interesse documental, dando a exacta dimensão do acontecimento, no respeitante ao desenvolvimento e sucessão das diversas cerimónias realizadas, a par dos seus protagonistas principais. Por isso se transcreve na sua quase totalidade:

“Lá ficou nas sombras mysteriosas da sepultura o cadáver do conde de S. Januário. (...).

Realisou-se hoje o seu funeral. Em romaria commovente e piedosa, lá foram render-lhe preito de consideração todos os que lhe apreciaram as primorosas qualidades de cavalheiro, os dotes brilhantes de político, e as glorias immarcessíveis de soldado. Raras vezes terá sido tão justa a potheose de um cidadão. Ainda ha olhos para ver e coração para sentir. À beira dos túmulos, costumam inclinar-se as bandeiras das legiões. Inclinaram-se, hoje, alli, também. Não era o simples soldado de um partido, que entrava no mausoleu e na historia. Era um portuguez de lei, um trabalhador da pátria, a quem todos os que trabalham para ella e por ella, deviam respeitosa homenagem de despedida. Por isso foram todos. Ninguém quis faltar ao pagamento da divida saudosa. Não foi, simplesmente, um funeral foi uma consagração. Despeitos, rivalidades, mesquinhas da vida, tudo acaba alli. Uniram-se todos no mesmo pensamento de magoa. N’aquele instante supremo, ninguém as recordou, ninguém pensou n’ellas. Quando se defronta com a eternidade, ao olhar para traz, para o mundo, como tudo parece, insignificante e pequeno!

Tem direito ao descanso eterno, quem tanto trabalhou. A paz dos justos seja com elle. Pertence-lhe a nossa gratidão e a nossa imperecível saudade. Descance em paz o conde de S. Januario.

Em Paço d’Arcos. Hontem, ao fim da tarde, o cadáver do nosso illustre amigo, sr. conde de S. Januario, foi trasladado da sua residência, na Quinta da Portella, para a igreja de Nossa Senhora dos Navegantes.

A urna de mogno, com fechos de prata, foi colocada n’uma carreta dos bombeiros voluntários e coberta pela bandeira da Sociedade de Geographia.

No acompanhamento viam-se os Rev. Manuel de Lemos, prior de Oeiras; Leitão, capellão de Laveiras e o prior de S. Domingos de Rana; os srs. Moreira Rato, administrador substituto; Antonio Pedroso, representando a camara municipal; major Pereira, Joaquim Pinho, José Rato, pela redacção do Echo; conselheiro Almeida e Henrique Feijó, que conduziram o chapéu armado, espadim e corôa do conde, pertencentes ao falecido, cobertos de crepe; Coutinho, conservador

do museu da Sociedade de Geographia; Joaquim Lopes, patrão do salva-vidas; Carlos Lopes, patrão da falua do Bugio; Canhoto; um piquete de bombeiros voluntarios, commandado por José Raposo; Quirino Lopes, diferentes praças do regimento de artilharia 6, destacadas em Caxias, e da companhia de torpedeiros, Carlos Ramos, representando a commissão local de soccorros a náufragos, e os representantes d'alguns jornaes.

Ás borlas do caixão pegaram os srs. José Raposo, Joaquim Pinho, Feijó e tres creados do illustre finado.

Foram organizados cinco turnos para velar o cadáver durante a noite, pela forma seguinte:

1.º - Sobrinhos do morto, Ferreira, Mario Lima, Feijó Barreto, Nuno Bulhão Pato.

2.º - De conterraneos Moreira Rato, administrador substituto, Pedroso, vereador da camara de Oeiras, major Pereira, José Rato e Carlos Ramos.

3.º - De bombeiros voluntários, commandante José Raposo, Francisco e Julio Raposo, Roberto Alves e José Lemos.

4.º - Officiaes da escola de torpedos, 1.ºs tenentes Fragoso, Magalhães Correia, Jorge de Siqueira e conselheiro José Almeida.

5.º - Sargentos da companhia de torpedos.

Conjunctamente com estes turnos, velaram tambem praças da companhia de torpedeiros, aos grupos de 3, rendidos de hora em hora.

Esta manhã, ás 8, ás 9 e ás 10 horas, foram celebradas tres missas de corpo presente, pelos sacerdotes, que hontem acompanharam o prestito.

Ás 7 horas da manhã fôra soldado o caixão.

O Funeral. Foi uma imponente manifestação á memoria querida e venerada do sr. conde de S. Januario o seu enterro effectuado hoje. A essa manifestação lutuosa se associaram todas as classes sociaes, desde as mais elevadas até ás modestas camadas populares. É que o sr. conde de S. Januario foi um prestante cidadão a quem a causa do paiz deve assignalados serviços nos differentes ramos em que o seu talento e a sua inquebrantável actividade teve occasião de se expandir. Trabalhou muito e denodadamente pela patria e foi sempre d'uma correcção captivante, que lhe conquistou amigos em todos quantos tiveram a ventura de o conhecer.

O acompanhamento, que levou á ultima morada o sr. conde de S. Januario, foi numerosissimo, e ali se viam largamente representadas a aristocracia, a politica, o exercito de terra e mar, o alto commercio e a finança, as artes e as letras, as sciencias, o jornalismo e o povo, não esquecendo as corporações e sociedades, que especialmente se fizeram representar por deputações, e a familia real, que tambem se fez representar e que professara pelo illustre estadista a mais alta estima e consideração.

O comboio fúnebre. O comboio em que vinha armada a camara ardente era o ordinario, que sae de Paço d’Arcos ás 11 horas e um quarrto da manhã, chegando ao Caes do Sodré ás 11 horas e 55 minutos.

O fourgon estava forrado de preto e tinha ao fundo um altar com uma imagem de Christo crucificado ladeado por castiçaes de prata. Ao centro erguia-se uma eça sobre a qual repousava o féretro, coberto pelo panno de velludo preto bordado a ouro e prata, e sobre este a bandeira da Sociedade de Geographia, de que o finado era presidente honorario.

Em volta viam-se os seguintes ramos e

Corôas. De martyrrios e folhas de hera, fitas negras com a seguinte legenda: - «Ao meu presado marido – 29-05-901.» De jacinthos, folhas e fitas pretas, com a seguinte dedicatoria: - «Respeitosa homenagem do conselho de administração da Companhia de Mossamedes – 29-5-901.» De rosas chá e violetas, fitas roxas com os seguintes dizeres: - «Ao meu querido cunhado. Saudade – Maria Thereza Leone e Anna Braga – 29-05-901.» Uma corôa de flores naturaes, offerta dos bombeiros voluntários de Paço d’Arcos.

Um ramo de flôres artificiaes, fitas brancas, com a seguinte legenda: - «Ao nosso extremoso pae – Maria Thereza e Maria do Patrocinio – 29-5-901.»

Muito antes da chegada do comboio já se notava uma numerosissima concorrência de convidados na gare do Caes do Sodré, e cá fora, nos arredores da estação, em todo o vasto largo, uma compacta multidão de povo.

De Paço d’Arcos vinham acompanhando o cadáver o Rev. prior de Oeiras e seu acolyto, os bombeiros voluntários de Paço d’Arcos, alguns pescadores e gente do povo, que choravam, muito commovidos, e amigos do finado.

Depois d’uma breve oração resada pelo Rev. prior de Oeiras, o feretro foi retirado do fourgon e conduzido para um coche da Casa Real, puxado a tres parelhas, pegando ás borlas os srs. conselheiros José Luciano de Castro, Hintze Ribeiro, João Franco, Pimentel Pinto, Campos Henriques, Mattoso dos Santos, João Arroyo e marquez de Soveral.

Organisação do cortejo. O cortejo que acompanhou o cadáver do sr. conde de S. Januario ao cemitério dos Prazeres foi assim organizado:

Á frente, as carruagens com grande numero de convidados; ministério, com excepção do sr. ministro da marinha, representantes de Suas Magestades e Alteza, carruagem do sr. Luiz Wild, conduzindo sobre um coxim a corôa do finado coberta de crepe; carruagem do sr. tenente de artilharia Antonio de Aboim Villas Lobos, conduzindo, tambem sobre um coxim, o chapéu armado e o espadim do sr. conde de S. Januario; coche da Casa real puxado a tres parelhas, conduzindo o Rev. prior de Oeiras e o seu acolyto; coche da Casa Real com o athaúde e as corôas. Fechava o préstito um esquadrão de cavalaria 4, sob o comando do sr. capitão Jalles.

Quando o prestito se poz a caminho, o povo abriu alas e descobriu-se respeitosaente.

O cortejo seguiu este itinerário: ruas do Alecrim, de S. Roque, de S. Pedro d'Alcantara, de D. Pedro V, Patriarcado, Escola Polytechnica, ruas do Sol, Santo Ambrosio, Saraiva de Carvalho, cemitério.

A divisão, que estava formada na rua Saraiva de Carvalho e largo dos Prazeres, apresentou armas á passagem do prestito; as bandas tocaram marchas funebres.

No cemitério. Era uma hora e um quarto quando o cortejo chegou ao cemitério. O cadáver foi retirado do coche da Casa Real, que o conduzia, e collocado sobre uma carreta. Organisaram-se, então, os seguintes

Turnos. 1.º - Da porta do cemiterio para o primeiro descanso, srs: conselheiros Eduardo Villaça, Dias Costa, general Craveiro Lopes, Telles de Vasconcellos, vice-almirante Cardoso de Carvalho, general Vasco Guedes e conselheiro Julio de Vilhena.

2.º - Do primeiro descanso para a capella, srs.: marquez da Praia e de Monforte, conde do Restello, Pereira de Miranda, conde de S. Miguel, Simões Margiochi, Vasconcellos Gusmão, Avellar Machado e Abreu e Sousa.

3.º - Da capella para o primeiro descanso, srs.: conselheiro Ferreira do Amaral, Hypacio de Brion, engenheiro Guerreiro, Eduardo Pinto da Cunha, conde de Paço do Lumiar, Rodrigues da Costa, Ernesto de Vasconcellos e Pimentel Maldonado.

4.º - Do primeiro descanso para o jazigo, srs.: generaes Alberto d'Oliveira, Couto, Lencastre de Menezes, Alcantara Gomes, Almeida Pinheiro, Chaby, Alvares Pereira e coronel Moraes Sarmento.

Discursos. Quando o athaude chegou á porta do jazigo falaram, em nome do governo, o sr. ministro da guerra, e em nome do partido progressista, o nosso presado amigo, sr. conselheiro Sebastião Telles. Tanto o sr. conselheiro Pimentel Pinto como o sr. Sebastião Telles, em phrases commovidas, fizeram o elogio do finado, relembrando as elevadas qualidades do seu character e os serviços inestimáveis que prestou como militar, como estadista, como diplomata e administrador das nossas colonias.

Findos os discursos, que foram breves, mas eloquentes, foram encerrados no jazigo os restos do que fôra um dos mais illustres membros da sociedade portuguesa contemporanea.

A infantaria deu as tres descargas do estylo e a artilharia as salvas, tambem da ordenança.

Eram perto das duas horas da tarde.

Representações. O partido progressista fez-se representar largamente pelas suas principaes personalidades e pelo seu chefe, sr. conselheiro José Luciano de Castro.

O Correio da Noite estava representado pelo seu director, sr. Carlos Ferreira. **Assistencia.** Entre outros muitos cavalheiros, tomámos nota dos seguintes: Conselheiro Hintze Ribeiro, Campos Henriques, Manuel Francisco de Vargas, Pimentel Pinto, João Arroyo, Mattoso dos Santos, conde de S. Miguel, conselheiro Elvino de Brito, coronel Moraes Sarmento, Luiz Eugenio Leitão, conselheiro Eduardo Villaça, Raposo Botelho, Telles de Vasconcellos, visconde da Idanha, Antonio Amaro Conde, Christovam Pinto, conde de Bomfim, conselheiro Eduardo José Coelho, Marrecas Ferreira, Francisco Simões Margiochi, Guilherme Ferreira Pinto Basto, conselheiro Julio Almada, conselheiro Dias Costa, barão de Fornellos, Carlos Ferreira, D. José de Castello Branco, José Parreira, conde de Paçô Vieira, Fernando Maia, conde de Avila, Carlos Duarte Sens, visconde d'Asseca, José Maria Teixeira Guimarães, visconde de Carnide, conde do Restello, conde de Figueiró, Hygino de Mendonça, Rodrigues Nogueira, marquez de Soveral, Jorge O'Neill, D. Alexandre de Lencastre, Emygdio da Silva, general Alcantara Gomes, Marques Pereira, Pereira de Miranda, Rual Martins Leitão, conselheiro José Luciano de Castro, general Couto, João Ramos, conselheiro Pereira Carrilho, D. João d'Alarcão, conselheiro Elyseo de Serpa, general Craveiro Lopes, Francisco José Machado, Vieira da Silva, Jayme Arthur da Costa Pinto, conselheiro João Franco, conselheiro Paes Abranches, Custodio Borja, Avellar Machado, coronel Jacintho Parreira, Americo de Lencastre, coronel Sant'Anna Castello Branco, conselheiro Ferreira do Amaral, conselheiro Augusto de Castilho, duque de Palmella, marquez da Praia e Monforte, conselheiro Martinho Tenreiro e marquez de Fontes, Alexandre Braga, Liberato Telles, Rozendo Carvalheira, Soares Cardoso, Basilio de Castelo Branco, coronel Cardeira, A. Scomidia, Jorge d'Almeida Lima, Julio d'Abreu e Sousa, coronel Godinho, addido militar de Hespanha, José Quirino de Castro. **Notas.** A família real fez-se representar: Sua Magestade El-rei pelo sr. Guilherme Capello, Sua Magestade a Rainha pelo sr. conde de Figueiró, Sua Magestade a Rainha sr.^a D. Maria Pia pelo sr. visconde de Asseca e o sr. infante D. Affonso pelo sr. Senna.

- Dirigiu o funeral o sr. conde de Paço d'Arcos.

- Na rua de Saraiva de Carvalho faziam a guarda d'honra os regimentos d'infantaria 2, 16 e um contingente de infantaria 9 e no largo dos Prazeres duas baterias de artilharia 1 e um esquadrão de lanceiros 2.

A divisão era commandada pelo sr. general Manuel Joaquim de Mattos.

O sr. conselheiro Pinto da Cunha representava o Banco Ultramarino e o sr. Hypacio de Brion o Instituto de Soccorros a Naufragos.

Acompanharam o feretro alguns bombeiros voluntários de Paço d'Arcos.

De Paço d'Arcos vieram algumas mulheres do povo e pescadores.

A deputação da camara dos pares era composta dos srs. conselheiro José Luciano de Castro, conde do Bomfim, marquez de Soveral, conde de Ficalho, conselheiro Moraes Sarmiento e Eduardo de Serpa Pimentel. Esta deputação tinha ás suas ordens dois continuos da camara, devidamente fardados.

—

PORTO, 29, tarde – Teem sido enviados telegrammas de pezames á família S. Januario.”

Pela extraordinária sequênciã dos preitos de homenagem realizados em memória do falecido no dia do seu funeral, pela invulgar afluência das mais altas individualidades da vida política, económica e social do País, a que não faltavam os mais simples conterrâneos do conde, se pode aquilatar o carinho e o respeito que a sua memória a todos infundia.

Desaparecia, na verdade, um Português que, ao longo da sua operosa vida, tanto em Portugal, como nas difíceis missões de que foi incumbido, soube sempre defender os interesses de Portugal, sem deixar de pugnar pela formação cívica dos seus concidadãos, num raro e desinteressado exemplo dos benefícios que para a comunidade podem resultar do simples – e tão difícil! – exercício da cidadania, tão livre quanto responsável, mas sempre consequente.

Ficou sepultado em jazigo do Cemitério dos Prazeres hoje completamente remodelado. O ataúde, depois de ter estado uns anos em um outro jazigo, repousa desde 1922 no jazigo n.º 2526 daquele cemitério (Fig. 62). Paz à sua alma.



Fig. 62 – Jazigo n.º 2526 do Cemitério dos Prazeres onde, desde 1922, repousam os restos mortais de S. Januário. Foto de M. C. André.

Agradecimentos

Ao Senhor Embaixador João de Deus Ramos pelas informações recebidas e por ter aceite prefaciá-la esta obra, apesar das suas imperfeições.

A Mestre Ana Ávila de Melo, e aos Drs. Maria da Conceição André, Filipe Martins e Bernardo Ferreira do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), pela inestimável ajuda prestada na preparação desta obra.

Ao Senhor Tenente-Coronel Engenheiro Francisco Magro, da Academia Portuguesa da História, pela ajuda na identificação das medalhas e ordens honoríficas possuídas pelo Conde de São Januário, com base na análise das fitas e dos diversos retratos conhecidos.

Ao Senhor Prof. Doutor M. Telles Antunes, Director do Museu da Academia das Ciências de Lisboa, por ter autorizado a fotografia de um dos exemplares mais representativos da colecção pré-colombiana oferecida pelo Conde de São Januário àquela Academia, bem como a cedência, há mais de 20 anos, de fotocópias de toda a documentação existente no seu Processo Académico.

Ao Senhor Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Prof. Doutor Artur Anselmo, e à Senhora Secretária-Geral da mesma Academia, Prof. Doutora Maria Salomé Pais, por terem respectivamente autorizado e providenciado a reprodução fotográfica de um dos referidos documentos.

Ao Senhor Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, Prof. Cat. Luís Aires-Barros, e ao Senhor Secretário-Geral da mesma Sociedade, Prof. Doutor João Pereira Neto pelos apoios ali generosamente disponibilizados.

Ao Senhor Prof. Doutor Domingos Caeiro, Vice-Reitor da Universidade Aberta, pelas informações sobre os retratos de S. Januário expostos na Academia Brasileira de Letras e na Biblioteca do Rio de Janeiro.

Ao Senhor Dr. Lourenço Correia de Matos, pela generosa disponibilização das certidões de baptismo e de óbito de S. Januário, bem como de recorte de notícia de jornal do seu casamento.

Ao Senhor Dr. José Morais Arnaud, Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, por ter franqueado a consulta e reprodução de documentação daquela instituição relacionada com a presidência do Conde de São Januário e à Senhora Dr.^a Célia Nunes Pereira, por gentilmente ter facultado cópias das actas de algumas das reuniões associativas com interesse para este estudo.

Aos funcionários e militares do Arquivo Histórico Militar, do Arquivo Municipal de Oeiras, da Biblioteca Nacional de Portugal, do Arquivo Nacional Torre do Tombo, da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Serviço de Documentação da Fundação Oriente, bem como da secretaria do Cemitério dos Prazeres (Lisboa) pela sempre reafirmada disponibilidade e empenho na resposta a todos os pedidos apresentados.

Referências bibliográficas

ACTAS (Actas das Sessões da Sociedade de Geographia de Lisboa, 1/3 (1876-1883); 4/9 (1884-1890); 10/13 (1890-1893); 14/19 (1894-1899). Lisboa: Imprensa Nacional.

AIRES-BARROS, L. (2002) – No centenário do Visconde de S. Januário. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. 120, p. 59-61.

ALMEIDA, J. Correia de, Futuro S. JANUÁRIO, Visconde de (1859) – *Um mez na Guiné*. Lisboa: Typographia Universal.

ALMEIDA, J. Correia de, futuro SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1860) – *Memória sobre a construção de um caes no porto da cidade da Praia na ilha de S. Thiago de Cabo Verde*. Cidade da Praia: Imprensa Nacional.

AMARAL, I. do (2015) – O papel da Sociedade de Geografia de Lisboa na delimitação das fronteiras das antigas colónias portuguesas em África e de Timor. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. 133, p. 33-60.

ANNAES, 1879) - Annaes da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes. Lisboa.

ANTUNES, J. R. Silva (1886) – *Apontamentos para a história da Escola do Exército*. Lisboa: Imprensa Nacional.

ANTUNES, M. T.; CANTINHO, M. (2015) – *Colecções etnográficas da Academia das Ciências de Lisboa*. Colômbia Britânica, Havai e Peru. Comunicações apresentadas à Classe de Ciências de 16/2/2006 e 21/2/2008. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. Disponível online.

BOLETIM (Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 18.^a, 19.^a, 20.^a e 21.^a séries e número comemorativo do 25.^o aniversário da S.G.L., Abril de 1901 . Lisboa: Imprensa Nacional.

CABELLO, Paz (2005) – América Pré-Colombiana. Precedentes e contexto. In ARNAUD, J. M.; FERNANDES, C. V., coord., *Construindo a Memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p.553-579.

CANTINHO, M. (2002) – O coleccionador Visconde de São Januário: orientalismo e americanismo nas colecções oitocentistas. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. 120, p. 63-76.

CARVALHEIRA, R. (1914) – Um feixe de saudades – esboço do elogio histórico dos falecidos sócios Valentim José Correia, Conde de S. Januário. Joaquim José da Nova, Adolpho Ferreira Loureiro e Gabriel Pereira. *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*. Lisboa. Série V, 13 (3), p. 91-113.

CORRÊA, F. Callapez (s/d) – *O Paraguai em 1878, visto por um diplomata português: o Conde de São Januário*. Ms. inédito.

COSTA, F. F. Dias (1896) – *Escola do Exercito 1896-1897. Discurso proferido na sessão solemne de abertura*. Lisboa: Imprensa Nacional.

COSTA, M. de Noronha da (1996) – Dois Portugueses no Chile: o Visconde de São Januário e o Eng.º José Cordeiro. *Insvlana*. Ponta Delgada. 52 (separata).

DIAS, E. A. da Rocha (1903/1904) – A Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes desde o 25.º aniversário da sua fundação. *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. IV Série, 9 (11), 1903, p. 18-24; 9 (12), 1903, p. 31-36; 10 (1), 1904, p. 33-38; 10 (2), 1904, p. 62-67.

EXPOSITION COLONIALE DU PORTUGAL (1885) – *Catalogue officiel organisée par la Société de Géographie de Lisbonne*. Anvers: Établissement Kockx & Cº.

FERNANDES, P. Almeida (2005) – Visigótico ou moçárabe ? O núcleo a Alta Idade Média. Construindo a memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo (Arnaud, J. M. & Fernandes, C. V., ed). Lisboa : Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 265-293.

GIBERT, E. (1881) – *Le mouvement économique en Portugal et le Vicompte de San Januário, Membre correspondant de la Société Académique Indo-Chinoise*. Paris : Siège de la Société Académique Indo-Chinoise, p. 9.

GONÇALVES, R. O. (1992) – *O Palácio dos Arcos. Meio milénio*. Oeiras : Câmara Municipal de Oeiras (2.ª edição).

GONÇALVES, R. O. (1995) – *Terrugem Terra e Gente de Paço de Arcos*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA (s/d) – *São Januário (Conde, Visconde e Barão de)*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada.

LEÃO, A. de (1880) – *O Visconde de San Januário Tenente-Coronel do Corpo de Estado-Maior*. Lisboa: Lallemand frères.

MARTINS, J. F. Ferreira (1935) – *Os vice-reis da Índia (1505-1917)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MARTINS, J. (2016) – Blog Luso Sucessos. História: o Rei Chulalongkom.

MARTINS, J. (2017) – Blog Luso Sucessos. Portugal na Tailândia.

N/A (1896) – *Sociedade da Cruz Vermelha Portuguesa*. Estatutos. Lisboa: Imprensa Nacional.

N/A (1897, 1899) – *Subscrição Nacional para a defesa do País. Relatório da Comissão Executiva*. Vol. 1 - Documentos (1897); Vol. 2 – Actas das sessões da Comissão Executiva. Contas de receita e despesa. Índice alfabético dos subscriptores (1899). Lisboa: Imprensa Nacional.

N/A (1901) – *Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Lisboa. 24, n.º 808, p. 121-122.

N/A (s/d) – São Januário, Conde de, *Dicionário Lello Universal*. Porto: Livraria Chardron.

PEREIRA, G. (1900) - O Museu archeologico do Carmo. Lisboa: Typ. Lallement.

PINTO, Rui M. da Costa (2011) – Das raízes do Mapa Cor de Rosa ao Ultimatum. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 129, n.º 1-12, p. 30-57.

PINTO, P. J. da Silva (2013) – *Governadores de Macau* (ALVES, J. S. & SALDANHA, A. V., coord.) Macau: Livros do Oriente, p. 255.

PINTO, A. da Silva; SANCHES DE BAENA, Visconde de (1991) – *Resenha dos Titulares e Grandes de Portugal*. 2.ª edição. Lisboa: Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva, 2, p. 552-553.

SÁ, F. X. V. de (1999) – *Vice-reis e governadores da Índia Portuguesa*. Macau: Comissão Territorial de Macau das Comemorações dos Descobrimentos portugueses.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1868) – *Collecção dos Relatórios das visitas feitas aos Districtos pelos respectivos Governadores Civis, em virtude da portaria de 1 de Agosto de 1866*. Lisboa: Imprensa Nacional.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1872) – *Duas palavras acerca da ultima revolta do Exercito do Estado da Índia*. Bombaim: Typographia de “Economist Steam Press”.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1875) – *Relatório do Governador da Província de Macau e Timor (1872-1874)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1876/1877) – A architectura Khmer. Ruínas de Angkor Wat no Reino do Cambodge. *Boletim Architectonico e de Archeologia*. Lisboa. Série II,1 (12), 1876, p. 183-185; 2 (2), 1877, p. 17-21; 2 (3), 1877, p. 22-43.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1877) – Ponte dos Portuguezes em Nagasaki. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Lisboa. Série II, 2 (4), p. 49-50.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1880) – *Missão do Visconde de San Januário nas Republicas da América do Sul*. Lisboa: Imprensa Nacional.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1883) – Documents sur les missions portugaises au Cambodge et en Conchichine. *Bulletin de la Société Académique Indo-Chinoise*. Paris. Série II, 2, p. 183-193.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1885) – As múmias do Peru. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Lisboa. Série II, 4 (8), p. 142-143.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de; MESNIER, P. G. (1877) – *Catalogue des objects d'art des Indes, de la Chine, du Japon et du Sian existant dans la galerie du Vicompte de St. Januario*. Lisboa : J. de Sousa Neves. O agente leiloeiro foi Dias de Oliveira, conforme consta da capa da publicação.

SILVA, J. da (1880) – Museu do Carmo em Lisboa. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Lisboa. Série 2, 3 (2), p. 25-27.

SILVA, J. Gomes da (1889) – *Viagem a Siam*. Macau: Imprensa Nacional.

TEIXEIRA, Padre M. (1976) – *Os Militares em Macau*. Macau: Imprensa Nacional.

ZÚQUETE, A. et al. (1960) – *Nobreza de Portugal*, 3. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, p. 320-321.

mas faça um livro
destacado em folios.

Costume a crescer por
o choro por justiça
o trabalho de Carmo.



A Câmara Municipal de Oeiras
torna a fazer este livro

procurando pelo seu
interesse, de modo a ser em

Therapeutic a obra
e a sua importância